

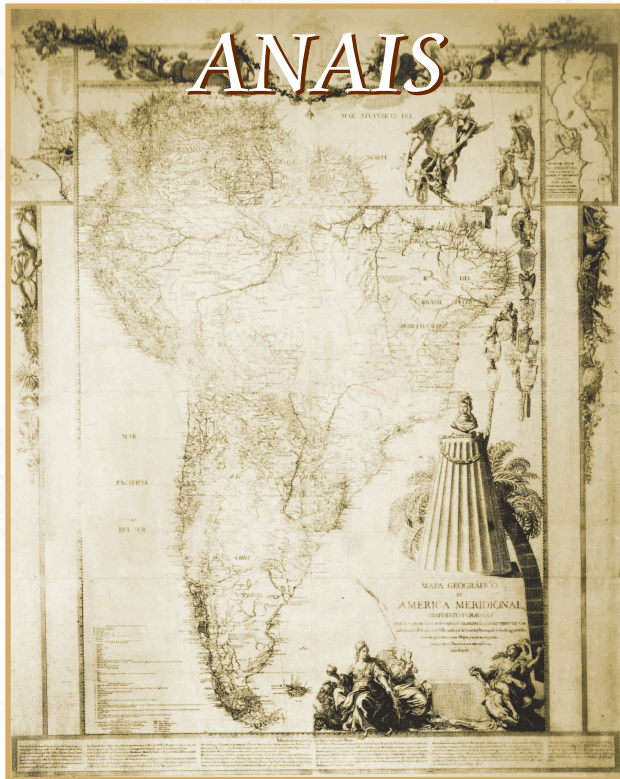
Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes
Fabiano Coelho
Giani Vendramel de Oliveira
José Miguel Garnica Júnior
Maria Celma Borges
Regivan Antônio de Saul
Renan Gonçalves Bressan

ORGANIZADORES

X Semana de História

*História em movimento:
caminhos, culturas e fronteiras*

UFMS - CAMPUS DE TRÊS LAGOAS



**Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes
Fabiano Coelho
Giani Vendramel de Oliveira
José Miguel Garnica Júnior
Maria Celma Borges
Regivan Antônio de Saul
Renan Gonçalves Bressan**

ORGANIZADORES

X SEMANA DE HISTÓRIA 2007

**História em movimento:
caminhos, culturas e fronteiras**

ANAIS

**24 a 28 de setembro de 2007
Campus de Três Lagoas – UFMS
Unidade I**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor: *Manoel Catarino Paes - Perú*

Vice-Reitor: *Amaury de Souza*

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Resolução 11/07

CONSELHO EDITORIAL

Célia Maria da Silva de Oliveira (Presidente)

Antônio Lino Rodrigues de Sá

Cícero Antonio de Oliveira Tredezini

Élcia Esnarriaga de Arruda

Giancarlo Lastoria

Jackeline Maria Zani Pinto da Silva Oliveira

Jéferson Meneguín Ortega

Jorge Eremites de Oliveira

José Francisco Ferrari

José Luiz Fornasieri

Jussara Peixoto Ennes

Lucia Regina Vianna Oliveira

Maria Adélia Menegazzo

Marize Terezinha L. P. Peres

Mônica Carvalho Magalhães Kassar

Silvana de Abreu

Tito Carlos Machado de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

S471a *Semana de História 2007* (10. : 2007 : Três Lagoas, MS)
 Anais. X *Semana de História 2007 : história em movimento : caminhos, culturas e fronteiras* : 24 a 28 de setembro de 2007, Campus de Três Lagoas, UFMS Unidade I / Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes ... [et al.], organizadores. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2007.

426 p. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-7613-112-0

1. História – Pesquisa – Congressos. I. Fernandes, Dennis Rodrigo Damasceno. II. Título.

CDD (22) 907

**Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes
Fabiano Coelho
Giani Vendramel de Oliveira
José Miguel Garnica Júnior
Maria Celma Borges
Regivan Antônio de Saul
Renan Gonçalves Bressan**

ORGANIZADORES

X SEMANA DE HISTÓRIA 2007

**História em movimento:
caminhos, culturas e fronteiras**

ANAIS

**24 a 28 de setembro de 2007
Campus de Três Lagoas – UFMS
Unidade I**

Campo Grande - MS
2007

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica,
Impressão e Acabamento
Editora UFMS

Revisão

*A revisão lingüística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores*

Imagem da Capa

*Mapa Geográfico de América Meridional, Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, 1775.
MA (Apud COSTA, Maria de Fátima. História de um país inexistente: Pantanal
entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999)*

Direitos exclusivos
para esta edição

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Portão 14 - Estádio Morenã - Campus da UFMS
Fone: (67) 3345-7200 - Campo Grande - MS
e-mail: editora@editora.ufms.br

Editora associada à

ISBN: 987-85-7613-112-0
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil

APRESENTAÇÃO

A X Semana de História, realizada de 24 a 28 de setembro de 2007, aborda a temática: “História em Movimento: Caminhos Culturas e Fronteiras” e tem como objetivo proporcionar a aproximação entre pesquisadores de História e outras áreas das Ciências Humanas. Além disso, se propõe a realizar um debate amplo com a participação não só da comunidade acadêmica como também de alunos e professores da rede de ensino fundamental, médio e demais interessados.

A semana organizada pelo curso de História do CPTL – UFMS é coordenada pela professora Maria Celma Borges que com competência tem mantido sempre o entusiasmo, mesmo durante a travessia das dificuldades. O projeto, desde o seu início, foi coletivo envolvendo em suas atividades alunos, professores e outros colaboradores tanto do CPTL como da comunidade não universitária. Essa atividade representa os esforços que o curso de História vem realizando nos últimos anos, tendo por objetivo fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão oferecendo assim, uma educação pública de qualidade. Portanto, a X Semana de História e a publicação dos Anais representam concretamente os resultados dessa jornada.

As comunicações enviadas como artigo estão agrupadas por afinidades temáticas: os eixos constituídos são:

- 1 - Do Passado ao Presente: Histórias, Culturas e Memórias do Sul de Mato Grosso ao Mato Grosso do Sul.
- 2 - História Indígena em Mato Grosso do Sul
- 3 - Da Colônia Portuguesa à Guerra com o Paraguai
- 4 - A Arte, a Cultura e a Ficção: interrelações na História
- 5 - Os Mundos do Trabalho e do Capital
- 6 - As Fontes e os Lugares da Memória na Produção da História
- 7 - Questão Agrária: Olhares na História e na Geografia
- 8 - Entre o Gênero e a Saúde Mental: considerações de Pesquisa
- 9 - Da Religiosidade às Fronteiras do Crime e da Justiça

Em todos esses trabalhos, o pesquisador recolheu, organizou vestígios e informações que estavam dispersas. Enfrentando os desafios da pesquisa, os dados foram interpretados tornando-se compreensíveis. No conjunto dos artigos existe uma pluralidade de leituras teóricas e metodológicas. Utilizando-se do escrito, do oral e do visual como fontes e interdisciplinaridade, podemos perceber o alargamento das fronteiras na construção da História que vem ocorrendo nas últimas décadas.

O evento ainda proporciona amplos debates nas conferências, mesas-redondas, mini-cursos e exposições, somando-se ainda o espaço para as comunicações e para a apresentação de painéis. Destacamos aqui o lançamento do Guia do Núcleo de Documentação Histórica Prof. Honório de Souza Carneiro do CPTL que foi organizado pelo Prof. Vitor Wagner Neto de Oliveira junto aos alunos. Esta publicação oferece o conteúdo do acervo para todos aqueles que pesquisam a história regional.

Portanto, a X Semana de História e a publicação dos Anais são uma oportunidade de aprofundamento do diálogo entre pesquisadores e demais membros da sociedade. Sabemos que as experiências acumuladas na academia só têm sentido quando levadas além das suas fronteiras, proporcionando uma reflexão crítica e troca de vivências, sendo assim possível favorecer mudanças efetivas na sociedade.

As pesquisas já concluídas ou em andamento que estão sendo apresentadas procuram compor o conhecimento histórico analisando o passado relido pelo olhar do presente, pois como afirmava Benedetto Croce nos seus escritos sobre a teoria da História “toda verdade histórica é contemporânea”.

Esperamos que as análises aqui propostas possam contribuir, de forma, mesmo que modesta, para um maior conhecimento da sociedade atual que, mergulhada numa ordem mundial globalizada, vivendo sob o signo da precariedade, do provisório, do descartável e do desamparo, busca na aventura do saber novos caminhos e respostas para suas inquietações. Neste volume dos Anais está a síntese dos nossos esforços, pois acreditamos no pensamento criador e crítico como possibilidade de um devir melhor.

Agradecemos aos pareceristas pelo empenho e seriedade na avaliação dos artigos. À PREAE por novamente ter contribuído para que fosse possível a publicação destes Anais. Também a todos aqueles que das mais variadas formas se empenharam neste projeto, nossa gratidão.

*Giani Vendramel de Oliveira
José Miguel Garnica Junior
Norma Marinovic Doro
Regivan Antonio de Saul*

Primavera de 2007

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	----------

PARTE I

DO PASSADO AO PRESENTE: HISTÓRIAS, CULTURAS E MEMÓRIAS DO SUL DE MATO GROSSO AO MATO GROSSO DO SUL

Ladário e o trem naval de Mato Grosso - história e memória (1837-1935) <i>Saulo Alvaro de Mello</i>	<i>15</i>
A missão Franciscana no antigo Mato Grosso: a perseguição dos frades em Paranaíba <i>Fernanda Amélia Leal Borges Duarte</i>	<i>28</i>
Rumo à brasilidade: Mato Grosso e a Marcha para o Oeste (1937-1945) <i>Carlos Alexandre Barros Trubiliano</i> <i>Carlos Martins Junior</i>	<i>38</i>
As festas escolares e a cultura cívica em Mato Grosso do Sul (1972-1987) <i>Celeida de Souza Silva</i>	<i>54</i>
De Harry Amorin a Zeca do PT: breve análise dos governos estaduais de Mato Grosso do Sul <i>Wagner Cordeiro Chagas</i>	<i>69</i>

PARTE II

A HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL

Caminhos, culturas e fronteiras: olhares na História indígena em Mato Grosso do Sul <i>Giovani José da Silva</i>	81
--	----

Estudo da proposta pentecostal frente a etnia Terena: em Brasilândia-MS <i>Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes</i>	92
---	----

PARTE III

DA COLÔNIA PORTUGUESA À GUERRA COM O PARAGUAI

O mito da colonização na construção da história do Brasil <i>Vivian Maria de Oliveira</i>	109
--	-----

Brasil colônia: A descoberta e construção da empresa a serviço da metrópole Luso-européia <i>Renan Gonçalves Bressan</i>	122
---	-----

A guerra do Paraguai: Racismo na Formação dos exércitos platinos <i>Bruno Mendes Tulux</i>	133
--	-----

PARTE IV

A ARTE, A CULTURA E A FICÇÃO: INTERRELAÇÕES NA HISTÓRIA

A imigração – o caso de Abdelmalek Sayad e Nélida Piñon <i>Valdson Luciano Corrêa Diniz</i>	149
---	-----

Sobre a identidade da cultura transgressora <i>Jefferson Barbosa de Souza</i> <i>Vânia Maria Lescano Guerra</i>	159
---	-----

A guerra que o Paraguai venceu: uma história alternativa do maior conflito sul-americano <i>Rodolfo Rorato Londero</i>	171
--	-----

PARTE V

MUNDOS DO TRABALHO E DO CAPITAL

O conceito de alienação no modo de produção capitalista <i>Wagner Barbosa dos Santos</i>	185
Trabalho – uma questão a ser repensada <i>Juliano Alves da Silva</i>	200
A crise do capital na fronteira do século XXI <i>Hajime Takeuchi Nozaki</i>	209

PARTE VI

AS FONTES E OS LUGARES DA MEMÓRIA NA PRODUÇÃO DA HISTÓRIA

Núcleo de Documentação Histórica <i>Vitor Wagner Neto de Oliveira</i>	227
A utilização das fontes na pesquisa histórica: problemas e metodologias <i>Thalita da Silva Gonçalves</i> <i>Lays Matias Mazoti</i>	236
Novas tecnologias: uma história do computador e Internet <i>Alan da Silva Junqueira</i>	246
A negação da história: o caso da Editora Revisão <i>Odilon Cadeira Neto</i>	260
Entre fazer a história e produzir a memória <i>Mariana Esteves de Oliveira</i>	273
Fanzines e Punk rock: O uso da contracultura como grito de uma juventude amordaçada em Ilha Solteira/SP 1994 à 2006 <i>Tiago de Jesus Vieira</i>	286

PARTE VII

QUESTÃO AGRÁRIA: OLHARES NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA

Os camponeses e a questão agrária brasileira: breves considerações <i>Maria Celma Borges</i>	301
--	-----

A terra e a comida como elementos centrais da sociabilidade camponesa <i>Rosemeire Aparecida de Almeida</i>	314
---	-----

O historiador e o tempo presente: considerações de pesquisa <i>Fabiano Coelho</i>	329
---	-----

Representações e a memória: contribuições teóricas para o estudo da questão agrária <i>Andrey Minin Martin</i>	340
--	-----

PARTE VIII ENTRE O GÊNERO E A SAÚDE MENTAL: CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA

Travestis profissionais do sexo sob a perspectiva do estudo de gênero <i>Mariana Quadros Gimenez</i>	357
--	-----

A reforma psiquiátrica: considerações sobre o movimento da luta antimanicomial <i>Vânia Aparecida de Jesus Queiroz</i>	369
--	-----

História e percurso da atenção à saúde mental: questões psicossociais <i>Marcelo Dalla Vecchia</i>	379
--	-----

PARTE IX DA RELIGIOSIDADE ÀS FRONTEIRAS DO CRIME E DA JUSTIÇA

Ritos, entidades, praticantes. A umbanda social <i>Aline Alves Bertuci</i>	393
--	-----

Os processos urbanos e as fronteiras do crime <i>Ricardo Lopes Batista</i>	405
---	-----

Sociedade, língua e direito: fragmentos de teoria <i>Daniel de Mello Massimino</i>	415
--	-----

PARTE I

**DO PASSADO AO PRESENTE:
HISTÓRIAS, CULTURAS E MEMÓRIAS
DO SUL DE MATO GROSSO
AO MATO GROSSO DO SUL**

LADÁRIO E O TREM NAVAL DE MATO GROSSO HISTÓRIA E MEMÓRIA (1873-1935)

Saulo Alvaro de Mello¹

O projeto pombalino, executado pelos luso-brasileiros, no sentido de avançar rumo às terras castelhanas resultou na ampliação da colônia portuguesa em cerca de mais dois terços do território brasileiro. Os caminhos fluviais, como o Rio Paraguai, o Rio São Lourenço e o Rio Cuiabá, percorridos pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral, permitiram o acesso ao estratégico lugar onde se assentou Cuiabá e possibilitou a ocupação e o povoamento rápido de Mato Grosso (BRAZIL, 1999, p. 120). A colonização portuguesa envolvendo ocupação, povoamento e segurança dos espaços lindeiros de Mato Grosso redundou no surgimento de algumas cidades coloniais, como Diamantino, Vila Bela, Cuiabá, Cáceres, Corumbá, Ladário, Miranda entre outras. Foram cidades que nasceram para atender ao plano geoestratégico da política portuguesa, sob as estritas “Instruções” da Coroa metropolitana.

Ladário fundada para dar suporte agrícola a Praça Militar de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (Corumbá) permaneceu como Retiro de Pescadores, enquanto a referida praça se transformou num importante entreposto comercial-fluvial a partir da segunda metade do século XIX. Para dar luz a compreensão deste profundo esquecimento institucional e da memória é basilar as lições de Jacques Le Goff, de como cada época fabrica mentalmente o passado histórico (LE GOFF, 1992), e entender seu atraso como fruto de “(...) um débil aparato estatal local” (QUEIROZ, 2003, p. 20), montado em Mato Grosso pela coroa.

Esse passado histórico envolveu a cidade de Ladário num manto de esquecimento. Ainda para Jacques Le Goff, há duas histórias: a da memória e a dos historiadores. A primeira é deformada e anacrônica, a segunda deve esclarecer e retificar os erros da memória. Para retificar a memória, é preciso entendê-la como um jogo de poder que aceita manipulação consciente ou inconsciente, portanto a história não deve usá-la para manipular fatos, mas na sua explicação (LE GOFF, 1992). Apesar do emudecimento da historiografia sobre o espaço urbano denominado Ladário, este simples Retiro de Pescadores passou à condição de Freguesia (1896), Sub-Município (1948) e, município (1953).

Parte das transformações verificadas nesta mancha urbana, esta ligada à fundação do Arsenal de Marinha de Ladário em 1873, que atraiu para a região centenas de operários. Os investimentos necessários às instalações das obras civis atraíram também comerciantes, promoveu o arruamento e construção de moradias, transformando Ladário em uma “Florescentíssima povoação”.

Para dar conta da problemática que elegemos como objeto e dar-lhe historicidade, procura-se aproximar da verdade histórica, tentando desmontar mitos forjados em torno dela. O historiador Jacques Le Goff lembrou que “(...) A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros” (LE GOFF, 1992, p. 29). Retificar os erros da memória histórica e coletiva sobre a **Ladário e o Trem Naval de Mato Grosso** é perseguir os fatos como meio de elucidar os juízos emitidos sobre eles. Na perseguição deste objetivo são importantes os ensinamentos de François Dosse de que o historiador tem o dever de

memória e seu compromisso é com a verdade, contra aqueles que querem manipular a história (DOSSE, 2003).

A memória tem propriedade de conservar a informação as quais o historiador se baseia para atualizar as impressões do passado. Nas condições descritas pretende-se desvelar o significado desse trabalho para a vida social e material de Ladário. Ultrapassar a fronteira entre o dizível e o não dizível é revelar as zonas submersas dos silêncios, para assim construir uma história em torno dessas alterações e as contribuições da transferência do Trem Naval de Mato Grosso para Ladário e a fundação da Casa Bancária Nicola Scaffa.

Desnudar o esquecimento sobre essa importante fase da História de Ladário, trazendo a luz seu passado, é contribuir para preservar essa memória envolta no manto do silêncio dando vida aos seus contornos e imagens como afirma Maurice Halbwachs:

(...) se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua substância, é que nossa memória não é tabula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado" (HALBWACHS, 1990, p. 28).

O Trem Naval de Mato Grosso e a Casa Bancária Nicola Scaffa partes da memória da cidade de Ladário, permaneceram bastante tempo no silêncio, que junto com os esquecimentos revelam os mecanismos de sua manipulação. Trazer para o presente seus contornos é dar-lhe inteligibilidade, pois o imobilismo é a antítese da história. A respeito das lutas travadas pelo pertencimento e dominação da memória, escreve Jacques Le Goff:

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1992, p. 426).

Contra esses esquecimentos devem-se levantar as memórias subterrâneas das culturas dominadas, considerando que a memória da Cidade de Ladário esta intimamente ligada à transferência do *Trem*

Naval de Mato Grosso e a fundação da *Casa Bancária Nicola Scaffa* (1935), que juntas vão contribuir para transformar a povoação daquela localidade, de um simples retiro de pescadores, numa “florescentíssima povoação”.

O Império Brasileiro sempre teve idéia de transformar o Rio Paraguai em eficiente meio natural de transporte, porque ele era, segundo as palavras de João Severiano da Fonseca “a melhor e mais fácil entrada da Província de Mato Grosso” (FONSECA, 1880, p. 120). Com o objetivo de assegurar o transporte no Rio Paraguai, o Presidente da Província de Mato Grosso, José Saturnino da Costa Pereira (1825-1828), criou em Cuiabá às margens do rio homônimo o Arsenal de Marinha de Cuiabá, a fim de garantir a segurança da navegação. O Presidente da Província cumpria assim determinações da Secretaria de Guerra que através das Portarias de 14 de abril e 7 de junho, incumbia-lhe de construir seis barcas canhoneiras.

A esse respeito Hercules Florence, desenhista da expedição de Grigory Ivanovitch Langsdorff Cônsul geral da Rússia no Brasil, registrou em suas memórias de viagem, “Vi em Cuiabá lançarem à água um barco de quilha, do tamanho de uma lancha de nau de guerra” (FLORENCE, 1977, p. 100). Estava se referindo a uma das seis canhoneiras acima mencionadas.

O Império Brasileiro preocupado com a segurança da navegação no Rio Paraguai encarregou João Augusto Leverger, Capitão de Fragata da Marinha Brasileira, de comandar a primeira Força Naval de Mato Grosso e também o Trem Naval de Mato Grosso em 6 de maio de 1843. O *Trem Naval de Mato Grosso* era formado pelo conjunto arsenal/canhoneiras/Cia de Imperiais Marinheiros, cabia-lhe ainda a conclusão da construção das barcas autorizadas, uma vez que até aquela data, apenas duas haviam sido construídas. Como chefe dessa Força Naval, Leverger ficou responsável pela construção e modernização das barcas que substituiriam as embarcações usadas desde as monções. As embarcações usadas nas monções eram feitas de troncos escavados que serviam ao transporte de homens e cargas. O Professor Ney lared Reynaldo na obra **Comércio e Navegação no Rio Paraguai (1870-1940)**, faz um relato enriquecedor sobre as monções cuiabanas, discri

minando os tipos e tamanhos das embarcações usadas nessas expedições e trazendo ainda indicações bibliográficas valiosas para o entendimento desse fenômeno.

A idéia de transformar o Rio Paraguai numa importante via de acesso à Bacia do Prata, é destacada pelo historiador quando diz que “Após a independência política do país, o governo imperial passou a considerar a navegação internacional como alternativa para tirar a província de Mato Grosso do semi-isolamento” (REYNALDO, 2004, p. 60).

Empenhado nessa tarefa João Augusto Leverger levantou os alicerces do Arsenal de Marinha de Mato Grosso, substituindo os antigos existentes em Cuiabá. Porém, as dificuldades enfrentadas durante a construção do Arsenal, em virtude da difícil situação financeira pela qual passava o Tesouro do Estado de Mato Grosso, em face à decadência da mineração, ensejou discussões visando sua transferência para Corumbá ou Ladário.

O crescimento econômico dessa região devido ao franqueamento da navegação no rio Paraguai em 1856, favorecia a transferência, projeto este interrompido pelas beligerâncias com o Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança. Após o conflito numa tentativa de desenvolver a região devastada pela guerra, o Governo Imperial nacionalizou as águas do Rio Paraguai, transformando-o e, principalmente, o porto de Corumbá num corredor de importações e exportações. Nessas condições favoráveis a idéia da transferência do Arsenal de Marinha de Cuiabá para o porto de Ladário efetivou-se por meio do Aviso de 7 de janeiro de 1873 do Ministro dos Negócios da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

Em 1876, três anos após a transferência e construção do novo Arsenal, João Severiano da Fonseca descrevia a situação de Ladário, observando que “(...) O Ladário converteu-se também numa florescentíssima povoação, com cerca de três mil almas, várias ruas e boa casaria” (FONSECA, 1880, p. 299). Percebe-se que a construção do Arsenal atraiu para Ladário centenas de pessoas em busca de oportunidades de emprego e moradia, num momento em que a região passava por dificuldades advindas da Guerra com o Paraguai. Esse enor

me contingente que se dirigiu para Ladário era formado, em parte, pelas tropas que voltavam de Assunção para Corumbá e, outra, por paraguaios e imigrantes. Parte dessa população vai trabalhar no Arsenal e fixar residência em Ladário, conferindo ao povoado contornos de vila, com intensa atividade social e econômica. Dessa forma, as obras civis para construção do novo Arsenal de Marinha no porto de Ladário, atraiu para a região centenas de trabalhadores, dando início ao primeiro arruamento e construção de moradias.

O Ministro da Marinha, em 1881, designou o Chefe-de-Esquadra Francisco Cordeiro da Silva Torres, Barão de Iguatemi, para fazer um relato minucioso do Arsenal. A 4 de julho do mesmo ano o Barão apresentou extenso relato ao ministro, documento este aqui transcrito parcialmente:

Este estabelecimento situado no Ladário, quatro milhas e meia abaixo da cidade de Corumbá, ocupa um terreno com 23.120 metros quadrados, entre o Rio Paraguai, córrego Malheiros e povoação do Ladário. [...] Dentro dessa área estão os seguintes prédios: O quartel das companhias de Imperiais-Marinheiros e Aprendizes artífices. [...] O depósito de pólvora- edifício-térreo de alvenaria de pedra com 13m de comprimento, 6m de largura, 5,6 de altura e as paredes de 0,60m de grossura, coberto de telhas francesas e o pavimento atijolado, construído por empreitada, em 1874, por 15:189\$331. Enfermarias e farmácias [...] tendo custado 20:700\$708 [...] Inspeção, Secretaria, moradias do inspetor, ajudante médicos e diretores das oficinas [...] Foi construído por empreitada, de julho de 1875 a junho de 1877 e importou em 100:000\$000 [...]. (Histórico da Base Fluvial de Ladário, 1972, p. 13-4).

Analisando o relatório na íntegra, percebemos a dimensão das obras realizadas e o volume dos investimentos que foram responsáveis pelo incremento do comércio e aumento da oferta de empregos. Em virtude da importância atingida pela povoação de Ladário, devido ao movimento de operários e tropas, o povoado foi elevado à categoria de Freguesia de Corumbá, pela Lei número 134 de 16 de março de 1896.

A construção de embarcações destinadas ao *Trem Naval de Mato Grosso* e reparos nos navios mercantes e da Flotilha utilizava o trabalho de centenas de operários, consumidores em potencial. Aproveitando-se desse movimento, o comerciante Raphael Scaffa tornou-se for

necedor de gêneros para os navios da Flotilha de Mato Grosso, na época chamada Trem Naval de Mato Grosso. Essa nomenclatura refere-se à designação do conjunto composto pelo arsenal/canhoneiras/oficinas/Cia de Imperiais Marinheiros.

A fim de ter alguém que o auxiliasse nos negócios, em 1908 outorgou a seu filho, o Capitão Nicola Scaffa, procuração para que este desse continuidade ao fornecimento de gêneros ao Arsenal. A referida procuração consta dos registros do Livro de Notas número 4, páginas 5 e 6, de 12 de dezembro de 1908, do Cartório de Tabelionato e Registro Civil de Ladário.

O Capitão Nicola Scaffa passou então a fornecer os suprimentos necessários ao funcionamento do Arsenal e também a seus funcionários civis e militares, começando assim a sua trajetória de comerciante, seguindo os passos do pai. A memória da história de Ladário e a do Coronel Nicola Scaffa, como podemos perceber, estão intimamente ligadas à construção do Arsenal de Marinha de Ladário.

A origem de sua riqueza começou com um modesto armazém, situado à Rua Tamandaré número 53, no município de Ladário, construído inicialmente de pau-a-pique. No início de 1930 a antiga construção foi derrubada e em seu lugar, ergueu-se à majestosa sede de sua Casa Comercial “A Lealdade” e anexo a *Casa Bancária Nicola Scaffa*. Esse imóvel foi adquirido por Scaffa da Sra. Amélia Ramires de Azevedo, conforme escritura registrada em 11 de março de 1911, no Livro de Notas número 5, folhas 37 a 38 do Cartório de Tabelionato e Registro Civil de Ladário. O nome “Lealdade” foi dado pelo Coronel como um reflexo pessoal, pois julgava ser um comerciante honesto, cobrando preços justos e juros que considerava compatíveis com a situação de seus clientes, o que obviamente não afasta o desejo de enriquecimento forjado a custa de uma massa de operários que dependiam quase que exclusivamente dos créditos concedidos pelo coronel.

A partir do comércio com o Arsenal de Marinha e seus servidores e, ainda, com o vantajoso negócio de compra e venda de imóveis Nicola Scaffa, em pouco tempo tornou-se um homem rico e poderoso. Com a morte do pai, assumiu definitivamente os negócios da família, tornando-se seu principal herdeiro.

Apesar de ser dono de milhares de hectares, sua atividade principal era o comércio e uma Casa Bancária que funcionava anexa ao seu estabelecimento, que recebeu o nome de “Casa Bancária Nicola Scaffa”. Essa Secção Bancária destinava-se a emprestar dinheiro, principalmente aos funcionários civis e militares do Arsenal de Marinha de Ladário. Empréstimos e hipotecas eram suas atividades principais. Possuir uma secção Bancária dentro do próprio estabelecimento comercial era comum nas grandes Casas Comerciais e “A LEALDADE” não constituía exceção. A Casa Comercial foi eleita como intermediária dos grandes bancos.

Após a Guerra com o Paraguai o comércio na Região Platina se intensificou com a introdução dos mecanismos do sistema capitalista. Dentre esses mecanismos esta a concessão de crédito, o que lhe conferia status de representante bancário. Era comum a casa comercial possuir uma secção bancária. A primeira agência bancária da região foi uma filial do Banco do Brasil, fundada em Corumbá em 1916.

A Casa Comercial e a Secção Bancária conferiram ao Comerciante dos Portos, grande poder concentrado em suas mãos o monopólio do comércio direto com o produtor e a concessão de crédito. Para Gilberto Luiz Alves:

(...) a casa comercial dos portos exerceu um domínio econômico incontestado em Mato Grosso (...) funcionando como banco foi o único estabelecimento de crédito ao alcance do produtor, independente das elevadas taxas de juros que impunha. Daí ter o **Grande Comerciante dos Portos** carregado em seu favor o grosso da riqueza da região” (ALVES, 1985, p. 69).

A *Casa Bancária Nicola Scaffa* fundada em 1935 na Freguesia de Ladário, reproduzia os mesmos mecanismos de acumulação de capitais realizado pelo Grande Comerciante dos Portos. Para o Professor Saulo Alvaro de Mello o poder político e econômico do Coronel Nicola Scaffa, pode assemelhá-lo ao dos comerciantes dos portos (MELLO, 2005).

A *Casa Bancária Nicola Scaffa* quando realizava empréstimos, exigia como garantia de pagamento a escritura do imóvel do tomador e caso este não saldasse a dívida no tempo combinado, tomava-lhe o imóvel, que era vendido para saldar os seus débitos e

tirá-los da inadimplência. Dessa forma o Coronel auferia lucros ainda maiores. A inadimplência era praticamente zero, pois os devedores temiam devê-lo devido aos mecanismos pouco convencionais de cobrança (MELLO, 2005).

A “LEALDADE” fornecia gêneros a crédito aos funcionários civis e militares do Arsenal de Marinha, no sistema de caderneta. Uma ficava com o cliente e outra com o Coronel, na pessoa do seu Guarda Livros. Por ocasião do recebimento dos salários por parte dos funcionários do Arsenal, estes saldavam suas dívidas e recebiam como brinde uma bebida ou uma lata de doce, pela pontualidade no pagamento. Este ato tinha grande significação, pois conferia ao Coronel uma imagem de austeridade e simpatia. No entanto demonstrava também a submissão dos operários em relação ao armazém, pois o mesmo se constituía quase que no único recurso para a aquisição de gêneros alimentícios, utensílios, ferramentas, tecidos e outros.

O próprio Coronel inspecionava seus negócios, recebendo pessoalmente clientes, amigos e fornecedores. Trabalhar para ele representava prestígio e segurança. As exigências para com seus empregados eram compensadas com a pontualidade e justiça no pagamento dos salários. Costumava dizer: “o que é do funcionário é sagrado”. Pode-se caracterizar a relação dos operários do Arsenal e dos funcionários com Nicola Scaffa, como uma subalternização.

Entre os funcionários de confiança que cuidavam cotidianamente das atividades contábeis e financeiras da casa comercial, estavam Henrique Feijó e Felício Scaffa. O primeiro era Guarda Livros que trabalhou a vida toda para o Coronel, chegando a ser procurador em todos os seus negócios da. Essa Procuração foi-lhe outorgada em 2 de junho de 1935 e registrada no Livro de Notas número 14, p. 17, do Cartório de Registro Civil e Tabelionato da Cidade de Ladário, e demonstra claramente essa confiança. O segundo o Sr. Felício Scaffa, a quem era confiada movimentação da conta bancária no Banco do Brasil possuindo plenos poderes para o exercício de tal finalidade. A fim de produzir legalidade na movimentação financeira foi-lhe utorgada procuração para essa finalidade, registrada no Livro de Notas número 14, folhas 15/16 e 22/23 de 22 e 27, de junho de 1935.

Possuir plenos poderes para agir e falar em nome do Coronel Scaffa e administrar seus negócios comerciais significava aos outorgados total obediência. Quando as portas da Casa Comercial eram fechadas no final da tarde, Scaffa se trancava em seu escritório e residência (anexos à “LEALDADE”) e conferia toda a movimentação diária. Caso houvesse um erro, no dia seguinte chamava duramente a atenção dos responsáveis numa atitude de arrogância e austeridade.

A “Lealdade” na década de 40 tornou-se a maior Casa Comercial da região, vendendo uma grande variedade de produtos. Conforme Demonstrativo da Mesa de Rendas Estaduais de Corumbá, datado de 4 de maio de 1940, referente ao Pagamento do Imposto de Estatística, podemos constatar a diversidade de produtos a disposição em seu estabelecimento comercial, o que fazia da “LEALDADE” um grande empório de produtos nacionais e importados.

Pelo valor dos impostos por ela recolhidos pode-se constatar o grande volume de transações comerciais realizadas. Exemplificando essas taxas, no mês de maio de 1940, consta recolhimento aos cofres estaduais no valor 895\$000 (Oitocentos e Noventa e Cinco Mil Réis) em Impostos, conforme Guia 1182 de aquisição de estampilhas, da Mesa de Rendas Estaduais de Corumbá.

Consultando o Demonstrativo da Dívida do Estado, referente ao Imposto Territorial do Município de Corumbá, exercício de 1907 a 1930, não encontramos menção à Família Scaffa, embora esta fosse a maior proprietária de terras da Freguesia de Ladário. Muitas dessas propriedades foram incorporadas ao patrimônio da família graças a hipotecas não resgatadas feitas à *Casa Bancária Nicola Scaffa*.

Também não encontramos nenhuma citação da família Scaffa nas Certidões expedidas em 13 de fevereiro de 1931 pelo Promotor de Justiça da Comarca de Corumbá, Carlos Hugueney Filho. Essas citações de cobrança judicial referiam-se às dívidas de Imposto Territorial enviadas para o Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Corumbá.

Nicola Scaffa era o maior contribuinte do Imposto de Indústria e Profissão da Freguesia de Ladário referente à “Lealdade” e um dos maiores do Município de Corumbá. Somente no ano de 1934 recolheu

como pagamento do referido imposto à quantia de 1:650\$000 (Um conto e Seiscentos e Cinquenta Mil Réis), de acordo com Relatório da Mesa de Rendas Estaduais de Corumbá do mesmo ano. Dessa forma, podemos perceber pelo volume de entradas e saídas de mercadorias e ainda pelos impostos pagos, a grandeza da “LEALDADE”, que fornecia ainda gêneros alimentícios a várias cidades do Estado, como Cuiabá, Cáceres e Poconé. Segundo depoimento do Sr. Gil Guimarães que trabalhou na “Lealdade” de 1939 a 1941, o Coronel Nicola Scaffa ficava irritado com o desperdício, e dava importância a cada grão:

Nicola Scaffa era exigente, queria tudo certo, tudo limpo, e não gostava de nada fora do lugar. Quando via os funcionários derramarem no chão grãos de arroz, milho, feijão, açúcar..., ficava zangado, não queria nada no chão. Dizia em tom alto: “Hoje tem um grão, amanhã têm outro., daqui a um mês tem um quilo, e um quilo faz falta, é prejuízo”. Vendia ainda tecido por metro e quando cortava uma fazenda, o corte tinha que estar reto e exato, para não lesar o freguês e nem dar prejuízo à loja. Ele mesmo ensinava seus empregados a cortarem tecidos e embrulhar as mercadorias vendidas. (o depoente trabalhou na “LEALDADE” de 1939 a 1941 como balconista, saindo para trabalhar no Arsenal de Marinha de Ladário, como a maioria de seus funcionários de confiança). (Depoimento de Gil Guimarães, concedido em sua residência dia 25 de dezembro de 2004).

Grande parte da população ladarense dependia do Arsenal de Marinha e os comandantes militares, do Coronel, para permanecerem em seus cargos, serem removidos ou ganharem uma promoção. Assim os operários, com receio de perder o emprego e o crédito da Casa Bancária Nicola Scaffa e do seu Armazém, sempre o obedeciam ao seu pedido de voto, prática bastante conhecida como Voto de Cabresto.

A Casa Bancária Nicola Scaffa não representava apenas um próspero comércio de secos e molhados, mas também servia como base política. No dia de eleições, Nicola Scaffa tinha direito a uma escolta de Fuzileiros Navais para protegê-lo. Ficavam na sotéia da “LEALDADE” para guardar seu patrimônio e sua integridade, mas também para persuadirem desafetos e garantir o resultado das eleições, que deveriam ser favoráveis aos candidatos do governo, reproduzindo assim a prática coronelística, da qual Nicola Scaffa era representante em Ladário.

As Casas Comerciais dos Portos ganharam projeção após a Guerra com o Paraguai. A *Casa Bancária Nicola Scaffa* herdou dessas casas comerciais os mecanismos de acumulação de riquezas, capitalizando recursos para exercer o monopólio comercial, comprando diretamente do produtor, revendendo-os a preços maiores. Esses estabelecimentos foram importantes no desenvolvimento de cidades como Corumbá, Cáceres, Cuiabá e tardiamente Ladário.

A *Casa Bancária Nicola Scaffa* constituiu-se no maior armazém da Freguesia e importante fonte de crédito aos operários do Arsenal de Marinha de Ladário, que não tinham acesso a empréstimos nos bancos de Corumbá. Dessa forma materializou-se na memória ladarense como símbolo de poder econômico e influência política.

Tirar o *Trem Naval de Mato Grosso e a Casa Bancária Nicola Scaffa* do esquecimento da memória é projetá-los na história de Ladário, legando ao presente conhecê-los. Essa é a tarefa do historiador, presentificar fatos passados, torná-los inteligíveis, impulsionar novas descobertas e acima de tudo retificar os mitos criados em torno desses fenômenos econômicos-sociais.

NOTA

¹Mestrando – UFGD, sauloamello@yahoo.com.br

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Gilberto Luiz; CORREA, Lucia Salsa; CORREA, Valmir Batista. **Casario do Porto de Corumbá**. Campo Grande. Fundação de Cultura de MS. Brasília:Gráfica do Senado, 1985.

_____. **Mato Grosso do Sul: O universal e o singular. A trajetória do Grande Comerciante dos Portos de Corumbá:1857-1929 (A propósito das determinações econômico sociais do Casario do Porto)**. Campo Grande:UNIDERP, 2003.

ASSAD, Julião Jorge, et. Ali. **Histórico da Base Fluvial de Ladário**.Ladário:s.e, 1972. (mimeografado).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Nacional Pró Memória. Brasília, 1981.

CARTÓRIO de Tabelionato e Registro Civil de Ladário. **Livros de Notas números 4, 5 e 14**. Ladário.

DOSSE, Fañçois. **A História em migalhas Dos Annales à Nova História**. Bauru,SP: EDUSC, 2003.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tiête ao Amazonas de 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix, 1977.

FONSECA, João Severiano. **Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro. 1880/81. 2 v.

GUIMARÃES, Gil. Entrevista concedida a Saulo Alvaro de Mello

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**.São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

MELLO, Saulo Alvaro de . **Nicola Scaffa – um Coronel na Freguesia de Ladário (1908-1952)**. Monografia. Departamento de História do CPAQ/UFMS. Aquidauana, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro,v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Temores e Esperanças: o antigo Sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro**. In: MARIN, Jérri Roberto; VAS-CONCELOS, Cláudio Alves de. **História Região e Identidades**. Campo Grande: UFMS, 2003

REYNALDO, Ney Iared. Comércio e Navegação no Rio Paraguai (1870-1940).Cuiabá: UFMT, 2004

A MISSÃO FRANCISCANA NO ANTIGO MATO GROSSO: A PERSEGUIÇÃO DOS FRADES EM PARANAÍBA

Fernanda Amélia Leal Borges Duarte¹

INTRODUÇÃO

Neste texto discutiremos sobre a Missão Franciscana no Mato Grosso em 1940, os motivos que trouxeram os frades ao Brasil e as perseguições do governo brasileiro. A Missão Franciscana no Mato Grosso foi realizada nestas terras desde o século XVIII pelos trabalhos missionários na América espanhola. No século XIX o Mato Grosso, sendo território do América portuguesa, tinha em seu interior missões nas regiões de Cuiabá, Cáceres e Corumbá. Em Cuiabá dava-se a euforia do ouro. Nas regiões de Cáceres, Corumbá e no sul do Mato Grosso objetivavam “civilizar” os povos indígenas do baixo Paraguai.

No século XX, mais precisamente na década de 1940 há no Mato Grosso uma nova missão com o objetivo de trazer para o conhecimento do cristianismo para o povo sertanejo. Conforme Knob (1988), nesse período, a Ordem Franciscana que veio da província de Turingia, Alemanha, estava fugindo das perseguições nazistas e não queria que fosse dizimada, por isso veio ao Brasil para a Missão no Mato Grosso. No

Brasil, encontraram dificuldades neste período, acusados e perseguidos pelo governo brasileiro. Neste artigo, trabalharemos especificamente com a cidade de Paranaíba onde as acusações e perseguições foram mais graves.

OS FRANCISCANOS

NO SÉCULO XVIII EM MATO GROSSO

Inicialmente, a presença Franciscana no século XVIII dava-se no Paraguai. Na época, os trabalhos missionários da América espanhola eram coordenados pela Ordem Franciscana. Durante o período colonial, os missionários franciscanos trabalharam em terras mato-grossenses, na região sul, objetivando aldear os índios e convertê-los ao cristianismo. Mais tarde, as missões franciscanas foram passadas para os missionários Jesuítas. Segundo Frei Pedro Knob, esta troca de ordens religiosas foi imposta pelo governador de assunção Hermano Arias de Saavedra, visando catequizar os povos indígenas através da fé.

Com a descoberta do ouro em Cuiabá, houve uma presença religiosa da ordem franciscana no Mato Grosso. Em 1725, se iniciaram as Monções e os frades franciscanos dão princípio às suas missões de aldeamento e de difusão do cristianismo.

ORDEM FRANCISCANA

NO MATO GROSSO - SÉCULO XIX

No século XIX o trabalho missionário está voltado para a catequese indígena. Segundo Frei Modesto Rezende de Taubaté, na obra Os missionários Capuchinhos no Brasil:

Quando se escreve a história da catequese indígena no Mato Grosso, a luz de documentos seguros e imparciais, certo mais de uma página se há reservar a memória dos beneméritos filhos de São Francisco de Assis da ordem dos Capuchinhos, que foram, no século XIX, os verdadeiros pioneiros da civilização entre as tribos Silvícolas de nossa terra. (1929, p. 166).

Conforme os missionários, os trabalhos eram realizados com o espírito vivaz de “empreendimentos e de grandes civilizadores”.

Onde estavam sempre havia uma obra voltada para a educação, seja ela religiosa, pedagógica ou assistência como, por exemplo, na organização de uma enfermaria, entre outras obras necessárias para o desenvolvimento do centro catequético nas regiões.

As missões foram desenvolvidas nas regiões norte e sul do Mato Grosso. A primeira se deu em Cuiabá, se encontrava um grande fluxo da mineração no Brasil, a segunda ocorreu na região do baixo Paraguai com objetivos de catequizar as numerosas tribos indígenas da região. As missões realizadas em Albuquerque e Corumbá e as missões na Guerra do Paraguai, principalmente na retirada da Laguna, eram coordenadas pelo Frei Mariano de Barganha.

NO MATO GROSSO – SÉCULO XX

Assinala Knob (1988, p. 30) que em 1902, o Bispo de Cuiabá, D Carlos Luiz d' Amour fez uma viagem para Roma e lá o Bispo convidou os Padres da Terceira Ordem Regular para trabalharem no Brasil, no Mato Grosso. Segundo este autor, no século XX:

[...] os missionários franceses da TOR encontraram no Mato Grosso uma vida religiosa sumária. E verdade que muitos freqüentavam as igrejas, mas não faziam uso dos sacramentos. Muitos diziam-se livres pensadores. (1988 p. 43).

Com essa missão trabalharam nas regiões de Cuiabá, Cáceres e Corumbá fazendo obras escolares como colégios, na área da saúde, hospitais. Na passagem da década de 1930 para 1940 vieram novos frades Franciscanos alemães para o Brasil com missões no estado de Mato Grosso. A vinda da Ordem para o Brasil foi por motivos políticos, já que a Alemanha vivenciava a perseguição Nazista à Igreja Católica e aos religiosos, também pelo grande número de frades com vocações missionárias.

A Ordem Franciscana de Turingia já tinha o conhecimento da situação religiosa no Mato Grosso. Sobre esta questão, Knob diz que:

[...] pode-se deduzir qual seria o trabalho principal dos missionários franciscanos. Em primeira linha, deveriam auxiliar o clero que já trabalhava aí, isto é, na aceitação de paróquias, portanto, na cura das almas regular entre católicos. E verdade, existiam ainda algumas tribos de índios

na região que também deveriam ser conduzidas a verdadeira fé. Contudo, o grande trabalho missionário seria a pasto ração do interior do sertão. (1988, p. 43).

Ao chegarem em solo brasileiro, se hospedaram na cidade de São Paulo. Mais tarde, os Freis foram distribuídos em diversos conventos: Frei Eucário Schmitt ficou no convento de Pari, Frei Wolfran Passmann no convento São Francisco, em São Paulo, Frei Antonino Schwenger primeiro ficou em Rio Preto e depois se mudou para Guaratinguetá, Frei Francisco Brugger retornou ao Rio de Janeiro, no convento de Ipanema.

Nos conventos tinham dois objetivos, aprender a língua portuguesa e se prepararem para o trabalho no Mato Grosso. Para cumprir estes objetivos praticavam atividades como o sacramento de batismo, os matrimônios, as rezas, ouvindo ainda confissões e dando aulas de catecismo. Quando os objetivos já estavam cumpridos no que diz respeito ao conhecimento da língua foram para Mato Grosso dar início a missão. Em Outubro de 1938 se inicia a Ereção do Comissariado no Mato Grosso, sendo nomeado frei Eucário Schmitt para primeiro comissário.

Com a ereção do comissariado, frei Eucário Schmitt manteve contatos com seus superiores que se encontravam na Alemanha quando tratavam dos assuntos mais importantes da missão mato-grossense. Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, os contatos tornaram-se impossíveis. Então coube ao Frei Eucário Schmitt tomar decisões sozinho sobre os assuntos da missão.

Antes de a Segunda Guerra Mundial começar, a Ordem Franciscana da Província da Turingia iniciou o envio de missionários para o exterior, em vista da situação política da Alemanha.

Na época, as relações entre estado e Igreja pioravam dia a dia. Tornava-se cada vez mais evidente que o nacionalsocialismo queria aniquilar a Igreja. Nos processos de divisas e de moralidade, transparência a intenção nazista de fazer calar e até acabar com as Ordens Religiosas. O que estava nos planos do governo não se sabia, mas se devia estar preparado para tudo. Até se devia contar com o pior, a saber, que todos os religiosos, no III Reich, seriam aniquilados numa espécie de Noite de São

Bartolomeu ou num campo de concentração. Igualmente era de temer que se tornaria impossível para os religiosos viajar para o exterior, porque o III Reich sabia muito bem que os religiosos emigrados eram os maiores opositores de Nazismo. (KNOB, 1988, p. 58).

O objetivo da Ordem Franciscana da província da Turingia, enquanto houvesse tempo, era enviar religiosos para o exterior para que as missões tivessem continuidade. Enquanto isso, no Mato Grosso, frei Eucário Schmitt precisava de mais missionários para atender às paróquias oferecidas. Assim, com o envio dos religiosos para o Brasil, foi possível que alguns Frades fossem para Mato Grosso atender à Missão. Acentua Knob (1988) que, em Setembro de 1939, o governo alemão proíbe a saída dos religiosos da Alemanha.

A MISSÃO FRANCISCANA EM PARANAÍBA

A cidade de Paranaíba está localizada no estado de Mato Grosso do Sul, antigo sul de Mato Grosso. Esta região era habitada pelos índios caiapós que foram dizimados pelos monçoeiros e bandeirantes. Acentua Campestrini (2002, p.20) que, no século XVIII, a região foi desbravada e povoada pela família mineira Garcia Leal tendo como membros José, Joaquim, João, Januário, seguida por outras famílias e tendo à frente o sertanejo “pioneiro” José Garcia Leal que fundou, na área, uma fazenda de criação de gado.

Neste período, a freguesia de Paranaíba teve um maior desenvolvimento com a construção da estrada Piquiri que ligava Cuiabá a São Paulo. A Guerra do Paraguai proporcionou um aumento populacional em Santana do Paranaíba, pois numerosos moradores de Vacarias que estavam fugindo da invasão das cidades do sul da província se instalaram nessa cidade. Santana do Paranaíba foi elevada à categoria de município em 1857.

No século XX a região envolveu-se em sucessivos conflitos e desordens. Esses acontecimentos se deram devido à posição contrária da política dos coronéis que provocou o esvaziamento da cidade. Muitos cidadãos paranaibenses foram para a cidade de Três Lagoas, onde começava a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

Com a construção desta ferrovia, a cidade de Três Lagoas oferecia mais segurança e melhor estabilidade de vida econômica. Na década de 1940, a Ordem Franciscana chega em Paranaíba com a missão de colaborar com o desenvolvimento religioso.

Os Frades Franciscanos destacaram-se no campo religioso construindo a nova Igreja Matriz Nossa Senhora Sant' Ana, mas tinham como principal tarefa catequizar os povos Sertanejos, crianças, jovens e idosos. No campo social, pretendiam desenvolver a educação na região. Esta função coube às Irmãs Franciscanas Bernadinas. As atividades pastorais dos Frades franciscanos eram divididas em tarefas, mas sempre objetivando a catequese.

Segundo relatam os Frades “[...] o povo não conhece nada das coisas sobrenaturais, conhece e aprecia só os dos bens terrenos”². As atividades eram feitas na cidade e no campo. Na cidade, o trabalho era com as aulas de catequese para as crianças e adolescentes, aulas de ensino religioso no Colégio São Francisco e com a reforma da Igreja Matriz, que antes se chamava Nossa Senhora do Rosário, e que mais tarde passa a ser denominada Sant' Ana. Esta Igreja atraiu mais os fiéis para as missas e as responsabilidades religiosas.

O trabalho no campo exigia mais tempo, com meses de viagens pelo sertão, pregando o cristianismo para um povo que pressupunham ser “ignorantes” da vida espiritual. Nas viagens, os frades faziam pregações, catequese, batizados, casamentos, entre outros trabalhos religiosos. Com a presença da Ordem Franciscana em Paranaíba, os Frades fundaram um Colégio na cidade, em 1941. O Colégio São Francisco era coordenado pelas Irmãs Franciscanas Bernadinas de nacionalidade norte-americana, as quais também exerciam o trabalho de enfermeiras da casa paroquial.

Porém, com as agitações da Segunda Guerra Mundial, o Colégio São Francisco foi fechado em 1944, por dificuldades financeiras e por influências das políticas governamentais do Brasil. A partir de 1940, os padres e as irmãs passaram a ser perseguidos pelo governo brasileiro. Após a guerra, os frades Franciscanos puderam trabalhar com mais tranquilidade em Paranaíba, ampliando as obras sociais como o Colégio Educandário Santa Clara e o Colégio Patronato São José, obras realizadas na década de 1950.

A PERSEGUIÇÃO

Como já salientado na década de 1940 o Brasil vivenciava o clima da Segunda Guerra mundial. Os Frades franciscanos que estavam no Mato Grosso passaram a ser perseguidos pelo governo brasileiro.

Eram inúmeras acusações envolvendo espionagens e propaganda nazista no território brasileiro. O motivo das perseguições era devido ao fato os freis serem alemães. A perseguição era mais intensa no sul do estado de Mato Grosso, onde os frades eram presos, vigiados e proibidos de viajarem para as pregações cristãs, também não podiam se reunir para tratar dos assuntos religiosos. Um exemplo disto está no fato de que o comissário Eucário Schmitt chama a atenção dos seus padres sobre como deveriam se comportar em sociedade;

[...] em primeiro lugar deviam estar cientes e compreender que as autoridades naquela situação deviam estar vigilantes e também o direito e o dever de ter o controle dos estrangeiros, mesmo, depois de algumas experiências, o controle dos eclesiásticos e religiosos. Em segundo lugar, não se tratava de saber o que se podia fazer e o que não, mas sim; o que convém e o que não convém, por exemplo, não era proibido ouvir radio, mas não convinha; não era proibido tirar fotografias, mas não era muito conveniente andar com o aparelho na mão ou mostrá-lo aos outros. Por fim, quanto ao comportamento, segundo as autoridades militares, ninguém era proibido de pensar o que quisesse, mas ninguém que então vivia na Brasil tinha o direito de externa a sua opinião, quando contrario ao ponto de vista do povo e do governo. Padres e religiosos de modo algum deveria falar de política, nem contra, nem a favor, nenhuma palavra[...] (KNOB, 1988, p. 79).

Estas eram as condições que os Frades Franciscanos deviam obedecer para que os seus trabalhos religiosos tivessem continuidade e para não serem perseguidos e acusados de nazistas. Segundo Knob (1988, p.76), em Paranaíba a perseguição foi mais rígida e grave. As acusações atingiam o vigário de Paranaíba, frei Pedro Holz, o seu coadjutor Frei Bruno Kebler, o vigário de Aparecida do Taboado, Frei Antonino Schwenger e o irmão Frei Valfuido Stahle. Eram acusados de serem espiões do governo alemão.

Para que as acusações fossem investigadas, estes padres foram presos, no dia 26 de março de 1942, no chamado “cativeiro Três-lagoense”, durante seis semanas, permanecendo no quartel de Três Lagoas. No livro de crônicas os freis relatam:

No domingo, 22 de março de 1942, fomos acordados às 5 horas da madrugada por soldados e intimados a ir à delegacia Policial desse lugar [...] Às 2 horas da tarde houve uma busca na nossa casa paroquial, prendendo-se o rádio das Irmãs franciscanas e uns livros. Depois de uns dias, durante os quais foram ouvidas as testemunhas, no dia 26 de março. Fomos levados ao quartel de Três Lagoas. Ali hospedamo-nos no hospital militar. Fomos tratados muito bem. A nossa estada na prisão levou seis semanas e nós fomos postos em liberdade no dia 3 de maio, sendo que não se pode apurar nada contra nós. Foi provada a nossa inocência. Boatos correram por aí a vontade: Frei Antonino, de Aparecida do Taboado, é aviador alemão, Frei Valfrido é oficial do exército alemão, Frei Pedro é capitão da Marinha etc. Disseram que nos tínhamos uma rádio emissora para a Alemanha, um subterrâneo que abrigava uma companhia inteira, um esconderijo com metralhadoras etc..., que nós tínhamos tomado cerveja festejando o afundamento de navios brasileiros. (1942, p. 40)

Após a entrada do Brasil na Guerra aumentaram as acusações sobre Frei Pedro. Segundo Knob, foi publicado um artigo na revista Mensageiros de N. Sra. Menina, tendo por autoria o Bispo de Maura, com o título “Frades espiões”, em que eram acusados frei Pedro Holz, Frei Antonino Schwenger e Frei Otaviano Hirt de serem espiões alemães. Com a publicação deste artigo, aumentou a vigilância sobre Frei Pedro.

Em 1943, tiveram início outras acusações e até ameaças de morte, tanto para os padres quanto para as Irmãs Franciscanas Bernadinas que coordenavam o Colégio São Francisco, sendo Frei Pedro o mais ameaçado. No mesmo ano Frei Pedro foi acusado de ter excedido no castigo a uma aluna do Colégio São Francisco. O castigo se deu por que um grupo de meninas falava e escrevia no quadro negro palavras obscenas. As irmãs corrigiram as meninas, mas não adiantou. Então recorreram a Frei Pedro que castigou a líder do grupo com a autorização dos pais.

A acusação de ter excedido no castigo fez com que o Frei respondesse a um processo criminal, sendo condenado a pagar um conto de Réis “por excesso de castigo escolar”. (CAMPESTRINI, 2002, p. 56). Mais tarde, foi pedida a deportação de Frei Pedro. Assim Frei Pedro Holz deixa Paranaíba no dia 28 de Setembro de 1943 sob proteção do delegado especial e quatro homens de captura para o sul do Mato Grosso. As Irmãs Franciscanas Bernadinas resolveram abandonar Paranaíba por causa das perseguições e pela falta de recursos financeiros para manter o Colégio.

Os freis e Bispo D. Vicente B. M. Priante lutaram em defesa do Frei e das Irmãs, porém não tiveram sucesso. Em fevereiro de 1944, frei Pedro voltou a ser vigário de Paranaíba e permaneceu como vigário até 1963 quando voltou para Alemanha para tratar da saúde. A paróquia de Paranaíba foi entregue aos Padres Agostinianos.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Este foi um breve histórico da Missão Franciscana no Mato Grosso e das perseguições na cidade de Paranaíba na década de 1940. Em continuidade, a pesquisa tem como objetivo, analisar a influência da Ordem Franciscana na cidade de Paranaíba MS, principalmente em relação à política durante a Era Vargas.

O trabalho a ser desenvolvido se buscará na consulta de livros, documentos, jornais e fotografias da época. Também trabalharemos com fontes orais, com a busca das fontes e das leituras feitas de obras sobre o assunto será possível fazermos uma reflexão sobre a influência da Ordem Franciscana em Paranaíba e as relações políticas na Era Vargas.

NOTAS

¹ Graduanda do segundo ano do curso de história, UFMS – CPTL.

² Referência extraída da página 36 do livro Tombo I da Igreja Matriz Sant’Ana de Paranaíba

FONTES

Documentação do Museu e Arquivo histórico de Paranaíba.

Livro Tombo I da Igreja Matriz Sant'Ana de Paranaíba

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba de 1700 a 2002**. 2 ed. Campo Grande-MS. IHGMS, 2002.

FLAMARION, Ciro e VAIFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História. Ensaios de Teorias e Metodologias**. 12 ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.

KNOB, Frei Pedro. **A Missão Franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande-MS. Editora Loyola, 1988.

REZENDE, Frei Modesto. **Os missionários Capuchinhos no Brasil**. São Paulo, 1929.

ROLIM, Francisco Cartoxo. **Religiões e Classes Populares**. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 1980.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. 3 ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

RUMO À BRASILIDADE: MATO GROSSO E A MARCHA PARA O OESTE (1937-1945)

Carlos Alexandre Barros Trubiliano¹

Carlos Martins Junior²

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do séc. XX foram marcadas por esforços, por parte do Estado brasileiro, em definir, bem como nacionalizar as suas fronteiras, integrando regiões limítrofes, como Mato Grosso, ao corpo da pátria.³

Em trinta e um de dezembro de 1937, durante a saudação de fim de ano ao povo brasileiro, o presidente Getúlio Vargas anunciou o programa de colonização denominado Marcha para Oeste. Em mensagem radiofônica transmitida para todo o território nacional, o chefe de governo conclamava os brasileiros a rumarem para Oeste em busca das oportunidades de descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido. Para ele:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar : os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial.⁴

Da perspectiva do governo Vargas, um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração (territorial, racial, moral, cultural e política) das várias regiões do interior do país, bem como na exploração de suas riquezas. Nas palavras de Alcir Lenharo

A construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontram vedados.⁵

Através de uma série de representações geradas no bojo da campanha surgiu uma imagem homogênea da nação e do Estado como elemento de superação dos conflitos sociais⁶, permitindo que o Estado Novo falasse pelos outros, ou seja, pelo *“conjunto dos brasileiros, de quem precisava interpretar corretamente seu pensamento e para quem precisava encaminhar diretrizes políticas, que todos, supostamente, desejam e aprovam.”*⁷ Foi nesse contexto que Vargas lançou o lema da campanha: *“O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste.”*

Retomando Alcir Lenharo, a Marcha para Oeste representou um projeto para fazer frente à crise econômica e política na qual o Brasil estava envolvido, devido aos efeitos do *crack* da bolsa de valores de Nova York, em 1929, os quais percorreram toda a década de 1930, período conhecido como a *Grande Depressão*. Contribuindo para tornar mais complexo e instável o cenário internacional, tal conjuntura fez com que crescesse, perigosamente, o descrédito quanto à possibilidade de políticas de orientação democrático-liberal em resolver questões como o desemprego e a falta de moradia⁸

No plano nacional, a crise que se abateu sobre a produção do café, foi acompanhada pelo êxodo rural, provocando uma pressão populacional sobre as grandes cidades do país, as quais, da perspecti

va das autoridades publicas, não apresentariam condições de subsistência para os novos contingentes chegados do campo.

Uma das conseqüências do rápido crescimento populacional dos centros urbanos do país foi o acúmulo de pessoas sem ocupações fixas ou mal “remuneradas”. Eram ladrões, prostitutas, lavadeiras, caçadeiras, costureiras, dançarinas, malandros, desertores do exército, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores e pivetes, entre tantos outros. Classificados pelas autoridades públicas como “indesejáveis”, tais pessoas pertencentes às chamadas “classes perigosas” eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente nas referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez e jogo. Transformados no antípoda do escopo do “novo-homem” idealizado pelo Estado Novo, tornava-se necessária a demarcação dos limites que os separavam do trabalhador ordeiro, forte e saudável, ou seja, o “cidadão-trabalhador”, símbolo do crescimento e do progresso econômico da nação.

Anote-se ainda, em relação ao impacto do rápido crescimento populacional sobre as condições de vida, o agravamento, quantitativo e qualitativo, de muitos problemas de habitação e abastecimento de água, de saneamento e de higiene que, a exemplo do ocorrido no início do século XX, poderiam agravar os surtos de epidemias⁹.

Diante dessa gama de problemas, iniciou-se, por parte do Estado, uma política de colonização centralizada e nacionalista, marcada pela conquista e ocupação dos “espaços vazios”, ou “sertões”, do interior do país e sua definitiva integração espacial ao restante da nação.

Como mencionado, na retórica dos ideólogos da Marcha para Oeste, tornava-se necessário desarticular o latifúndio na região sul de Mato Grosso, uma vez que este era tido como fator que emperrava o desenvolvimento da agricultura, ao mesmo tempo em que impedia a extensão ao campo das conquistas sociais já alcançadas nas cidades¹⁰. Nessa medida, a ocupação deveria ser ancorada na pequena propriedade e no corporativismo agrícola, a exemplo do que ocorreria na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 1943, para qual se dirigiram migrantes de inúmeras partes do país.

Com efeito, atraídos pelos baixos preços das terras, pelo incremento da agricultura e das atividades comerciais a ela vinculadas, migrantes paulistas, catarinenses, nordestinos, paranaenses e, sobretudo, gaúchos¹¹, promoveriam uma lenta modificação estrutural no estado de Mato Grosso em geral, e na região sul em particular. Além de contribuírem para a formação do contingente populacional, e de introduzirem na região novos elementos culturais e sociais (cosmovisões, hábitos e costumes, bem como novas relações normas de conduta e de integração com o meio), esses novos agentes pressionaram reformulações na esfera política, que se refletiam na maior presença do poder federal na região.

Tais medidas representavam, simultaneamente, ações de caráter estratégico e ideológico. Estratégico porque, desde o início da República, as ferrovias, enquanto empresas, foram significativas no jogo político, fazendo parte de compromissos e alianças oligárquicas. Por outro lado, diante da polarização ideológica e do aumento da demanda de segmentos sociais urbanos divergentes, as quais desembocaram nos movimentos tenentistas da década de 1920 e nos chamados movimentos revolucionários da década de 1930, tais empresas assumiram caráter político-estratégico vinculado à idéia de Segurança Nacional. Explicitamente, num país marcado pela grande diversidade social e que, apesar das enormes dimensões geográficas, ainda apresentava deficiências de vias de comunicação, as ferrovias assumiram o caráter estratégico de levar a presença física do Estado às regiões mais remotas do interior¹².

Ideológico, na medida em que, consolidada institucionalmente a partir da segunda metade do século XIX, no bojo do movimento de idéias que fomentava a crença de que a técnica, materializada nas máquinas, pudesse construir um novo mundo e defendida também como uma das exigências primordiais frente à Revolução Técnica e Científica, a ferrovia, agora transmutada em “monumento móvel”, era portadora de uma sólida dimensão cultural entranhada nas relações sociais que construiu. A respeito do efeito “mágico” da ferrovia no imaginário popular durante o século XIX, destacou E. J. Hobsbawm:

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinha as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-1830) e planos para a sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada. (...) Indubitavelmente, a razão é que nenhuma outra invenção revelava para o leigo de forma tão cabal o poder e a velocidade da nova era; (...) (Velocidade de até 60 milhas-96 quilômetros- por hora, por exemplo, eram perfeitamente praticáveis na década de 1830, e não foram substancialmente melhoradas pelas posteriores ferrovias a vapor.) A estrada de Ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia a pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia.¹³

Frente ao exposto, a referida ampliação do ramal ferroviário da NOB pode ser associada à idéia de modernidade que, paulatinamente, tomava conta do cotidiano e do imaginário coletivo das pessoas no sul de Mato Grosso. Apesar de todas as contradições e conflitos sociais que gerou tanto pelas novas formas de dominação, exclusão, quanto pela repressão que proporcionou *“o apito do trem trazia a reconfortante sensação para as pessoas - por mais distantes que estivessem, de estarem ligado ao mundo, de serem civilizadas, de serem contemporânea”*¹⁴.

Deste modo, a conclusão e ampliação da estrada de ferro foram implementos significativos à consolidação do projeto colonizador do Estado Novo em Mato Grosso, uma vez que ela teve por objetivo desbravar a sua porção sul e abrir novas possibilidades de contatos e comunicações com outros Estados; bem como com as repúblicas vizinhas e, ainda, proporcionar um maior controle da região. Tais benefícios propagados por Vargas vinculavam-se a questões de estratégia político-econômicas, bem como a de ocupação e de nacionalização das fronteiras. Dessa forma, a NOB foi um dos meios que possibilitaram entrelaçar as fronteiras políticas às fronteiras econômicas¹⁵.

De fato, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil pode ser destacada como fator decisivo da consolidação econômica e demográfica do sul de Mato Grosso. Articulando essa região com São Paulo, a NOB impulsionou fortemente o fluxo migratório, permitindo a implantação de um importante pólo agro-pecuário e de industrialização de seus derivados, assim como o surgimento de vários municípios ao longo de seu traçado e o aumento gradativo da importância de Campo Grande, tendo como impactos mais visíveis de todo esse processo de transformações, a sua consolidação em uma área de atração de investimentos e de contingentes populacionais provenientes das mais diversas regiões do Brasil, bem como, dos países vizinhos.

Hoje, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com cerca de 800 mil habitantes, as origens da cidade de Campo Grande remetem ao ano de 1872 quando, vindo de Minas Gerais, José Antônio Pereira e sua comitiva acamparam em terras da região central do planalto da Serra de Maracaju, mais precisamente na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo.¹⁶

Nascido como pouso de boiadeiros, o Arraial de Santo Antonio de Campo Grande, fundado em 1872, cresceu rapidamente¹⁷. Em 1889, a Lei Estadual nº 792 transformou o lugarejo no Distrito de Paz de Campo Grande, pertencente à Comarca de Nioaque. Emancipando de Nioaque, em 26 de agosto de 1899, foi elevado à categoria de cidade pela Lei 772, de 16 de julho de 1918.

Contando cerca de 2.000 habitantes e, aproximadamente, 200 casas no início do século XX, em 1912 o novo município já somava “5.000 almas”.¹⁸ Em 1920, essa população subiu para 21.000 habitantes, saltando para 40.000 habitantes em 1933¹⁹ e para 49.629 sete anos mais tarde.²⁰ Entre 1920 e 1940, a população da zona urbana cresceu de 6.000 para 24.479 habitantes, praticamente igualando à população rural.²¹

Na medida em que Campo Grande configurava-se como um novo cenário urbano, havia, no imaginário de suas elites, o perigo da “invasão”, circulação e “mistura” dos antigos habitantes da cidade com a nova leva de migrantes: “gregos, italianos, japoneses, portugueses e brasileiros de toda casta”²², que acompanhariam a chegada do progres

so trazido pelos trilhos de ferro, ou seja, "estranhos" que, devido às suas origens, poderiam significar um "verdadeiro flagelo para a sociedade [e] a tranquilidade pública". Desde o início do século XX, as elites locais passaram a elaborar mecanismos voltados para o ordenamento e o controle do espaço da cidade e sua população.

Paralelamente, no anseio de incorporar Campo Grande ao mundo moderno, suas elites procuraram remodelar a cidade introduzindo, na tradicional paisagem de "povoado de uma rua só", elementos urbanísticos convencionalmente chamados, na época, de operações de embelezamento e saneamento, os quais, utilizados pelas maiores cidades do mundo, formulavam outras relações no espaço urbano pela criação de uma nova simbologia.

Em 1909, chegou à cidade o engenheiro Nilo Javari Barém com o intuito de elaborar uma planta de Campo Grande, seguindo os interesses da ferrovia - um dos símbolos maiores da modernidade à época. De acordo com o seu projeto, as ruas foram traçadas em direção aos pontos cardeais e ortogonais entre si, ficando as quadras em formato de xadrez. O objetivo era colocar a cidade no universo da vida civilizada, que contivesse elementos da racionalidade urbanística, materializada na construção de ruas largas e de uma ampla avenida central ajardinada, pressupondo o sentido do fluxo intenso, bem como na edificação de uma praça central que se apresentaria como núcleo da vida em sociedade.²³

Com base nesses pressupostos urbanísticos, o *Código de Posturas de 1921* teve como principal preocupação o arruamento, a delimitação dos terrenos e o tipo das construções do centro da cidade. Caberia a Arlindo de Andrade Gomes, como Intendente da cidade a partir de 1921, não somente o papel de "decorá-la" (conforme Paulo Coelho Machado, "*foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento*"²⁴), mas de reformá-la seguindo o novo código, uma vez que as construções de taipa na área urbana central foram demolidas, cumprindo as condições de salubridade e de higiene impostas pelo Código de Posturas de 1921, que obrigava a demolição de imóveis de taipa e sua substituição por outro de alvenaria de tijolos.²⁵

Como observou Gilmar Arruda, “a urbanização, ou melhor, o arruamento como foi chamado em Campo Grande, significava delimitar espaços de circulação e moradia entre os habitantes”.²⁶ Ainda para esse autor, a lógica que presidiria as diversas regulamentações de “higienização” e ordenamento da cidade:

era a de manter os ambientes arejados e iluminados. [...] A intenção era a de construir um novo tipo de moradia para um novo tipo de morador. As casas de taipa, por exemplo, não poderiam ser mais reformadas e as fachadas de zinco ou tábuas deveriam ser trocadas por tijolos. Os mais atingidos, conseqüentemente seriam os mais pobres, cujas casas não poderiam seguir as especificações dos Códigos de Posturas. Mais um resultado do ‘drama do progresso’.²⁷

“Drama do progresso” que permaneceria pelas décadas seguintes. De passagem pelo sul de Mato Grosso em 1939, Rezende Rubim, um entusiasta do Estado Novo e do programa de colonização varguista Marcha para Oeste, teceu o seguinte comentário sobre a cidade:

Campo Grande já é uma cidade importante, núcleo de convergência de diversos municípios próximos. A cidade é bem traçada em ruas largas, sendo algumas calçadas em *Mac-Adam*. Possui um jardim muito gracioso e residências de primeira ordem. Nada fica a dever às cidades paulistas do ciclo do café. Sendo Campo Grande a sede da Região Militar e lá estando localizados alguns milhares de soldados, o elemento de farda avulta dentro da população civil. [...] A localização em Campo Grande da Região Militar trouxe grandes benefícios ao lugar. Derrama-se assim, mensalmente, uma soma respeitável de dinheiro no comércio local. [...] a cidade já possui elementos bastantes para esperar do futuro uma situação invejável. As cercanias com todas as fazendas e a localização de algumas colônias de japoneses tem concorrido para melhorar o padrão de vida dos habitantes, até há bem pouco tempo dependentes do produto paulista. A região campo-grandense, aliás como toda essa parte do sul do Estado, é cosmopolita. Quase todo o contingente humano é nascido em outras plagas. Para tanto, concorre a facilidade de acesso por intermédio de São Paulo [...]. Além disso, as fronteiras próximas, principalmente a do Paraguai, contribuem muito para que o sul do Estado seja, como é, uma região onde o elemento de fora esteja sempre em maioria.²⁸

Das observações de Rezende Rubim emerge um dado novo para a compreensão do desenvolvimento de Campo Grande: a presença do

grande contingente militar, em razão da localização, na cidade, da 9ª Região Militar.²⁹ Se, do ponto de vista econômico, esse dado podia ser considerado positivo, da perspectiva política, porém, embora a presença dos militares fosse valorizada pelas elites locais como elemento de garantia da ordem e segurança aos que quisessem investir e se fixar na cidade, o mesmo poderia apresentar--se como desvantajoso, uma vez que, segundo Rubim, “nem todos os chefes militares tem sabido guardar a posição a cavaleiro das rixas políticas locais, abrindo espaço para que as forças federais concorressem” para amparar o espírito separatista de alguns políticos sem escrúpulos, criando destarte sérios embaraços à administração do Estado.³⁰ Ressaltou o autor, ainda, que:

[...] só o fato de permanecer em Campo Grande a sede da Região Militar, faz com que os habitantes de lá se julguem com direitos que as outras partes do Estado, no seu entender, não possuem. A força federal influi em tal estado de coisas à maneira de ação catalítica ou ação de presença, pois nem sempre o elemento militar participa diretamente para a situação do espírito de regionalismo dominante no lugar.³¹

Segundo consta, no final da década de 1930, a cidade de Campo Grande gerava mais renda do que as demais cidades do Estado. Em 1937, por exemplo, a receita arrecadada foi de 1.192:406\$, ao mesmo tempo em que a de Cuiabá, capital do Estado, atingia a cifra de 682:726\$. No ano seguinte, enquanto a arrecadação de Campo Grande cresceu 387:478\$ em relação a 1937, a renda da capital caiu para 585:529\$.³²

A tentativa de veicular uma imagem positiva de Campo Grande como centro urbano econômica, política e culturalmente dinâmico, moderno e “civilizado”, aparece de forma nítida no **Álbum de Campo Grande**. Editada em 1939, durante as comemorações dos 40 anos de emancipação do município, pode-se afirmar que, em linhas gerais, essa obra seguia critérios e intenções semelhantes aos do **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Porém, ao contrário de seu congênere, publicado em 1914, uma alentada obra de quinhentas e duas páginas em tamanho 30 x 40 cm - e pesando 4,5 kg, por isso mesmo considerada de difícil manuseio, o **Álbum de Campo Grande** parecia pretender, para si, a praticidade de um guia geral da cidade, breve e sucinto, de modo a ser apreciado e lido no decorrer de uma viagem.³³

Nem por isso essa publicação era menos pobre em imagens fotográficas, as quais estavam dispostas, de maneira geral, nos seguintes eixos temáticos básicos: *paisagens naturais*, remetendo às áreas do entorno da cidade; *construções*, com destaques para a edificação de novos prédios, casas, pontes; *atividades econômicas*, ressaltando a pecuária, a agricultura, o comércio e a indústria local; *vias de comunicação e meios de transportes*, evidenciando a modernização das ruas, a presença do transporte individual e coletivo; *vida social e cultural*, com ênfase para cenas de família, bailes, clubes, cinemas, escolas, ambientes de trabalho, esportes, piqueniques, etc; *personalidades*, enfocando indivíduos dos mais diversos segmentos sociais, mas com especial reverência às autoridades civis e militares, empresários e personagens ligados aos segmentos sociais emergentes, como funcionários públicos e profissionais liberais -advogados, médicos, engenheiros, entre outros.

Os progressos materiais da cidade apareciam assinalados nas imagens relativas às atividades econômicas e nas referentes às vias de comunicação e meios de transportes. Nas primeiras, além do registro das inúmeras casas comerciais, a exemplo da Casa Mansour, definida como “o maior e mais bem sortido estabelecimento comercial de Mato Grosso”³⁴, o Álbum também destacava, enquanto marca da modernização econômica do município, a maquinaria utilizada em indústrias como a Fábrica Mandetta de bebidas, a Panificadora Esperança, única em Mato Grosso a possuir os “afamados fomos contínuos Pensotti”, em “oficinas” como a da Tipografia O Progressista, onde o próprio Álbum fora impresso.³⁵ Paralelamente, a obra dava grande destaque às ações da “numerosa e hoje unida classe dos fazendeiros da parte meridional do Estado”, sublinhando a incorporação, por parte dos pecuaristas, de novas raças e de técnicas modernas de criação, observando, além disso, a prosperidade da lavoura de café - produto introduzido no município em 1911 pelo imigrante sírio Antonio Abdo, proprietário da fazenda Mateira, definida como “a maior organização agrícola” do Estado. Conforme vinha anotado no Álbum:

O cafezal vinga e aumenta de muitos milhares de pés, acrescentados todos os anos. Em 1930, contava a Mateira com 140.000 pés de café, fora plantações de cana e mandioca,

excelentes pastos e criação de gado bovino e suíno e galináceo. [...] Digno de nota, juntamente com o cafezal, é o canavial, que ocupa uma área de 10 hectares, fora o belíssimo pomar de laranjeiras, abacateiros, ameixeiras, limoeiros e outras árvores frutíferas. Tem a Mateira modemos maquinismos de descascar café, com produção diária de 40 sacos, de beneficiamento de arroz, limpando 25 sacos, e de cana, moendo 8 carros por dia da mesma plantação. Este ano (1939) calcula-se a safra do café da Mateira em 2.500 sacos de 60 quilos cada um.³⁶

Essa dinâmica econômica refletia-se, segundo pretendia atestar o **Álbum**, na modernização do equipamento urbano de Campo Grande, materializada na ampliação de ruas e avenidas como a 13 de Maio, a Barão do Rio Branco e a Avenida Mato Grosso, ao longo das quais podiam ser vistas “modernas casas recentemente construídas”³⁷; na expansão da própria área urbana, expressa na oferta de venda de lotes em bairros como a Vila Planalto, cuja aquisição era apontada como “o melhor emprego de capital”, e o bairro Amambaí, “sentinela avançada de Campo Grande”, onde estavam localizados os projetos de construção da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da residência dos padres redentoristas³⁸; bem como na implantação de novos meios de comunicação e transportes, a exemplo da instalação da primeira linha telefônica³⁹, da presença do auto-ônibus que circulava em alguns bairros “de quatro em quatro horas durante o dia e parte da noite”⁴⁰, dos caminhões que passavam a trafegar as rodovias, da própria ferrovia, e até mesmo do avião.⁴¹

Não obstante esses traços do progresso, o **Álbum** também dava destaque para algumas “tradições que não morrem”, enfatizando a frequência, nas estradas “velhas” do sul de Mato Grosso, dos carros de boi mineiros, dos quais nem mesmo os caminhões da marca “Internacional” conseguiam tirar a “realeza”.⁴² Nesse sentido, sugeria-se que progresso e tradição constituíam faces da mesma moeda, a partir da qual configurava-se a identidade regional; o passado e o futuro que deveriam irmanar todos os mato-grossenses, filhos da terra ou não.

De todo modo, em decorrência das transformações econômicas e urbanas, a própria vida social e cultural da cidade se vitalizava. Para atender às expectativas lazer e cultura que uma cidade moderna deveria pos

suir, foram surgindo em Campo Grande praças, sorveterias, bares como o *Para Todos*, o Parque Balneário, com regras estabelecidas para os horários de banhos de piscina para homens e mulheres; o Rádio Clube, local de encontro e de bailes freqüentados pelas elites campo-grandenses; além dos cines-teatro como o Santa Helena e, em especial, o Alhambra, criado em 1937 e definido como palácio encantado das mil maravilhas do som e da luz”. De acordo com o **Álbum** de Campo Grande:

A não ser São Paulo, Rio e outras capitais dos estados, nenhuma cidade do interior tem uma casa de espetáculos, no gênero, tão luxuosa e grandiosa. Rara é a noite em que o Cine Teatro Alhambra, nas suas duplas sessões, não se enche da fina flor de Campo Grande. A par do mais refinado bom gosto e da comodidade que oferece o amplo salão com as suas muitas centenas de cadeiras, as fitas que são passadas no ECRAN são das mais afamadas marcas do mundo e maior retumbância em aplausos na atualidade. A “Metro Goldwyn Mayer”, a “Paramount Films”, a “RKO Radio Pictures”, a Wamer Bros First”, a “Columbia Pictures”, etc., nomes célebres em produção, todas as semanas exibem no Alhambra os filmes de maior notoriedade. Os aparelhos, tanto de som, Western Electric, como o de graduação de luzes multicores, Traynon, este o único usado na América do Sul, são a última palavra nas técnicas cinematográficas.⁴³

Contudo, o **Álbum** advertia que, diferente das grandes cidades do país, Campo Grande não era só “a urbes que impressiona o forasteiro pela harmonia retilínea de suas ruas, elegância de seus prédios, febricidade de seu comércio e operosidade crescente de seus habitantes”, tinha também “a graciosidade sempre primaveril dos seus arrabaldes, povoados de poéticas chácaras e convidativos sítios, que são remanso de gozo para luta diurna citadina”.⁴⁴

Surgido num momento de transição, em que Mato Grosso deixava de ser representado pelo “estigma da barbárie”⁴⁵ para se incorporar à nacionalidade como “reserva de brasilidade”, o **Álbum de Campo Grande**, produzido com o objetivo explícito de ser “verdadeiro o espelho das atividades de seus filhos, tanto os nativos como os adotivos, nos diversos labores humanos”⁴⁶, elaborava, por outro lado, sutilmente, um objetivo implícito: o de edificar um quadro indentitário que colocava os habitantes do sul de Mato Grosso, em particular os campo-grandenses, como elementos plenamente incorporados à nacionalidade, porém como brasileiros distintos.

NOTAS

¹ Mestrando em História/ UFGD e bolsista da FUNDECT

² Orientador e professor titular do DHI/ CPAQ/ UFMS

³ MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912)**. São Paulo. Ed.UNESP. 1997

⁴ “No limiar do ano de 1938” In: VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. RJ: Livraria José Olympio Ed , 1938, volume V , p.124

⁵ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, Papirus/ Editora da Unicamp, 1986, pág. 15.

⁶ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O Imaginário do Sertão. Lutas e Resistência ao Domínio da Companhia Mate Laranjeira. (Mato Grosso: 1890-1945)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP. 1991.p.72-98.

⁷ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, Papirus/ Editora da Unicamp, 1986, pág. 53.

⁸ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, Papirus/ Editora da Unicamp, 1986, pág. 19-53.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: Rio de Janeiro a Republica que não foi**. 3ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 18-19.

¹⁰ BENEVIDES Cezar e LEONZO Nanci Idem, ibidem, pág. 59.

¹¹ GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. UFMS. P. 105.

¹² POSSAS, Lúcia Maria Vianna. Ferrovia: Fontes de Memória **Arquivos Ferroviários: uma Reflexão Crítica e Ação Preservativa**. VI Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária. 17 a 20 de julho de 2002. Rio de Janeiro. s/p.

¹³ HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Paz e Terra. 8º ed. Rio de Janeiro. p.61.

¹⁴ ARRUDA, Gilmar. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: O Último trem para o Sertão**. Caderno de Estudos Urbanos. Número 3 - maio de 1995. Campo Grande/MS. p.5-9.

¹⁵ OLIVEIRA, Benícia Couto de. **O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: A ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso**. Revista Fronteiras v.6 n.12 - 2002 p.9-22.

¹⁶ Durante a guerra com o Paraguai, ficou conhecida como *campo grande* a encruzilhada do Nioaque, na região central do planalto da Serra de Maracaju, onde hoje se localiza o distrito de Indubrasil, informação obtida em: OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Ruas e Calçadas de Campo Grande - MS**. Uma Contribuição ao Estudo dos Espaços Públicos Urbanos. SP: USP, dissertação de mestrado, 1997, p. 18.

¹⁷**Campo Grande 100 Anos de Construção.** Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 274.

¹⁸**Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil).** Corumbá Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 412.

¹⁹**Revista Folha da Serra,** Campo Grande, 1933.

²⁰IBGE - Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul Segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem. Sem referência de editor, 1996.

²¹Dados obtidos em Ct. IBGE - **Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul [...]**; ARRUDA, Gilmar - A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão". Cadernos de Estudos Urbanos. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, nº 3, 1995, p. 32.

²² "Os trilhos da Noroeste chegam a Campo Grande". **Jornal O Estado de Mato Grosso**, Campo Grande. 01/06/1914, p. 1.

²³GARDIN, Op. Cit. 37-38 p.

²⁴MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade - Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande.** Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988, p. 47.

²⁵ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1.** Revista Arquitectos nº 36, maio de 2003. s/p.

²⁶ARRUDA, Gilmar- Op. Cit., p. 43.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade.** SP: Cia Editora Nacional, 1939, pp. 126-127.

²⁹Esse aumento do contingente militar começaria a ocorrer com a chegada e a fixação definitiva na cidade, em 8 de março de 1914, do 5º Regimento de Artilharia Montada vindo de Aquidauana. Em 1922, instalou-se a Circunscrição Militar que se transformaria na 98ª Região Militar, à qual, a partir de 1932, ficou subordinado o 2º Regimento de Aviação. Campo Grande 100 Anos de Construção. Op. Cit., pp. 390 a 393.

³⁰RUBIM, Rezende - Op. Cit., pp. 125-126.

³¹Idem, p. 126.

³²**Álbum de Campo Grande.** Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939, p. 95.

³³Um estudo pormenorizado do Álbum Gráfico de Mato Grosso pode ser encontrado em ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade. Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983).** SP: USP, tese de doutorado, 1998. Em especial o capítulo "Álbum Gráfico de Mato Grosso", pp. 38-60.

³⁴ **Álbum de Campo Grande.** Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939, p. 71.

³⁵ **Álbum de Campo Grande.** Campo Grande: Tipografia O Progressista, 1939, p. 71.

³⁶idem, p. 30-31.

³⁷Idem. p. 94 e 117.

³⁸Idem, pp.46, 101, 58-59.

³⁹Idem, p. 139.

⁴⁰Idem. p. 46.

⁴¹Idem, p. 138.

⁴²Idem.p.110.

⁴³Idem.P.76.

⁴⁴ Idem.p.17.

⁴⁵Para uma análise das representações de Mato Grosso através do estigma da barbárie, ver GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidade nas Representações sobre o Mato Grosso.** (Tese de Doutorado) SP: USP, 2.000.

⁴⁶Cf. Álbum de Campo Grande, p. 30.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A casa em Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1950-2000 – parte 1.** Revista Arquitectos nº 36, maio de 2003. s/p.

ARRUDA, Gilmar. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: O Último trem para o Sertão.** Caderno de Estudos Urbanos. Número 3 - março de 1995. Campo Grande/MS. p.5-9.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: Rio de Janeiro a Republica que não foi.** 3ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 18-19.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidade nas Representações sobre o Mato Grosso.** (Tese de Doutorado) SP: USP, 2.000.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul.** UFMS. P. 105.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **O Imaginário do Sertão. Lutas e Resistência ao Domínio da Companhia Mate Laranjeira. (Mato Grosso: 1890-1945).** Dissertação de Mestrado, UNICAMP. 1991.p.72-98.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848).** Paz e Terra. 8º ed. Rio de Janeiro. p.61.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** Campinas, Papirus/ Editora da Unicamp, 1986, pág. 15.

MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade - Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande.** Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988, p. 47.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil. (1808-1912).** São Paulo. Ed.UNESP. 1997

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Ruas e Calçadas de Campo Grande - MS.** Uma Contribuição ao Estudo dos Espaços Públicos Urbanos. SP: USP, dissertação de mestrado, 1997, p. 18.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: A ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso.** Revista Fronteiras v.6 n.12 - 2002 p.9-22.

POSSAS, Lúdia Maria Vianna. Ferrovia: Fontes de Memória **Arquivos Ferroviários: uma Reflexão Crítica e Ação Preservativa.** VI Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária. 17 a 20 de julho de 2002. Rio de Janeiro. s/p.

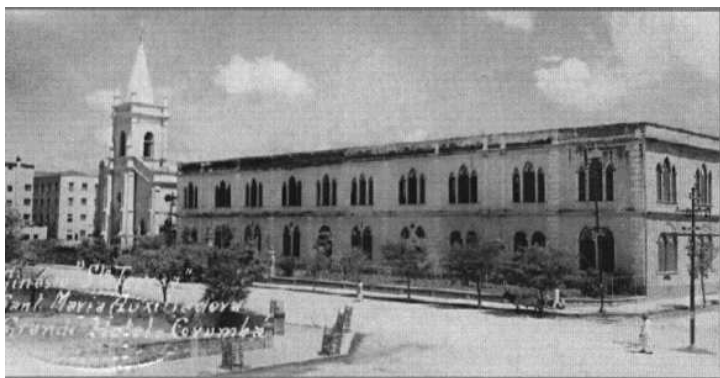
RUBIM, Rezende. **Reservas de Brasilidade.** SP: Cia Editora Nacional, 1939, pp. 126-127.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil.** RJ: Livraria José Olympio Ed , 1938, volume V , p.124

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade. Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983).** SP: USP, tese de doutorado, 1998. Em especial o capítulo "Álbum Gráfico de Mato Grosso", pp. 38-60.

AS FESTAS ESCOLARES E A CULTURA CÍVICA EM MATO GROSSO DO SUL (1972-1987)

Celeida de Souza Silva¹



*Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS. 2º Prédio²
(década de 1930 ao final da década de 1960- Acervo do Colégio).*

Sabemos que uma escola não é um somatório de salas de aula onde os professores são individualmente responsáveis pela prática pedagógica ali desenvolvida. Ela constitui uma entidade sociocultural formada por grupos que vivenciam códigos e sistemas de ação num processo que faz dela, ao mesmo tempo, produto e instrumento cultural.

A escola constitui um organismo social vivo e dinâmico. Além da estrutura burocrática que a compõe, possui uma constituição cultural e simbólica que lhe confere vida própria e lhe permite responder às de

mandas e limitações que lhe são impostas pelo meio (CÂNDIDO, 1977, p.108). Essa constituição é tecida pela rede de significados (GEERTZ, 1989, p.15) que se encarrega de criar os elos que ligam passado e presente, instituído e instituinte e que se estabelece as bases de um processo de construção e reconstrução permanente.

Desta forma, buscamos no âmbito interno da unidade escolar, os elementos impostos pelo sistema, as bases históricas e materiais que foram se consolidando ao longo do tempo, ou seja, as bases “constituídas”. Sobre elas se assenta a dinâmica da reconstrução permanente exercida pelos processos administrativos e pedagógicos da instituição.

Essa organização interna baseia-se num contexto sócio-político-cultural que exerce sobre ela dois tipos de influências. As influências abrangentes e difusas são representadas, de um lado, pelas teorias e tendências educacionais contemporâneas e, de outro, pelas determinações da estrutura econômica, social e política de cada momento histórico. E as influências específicas e concretas, exercidas de forma direta pelas políticas públicas de educação e normas de organização do sistema de ensino e, pela realidade sócio-econômica e cultural da população atendida.

O objeto de análise neste artigo são as práticas educativas através das festas escolares e da cultura cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa, localizado em Corumbá-MS. Uma instituição tradicional, confessional, é um dos mais antigos da cidade e do estado, com atividades educacionais desde 1899, foi e ainda é considerado um dos mais importantes colégios da cidade, principalmente por ter formado, parcela da elite local e regional, contando com grande prestígio e reconhecimento da sociedade corumbaense e sulmatogrossense. O Colégio³ Salesiano de Santa Teresa foi fundado em 04 de abril de 1899 e é dirigido pelos Salesianos, cujo fundador da Congregação é São João Bosco. Nesses mais de 100 anos de história tem passado por diversas mudanças tendo como objetivo principal, a educação e a formação da juventude.

Toma-se, como ponto de referência neste trabalho, o final da década de 1970, e os anos de 1980. Décadas marcadas por acontecimentos significativos tanto em âmbito nacional como regional coinci

dem com o processo de organização social, ocasionado pela abertura política, com vistas à democratização.

Neste contexto de passagem de um momento político (autoritário) para outro (democrático), fazer um inventário das práticas escolares constitui campo de trabalho interessante, pois permite compreender as modificações que ocorreram no espaço escolar, no que diz respeito às festas escolares e à cultura cívica.

Buscamos investigar a construção da memória histórica produzida junto e para as instituições escolares, através das práticas educacionais das festas comemorativas de eventos ou de homenagens “aos heróis nacionais e regionais” realizadas no período de 1972 a 1987, em Mato Grosso do Sul, em especial no Colégio Salesiano de Santa Teresa.

É possível dividir a história do Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá em duas fases distintas: antes do convênio com o Estado (1899-1971) e depois do convênio (1972-1987). Na primeira fase, foi uma escola que privilegiou a elite de Corumbá. Um pequeno número de pessoas de baixa renda conseguiam bolsas, meia bolsas, ou um benfeitor que possibilitasse o ingresso naquele ambiente escolar. Historicamente, o Santa Teresa formou, por gerações, a elite, a classe dirigente de Corumbá - políticos, administradores, professores, profissionais liberais, empresários e outros.

Vale dizer, que inicialmente o Colégio era destinado à educação dos meninos “bem-nascidos”⁴. E ainda na primeira fase, a partir de 1953, o Padre Miguel Alagna cria várias obras educacionais e assistenciais anexas ao Santa Teresa, como uma forma de atender os meninos e meninas filhos de famílias de baixa renda, aproximando do princípio básico da educação salesiana “atender a juventude mais pobre e desamparada”, princípio orientador de toda obra educativa salesiana, nem sempre seguido com fidelidade pelos seguidores de Dom Bosco. Assim, em convênio com o Estado de Mato Grosso, surgiram: Grupo Escolar do Círculo Operário (1954), Ginásio Industrial Domingos Sávio (1963) e Ação Social Salesianas (1966). De um lado estudavam os ricos e do outro, em número maior, os pobres.

Percebe-se que o envolvimento dos salesianos com a juventude mais pobre e desamparada no complexo educacional do Colégio Santa Teresa, teve como questão fundamental o atendimento do fator social, que nos primeiros 50 (cinquenta) anos ficou descaracterizado. Se por um lado, o Colégio salesiano deveria continuar particular, pago e respondendo aos interesses da elite corumbaense, por outro lado, era necessário atender as crianças e jovens mais necessitados, motivo este, que levou Dom Bosco a criar a Congregação Salesiana. Desta forma, a criação do Grupo Escolar do Círculo Operário Dom Bosco⁵, do Ginásio Industrial Domingos Sávio e do Grupo Escolar da Ação Social Salesiana⁶ foi o mecanismo encontrado para satisfazer as duas realidades sociais, evitando o conflito.

A educação era vista, então, como um fator de transformação e de conformação social. Era necessário que a escola inculcasse normas, princípios e valores nos educandos, a fim de ampará-los, “protegê-los”, disciplinando-os e ajustando-os ao mundo do trabalho. Um dos aspectos interessantes do ensino confessional é a preocupação com a disciplina e a formação moral, bastante presente na concepção de educação dos salesianos.

O Colégio Salesiano de Santa Teresa tem como mantenedor a Missão Salesiana de Mato Grosso que, a partir de 1972, por contar com espaço ocioso no prédio, estabelece convênio com o Estado de Mato Grosso, e o prédio passa a abrigar, também, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Santa Teresa. Foi firmado o

Convênio que entre si celebram o Governo do Estado de MT, através de sua Secretaria de Educação e Cultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, para que se use em benefício da educação e cultura, as dependências do Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá. O presente convênio estará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1972. O Colégio Salesiano Santa Teresa, da cidade de Corumbá, em consequência do ajuste do Convênio será denominado Colégio Estadual Santa Teresa. Ass. Joaquim A. Vianna, Secretário de Educação e Cultura, MT (Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá.

A transformação em Escola Estadual teve um significado social muito grande, pois *em 1971 apenas 356 alunos podiam pagar a matrícula e as mensalidades do Santa Teresa* (MANFROI, 1997, p.76). Por outro lado, a Escola Estadual absorveu os alunos matriculados no Gru

po Escolar do Círculo Operário (793 alunos), os do Grupo Escolar da Ação Social Salesiana (393 alunos) e os do Ginásio Industrial Domingos Sávio (287 alunos)⁷.

É significativo dizer que, no início do ano letivo em 1972, havia 82 turmas, totalizando 2908 alunos matriculados. Nos anos seguintes, segundo dados do arquivo do Colégio, a clientela aumentou gradativamente e o ensino passou a ser mais tecnicista⁸ e menos humanista, respondendo às tendências do momento histórico brasileiro.

Um prédio de três andares, com 36 (trinta e seis) salas de aulas, incluindo salas de diretoria, coordenação geral, sala de pastoral, sala de supervisão, sala de orientação educacional, tesouraria e sala de reuniões. A estas salas somavam-se outras sete no prédio do ensino pré-escolar.

Uma particularidade, o Colégio Santa Teresa passou a ser estadual no 2º e 3º andares. O primeiro andar continuou particular, pertencendo somente à Missão Salesiana de Mato Grosso, ficando, assim, 10 (dez) salas de aulas para os filhos de famílias de influências da cidade, com direção, coordenação e matrículas especiais, isso para satisfazer a elite local que ficou descontente com o convênio e os salesianos acataram a “solicitação”.



Prédio do Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS, em funcionamento a partir da década de 1970 (Acervo do Colégio).

Afinal, a elite corumbaense achava-se no direito de reivindicar ou exigir prioridade na matrícula de seus filhos, pois fora a responsável por criar condições junto às autoridades eclesiásticas para a instalação do Colégio Salesiano.

As vagas para a Escola Estadual eram disputadíssimas e a separação dentro do ambiente escolar eram visíveis, duas escolas num mesmo prédio, uma estadual e gratuita e outra particular. O convênio, inicialmente firmado com o Estado de Mato Grosso e posteriormente, - devido a divisão do Estado-, com o Mato Grosso do Sul foi mantido até 1987, quando a instituição educacional voltou a ser particular, apenas com cedência de professores por parte do Estado de Mato Grosso do Sul. Então os alunos pagavam uma taxa simbólica para ajudar na manutenção da escola. Até 1996, o governo continuou cedendo somente professores. Depois de 1996, o Colégio passou a ser novamente estritamente particular.

A partir da assinatura do convênio, gradativamente as classes do Colégio Salesiano de Santa Teresa foram se extinguindo, sendo que o último ano das duas escolas no mesmo prédio foi em 1976. Isso significa dizer que o convênio só foi cumprido plenamente, a partir do ano de 1977, e ficou em vigor, nos moldes como fora assinado inicialmente, até 1987. Vale apontar que a partir de 1988, um outro convênio foi assinado, e mantido até 1996, sendo que este novo período não foi eleito como objeto nesse estudo.

Durante a vigência do convênio, ou seja, a partir de 1972, o Estado de Mato Grosso pagava todas as despesas, cabendo aos salesianos a cedência do prédio com todo material que dispunha e a Missão Salesiana receberia matrícula dos alunos da escola pública. Era uma espécie de permuta, o Estado cedia grande parte dos funcionários, e os professores, indicados ou concursados eram remunerados pelo Estado.

Assim, a escolha dos anos de 1972 a 1987⁹ deve-se ao fato de que no final da década de 1970, o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado e implantado¹⁰. Portanto, o novo Estado foi criado pelo Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), em outubro de 1977, tendo como data

da sua instalação oficial o dia primeiro de janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador do Estado, indicado pelo presidente da República. Ao Estado de Mato Grosso do Sul, emerso de um contexto político autoritário, havia sido reservado o papel de Estado modelo, isto é, um Estado onde seriam aplicadas novas técnicas de administração pública.

Isto significa dizer que, o novo Estado foi “criado para atender ao projeto geopolítico do regime, contemplar os interesses da classe dominante local e para reforçar, em termos imediatos, o governo da ditadura militar” (Bittar, 1998, p.34). Tendo como parâmetro a política do governo central, o Estado de Mato Grosso do Sul tentou implementar a proposta de construir uma política educacional para uma sociedade que pretendia tornar-se democrática.

O campo de pesquisa escolhido é o município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que consta dos municípios de porte médio, possui a maior área do Estado, é o segundo em arrecadação do ICMS, o 3º em população, conta com as escolas mais antigas da cidade e do Estado, dentre elas, o Colégio Salesiano de Santa Teresa.

O município de Corumbá está localizado na planície do pantanal, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, fundado em 21 de setembro de 1778 como parte da consolidação do domínio luso na região. Conta com uma população aproximada de 95.701 (noventa e cinco mil, setecentos e um) habitantes. Possui uma área de 64.964,9 km², com uma densidade demográfica de 1.47hab./km².

A economia do município baseia-se no extrativismo mineral¹¹, nas exportações minerais, no turismo, na pecuária, no comércio fronteiriço e na indústria de transformação¹².

Na área educacional, segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEPLANCT, 2000), Corumbá possui 58 (cinquenta e oito) escolas, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Do total de escolas, 21% são da rede estadual, 46% da rede municí

pal e 33% da particular. Isso revela que a maioria das escolas é mantida pelo município.

Acreditamos que, para se compreender melhor a história das festas escolares e o culto cívico nas instituições escolares em Corumbá-MS, é preciso que se faça a relação entre o objeto a ser estudado com o contexto histórico em que se estabeleceu, levando-se em conta as ações dos homens nesse processo, bem como suas influências até os nossos dias.

A respeito disso, GOODSON (1997, p.10) diz que é preciso “compreender como uma determinada ‘construção social’ foi trazida até o presente influenciando as nossas práticas e concepções de ensino”. SILVA (2004), em “*Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*”, prioriza uma análise genealógica para identificar como o currículo vem sendo definido, pois o “currículo é sempre o resultado de uma seleção”(p.15) e essa seleção, é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes.

Assim, não podemos deixar de investigar quais conhecimentos, valores e habilidades eram considerados como verdadeiros e legítimos numa determinada época. Não se pode promover o estudo da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral mais abrangente. A singularidade da história local ou regional não pode pretender substituir a perspectiva da totalidade, da qual é parte. Este é o dilema de quem, ao mesmo tempo, “precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores” (BUFFA e NOSELLA, 1996, p. 19).

Historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas ao mesmo tempo, compreender sua totalidade. Pretendemos, através desta pesquisa, que tem como perspectiva de estudo a cultura escolar, entender como as relações de poder se manifestam no interior das instituições educacionais, enquanto espaço em que se estabelecem as relações sociais e, simultaneamente, transmite saberes e conhecimento. É preciso entender como se dá no interior da instituição a conexão entre “saber,

identidade e poder” (SILVA, 2004). Portanto, a cultura escolar é aqui entendida como,

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo às épocas (JULIA, 2001, p.10).

E,

como um conjunto de teorias, idéias, princípios, normas, pautas, rituais, inércias, hábitos e práticas – formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos, sedimentadas ao longo do tempo na forma de tradições, regularidades e regras do jogo, compartilhadas por seus atores no seio das instituições educativas. Tradições, regularidades e regras do jogo que se transmitem de geração em geração e que proporcionam estratégias para integrar-se nas instituições, para integrar-se e levar a cabo, sobretudo nas aulas, nas tarefas cotidianas [...] (VIÑAO FRAGO, 2000).

É interessante perceber que a cultura escolar envolve o conjunto do fazer escolar, aquele que determina o que ensinar, o que inculcar, os fins a atingir, mais especificamente, o que transmitir considerando o contexto sociocultural que a escola se insere. A escola faz e transmite cultura, por meio de seus conteúdos culturais. Ao que tudo indica, o grande desafio do pesquisador consiste em fugir daquilo que é tido como norma para buscar entender como os agentes se apropriam da cultura e como a representam.

As contradições presentes na sociedade perpassam a escola. Saberes da sociedade transformam-se em saberes escolares. Neste sentido, não podemos analisar a organização das festas escolares e do culto cívico, no interior das instituições escolares como um processo “natural e inocente”, desinteressado e imparcial, “uma vez que” é concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processo de seleção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos sociais e idéias”. (GOODSON, 1997, p.10)

Vale lembrar que, o calendário escolar é bastante festivo. E a festa é um fato social, histórico e político constitui o momento e o espaço da celebração, da brincadeira, dos jogos, da música e da dança. O olhar histórico no universo escolar através das festas, pos

sibilita visitar o passado, construir interpretações, explicações e entender a escola por dentro.

Nestes termos, investigamos a construção da memória histórica produzida junto e para as instituições escolares, através das práticas educacionais das festas comemorativas de eventos ou de homenagens “aos heróis nacionais e regionais”, realizadas no período de 1972 a 1987.

Partimos do pressuposto de que o Estado, através dos programas de ensino, veiculava a “memória histórica desejável”. Investigamos quais instrumentos educacionais foram usados pelo Estado para legitimar a “tradição nacional” e regional no interior das instituições escolares; que atividades foram incluídas/excluídas no programa de ensino, no período compreendido entre os anos de 1972 e 1987; como os sujeitos da escola reagem à normatização dos eventos cívicos; o que mudou no ordenamento escolar e o que se manteve; como se configuram os programas de ensino; que saberes são transmitidos; quem os determina; como a escola contribui para a construção da memória cívica. Estes e outros questionamentos instigantes, diante de uma instituição educativa, merecem nossa atenção.

Não podemos nos basear somente nos textos oficiais, para investigar como se davam e quais as finalidades das festas escolares e do culto cívico nas instituições escolares. Na tentativa de encontrar respostas a essas questões, utilizaremos documentos oficiais, decretos, cadernos e trabalhos de alunos, artigos de imprensa, depoimentos, fotografias, registros de eventos cívicos e comemorativos, materiais testemunhos da cultura escolar.

No decorrer desta pesquisa, as entrevistas serão necessárias para fornecer informações não disponíveis nos documentos, ou mesmo para confirmar outras. É inegável que enriquecem a pesquisa à medida que possibilitam melhor compreensão do objeto de estudo. As possibilidades de investigação científica são grandes e precisamos estar alerta às obscuridades, seguindo os rastros empoeirados dos velhos e esquecidos papéis, sem deixar, contudo, de observar as possíveis armadilhas que as intempéries e o uso incorreto dos registros oficiais possam armar para a recuperação da história.

CHERVEL (1990) sustenta a idéia de que a análise de documentos específicos da escola pode ajudar a escrever uma história ainda não escrita. Desta forma, a utilização de procedimentos que partem do particular pode colaborar para a compreensão de uma realidade mais complexa e para análises mais amplas. A tarefa a que propomos realizar é a de problematizar esse processo de construção das festas escolares e da organização das manifestações cívicas nas instituições escolares em Mato Grosso do Sul. Neste contexto, é possível analisar os conflitos que permeiam a sociedade em determinados momentos históricos e, a partir dessa análise, aprofundar a pesquisa.

Foi possível identificar no calendário oficial da escola muitos eventos e comemorações que o Colégio organizava ou participava. Os desfiles cívicos-militares, em especial, o de 7 (sete) de setembro – Independência do Brasil - e 21 (vinte e um) de setembro - Aniversário de Corumbá. No calendário oficial da cidade e do Colégio, o 7 de setembro era o desfile mais significativo, evento em que todos os nossos alunos e professores desfilavam, independente de fazer parte do Colégio Santa Teresa público ou privado. O que diferenciava uma clientela da outra, era o uniforme durante o evento.

No aniversário da cidade, as escolas desfilavam somente com uma representação de alunos. Com a mudança de regime e a abertura política, houve inversão na organização dos desfiles. O de 7 de setembro que antes contava com a participação de maior número de alunos e professores, passou a ter, somente uma representação. E o aniversário da cidade, ganhou importância, tornando-se um evento de maior expressão no âmbito local. As festas religiosas, Páscoa, Nossa Senhora Auxiliadora (24 de maio); São João Bosco (agosto), Sapolândia – festa junina, são as festas tradicionais salesianas. São festas que ainda permanecem no calendário de eventos e comemorações.

No ordenamento escolar, todos os dias antes do início das aulas, os alunos ficavam reunidos no pátio da escola para o momento cívico. Isso significava cantar o Hino Nacional enquanto as bandeiras (do Brasil, do Estado e do Município) eram hasteadas. Após a execu

ção do hino, ocorriam as orações, os avisos e depois os alunos eram liberados para dirigirem-se a sala, enfileirados acompanhados pelo professor.

Os jogos abertos também faziam parte do calendário escolar. A comunidade era muito participativa. Muita gente ainda reclama pelo fato de não acontecer mais. Em levantamento preliminar, foi possível identificar no calendário oficial da escola muitos eventos e comemorações que o Colégio organizava ou participava. Nos eventos que não eram religiosos, o critério para participar ou representar a escola ou classe dependia do desempenho do aluno. Isso significa dizer que, o currículo e as práticas escolares valorizavam os bons resultados. É possível afirmar que era reproduzido na escola, o funcionamento de uma fábrica, moldava-se o aluno, da mesma forma que se molda o aço (BOBBIT *apud* SILVA, 2004).

O Colégio possuía uma disciplina rigorosa e os alunos apresentavam um intenso respeito aos professores. As datas cívicas eram todas comemoradas pela comunidade escolar e as festas que a instituição realizava, como bailes, festas juninas e desfiles contavam com a participação dos familiares dos alunos. O modelo de educação era o tradicional: horários e calendários bem definidos; assuntos ensinados de forma isolada e pontual; espaço físico inspirando ordem e monotonia; aulas baseadas na exposição e repetição; o professor era o transmissor e os alunos eram vistos como um papel em branco que precisava ser preenchido, era a “educação bancária” tão criticada por Paulo Freire.

É importante destacar que a escola é um espaço que impõe padrões de bom comportamento e de bons costumes, entre os quais a ordem e a disciplina são requisitos fundamentais. As instituições escolares são fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura. Nesse sentido, é importante entender que as representações são práticas culturais, que se traduzem no pensar e no fazer o cotidiano escolar. Podemos então afirmar que, à medida que os atores educacionais pensam e fazem a realidade escolar, eles se apropriam dos modelos culturais que os circundam, reinterpretando-os e utilizando-os.

Isso possibilita o olhar histórico no universo escolar através das festas, sendo possível revisitar o passado e construir interpretações e

explicações. Uma pesquisa desta natureza visa à construção de novas formas interpretativas que valorizem os agentes envolvidos no processo educativo, investigando o que ocorre no interior da escola, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados ao ensino-aprendizagem. Assim, podemos afirmar que a festa está sempre em processo de mudança, sendo transformada, a cada momento, pelos grupos sociais e pela produção de novos significados simbólicos (ITANI, 2003). Festejar também significa práticas coletivas de resistência às imposições dos governantes, das elites dominantes de cada época.

É necessário citar POPKEWITZ (1997) como um teórico importante por suas pesquisas sobre a complexidade dos processos através dos quais os “saberes da sociedade” se transformam em “saberes escolares”. POPKEWITZ descreve esses processos como uma ‘alquimia’ através da qual grupos de poder (de classe, étnicos, de gênero) organizados ou não, lutam pela inclusão/exclusão/transformação dos conhecimentos produzidos na sociedade até a sua incorporação aos conteúdos das disciplinas. Segundo GOODSON (1997), a disciplina escolar é construída social e politicamente e os atores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e coletivas.

A festa também é resultado de confrontos e negociações entre as classes. O universo escolar é bastante festivo. Podemos afirmar que o Estado define os acontecimentos que devem ser fixados na memória da nação. Seleciona fatos que devem ser comemorados. Institucionaliza os feriados. Separa o relevante e o irrelevante. Precisa-se considerar que os rituais que a escola produz em seu cotidiano, consolidam o contexto sócio-cultural que ela se insere.

Desta forma, para o estudo do saber escolar é preciso melhor conhecer e investigar o cotidiano das instituições educativas. Essa investigação deve passar pela pesquisa histórica do cotidiano escolar e ir além dele, para entender de que modo o fazer escolar, em cada momento histórico, está permeado dos problemas sociais, econômicos e culturais, desvelando, assim, a especificidade dessa interferência no processo educativo. É importante destacar nesta breve exposi

ção, que a pesquisa sobre as Festas Escolares e a Cultura Cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS, está em andamento, além dos aspectos abordados outros merecem ser explorados. Esse trabalho apresenta apenas uma discussão inicial sobre a temática em questão.

Considero que, para compreender a história das festas escolares e o culto cívico na instituição escolar em Corumbá-MS, é preciso estabelecer relações entre o objeto a ser estudado e o contexto histórico da época, levando em conta as ações dos homens nesse processo, bem como suas influências até os dias atuais.

NOTAS

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Docente do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco-(UCDB). celeidams@uol.com.br

² Prédio demolido por ocasião da construção do atual Colégio Salesiano de Santa Teresa. No dia 14 de março de 1960, foi lançada a pedra fundamental do atual Colégio Santa Teresa. À frente do trabalho o Pe Miguel Alagna.

³ Neste artigo ora será utilizado o termo Colégio Salesiano de Santa Teresa, Escola Estadual Santa Teresa ou a palavra colégio para referir ao objeto de pesquisa

⁴ Quando da fundação do Colégio Salesiano de Santa Teresa (1899), os primeiros alunos a se matricularem não eram pobres e nem abandonados, e sim filhos de famílias de influência na cidade de Corumbá.

⁵ Foi instalado em 02/03/1954 aos alunos do sexo feminino, “para criar cristãmente e instruir nas letras e nas artes, a clientela pobre e desamparada”. Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá.

⁶ O Grupo Escolar da Ação Social Salesiana foi criado para atender os alunos carentes do sexo masculino, através do Decreto nº 61 de 10.06.1966.

⁷ Arquivo do Colégio Santa Teresa. Corumbá apud Manfroi, 1997, p.76)

⁸ Nos anos de 1975 e 1976 foram dadas Autorizações pelo governo do Estado de Mato Grosso para o funcionamento de vários cursos profissionalizantes na Escola Estadual Santa Teresa, a saber: Habilitação em Técnico de Contabilidade, Habilitação em Auxiliar de Enfermagem, Habilitação em Auxiliar de Eletricidade, Habilitação em Técnico de Administração de Empresas, Habilitação em Técnico de Secretariado, dentre outros.

⁹ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, apresenta uma área territorial de 358.159 Km², o que o classifica como a sexta unidade da federação em área.

¹⁰ No período de 1979 a 1982, o Estado de Mato Grosso do Sul teve três governadores indicados pelo governo central: Harry Amorim Costa, Marcelo Miranda Soares, Pedro Pedrossian. A partir de 1983, assumiram o governo do Estado de Mato Grosso do Sul como governadores eleitos: Wilson Barbosa Martins (1983-1986/1995-1998), Marcelo Miranda Soares (1987-1991), Pedro Pedrossian (1991-1995).

¹¹ Possui a segunda maior reserva de ferro e quinta reserva de manganês do mundo, depositada no Morro do Urucum e explorada pela Companhia Vale do Rio Doce.

¹² Na indústria de transformação destaca-se a produção de cimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Marisa. **Estado, Educação e Transição Democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande-MS: Ed.UFMS, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1977, p. 107-128.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação**. N° 2, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

FRAGO, Antonio Viñao. **Culturas Escolares** (texto mimeo).2000

GOODSON, I. A **construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

ITANI, Alice. **Festas e calendários**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 1, jan./jun. 2001, p.9-43.

MANFROI, José. **A missão salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996**. Campo Grande, 1997. (Dissertação de Mestrado-UFMS), 212p.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos**. EDUFS Car, 1996.

POPKEWITZ, T. Knowledge, power and curriculum: revisiting a trsement. **Theory and research, in social education**. In press. New York:1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DE HARRY AMORIM A ZECA DO PT: BREVE ANÁLISE DOS GOVERNOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO DO SUL

Wagner Cordeiro Chagas¹

INTRODUÇÃO

Criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, através do desmembramento da área do Estado de Mato Grosso – sancionado pelo então Presidente da República Ernesto Geisel – Mato Grosso do Sul é um Estado com base assentada na agropecuária e com uma sociedade de traços tradicionalistas.

O presente trabalho busca fazer uma breve análise das gestões públicas do Estado, desde sua instalação em 1979 até o final da última gestão governamental em 2007. Apresenta-se, assim, os diversos contextos políticos do jovem Mato Grosso do Sul: as manobras que levaram, em menos de 2 anos de sua implantação, 5 personagens a exercerem a função de governador; as primeiras eleições diretas realizadas em 1982; a polarização de dois grupos, apoiados pelas oligarquias agrárias, no comando do governo estadual e, a eleição do primeiro político de esquerda para governador em 1998.

GOVERNO HARRY AMORIM COSTA (ARENA)

01/01/1979 – 12/06/1979

O primeiro governador do Estado de Mato Grosso do Sul foi Harry Amorim Costa, nomeado pelo então Presidente da República Ernesto Geisel e empossado em 1º de janeiro de 1979. De acordo com BITTAR (1997), a falta de consenso entre os líderes da ARENA – partido governista – levou o presidente a nomear em 1978 um “técnico”, o qual não tinha experiência em cargos políticos e que na época presidia o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Esse governo caracterizou-se por dar início a um processo de implantação de um novo Estado da Federação brasileira. Entre algumas leis sancionadas por essa breve gestão, encontram-se os Decretos 1, 2 e 3, os quais instituíram, respectivamente, a bandeira, o brasão de armas e o hino de Mato Grosso Sul.

Entretanto, as pressões políticas em torno de Harry Amorim, considerado um “alienígena” pelas elites políticas estaduais, deixaram-no pouco mais de cinco meses no cargo, sendo exonerado no dia 12 de junho de 1979.

Promulgada a Constituição Estadual, no dia 13 de junho, a Assembléia Legislativa registrou em sua primeira ata, a exoneração de Harry Amorim pelo Ministro-Chefe do Gabinete-Civil da Presidência da República, Golbery do Couto e Silva.

Nessa ocasião, estando o Estado sem governador e na ausência do vice-governador, o então presidente do legislativo, deputado estadual Londres Machado (ARENA) assumiu, interinamente, o cargo de governador entre os dias 13 de junho de 1979 a 29 de junho do mesmo ano, após a nomeação do então prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda para ocupar a vaga.

GOVERNO MARCELO MIRANDA SOARES (ARENA/PDS)

30/06/1979 – 29/10/1980

No período da interinidade do deputado Londres Machado frente ao executivo estadual, negociações foram realizadas em torno do nome do então senador Pedro Pedrossian (ARENA-MS). Porém, as disputas

internas na ARENA não levaram a um consenso em torno do nome do senador. O nome de consenso foi Marcelo Miranda.

Contudo, as manobras políticas fizeram com que Marcelo governasse por um curto período. “Marcelo Miranda governou pouco mais de um ano, não porque houvesse discordância da oposição quanto aos seus atos administrativos mas porque o Palácio do Planalto assim o decidira”. (BITTAR, 1997, p. 379).

Sendo assim, no final de outubro de 1980, deu-se a destituição do Governo Marcelo Miranda. Uma das explicações para esse ato fundamenta-se na idéia de que em todo o país, àquele momento crescia a oposição ao regime militar e, Pedro Pedrossian se elevado à condição de governador, seria o nome mais capaz de vencer a oposição nas futuras eleições de 1982. Novamente, devido à vacância no cargo de governador, este volta a ser ocupado pelo deputado Londres Machado entre os dias 30 de outubro a 06 de novembro de 1980.

GOVERNO PEDRO PEDROSSIAN (PDS)

06/11/1980 – 15/03/1983

O Governo Pedrossian encerra o período de governantes nomeados pelo Presidente da República. Segundo BITTAR (1997), seu governo caracterizou-se pelo estilo centralizador e autoritário, marcado por arrochos salariais e arbitrariedades contra os servidores públicos, em particular os professores. Em termos políticos, a chegada de Pedrossian ao executivo, desencadeou uma dissidência de fortes nomes do Partido Democrático Social (PDS) – ex-ARENA- de Mato Grosso do Sul. Entre os nomes, o do ex-governador de Mato Grosso uno José Fragelli, de Marcelo Miranda e João Leite Schimidt – esses dois últimos, antigos correligionários da tendência de Pedrossian. Dessa dissidência surgiu o Partido Popular (PP) que, futuramente se fundiria com o PMDB.

Em termos administrativos, o governo caracterizou-se por uma série de obras públicas. “Foram lançados diversos projetos (em boa parte abortados ou não concluídos) como o Aporé, Guairá-Porã, Rodovia da Soja, Pan-Norte, Pró-Cidade, Rodovia da Integração, Panelão e Parque dos Poderes [...] (CAMPESTRINI, 2002, p. 256).

GOVERNO WILSON BARBOSA MARTINS (PMDB)

15/03/1983 – 15/05/1986

Realizadas as eleições de 1982, saiu vitorioso o candidato do PMDB Wilson Barbosa Martins, ao derrotar o candidato pedrossianista e ex-prefeito de Dourados José Elias Moreira (PDS). O primeiro governador eleito da história de Mato Grosso do Sul, representou em termos políticos, o fim da hegemonia de Pedro Pedrossian no Estado e na capital, já que a Prefeitura de Campo Grande passou a ser administrada por Lúdio Martins Coelho, indicado por Wilson. Contudo, o PDS dispunha de forte representatividade. Além de controlar a presidência da Assembléia Legislativa, o partido conseguiu eleger em 1982, 32 prefeitos contra 18 do PMDB.

O saldo dessa gestão foi a conclusão de obras herdadas da administração anterior e a construção e pavimentação asfáltica nos trechos Miranda-Corumbá e Campo Grande-Três Lagoas. No dia 15 de maio de 1986, Wilson deixa o cargo nas mãos do vice, Ramez Tebet, para concorrer ao Senado nas eleições daquele ano.

GOVERNO RAMEZ TEBET (PMDB)

15/05/1986 – 15/03/1987

Na ocasião da desincompatibilização de Wilson Martins, o vice-governador Ramez Tebet assume a função de governador no dia 15 de maio de 1986. Entre as medidas tomadas por sua breve gestão, uma das mais importantes relaciona-se à área de segurança pública, com a criação, pelo então Secretário de Segurança Pública Francisco Leal de Queiroz, do Grupo de Operações de Fronteira (GOF). Esse grupo nasceu através da Resolução nº 119/87, tendo o coronel Adib Massad como seu primeiro comandante. Sua importância se deve ao fato de ser um órgão pioneiro no Brasil, envolvido com o policiamento preventivo em toda área de fronteira seca com o Paraguai.

Ao final de 1986, realizaram-se eleições para o Governo, Senado, Deputados Federais e Estaduais. “Marcelo Miranda foi eleito governador, contando com o apoio decisivo do Plano Cruzado, que permitiu ao PMDB, em todo país, vencer as eleições de 1986 de forma arrasadora”. (PEDROSSIAN, 2006 p. 210).

SEGUNDO GOVERNO MARCELO MIRANDA SOARES (PMDB)

15/03/1987 – 15/03/1991

Ao assumir novamente o governo, agora através do sufrágio popular, Marcelo Miranda deixa o cargo de senador para seu suplente Antônio Mendes Canale. De acordo com CAMPESTRINI (2002), nessa gestão criou-se a Polícia Florestal, com objetivo de defender, principalmente, o Pantanal. Outro ato marcante desse governo refere-se a promulgação da nova Constituição Estadual no dia 5 de abril de 1989. No entanto, o governo enfrentava diversas greves do funcionalismo público, como a dos professores, que chegaram a invadir a Governadoria em 1990.

Desgastado, o PMDB não lançou candidatura própria ao Governo nas eleições de 1990, mas indicou Celina Jallad, filha de Wilson Martins, como candidata a vice-governadora na chapa de Gandi Jamil (PDT). O candidato vitorioso porém, foi Pedro Pedrossian (PTB), ao vencer Gandi Jamil (PDT) e Manoel Bronze (PT).

SEGUNDO GOVERNO PEDRO PEDROSSIAN (PTB)

15/03/1991 – 01/01/1995

Ao tomar posse, Pedro Pedrossian dá início a um recorde em sua carreira política. Inicia seu segundo mandato, tendo em vista que já fora governador do então Mato Grosso uno entre 1966 a 1971. Seu governo manteve o estilo de implementação de grandes obras. Em Campo Grande, constrói o Parque das Nações Indígenas, o Hospital Rosa Pedrossian, o Palácio Popular da Cultura, entre outros. Na área educacional, um dos mais importantes atos foi a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) com sede em Dourados.

Para as eleições de outubro de 1994 foram lançados o senador Levy Dias (PPR) – candidato governista – o senador Wilson Martins (PMDB), Pedro Teruel (PT) e Rita de Cássia (PRONA). Contudo, o pleito sagrou vitorioso Wilson Maritns da coligação Frente Popular, ao derrotar o pedrossianista Levy Dias.

SEGUNDO GOVERNO WILSON BARBOSA MARTINS (PMDB)

01/01/1995 – 01/01/1999

Wilson Martins retorna ao Parque dos Poderes, cumprindo seu segundo mandato de governador. No contexto da política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, aprova-se na Assembléia Legislativa o Programa Estadual de Desestatização, o qual levou à privatização da ENERSUL (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul).

Segundo BITTAR (1997), cogitou-se uma mudança do nome do Estado, proposta pelos deputados estaduais Waldir Neves, Roberto Orro e Eder Brambilla, todos do PSDB. Sugeriu-se, então, “Estado do Pantanal”, porém sem respaldo da população e do poder legislativo, os parlamentares recuaram da proposta.

Para as eleições de 1998, concorreram os candidatos Ricardo Bacha (PSDB) – apoiado pelo governo estadual – Pedro Pedrossian (PTB), Zeca do PT e Heitor (PRONA). Esse pleito representou uma nova circunstância política no estado, já que no primeiro turno o deputado estadual Zeca do PT ultrapassou o “cacique político” Pedro Pedrossian e, em segundo turno sagrou-se eleito ao vencer Ricardo Bacha.

GOVERNO ZECA DO PT

01/01/1999 – 01/01/2003

O Governo de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, simbolizou o rompimento de um cenário político hegemônico por partidos, apoiados pelas oligarquias agrárias, que dominou o Estado desde sua instalação em 1979. Pela primeira vez na história de Mato Grosso do Sul um político de esquerda assumia o cargo de governador.

Em termos de representatividade parlamentar, o PT contava na Câmara dos Deputados com Eurídio Ben-Hur Ferreira e João Batista dos Santos, popular João Grandão. Na Assembléia Legislativa, porém, o PT contava, de início com um único parlamentar, o deputado Laerte Tetila.

Devido a uma pequena bancada estadual, Zeca priorizou a construção de uma produtiva relação com o legislativo, a fim de possibilitar a governabilidade. Frutos disso, foi a criação do FIS (Fundo de Investimento Social), no qual se incluem diversos programas, como: Bolsa Escola e Segurança Alimentar. Aprovou-se o FUNDERSUL (Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de Mato Grosso do Sul), além de outros projetos como Banco do Povo e o Orçamento Participativo. Contudo, uma das grandes realizações de seu governo está relacionada à questão agrária, com o programa de assentamento rural na Fazenda Itamarati, no município de Ponta Porã considerado a maior iniciativa de reforma agrária do Brasil.

Nas eleições de 2002, José Orcírio concorreu e conquistou a reeleição, em segundo turno disputado com a deputada federal Marisa Serrano (PSDB), elegeu-se também Delcídio do Amaral, primeiro senador petista do Estado. A nível nacional o Partido dos Trabalhadores conquistou, pela primeira vez, a Presidência da República com Luiz Inácio Lula da Silva.

SEGUNDO GOVERNO ZECA DO PT

01/01/2003 – 01/01/2007

“A importância dos programas estaduais para a promoção da inclusão social e o combate a pobreza foram citados pelo governador Zeca durante a cerimônia de posse na Assembléia Legislativa na manhã da última quarta-feira”. (ZECA destaca os programas sociais. *Jornal O Progresso*. Dourados, p. 03, 3 jan. 2003).

O segundo mandato consecutivo de Zeca do PT tem como ênfase – como destacaram a matéria do jornal *O Progresso* – a manutenção e ampliação do número de beneficiados pelos programas sociais. Em termos políticos, o legislativo estadual, que já possuía como principal aliado de Zeca, o deputado Londres Machado (PL), passa a ter uma ampla base governista, cuja maior bancada era do Partido Democrático Trabalhista (PDT). No que se relaciona ao PT, este fora representado por Pedro Teruel, Pedro Kemp e Semy Ferraz. Na Câmara Federal a bancada petista estava composta por Vander Loubet, Antônio Carlos Biffi e João Grandão e, no Senado por Delcídio do Amaral.

Nas eleições de 2006, havia uma possibilidade de José Orcírio renunciar ao cargo para concorrer ao Senado, fato que acabou por não ocorrer. Assim, a disputa ao Governo do Estado foi polarizada entre o ex-prefeito de Campo Grande André Puccinelli (PMDB) e o senador Delcídio do Amaral (PT). Com ampla coligação partidária, André vence em primeiro turno, ocasionando a volta do PMDB ao executivo estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada essa breve abordagem das gestões públicas de Mato Grosso do Sul, pretende-se, assim, levar a um melhor conhecimento das principais características de cada governante que esteve a frente do poder executivo estadual.

Entretanto, outras pesquisas podem e devem ser realizadas em relação a essa temática, já que as pesquisas sobre as atuações dos governadores sul-matogrossenses ainda são de pouca expressão. Entre uma diversidade de temas pode-se analisar, por exemplo, a relação dos governadores com o Congresso Nacional, Governo Federal e Assembleia Legislativa, investigar os apoios e as oposições políticas, projetos de interesses do Estado entre outras questões referentes às relações institucionais.

NOTAS

¹ acadêmico do 3º ano do Curso de História UFGD, wc-chagas@bol.com.br

REFERÊNCIAS

Jornal Folha do Povo (Campo Grande, 11 de outubro de 1999);

O Progresso (Dourados, 03 de janeiro de 2003);

Diário MS (Dourados, 1º de junho de 2006);

Correio do Estado (Campo Grande, 02 de outubro de 2006)

Decretos nº1, nº2, nº3 de 1º de janeiro de 1979. In: Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul de 1979.

<http://www.ms.gov.br> – consultado em julho de 2007.

<http://www.dof.ms.gov.br/hist2805.htm> - consultado em julho de 2007.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído*. In: **A prática política da classe dirigente sul-mato-grossense 1977-1997**. 1997. 538f. Tese (doutorado em história social) – faculdade de filosofia, letras e ciências humanas/USP, São Paulo.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. 5. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002. 287p.

PEDROSSIAN, Pedro. **O pescador de sonhos: memórias**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006. 275p.

PARTE II

A HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL

CAMINHOS, CULTURAS E FRONTEIRAS: OLHARES NA HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL¹

Giovani José da Silva²

INTRODUÇÃO

Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Sul do Brasil, é um dos Estados da Federação com maior número de população indígena nos dias atuais. É, também, um dos Estados em que há intensos e contínuos conflitos entre fazendeiros e indígenas, situação que se arrasta, pelo menos, desde o século XIX. Compreender a realidade das diversas sociedades indígenas presentes no antigo “sul do Mato Grosso” não é tarefa das mais simples, haja vista que, historicamente, estas populações estiveram submetidas a um gradativo e violento processo de confinamento em pequenas porções de terras. À exceção dos Kadiwéu, que possuem o usufruto de mais de meio milhão de hectares no município de Porto Murtinho (JOSÉ DA SILVA, 2004), os demais grupos lutam para reaver terras tradicionais usurpadas há tempos. Há, ainda, aqueles que sequer possuem o usufruto de terras, como é o caso dos Kinikinau, Kamba e Atikum (JOSÉ DA SILVA, 2006a; 2006b).

Contudo, quando se fala em populações indígenas presentes na atualidade em terras sul-mato-grossenses, imediatamente são feitas referências a apenas cinco etnias: Guarani (subgrupos Kaiowá e Ñandeva), Guató, Kadiwéu, Ofaié e Terena. Um perturbador silêncio se faz em relação a outros três grupos: Atikum (oriundos de Pernambuco), Kamba (migrantes da Bolívia) e Kinikinau (confundidos com os Terena durante a maior parte do século XX), como se, de fato, não existissem. O texto do sociólogo Paulo Eduardo Cabral, de ampla circulação em escolas públicas de Mato Grosso do Sul, por exemplo, indica esse não-reconhecimento:

São cinco os povos oficialmente reconhecidos: Guató, Kadiwéu [Kadiwéu], Terena, Guarani/Kaiowá [Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva] e Ofaié, [...]; os que ainda não obtiveram reconhecimento oficial são os Kamba, Kinikinau e Atikum (CABRAL, 2002: 33).

Crê-se que esse silêncio se deve, sobretudo, ao fato de essas populações indígenas não possuírem terras reconhecidas em Mato Grosso do Sul. À omissão do órgão indigenista oficial (Fundação Nacional do Índio – Funai) soma-se a indiferença acadêmica, por parte de pesquisadores da História Indígena e da Antropologia. A presente comunicação tem, portanto, o objetivo de apresentar brevemente os processos de territorialização ocorridos na história dos Atikum, Kamba e Kinikinau que, em pleno início de século XXI, ainda lutam por uma visibilidade que lhes garanta respeito a direitos que tem sido sistematicamente negados.

Os Atikum têm seu território tradicional, a Serra do Umã, em Pernambuco, local que uma parte do grupo abandonou em meados da década de 1980, fugindo da seca e da extrema violência na região, encravada no chamado “Polígono da Maconha” (JOSÉ DA SILVA In: SALOMON; SILVA; ROCHA, 2005). Os Kinikinau vivem, principalmente, em terras da *Reserva Indígena Kadiwéu*, na aldeia São João, desde o início dos anos 1940. Dados como “extintos” por antropólogos e indigenistas ao longo do século XX (tal como os Ofaié), buscam hoje retomar parte de seu vasto território tradicional, localizado entre os atuais municípios sul-mato-grossenses de Miranda e Corumbá (JOSÉ DA SILVA; SOUZA, 2003). Já os Kamba, de acordo com a tradição oral do

grupo, teriam chegado a Corumbá a partir de 1945 e se estabelecido, desde então, na periferia daquela cidade (PENTEADO, 1980).

Nos últimos anos, foi produzido um considerável número de trabalhos acadêmicos a respeito de populações indígenas que habitam o atual Mato Grosso do Sul. Esse fato se deveu, sobretudo, à expansão e implantação de programas de pós-graduação nas universidades da região Centro-Oeste. Dessa forma, estudos a respeito dos Guaraní (Kaiowá e Nandeva), Guatós, Kadiwéus, Ofaiés e Terena ganharam espaço acadêmico graças à dinamização da área de pesquisa em História Indígena, pois como afirma o historiador Jorge Eremites de Oliveira, “[...] em Mato Grosso do Sul, assim como em outros Estados brasileiros, nunca os povos indígenas estiveram tão presentes no campo dos historiadores quanto nos dias de hoje” (OLIVEIRA, 2001: 124). Apesar disso, ainda são poucos os trabalhos que versam sobre os Atikum, os Kinikinau e os Kamba, ou mesmo que a eles fazem referências.

OS “EXCLUÍDOS” DA HISTÓRIA INDÍGENA EM MS: ATIKUM, KAMBA E KINIKINAU

OS ATIKUM

Segundo o antropólogo Rodrigo de A. Grunewald (1993), os Atikum fazem parte de um conjunto de grupos indígenas nordestinos que, menosprezados pela etnologia clássica por serem considerados “menos importantes” ou “aculturados”, só começaram a ganhar visibilidade a partir da segunda metade dos anos 1980. Estes grupos eram vistos, ainda, como restos ou resíduos de uma etnia ancestral, recebendo, por isso, o rótulo de “remanescentes indígenas”. Foi somente a partir do início da década de 1990 que os antropólogos críticos do paradigma da aculturação passaram a realizar pesquisas e estudos sobre populações indígenas nordestinas, tornando-os mais conhecidos e foco de diversos debates acadêmicos (cf., dentre outros, BARRETTO F.º, 1994). Os Atikum da Serra do Umã, em Pernambuco, e uma parte deles hoje em Mato Grosso do Sul, encontram-se entre tais populações.

A terra indígena Atikum localiza-se no sertão pernambucano, atual município de Carnaubeira da Penha. Os membros da “Comunidade

Indígena de Atikum-Umã” autodenominam-se *caboclos da Serra do Umã*, em referência a uma ancestralidade comum. Os Atikum, hoje, são falantes apenas da Língua Portuguesa e dados coletados por Grunewald apontam para a imprecisão de se situar o idioma dos Umã numa classificação lingüística correta. Quanto à história do grupo, pode-se afirmar que a partir da passagem do século XVII para o XVIII, a região geográfica ocupada atualmente pelos Atikum foi palco de inúmeros conflitos, entre índios e não-índios, provocados pela frente de expansão pastoril.

Em Mato Grosso do Sul, os Atikum concentram-se no município de Nioaque, em terras da *Reserva Indígena Terena* (aldeias Água Branca, Brejão, Cabeceira e Taboquinha). Ali vivem pouco menos de cem indivíduos Atikum, liderados por Aliano José Vicente, um dos primeiros indígenas dessa etnia a chegar a Mato Grosso do Sul, em meados dos anos 1980. Antes, porém, de se estabelecerem entre os Terena, os Atikum passaram por fazendas nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, onde alguns teriam sido escravizados. Vivem, sobretudo, da agricultura e do trabalho em fazendas e são chamados pejorativamente, por indígenas Terena e não-índios, de “terra seca”. Muitos desconfiam, inclusive, que, por causa da aparência física, os Atikum não sejam, sequer, indígenas.

O fato de serem chamados de “terra seca” revela que, de alguma forma, são diferenciados dos outros índios, especialmente dos Terena com quem convivem há algum tempo, numa relação intersocietária nem sempre pacífica. Utilizam como elemento de adscrição, por excelência, o ritual do Toré, uma tradição que no passado tomaram de empréstimo dos Tuxá. Trata-se, portanto, de um grupo étnico que elegeu categorias de pertencimento e exclusão de seus membros, com base em relações específicas. Vêm-se como índios e se fazem ser vistos pelos outros assim, em uma verdadeira “luta” pelo reconhecimento de uma identidade que tem tudo pela aparência física para ser negada como legitimamente indígena (pele escura, cabelos encaracolados, etc.).

Há, até o momento, um único trabalho acadêmico sobre os Atikum em Mato Grosso do Sul, elaborado por Giovani José da Silva, quando o mesmo realizou, na Universidade Federal de Mato Grosso

(UFMT), o curso de Especialização (Pós-Graduação *Lato Sensu*) em Antropologia: Teoria e Métodos, entre 1999 e 2000, sob a orientação de Joana A. Fernandes Silva.

OS KAMBA

Os Kamba, ou *Kamba-Chiquitano* (autodenominação do grupo), figuram na relação das sociedades indígenas que vivem hoje no Estado de Mato Grosso do Sul (MANGOLIM, 1993), embora existam pouquíssimos estudos recentes que se refiram especificamente a eles (JOSÉ DA SILVA, 2006 [2005]). Desqualificados regionalmente como *índios sem terra*, *bolivianos*, *campesinos* ou, ainda, *bugres*, o que chama a atenção é que se discute muito, até hoje, se eles são indígenas de fato.

Em 1980, a antropóloga Yara Maria Brum Penteado, defendeu a dissertação de mestrado intitulada *A condição urbana*: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina, na Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação dos antropólogos Júlio Cezar Melatti e Roberto Cardoso de Oliveira. No texto da dissertação, a autora refere-se, além dos Terena, aos Kamba-Chiquitano, denominados “Kamba” ou “Camba”. Entretanto, a particular e complexa trajetória histórica dos primeiros Kamba que chegaram a Corumbá, e de seus atuais descendentes, tanto do lado brasileiro quanto do lado boliviano, ainda é desconhecida e merece estudos de maior profundidade.

A pesquisa de Yara M. B. Penteado sobre os Kamba desenvolveu-se no final da década de 1970 e, a princípio, foi solicitada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), resultado do II Encontro da Pastoral Indigenista de Mato Grosso, ocorrido em agosto de 1978 na cidade de Aquidauana. A própria autora revelou surpresa com o pedido do órgão indigenista, “[...] uma vez que os índios em questão não eram aldeados, nem eram sequer brasileiros” (PENTEADO, 1980: 53). Na época em que os pesquisou, Yara Penteado concluiu que os Kamba eram de origem boliviana, viviam em condição de extrema miséria, se auto-identificavam e eram identificados como indígenas.

Ainda de acordo com a antropóloga:

[...] essa condição lhes proporcionava uma visível discriminação por parte de seus vizinhos (embora também fossem bolivianos em sua maioria) – demonstrada, entre outras formas, pelo vocativo de conotação pejorativa: “Bugres” (PENTEADO, 1980: 54).

Justamente para dirimir dúvidas quanto à “indianidade” dos Kamba, alguns trabalhos técnicos foram produzidos pela Fundação Nacional do Índio a respeito desta sociedade indígena, no final dos anos 1970 (BASTOS, 1979; PAULA, 1979; PENTEADO, 1979). O processo de regularização de uma terra indígena Kamba, porém, encontra-se paralisado pela Funai desde 1987, apesar de os pareceres terem apontado a legitimidade da reivindicação dos Kamba. Além dos trabalhos de Yara Penteado, dois pesquisadores realizam atualmente trabalhos acadêmicos sobre os Kamba: Giovani José da Silva, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Ruth Henrique da Silva, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

OS KINIKINAU

Dados como extintos a partir da segunda metade do século XX, os Kinikinau iniciaram uma intensa mobilização sociopolítica no final dos anos 1990, ainda em curso, reivindicando uma etnicidade própria e distinta dos indígenas Terena, com quem foram confundidos durante muito tempo. Um dos sinais diacríticos utilizados pelo grupo para se auto-afirmar *Koinukunoen* (autodenominação) é a produção de cerâmica, nitidamente inspirada na conhecida cerâmica Kadiwéu. Os Kinikinau vivem distribuídos em algumas aldeias Terena dos municípios sul-matogrossenses de Aquidauana, Miranda, Nioaque, dentre outros, e concentram-se nos dias de hoje, sobretudo, em terras da aldeia São João (distante cerca de 70 quilômetros da cidade de Bonito), uma das cinco aldeias que compõem a *Reserva Indígena Kadiwéu*.

A trajetória histórica dos Kinikinau merece estudos mais aprofundados e ainda está por ser desvelada. Preliminarmente, a pesquisa em textos produzidos por cronistas, viajantes e exploradores do período colonial luso-brasileiro permite inferir que quatro foram os subgrupos Guaná a atravessarem o rio Paraguai, passando para suas

margens orientais: Exoaladi, Terena, Layana e Kinikinau. Destes, apenas os primeiros não apresentam, até o momento, remanescentes no atual território sul-mato-grossense. Esses grupos teriam atravessado o rio Paraguai em ondas sucessivas a partir da segunda metade do século XVIII, instalando-se na região banhada pelo rio Miranda, entre os paralelos 19º e 21º de Latitude Sul, onde foram encontrados por não-índios no século XIX.

Os Exoaladi, de acordo com Cardoso de Oliveira (1976), teriam desaparecido por ocasião da Guerra do Paraguai, ocorrida na segunda metade do século XIX (1864-1870). Os Terena compõem o grupo de maior expressão dentre os remanescentes dos antigos Guaná na atualidade; os Layana vivem dispersos em aldeias Terena dos municípios de Aquidauana e Miranda; os Kinikinau, como já visto, além de viverem em algumas aldeias Terena da região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, concentram-se na *Reserva Indígena Kadiwéu*. Contudo, os Kinikinau teriam ficado “ocultos” em meio ao grupo majoritário Terena e entre o final do século XIX e o início do século XX, foram pouco mencionados em documentos escritos. Tornou-se “natural” referir-se a eles como um subgrupo Terena, especialmente após a destruição do último aldeamento reconhecidamente pertencente ao grupo, localizado próximo à região do rio Miranda, em 1910.

De acordo com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira:

Dentre as inúmeras tribos ou subtribos a desaparecerem ainda no presente século [XX], podemos apontar os Kinikináu (Guaná) e os Ofaié-Xavante. Os primeiros mantinham ainda uma aldeia, junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por um civilizado que as teria comprado do Estado do Mato Grosso; seus remanescentes são encontrados hoje em algumas aldeias Terena (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 27).

Durante muito tempo foi negada aos *Koinukunoen* pelo próprio órgão indigenista, primeiramente o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e depois a Funai, a possibilidade de se identificarem como Kinikinau, pois eram obrigados pelos chefes de posto a se registrarem como Terena. Dessa forma, identificar-se como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido. Hoje a “vontade

de diferença” se revela na fabricação de cerâmica pelas mulheres, dentre outras práticas culturais. Os Kinikinau não desejam ser Kadiwéu por habitarem terras destes índios e muito menos Terena, de quem estão próximos cultural e lingüísticamente, oriundos do mesmo grande grupo Guaná no passado.

Os Kinikinau vivem, sobretudo, da atividade agrícola e das atividades artesanais. Os mais velhos falam correntemente uma língua filiada à família lingüística Aruak, assim como os Terena, e a maioria se comunica em Língua Portuguesa. A autodenominação do grupo é *Koinukunoen* que em seu idioma quer dizer “índio guerreiro”, em contraposição a uma identidade Terena impingida a eles através dos tempos. Há notícias de membros desse grupo residindo também em terras dos Terena, nas aldeias Bananal e Limão Verde (Aquidauana), Cachoeirinha e Lalima (Miranda) e Água Branca e Brejão (Nioaque), dentre outras. Atualmente, há duas pesquisadoras elaborando teses de Doutorado a respeito dos Kinikinau, ambas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): Iara Quelho de Castro (Ciências Sociais) e Ilda de Sousa (Lingüística). Além destes trabalhos em andamento, há a dissertação de Mestrado em Letras (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/Três Lagoas) intitulada **A língua Kinikinau: estudo do vocabulário e conceitos gramaticais**, de autoria de Valéria Guimarães de Carvalho Couto, orientada por Dercir Pedro de Oliveira.

“RESSURGIDOS”, “EMERGENTES”, “RESISTENTES”: POR UMA NOVA NOMENCLATURA!

A idéia de se tratar grupos indígenas, tais como os Atikum, os Kamba ou os Kinikinau como “ressurgidos” ou “emergentes” desagrade os próprios índios. Segundo muitos deles, estas expressões mascararam a dura realidade a que foram submetidos ao longo do tempo, tentando sobreviver a toda sorte de dificuldades. As expressões “ressurgidos” e/ ou “emergentes” dão a idéia de que determinadas populações teriam “desaparecido” e no final do século XX e início do século XXI estariam “ressurgindo” ou “emergindo”, em um processo de “geração espontânea”! Nada mais falso, quando se verifica, por exemplo, as tra

jetórias históricas das populações Atikum, Kamba e Kinikinau, dentro e fora das atuais terras sul-mato-grossenses. Por essa razão, este e outros grupos indígenas têm adotado a expressão “resistentes” em diversos documentos oficiais que tem divulgado nos últimos anos, através dos encontros promovidos por organizações governamentais e não-governamentais (indígenas e não-indígenas).

Segundo Giovani José da Silva e José Luiz de Souza:

Os Kinikinau, assim como membros de outras sociedades indígenas do Brasil de hoje, não desejam ser chamados de “ressurgidos”, pois entendem que a conotação seja pejorativa e pouco explicativa da situação histórica a que foram submetidos. Preferem, por essa razão, a expressão “resistentes” (JOSÉ DASILVA; SOUZA, 2003: 155).

De acordo com algumas lideranças, a palavra “resistente” expressaria a idéia de que estas populações estiveram presentes, ainda que ocultas, e enfrentaram o processo de colonização. Historicamente, há uma idéia de continuidade por trás da expressão “resistente”, estrategicamente utilizada pelos grupos na afirmação de suas respectivas identidades étnicas. As sobrevivências dos Atikum, Kamba e Kinikinau, em meio ao desaparecimento de mais de oitenta etnias, somente na primeira metade do século XX (Cf. RIBEIRO, 1970), demonstram a força do que aqui é chamado de “lugares do não-esquecimento”. Os Atikum, os Kamba, os Kinikinau e tantos outros grupos indígenas da contemporaneidade, tais como os Kaxixó (MG) e os Tupinambá (BA), desejam não esquecer o que são e nem mesmo o que foram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador francês Pierre Nora afirma que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993: 13).

Sobreviver a todo o custo foi o que fizeram indígenas das etnias Atikum, Kamba e Kinikinau, dentre outras tantas, hoje mais de duzentas, distribuídas pelo Brasil. Essa sobrevivência significou, também, organizar celebrações, mesmo quando estavam sob perseguição ou proibidos de revelar quem realmente eram. Entretanto, os laços de pertencimento ao grupo étnico e as práticas culturais preservadas, permitiram não apenas a sobrevivência física, mas, sobretudo, sociocultural. Os indivíduos pertencentes a estas sociedades não desejaram esquecer quem eram/foram e hoje lutam contra o preconceito e a discriminação.

Este preconceito não é apenas daqueles que não passaram por bancos escolares, mas, também, de pesquisadores e professores que enxergam indígenas como os Atikum, por exemplo, como “menos índios” ou “aculturados”, porque estes não apresentam determinado grau de contrastividade em relação aos não-índios. Antropólogos e historiadores precisam de novas palavras para explicar novas realidades ligadas aos fenômenos que têm marcado a contemporaneidade, tais como a resistência de identidades étnicas. Por isso, ao invés de se falar em “lugares de memória”, como sugere Nora, preferiu-se falar em “lugares do não-esquecimento”. Estes seriam os lugares ocupados hoje pelas populações indígenas Atikum, Kamba e Kinikinau. Lugares não apenas físicos, mas, também (e principalmente) lugares simbólicos, construídos ao longo dos tempos dentro e fora do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO F^o., H. T. Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica. **Série Antropológica**, Brasília, nº. 165, 1994.

BASTOS, R. J. de M. **Parecer DGPC n. 043/79 sobre os relatórios da pesquisa “Kamba”**. Brasília: Funai, 1979. 3 f. Mimeografado.

CABRAL, P. E. **Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões**. Campo Grande: SED/MS, 2002. 110 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 149 p.

GRÜNEWALD, R. de A. **“Regime de Índio” e faccionalismo: os Atikum da Serra do Umã**. 1993. 238 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1993.

JOSÉ DA SILVA, G. **A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984)**: memória, identidade e história. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, 2004.

_____. Identidade, etnicidade, globalização e populações indígenas em fronteiras: a presença Kamba em Corumbá (1945-1987). **História Revista**, Goiânia, v. 10, n. 02, p. 255-272, 2006 [jul./dez. 2005].

_____. Lugares do não-esquecimento: as presenças Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso do Sul, século XXI. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 8., 2006, Dourados. **Caderno de Resumos...** Dourados: UFGD, 2006a.

_____. Ressurgidos, emergentes, resistentes: reflexões sobre as presenças indígenas Atikum, Kamba e Kinikinau em Mato Grosso do Sul. In: SEMANA DE HISTÓRIA 2006 – A QUESTÃO INDÍGENA: PARA ALÉM DA HISTÓRIA DOS VENCIDOS, 2006, Três Lagoas. **Caderno de Resumos...** Três Lagoas: UFMS/CPTL, 2006b.

_____. “Terra seca” à vista: os Atikum em Mato Grosso do Sul. In: SALOMON, M.; SILVA, J. F.; ROCHA, L. M. (Orgs.). **Processos de territorialização**: entre a História e a Antropologia. Goiânia: UCG, 2005. 309 p. p. 55-80.

_____.; SOUZA, J. L. de. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 06, n. 02, p. 149-156, 2003.

MANGOLIM, O. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: CIMI/MS, 1993. 119 p.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28. 1993.

OLIVEIRA, J. E. de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, UFMT, v. 2, n. 2, p. 115-124, jul./dez. 2001.

PAULA, R. W. G. de. **Relatório lingüístico complementar da pesquisa “Kamba”**. Brasília: Funai, 1979. 77 f. Mimeografado.

PENTEADO, Y. M. B. **A condição urbana**: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina. 1980. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1980.

PENTEADO, Y. M. B. **Relatório de pesquisa realizada entre os índios “Kamba” na cidade de Corumbá-MS**. Campo Grande: Funai, 1979. 26 f. 16 anexos. Mimeografado.

RIBEIRO, 1970. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 495 p

UM ESTUDO DA PROPOSTA PENTECOSTAL FRENTE A ETNIA TERENA: EM BRASILÂNDIA – MS¹

Dennis Rodrigo Damasceno Fernandes²

*O mundo não funciona apenas com
crenças. Mas dificilmente consegue
funcionar sem elas. (GEERTZ)*

A FUNÇÃO IDEOLÓGICA DA CATEQUESE

Muitos teóricos que se propuseram a estudar o período colonial e imperial no Brasil, apontaram algumas questões e objetivos referentes à catequese missionária. O historiador Jonh Manuel Monteiro (1994), em sua obra *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, ao abordar este tema propõe que os jesuítas elaboraram suas estratégias na necessidade de sujeição do Índio ao jugo da escravidão e os obrigarem a acolher-se à bandeira de cristo.

Ainda segundo Monteiro, os jesuítas concentravam seus estratégias em três áreas de ação: “a conversão dos principais, a doutrinação dos jovens e a eliminação dos pajés”(1994, p.47). Todavia, a resistência indígena foi o principal obstáculo ao êxito do projeto missionário. Seguindo essa linha de pensamento é possível encontrar outros textos que comungam da mesma tendência.

No texto de Florestan Fernandes é possível encontrar outros aspectos da escravidão dos silvícolas. Para ele, este processo inicia-se com a substituição do escambo pela agricultura: “ao substituir o escambo pela agricultura, os portugueses alteraram completamente seus centros de interesse no convívio com os indígenas. Passamos, então do período de tensões encobertas para a era dos conflitos sociais com os índios”. (1989, p. 82)

Essa era uma das realidades: conflitos inevitáveis entre indígenas e invasores. Fernandes aponta que estes conflitos conduziram à expropriação territorial, a escravidão e a destribalização. Outro destaque feito pelo autor demonstra que a escravidão aconteceu em três pólos que variavam conforme os interesses dos colonizadores: “o anseio de *submeter* o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante do mundo colonial lusitano” Deste modo, a distinção entre estes três pólos dava-se da seguinte forma:

Primeiro, o colono, o agente efetivo da colonização: para ele, ‘submeter’ os indígenas equivalia a reduzi-los ao mais completo e objeto estado de sujeição. Tomar-lhes as terras, fossem ‘aliados’ ou ‘inimigos’; convertê-los à escravidão para depois, trata-los literalmente como seres sub-humanos e negociá-los [...]. Utilizar as tribos ‘aliadas’ como instrumentos de conquista e de controle dos territórios ocupados [...]. Terceiro, os jesu

itas, cujas atividades contrariavam, com frequência, os interesses dos colonos e, mesmo, as conveniências da Coroa, mas concorriam igualmente para atingir o fim essencial, que consistia em destruir as bases de autonomia das sociedades tribais e reduzir as povoações nativas à dominação do branco. (1989, p. 83)

Vasconcelos faz apontamentos sobre as consequências e objetivos da catequese missionária no século XIX, na província do Mato Grosso como, por exemplo, a desapropriação de terras, o trabalho escravo e a dispersão familiar indígena.

A catequese missionária, tema básico da retórica dos presidentes da província do Mato Grosso, foi difundida veementemente como o modelo que viria solucionar os grandes problemas causados pelos indígenas na região. [...] Como saldo geral, o que mais se constatou foi a perseguição armada e a repressão a todos os grupos indígenas que resistiram à 'civilização'. (1999, p.101)

Os fragmentos acima nos proporcionam entender como a catequese foi em muitos momentos um argumento usado pelos governantes e líderes religiosos para justificar a exploração indígena. A partir dessas constatações pode-se observar que o discurso dos missionários em geral era uma modalidade do discurso de exploração e em muitos momentos um dos principais objetivos era o lucro que o sistema escravista pudesse oferecer. Muitos teóricos – teólogos, filósofos, juristas, canonistas, etc. – fizeram uma opção pelos missionários e procuraram fundamentos bíblicos para justificar a escravidão indígena. (RODRIGUES, 1991, p.17)

Esse é um dos contextos que permeava os primeiros contatos entre a evangelização católica e os nativos: a imposição do *credo* e da *cruz* por parte dos missionários e as multifacetadas formas de resistências a essa nova religião, a qual os índios estavam sendo forçados a se submeter.

PENTECOSTALISMO: BREVE HISTORIOGRAFIA

Da mesma forma que a catequese teve suas estratégias e objetivos para a evangelização dos indígenas, o pentecostalismo também possui características específicas no tocante a proclamação da *boa*

nova. A partir desta constatação torna-se necessário alguns apontamentos sobre a história dessa corrente religiosa.

Pesquisadores da sociologia e da história da religião inserem o pentecostalismo na corrente do fundamentalismo religioso. Para Ronaldo de Almeida o “fundamentalismo é um movimento religioso cujo princípio motor de expansão é converter as pessoas a um conjunto de idéias e comportamentos que as levará à salvação”. (2004, p.33)

Segundo o autor, a maioria dos evangélicos no Brasil está ligada – doutrinária e institucionalmente – ao segmento fundamentalista, que realiza trabalhos missionários extremamente ativos na evangelização da população, tanto rural quanto urbana. Outra forma de atuação missionária é nas sociedades em que existe pouca presença do cristianismo evangélico como nos grupos étnicos indígenas. É nessa direção que essa pesquisa se concentra, ou seja, contribuir para o entendimento da expansão das missões³ pentecostais entre os Terena de Brasilândia.

O movimento protestante em questão surgiu nos Estados Unidos e entre seus objetivos encontrava-se a incorporação do *reavivalismo*, *infabilidade das escrituras* e a *realização eminente das profecias*⁴. Ao estudar os pentecostais e os neopentecostais o teólogo e historiador Antonio Gouvêa Mendonça aponta que:

O movimento fundamentalista consolida-se entre 1910 e 1915 com a publicação sucessiva de doze brochuras com o título de *The Fundamentals: A Testimony of the Truth* enfatizavam cinco doutrinas principais: a divina inspiração da Bíblia; o nascimento virginal de Cristo; o sacrifício expiatório de Cristo pelos nossos pecados; a ressurreição de Cristo e a iminência de sua volta. Embora alguns dos autores da coleção fossem moderados em suas posições, logo o fundamentalismo veio a ser um estado de espírito, assim como um credo. (1997, p.155)

O fragmento acima possibilita o entendimento dos fundamentos de composição e práticas teológicas do pentecostalismo. Nesta mesma direção, Almeida expõe alguns escopos deste movimento que:

[...] era difundir na sociedade norte-americana seus valores e sua visão de mundo em reação à ameaça da cultura liberal que atingia as igrejas e o país em seu sistema de ensino e na classe política, principalmente nas questões de ordem moral e de política externa. Esses religiosos lutaram contra o ensino

de teorias opostas aos princípios bíblicos que deveriam ser compreendidos a partir de uma exegese literal da Bíblia (uma reação à visão científica e secular do mundo). O criacionismo, por exemplo, deveria ser ensinado nas escolas em substituição às hipóteses do evolucionismo biológico. (2004, p.36)

Ainda segundo Almeida, um dos fatores de expansão do movimento fundamentalista-pentecostal foi a reação às propostas liberais presentes em vários setores das Igrejas tradicionais. Assim, em 1910, os participantes do Congresso Ecumênico ocorrido na cidade de Edimburgo decidiram pela não-evangelização dos países católicos.

Em contrapartida, as igrejas pautadas nos ensinamentos pentecostais também realizam um congresso no Panamá em 1916, onde fica deliberada a intensificação do proselitismo mundial que atingia também as nações católicas (ALMEIDA, 2004, p.35-36). É nessa conjuntura que o campo missionário brasileiro é organizado, a partir dessas duas tradições que orientam o segmento ecumênico, evangélico, fundamentalista protestante e pentecostalista.

Nesse sentido, segundo Mendonça, as igrejas pentecostais tiveram seu início no Brasil entre 1910 e 1911, logo após seu surgimento nos Estados Unidos, e uma das precursoras foi a:

Assembléia de Deus, cujo começo se deu em Belém do Pará em 1911, cresceu muito nos primeiros anos no norte e nordeste do Brasil, área de pouca densidade protestante. Mais tarde, já depois dos anos 50, expande-se muito pelo sul do país, especialmente no sudeste, por causa da intensa emigração nordestina nessa direção. (1997, p. 149)

Esse contexto possibilitou o crescimento dessas instituições e seu avanço entre os freqüentadores das Igrejas protestantes tradicionais. Até a década de 1950 seus templos enchiam-se de migrantes não comprometidos com suas igrejas de origem. (MENDONÇA, 1997, p.150)

PENTECOSTALISMO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

O fundamentalismo evangélico pode ser entendido como uma matriz teológica ampla que compreende os segmentos evangélicos onde se localiza o pentecostalismo. Assim sendo, ao olhar para a trajetória histórica desse movimento alguns pesquisadores observam a tendência de oposição aos *ecumênicos*⁵. Para Almeida trata-se de uma religião

osidade que envolve a literalidade de exegese bíblica, o impulso salvacionista, o emocionalismo como evidência da conversão e do êxtase religioso, a conduta puritana, a expectativa escatológica e mais restritamente a *glossolalia*⁶. (2004, p. 37)

A partir dessas características históricas e missionárias o pentecostalismo fundamentalista carrega em seu bojo a tendência de que quando ocorre a conversão a estas igrejas tornam-se indispensáveis transformações na vida do novo cristão, tais como reforma moral-política, cotidiana e fidelidade. Estas propostas fazem parte das práticas missionárias das igrejas pentecostais tanto em relação aos não-índios quanto aos índios.

Outra disposição presente nesse movimento pode ser entendida nas falas dos pastores que ensinam uma postura reacionária e autoritária que reflete na vida cotidiana. Vê-se, pois, que os líderes dessas aglomerações eclesíásticas em sua maioria adotam uma postura inflexível no tocante à vida cotidiana de seu eclesiano, onde é fundamental a obediência aos preceitos expostos dominicalmente nos púlpitos dessas igrejas.

Pode-se entender então que os conteúdos das *homilias*⁷ em sua maioria não buscam discussões politizadas que visem análises das disparidades sociais, mas, nos parece, um constante discurso de manutenção e dominação. Segundo Wright, isso acontece porque os pastores:

(...) destacam a reforma radical do cotidiano e da convivência que acompanha a conversão, afastados dos bastidores políticos públicos e midiáticos, como estratégia para os favelados defrontarem-se com a pobreza, superarem o alcoolismo e o vício de drogas, apartando-se de comportamentos anti-sociais, fortalecendo os laços familiares; e reforma das relações de gêneros, fortalecendo a autoconsciência e, não em último lugar, a identidade, para defrontar-se com o racismo cotidiano. (2004, p.14)

De uma maneira geral pode-se observar, com raras exceções, que essas homilias são pautadas por sistemas morais que propõem novas virtudes, em que os direitos não são discutidos. Em relação à sociedade indígena, esses conteúdos das missões pentecostais também estão presentes, o que em muitos momentos não traz nenhum

benefício para as etnias, isso porque diminui a busca por melhores condições e direitos e não desenvolvem afinal o potencial revolucionário no sentido de uma ruptura com a cultura política latino-americana de exploração. (WRIGHT, 2004, p.14)

Um outro ponto inerente às missões pentecostais é a tentativa de estabelecer membros cada vez mais pautados na fidelidade pela igreja, isso porque “por mais que o movimento pentecostal possa ser bem sucedido e eficaz em catarse espontânea” (WRIGHT, 2004, p.14-15), em muitos momentos acontece o trânsito religioso⁸, em vista da busca de desejos passageiros. Essa perspectiva é de suma relevância em relação aos Terena, pois esses não têm residências fixas na usina de álcool Debrasa ficando longe de seus familiares e de suas igrejas, fato que contribui para o processo de trânsito religioso desses sujeitos.

Outro aspecto sobre o pentecostalismo é o êxtase e a glossolalia. Estudos antropológicos e de história da religião destacam que o êxtase é encontrado na maioria das religiões do mundo e ocorre das mais variadas maneiras. Segundo Mendonça, este fenômeno religioso pode ser assinalado da seguinte forma:

O êxtase pode ser definitivamente um estado de consciência alterado, com maior ou menor intensidade, e que se caracteriza pela passagem que o indivíduo sofre de uma realidade para outra. Na maior parte das vezes o êxtase é procurado pelos indivíduos, especialmente nas práticas religiosas em que é valorizado como canal privilegiado de comunicação com o sagrado. (1997, p.150)

Pode-se entender então que o êxtase é um estado de consciência considerado ideal para minimizar as barreiras que dificultam a comunhão com o sagrado, ou seja, um estado de ruptura com a realidade que promove um intenso estado emocional como: tremores, voz embargada, choro e até o estado de total inconsciência. Em muitos momentos o êxtase é acompanhado pela glossolalia, um instrumento de profecias e revelações.

Para Ronaldo Almeida, em termos rituais, a glossolalia é uma comunicação com o próprio Deus em línguas angelicais provocada pela possessão pelo Espírito Santo, em que o sentido das palavras permanece um mistério para os membros das igrejas. Para que este momen

to litúrgico não fique unilateral é comum acontecer a interpretação desse idioma estranho. Então um membro faz a revelação dos ditos do sagrado e geralmente é conferido ao possuidor dessa característica grande prestígio na comunidade eclesiástica. (2004, p.40)

Essas características estão presentes no movimento pentecostal, tanto no trato com o índio como o não-índio. Contudo, Robim Wright aponta que “o cristianismo não é tomado, pelas culturas indígenas, de maneira simplesmente análoga à estrutura preexistente da cosmologia tradicional, mas muito mais como algo paralelo às rupturas históricas e dilemas estruturais no interior dessas *cosmovisões*¹⁰” (2004, p.13). Isso porque, os indígenas tentam compreender a nova religião fazendo conexões significativas com suas crenças e práticas. (WRIGHT, 1999, p.189)

PENTECOSTALISMO:

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Tendo em vista as considerações históricas e conceptuais apontadas anteriormente em relação ao movimento pentecostal, torna-se pertinente a busca de um *corpus* teórico para a compreensão do contexto da expansão dessa tendência religiosa entre a etnia Terena na cidade de Brasilândia – MS. Desta forma será possível entender as permanências e mudanças de valores sócio-culturais e políticos existentes entre os Terena frente à proposta pentecostal.

Nessa direção, o antropólogo Clifford Geertz, em seu livro *A interpretação das Culturas*, ao discorrer a propósito da religião como sistema cultural, elenca algumas observações relevantes. Dentre elas, destaca que “a religião é um sistema de símbolos que atua para a essência do pensamento humano”(1989, p.109). A partir desta afirmação sabe-se que a religião é composta de símbolos com seus significados, e que para o autor os significados só podem ser *armazenados* através de símbolos. (p.144)

Os Terena possuem seus símbolos, mitos sagrados e suas interpretações, e esses aspectos são presentes também no pentecostalismo. A compreensão desse processo de convívio de tradições religiosa é importante, isso porque Geertz aponta que os símbo

los sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo que é expresso no tom, no caráter, na qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticas. (p.103)

Outro teórico que aponta questões importantes sobre o símbolo é Pierre Bourdieu (1989), especialmente na obra *O poder simbólico*, em que destaca as funções e estruturas dos sistemas simbólicos. Segundo o autor, “os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social”. (p.9)

A partir desses apontamentos percebe-se então que os símbolos, em muitos momentos, trazem sentido, concordância e estrutura para o universo em que o sujeito está inserido. Sobre esse aspecto Bourdieu aponta que

Os conhecimentos simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica ou sentido imediato do mundo que quer dizer uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências. (p.9)

Ainda segundo este autor, “o poder simbólico é o que tem o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e deste modo, a ação sobre o mundo” (p14). Nessa perspectiva pode-se entender que o poder do símbolo está diretamente ligado ao indivíduo, refletindo em sua visão de mundo e de crença. A partir dessa proposta torna-se pertinente a busca pelo entendimento dos símbolos dos Terena, antes e depois do contato com o pentecostalismo.

Nesta caminhada teórica a pesquisa dos historiadores Moura e Zorzato (2004), ao tratar do processo de apropriação do Protestantismo Norte-americano pelos Terena através da Uniedas¹¹, fazem uma série de sugestão de temas a serem estudados. Dentre eles, destaca-se a importância de um estudo sobre a necessidade de pesquisas que revelem as práticas cotidianas dos convertidos não envolvidos nas estruturas de poder das igrejas evangélicas “terenizadas” (p.336).

O estudo de Moura e Zorzato deteve-se nos Terena convertidos que faziam parte da liderança evangélica. A proposta de pesquisa em questão é a da compreensão das permanências e mudanças simbólicas ocasionadas pela influência pentecostal no cotidiano dos índios Terena que não estão envolvidos na estrutura do poder eclesiástico, a saber, nos poderes eclesiásticos dos pastores, dos presbíteros, dos diáconos e dos obreiros, todos com ligação direta na liderança das igrejas e respectivamente com grau de importância e função.

Segundo Moura e Zorzato, um dos fatores que leva os Terena a apropriação da identidade de cristão é o benefício que o passaporte de cristão na República pode possibilitar: a abertura para formulação de estratégias de ocupação de espaços, a partir das regras externas. (2004, p.308)

A pesquisa também vem sendo desenvolvida em uma perspectiva de investigação respaldada nos estudos que se centralizam na etnogênese como uma tendência de recuperar o sujeito histórico que atua conforme a sua interpretação de mundo. Durante um período considerável para a historiografia indígena brasileira o índio foi visto como vítima que assistiu passivamente a sua destruição ou numa vertente mais militante, como um guerreiro que lutou contra a invasão européia. (MONTEIRO, 1996, p.15)

De comum acordo com as idéias defendidas por Moura e Zorzato, é necessário levantar indagações em torno da relação de trabalho e da proposta pentecostal, frente às interpretações dos Terena. Na busca desta análise histórica será pertinente a compreensão de elementos que possam conduzir a um entendimento dessa relação e também da interferência da empresa Debrasa nas igrejas.

Para essa compreensão, as fontes orais tornam-se relevantes, na medida em que possibilitam, por meio da história e da memória, entender as diversas expressões e práticas religiosas evidenciadas em questões como a conversão ao pentecostalismo, como reforma moral-política e reforma do cotidiano. Segundo Neves:

Cada pessoa é componente específico de um amálgama maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A história Oral em decorrência é a arte do

indivíduo, mas de um indivíduo socialmente integrado. Desta forma, os relatos e testemunhos possuem um amálgama maior: o da identidade histórica. (2000, p.113)

Por esta perspectiva serão utilizadas entrevistas para que possam ser discutidas as relações dos sujeitos históricos, a partir de seu lugar de trabalho, de sua convivência social e de sua crença. O processo seleção dos entrevistados será por meio da consideração do perfil dos Terena distinguindo-os por idade e sexo, acreditando, desta forma, poder avaliar os sujeitos de forma diferenciada no âmbito eclesial e familiar.

Outros sujeitos entrevistados são os pastores, os funcionários da empresa e os participantes das igrejas que fazem parte da etnia em questão. Todos esses passarão pelo mesmo critério de seleção mencionado acima. Outras fontes que serão utilizadas são os documentos produzidos pelas Igrejas pentecostais tais como: atas de reuniões, projeto missionário entre os indígenas e relatórios das missões.

Os apontamentos acima reforçam as palavras do pesquisador Robin Wright ao observar o seguinte aspecto: “o impacto da conversão indígena ao pentecostalismo é um fenômeno extremamente complexo e historicamente situado e que não permite análises apressadas e superficiais sobre as consequências das novas igrejas” (2004, p.12). Nessa mesma direção a observação de Geertz exposta no princípio desse capítulo é pertinente para a compreensão do crescimento desse fenômeno religioso: “o mundo não funciona apenas com crenças, mas dificilmente consegue funcionar sem elas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo concentrou-se no sentido de apontar questões em torno do encontro entre a etnia Terena e o pentecostalismo. A partir de um *corpus* teórico e metodológico tentou-se problematizar o tema. Nessa perspectiva investigadora a primeira etapa foi observar alguns aspectos históricos sobre a catequese missionária, momento em que ocorreram os primeiros contatos do *evangelho* com os grupos étnicos.

A segunda parte destacou a historiografia do pentecostalismo, processo que auxiliou no entendimento desse movimento. Já a terceira parte referiu-se as práticas e concepções do pentecostalismo, em que

pode-se perceber que a ênfase religiosa é calcada em preceitos e práticas missionárias, as quais se centralizam na conversão como reforma moral, política e do cotidiano, procedimento missionário presente no trato com o índio e o não-índio.,

A quarta e última parte dessa caminhada buscou o diálogo com bibliografia e uma referência as fontes orais. Desta forma pode-se destacar que a relação dos Terena com o pentecostalismo é complexa envolvendo vários aspectos que não podem ser desconsiderados, como a perspectiva de existência de perda cultural. Já que pensar essas relações por essa ótica é diminuir tanto os Terena como o pentecostalismo. Nessa perspectiva, Geertz aponta que essas relações culturais se constituem como um *polvo* a entrelaçar os seus *tentáculos* mantendo, todavia, a sua especificidade em cada parte, onde os índios e não-índios estão imbricados e buscam significados para compreender a vida.

NOTAS

¹Este texto é parte da pesquisa de iniciação científica voluntária, PIBIC/CNPq, e do trabalho de conclusão de curso intitulada: *O pentecostalismo entre os Terena na cidade de Brasilândia – MS: Um estudo de suas práticas sócio-culturais*, desenvolvida entre o período de agosto de 2006 a julho de 2007, sob a orientação do Professor Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira.

² Acadêmico da 4ª série do Curso de história, campus de Três Lagoas, UFMS.

³ Ronaldo de Almeida define o conceito de missão como uma atividade religiosa por excelência responsável pela inserção de um conjunto de crenças em outro universo cultural, unidade mínima a partir da qual a evangelização é formulada. (2004, p.34)

⁴ Para o teólogo Antonio Gouvêa de Mendonça os conceitos reavivalismo, infabilidade da escrituras e realização eminente das escrituras são comumente usados no movimento pentecostal como uma tentativa de reviver o pentecostes relatado nos textos bíblicos, principalmente nos escritos dos evangelhos, onde também temos o destaque para a interpretação literal da Bíblia e a proximidade das profecias bíblicas. (1997, p.155)

⁵ Segundo o teólogo Antonio Gouvêa de Mendonça o movimento ecumênico pode ser entendido como uma intenção de unificar as diversas forças religiosas, em sua maioria religiões cristãs. (1997, p.55)

⁶ Ronaldo Almeida (2004) aponta que a glossolalia é uma fala extática em línguas, ou ininteligíveis, ou aparentemente ecoando línguas existentes, mas desconhecida do falante, também conhecida como língua do espírito santo. Os termos êxtase religioso e a glossolalia serão discutidos em detalhes no decorrer desse artigo.

⁷ Homilia é a pregação do sacerdote baseado nos textos da bíblia, assim sendo, é nesse momento que são ensinados os preceitos morais e políticos para os participantes das igrejas.

⁸ Uma das formas de se entender o trânsito religioso é o processo pelo qual a pessoa não se fixa em apenas uma igreja ocorrendo a troca constante de comunidade religiosa

⁹As pesquisas antropológicas e sociológicas desses movimentos de conversão identificam a existência de analogias entre a sacralização da economia e prosperidade. Assim, religião de resultado possui discursos pautados na prosperidade dos frequentadores com o objetivo de estar com os templos constantemente lotados.

¹⁰ Cosmovisão pode ser entendido, neste caso, como os indígenas encaram as propostas pentecostais frente aos seus ensinamentos anteriores tendo como foco a religião materna.

¹¹ Esta pesquisa faz parte do livro “Transformando os deuses – Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil”. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, vol II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Traduções do fundamentalismo evangélico. In: WRIGHT, R. (org.). **Transformando os deuses – Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, vol. II.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERNANDES, Florestan. A época colonial: antecedentes, In: **história geral da civilização brasileira**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Cultura Ltda, 1989.

_____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos: O campo religioso e seus personagens**. São Bernardo do Campo: Editora da UMESP, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira & ZORZATO, Osvaldo. O processo de apropriação do Protestantismo Norte – Americano pelos Terena Através da Uniedas. In: WRIGHT, R. (org.). **Transformando os deuses – Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, vol. II.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeitos: substratos da identidade. In: **História Oral**. São Paulo, v, 3, n. 3, p. 109-116, jun. 2000.

RODRIGUES, Luis Jorge. A bíblia e os conquistadores – aspectos do uso ideológico da Bíblia no século XVI, por ocasião da invasão da América. In: **Estudos Bíblicos, projetos bíblicos de evangelização**. Petrópolis: Vozes, 1991.

VASCONCELOS, Cláudio Alves. **A questão indígena na província de Mato Grosso: conflitos, tramas e continuidade**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

WRIGHT, Robin M. (org.). **Transformando os deuses – Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas na Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, vol.I.

_____ (org.). **Transformando os deuses – Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, vol. II.

PARTE III

**DA COLÔNIA PORTUGUESA
À GUERRA COM O PARAGUAI**

O MITO DA COLONIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL¹

Vivian Maria de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado de parte de uma pesquisa monográfica que usa compreender, através das relações iniciais que se estabeleceram no processo de formação da sociedade brasileira, sua composição étnica atual – miscigenação. Para isso voltaremos nossos olhares para as relações de contato confronto que se deram entre índios e portugueses, com o intuito de verificarmos as diferenças que levam a situação de confronto cultural, religioso, mental e comportamental que se refletem na estrutura social altamente hierarquizada e exclusora do Brasil contemporâneo.

É nesse sentido que analisaremos os documentos de viajantes do século XVI, com destaque a Carta de Pero Vaz de Caminha, para através dela buscarmos, os relatos em vocábulos e colocações verbais que implicitamente revelam a exploração e a submissão as quais os índios e posteriormente os negros foram vítimas.

O MITO DA COLONIZAÇÃO

Quando pensamos em colonização do Brasil logo nos vêm à mente os portugueses, corajosos e valorosos que fundaram nossa civilização e nos deram o Carter que carregamos até hoje. É nesse sentido que buscaremos no mito da constituição da identidade histórica do povo brasileiro, suas representatividades, desigualdade e desconstruções e exclusões.

Através da análise de Chauí (2001), apresentaremos o mito também na acepção psicanalítica, com impulso a repetição de algo imaginário que cria um bloqueio à percepção da realidade e culmina com a impossibilidade de lidar com a mesma. É nesse sentido definiremos o processo de fundação ou a colonização do Brasil como um mito. O mito da colonização, que oferece uma interpretação inicial da representação da realidade, e em cada momento da construção histórica esses elementos construtores se reorganizam.

Ainda na análise da Chauí, compreendemos que deste modo as ideologias e representações, que necessariamente acompanham e compõem o movimento histórico da colonização alimentam-se das representações produzidas pelo mito. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente na constituição do processo histórico do Brasil.

É através deste prisma que buscaremos construir uma interpretação que nos leve a compreender a formação ideológica do povo brasileiro, enquanto pertencentes à nação Brasil. Buscaremos, portanto na análise do passado histórico a interpretação da condição histórico cultural atual do país.

Para isso, tomaremos como base teórica os ensinamentos da nova história com o intuito de desenharmos um passado histórico à contra pêlo. Daremos enfoque nessa perspectiva interpretativa aos recortes das mentalidades, da história social, da nova história cultural e da história vista de baixo, além de buscarmos o diálogo com outras ciências com a sociologia e a antropologia para delineararmos nossa pesquisa.

E é em a partir daí que buscaremos embasamento teórico para compreender o processo da construção da história do Brasil, que mitifica

e do papel glorioso a um componente do processo – os portugueses – e apaga a participação de outros – os índios e os negros. Em outras palavras, a “dimensão individual” que nos é apresentada por Vainfas é retirada do processo histórico gráfico tradicional, em contra partida, existe a construção da história total, que qualifica os participantes do projeto entre vencedores e vencidos.

É, portanto nestas vertentes historiográficas, aqui previamente apresentadas, que vamos apoiar a construção desse trabalho. A nossa pesquisa baseia-se na utilização de fontes bibliográficas, em revistas específicas da área de história, na análise de documentos históricos da época, além do estudo de autores contemporâneos que trabalham o tema com novos olhares. Daremos espaço também para a interdisciplinaridade através do uso da lingüística na análise do discurso de Caminha, da introdução da sociologia e da antropologia na construção da identidade étnica do Brasil.

Dadas às características das linhas que pretendemos seguir, é importante ressaltar que a presente pesquisa busca realizar a construção de uma história voltada a novos caminhos para a investigação histórica de documentos, bibliografias e fontes, muitas vezes estereotipadas pela ótica Europa-centrista que durante muito tempo caracterizou o estudo da história do Brasil.

PRIMEIRO CONTATO CONFRONTO – A DOMINAÇÃO PORTUGUESA

Para construirmos uma análise a respeito das relações que se estabeleceram entre os primeiros brancos que chegaram à nova terra e os ameríndios que nela habitavam iremos primeiramente, retomar o contexto no qual se deu o processo de ocupação do Brasil. Com o intuito de compor um cenário mais amplo ao tema colonização, que muitas vezes se apresenta a nós como uma simples coincidência que culmina no Brasil. Nas palavras de Bosi, esclarecemos isso da seguinte forma “a colonização se dá com um projeto totalizante”. (1998, p. 13).

A partir desse trecho de Bosi podemos construir todo um desenrolar histórico que nos leva a pensar no sentido de dominação – domi

nar talvez seja a palavra que move a engrenagem do mundo – A partir dos primeiros contatos confrontos é o poder que estabelecerá as relações humanas que se darão posteriormente entre os que chegaram e os que lá já estavam.

Nesse sentido Bosi nos esclarecerá que o confronto de culturas distintas era apenas consequência da chegada do novo, que de modo algum poderia ter se dado de forma suave e bucólica como nos foi apresentada por Caminha em sua narrativa, a qual analisaremos mais à frente.

É importante também levarmos em conta em nossa interpretação a questão da descoberta. Para Chaui, o Brasil não estava ali a espera de alguém para achá-lo, ele se dá como “uma invenção ou constituição para que com ele sejam explicados ou interpretados acontecimentos e situações novas, feitas pelos homens” (2001, p. 57). Portanto, segundo a autora os “achamentos” do século XV são invenções históricas e construções culturais, sendo assim “o Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventando como terra abençoada por Deus” (idem, p.58).

Souza (1986) trata em sua obra a questão do Carter exploratório que o Brasil passa a possuir com a chegada do branco. Durante quase meio século fomos entreposto comercial. Feitorias, as quais nada mais eram do que a manifestação da administração portuguesa, com a finalidade de garantir a posse da terra. Utilizaremos Novais para reforçar as idéias apontadas por Souza (idem) e verificarmos que “a história do Brasil, nos três primeiros séculos está intimamente ligada à expansão comercial européia da época moderna”. (1983, p.47)

A partir daí, podemos estabelecer uma conexão com os problemas e mecanismos que permearam a política imperialista lusitana o que nos leva a perceber que a colônia foi importante para a manutenção do equilíbrio europeu. Nas palavras Novais “a colônia acaba por assumir a função histórica de mantenedora de estímulos à metrópole” (idem, p. 53). Na análise do trecho de Chaui a questão nos fica clara:

Sua origem (colônia de exploração), é histórica, determinada pela doação, pelo arrendamento ou pela compra de terras da coroa, que não de disponibilizando de recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou-a nas mãos dos particulares que, embora sob o comando

legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínio e dividiram a autoridade administrativa com o estamento burocrático(2001, p. 90-91).

Novais (1983) nos mostra ainda um elemento importante que permeia até hoje a estrutura da sociedade brasileira; o uso da violência. Segundo o autor o uso da violência e da dominação na conquista muitas vezes é realizado a segundo plano e apago da construção da história do Brasil. Porém a verdade é que a violência sempre esteve presente nas forças expedicionárias realizadas por aventureiros que buscam riquezas inestimáveis, traficantes, degredados, homens que nada tinham a perder e eram guiados pela ambição. É a partir daí que o autor define a violência como sendo “o instrumento necessário preponderante do colonizador para vencer a resistência dos locais” (idem, p.88).

É, portanto, nesse contexto que devemos buscar a análise dos primeiros contatos confronto que se deram com a chegada de um novo elemento a uma conjuntura já estabelecida e consolidada anteriormente pela sociedade indígena. Segundo Souza “a idéia do ouro e das riquezas vincularam-se com idéia de choque cultural que levava ao risco da morte” (1986, p. 78). A aventura dos primeiros contatos se dá dessa maneira com um confronto, já que a relação envolve medo da morte, do desconhecido e ao mesmo tempo a chance de enriquecer.

Segundo Holanda (1989), vários grupos tribais etnicamente distintos habitavam o Brasil no período dos primeiros contatos, no entanto, apenas as tribos pertencentes ao estoque lingüístico tupi foram descritas de forma relativamente extensa e precisa. Para o autor a razão deste fato é simples, “os tupis entraram em contato com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorar colonialmente” (idem, p. 74).

Em outras palavras, foram os Tupis os primeiros – por habitarem o litoral – a estabelecer a relação de contato confronto com os viajantes. Ainda na análise de Holanda percebemos que os índios “foram, ao mesmo tempo, a principal fonte de resistência organizada aos desígnos dos colonizadores e o melhor ponto de apoio com que eles contaram” (idem, p. 75).

Sobre a questão que diz respeito ao comportamento dos aborígenes mediante a presença do novo ainda hoje existem muitas controvérsias. Alguns teóricos, principalmente aqueles que elaboram os livros didáticos do ensino básico e fundamental, continuam a insistir na lenda do bom selvagem, onde os indígenas teriam sido meros expectadores da ocupação e dominação européia, não servindo de empecilho algum aos mesmos.

No entanto, se analisarmos bem os fatos que Holanda nos apresenta, a questão não se verifica. A idéia se espalhou pelo seguinte pensamento: os aborígenes estariam em um núcleo civilizatório inferior ao dos europeus. Para Holanda: “Nos limites de suas possibilidades foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatados conjuntamente” (1989. p. 76).

Esse processo, portanto, tem dois lados. Nós temos vivido ao lado que exalta os feitos portugueses. Se houve heroísmo e coragem entre os europeus a coisa não deve ter coragem não movimentaram a engrenagem da história e perderam-se com a destruição do mundo em que viviam e ganharam, na mão dos portugueses, a história conveniente à exaltação do orgulho português.

DO IMAGINÁRIO À REALIDADE ATRAVÉS DA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Quando voltamos nossos olhares para o período das primeiras aventuras marítimas da Época Moderna não podemos deixar de traçar a mentalidade dos homens que construíram tal processo. Segundo Holanda (1984), a visão do paraíso era a máxima representação do desconhecido; “um lugar abençoado, onde reinava primavera eterna e juventude eterna e onde homens e animais conviviam em paz” (idem, p. 59).

Chauí (2001), nos mostra que, essas ilhas, onde habitava o paraíso terrestre, de acordo com as tradições fenícias e irlandesas encontram-se a oeste do mundo desconhecido. Os Fenícios as designaram com o nome Braaz e os monges irlandeses a chamavam de Hy Brazil.

Entre 1325 e 1482, os mapas incluem a oeste da Irlanda e ao Sul dos Açores a Insulla de Brazil, esta teria afortunado e bem aventurada que Caminha descreve ao comunicar El-Rei o achamento do Brasil “Um pouco mais tarde, virá o nome do lugar e, com esse nome, se nomeia a primeira riqueza mercantil, pau-do-brasil, pau Brasil. Foi achado o Brasil” (idem, p. 60).

Percebemos, portanto ao analisarmos Chauí que a mentalidade de Caminha era empregada pela literatura medieval que narrava complexas histórias de viagens do período carolíngico. Mas a final, qual era a idéia que os exploradores do século XVI tinham a respeito do mundo. Segundo Souza ela se desenvolva da seguinte forma:

Acreditava-se na existência do Equador, dos trópicos, e dos cinco zonas climáticas, três continentes, três mares, doze ventos. Durante séculos, o oceano Índico constitui-se em horizonte mental corporificador do exotismo (1986 p. 24). Nessa verdade podemos concluir que, conhecido com Indico, o Atlântico passou a ocupar papel analógico no imaginário quatrocentista. É Holanda quem nos mostra o deslocamento do mito do Paraíso Terrestre para o universo Atlântico: “Acúmulo de lendas, deslocando-as no espaço, redefinindo-as, o imaginário europeu englobou também o arquipélago das ilhas Brasil” (1989 p. 79).

No relato da Terceira Viagem de Colombo, em 1501, afirma haver localizado o Paraíso Terrestre, descrevendo-o tal como vislumbrado ao longe, descrição, aliás, que repete as descrições imaginárias elaboradas durante a Idade Média, nas quais o Paraíso está protegido por uma muralha de montanhas e rios bravios. Cartas e diário de bordo impressionam, segundo Chauí porque descrevem o mundo como novo e outro, mas o sentido desses termos é deverso do que esperaríamos:

De fato ele não é novo porque jamais foi visto nem e outro porque é inteiramente diverso da Europa. Ele é novo porque e o retorno à perfeição da origem, à primavera do mundo, ou à “novação do mundo”, oposta à velhice outonal ou a decadência do velho mundo. É outro porque é originário, anterior a queda do homem. Donde a descrição da gente nova como inocente e simples, pronta para evangelizar” (2001, p. 62).

Araújo é quem nos mostra outra questão pertinente à carta de Caminha: a superioridade do conquistador europeu mediante o aborígene e a sua função – garantida pela sua superioridade de doutrinadores:

Enquanto [a natureza] localizou o gênico inventivo das raças brancas (...) nesta extremidade continental que é a Europa, concentrou os mais vastos depósitos de matéria-prima nas Américas, Áfricas e Ásias tropicais, Oceanias Equatoriais (...). Estas imensas extensões de povos incultos deveriam ser deixados virgens, abandonados à ignorância ou incapacidade? (1976, p. 89).

Dominar, possuir, expandir, esses eram os objetivos dos navegadores do século XVI. Segundo Souza “A expansão era tudo, e segundo a superfície do mundo limitado, o grande objetivo da humanidade devia ser tomar tantos pedaços do mundo quantos fossem possíveis (1986, p. 85).

Garcia é quem nos dá suporte para tratarmos da questão do índio no contexto da apropriação “implicidade”, “O nativo é integrado como súdito ao domínio da coroa lusitana, ingressando em uma relação de desigualdade e de dependência” (1983, p. 148). A dominação e posse do nativo ocorre da mesma forma que a posse da terra, deste ponto de vista percebemos que o caráter humano do indígena não é considerado e nem mesmo reconhecido. É Chauí que nos esclarece a questão da inferioridade e superioridade entre os portugueses e aborígenes:

A inferioridade dos índios pode ser compreendida imediatamente por uma pessoa do século XVI pelo simples fato de que a palavra “nação” que exprime (até meados do século XIX) em agrupamento de gente com descendência comum, mas que não possui estatuto civil - os índios, dizem os navegantes e os colonizadores, são gente” sem fé, sem lei e sem rei” (2001, p. 65).

Na análise deste trecho de Chauí percebemos que devido ao emoldurado cultural que passou a permear a vida do índio brasileiro de um momento para o outro a subordinação passou a ser algo naturalmente engendrado ao poder dos conquistadores. A autora ainda nos explicita outra questão importante para que possamos compreender o contexto de denominação ao qual o índio foi integrado - a teoria do direito natural subjetivo – segundo essa teoria a liberdade que caracteriza o sujeito é à vontade para escolher entre alternativas contrárias

possíveis; sendo assim, a escolha significa que a vontade é uma capacidade e seu exercício depende da racionalidade do sujeito. Porém “A inferioridade objetiva dos nativos na hierarquia natural dos seres justifica que, subjetivamente, escolhem a servidão voluntária e sejam legal e legitimamente escravos naturais” (2001, p. 66).

Mas como justificar a escravidão em meio a mentalidade e a situação de paraíso criada pelo imaginário europeu a respeito do novo mundo? Para entendermos esta situação devemos considerar a presença da fé com elemento justificatório para aquilo que os homens não podiam explicar, sendo assim Chauí, nos mostra que “a escravidão dos índios e dos negros nos ensina que Deus e o diabo disputam a terra do sol. Não poderia ser diferente, pois a serpente habitava o paraíso (2001, p. 69).

Com base nos ensinamentos Limbertini (1998), classificaremos as relações implícitas presentes na carta de Caminha no processo de construção da imagem do índio em dois tipos: a relação de assimilação – exclusão e a de agregação-segregação. Segundo o autor, em seu discurso de assimilação-exclusão, Caminha faz tábua rasa das diferenças e dá uma dimensão estreita entre os dois discursos, que se complementam, assimilando e excluindo. Na medida em que os dois se fundamentam sobre os mesmos preconceitos, tomando o outro com uma ameaça e tentando garantir sua integridade por um de suas formas: pela assimilação ou pela exclusão ocorre um processo de impossibilidade cultural.

No discurso de agregação-segregação o que prevalece, ainda sob a ótica de Limbertini, é o não reconhecimento das diferenças como algo natural. Sendo assim o discurso da agregação-segregação propõe a manutenção das diferenças, sem, contudo, qualquer contato, qualquer mistura; deste ponto os grupos que compõem tanto uma forma quanto a outra se mantêm sobre forte instabilidade e perda de valores.

A leitura da Carta de Caminha já nos aponta a neutralização de inúmeras diferenças nas relações branco-índio, indicando um processo de assimilação, no qual o índio é integrado, e não se manifesta, nem favorável, nem contrário, ao processo. Essa nossa discussão se explicita de forma clara nesse trecho que Caminha fala do que considerava ser dos índios “o desejo de ser assimilados”. (parágrafo 120).

E, segundo que a mim e todos pareceu, esta gente não lhes fala outra coisa para ser todo cristão, senão entender-nos, [...] por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se vossa alteza mandar que entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza [...] (parágrafo 121).

Considerando os ensinamentos de Limbertini (1998), três dimensões devem ser consideradas quando buscamos a construção da imagem do indígena: “A dimensão sensorial, a dimensão racional e a dimensão patêmica” (idem, p. 24). Sobre a dimensão sensorial Limbertini pontua que a construção da imagem se dá por meio das manifestações dos sentidos”. Trouxeram-lhes venho numa taça; mal a puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais” (parágrafo 21). Temos outro exemplo das dimensões sensoriais no seguinte trecho “Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos nele seus ossos brancos (...) ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer, ou no beber” (parágrafo 17).

Quando as dimensões racionais podem percebê-las na análise de Limbertini, que é aquela em que são organizados e hierarquizados os valores. Neste caso, o contato entre culturas pertencentes a tempos históricos distintos supõe uma intitulação classificatória entre “civilizados” e “selvagens”.

O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande no pescoço (...). Entraram mas não fizeram sinal de cortesia(...) (parágrafo 19); (...) Eles não lavram nem criam (...) Nem comem senão inhame, que aqui há muito, desse semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam (parágrafo 107).

Em relação a dimensão patêmica, a autora, se refere a sentimento com ambição, vergonha, medo, fé. No relato da carta, a respeito da manifestação dessas dimensões na identidade dos índios - entendemos que eles não apresentam os estados da alma – estados de percepções – porque não compartilham dos mesmos valores dos conquistadores; portanto são desprovidos até do sentido da interpretação subjetiva em relação ao que desconheciam:

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito e com elas, e lançou-as ao pescoço(...) E depois

tornou as contas a quem lhes deram (parágrafo 22); Também andavam, entre moças, nuas como eles, (...) e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que isso não havia vergonha alguma (parágrafo 56) (...) Mostraram-lhes um galinha; quase tiveram medo dela(...) (parágrafo 20).

Em outro trecho de Caminha verificamos as relações de poder ser manifestando “[...] como dizendo que daria ouro por aquilo. Isso tomávamos nos assim por assim o desejamos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isso não o queríamos nós entender, porque não haveríamos de dar” (parágrafo 23). Neste trecho, Caminha deixa bastante clara a assimetria e o discurso deliberativo que pretende dar aos significados. Isso se verifica também na interrupção e nos comentários a respeito do modo de vida do outro:

Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu ou que já desse, nunca mais aqui apareceu, de modo que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isso andam muito bem curados e muito tempos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo...(parágrafo 67).

É clara para nós a desqualificação do modo de vida do outro, comparando os índios a animais e atribuindo seus méritos de saúde ao acaso, a grandeza da natureza. Na sua narrativa, Caminha, usa estratégias discursivas e faz da língua um escudo bastante resistente e implicitante. Caminha chega a fazer críticas claras aos índios - quanto ao modo de vida e aos costumes – porém o que é de fato assustador – A submissão do outro e o uso do poder – tende a ficar implícito por meio de recursos de linguagem.

A carta de Caminha registra não somente características físicas, sociais, econômicas, e religiosas, mas estabelece, desde o princípio uma relação de assimetria entre uns e outros, de superioridade que se confirma na submissão e que faz jus a situação de desigualdade e dependência existente no Brasil contemporâneo, a qual Chauí, denomina de “dependência consentida e tolerada”(2001, p. 73). A qual todo nos vemos explicita na constituição política, econômica e cultural da sociedade em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos claramente com essa breve análise dos documentos do século XVI não só a mentalidade que permeava a realidade dos viajantes, mas também suas atitudes em relação ao outro. A inferiorização e as animalizações são características das primeiras relações “civilizatórias” que se deram no Brasil. O resultado dessas se mostra na contemporaneidade através de uma sociedade que, além de praticar, permite e é conivente ao apartheid social que coloca lado a lado formas de vida contraditórias em um mesmo território nacional que se considera soberano e em constante progresso.

As bases de nossa mãe pátria não permitem a nós vivermos em uma sociedade igualitária – que através de influência do capitalismo se torna cada vez mais exclusora – o que podemos realizar com tudo é um “trabalho de formiguinha” em que dentro de nós tenhamos viva a consciência de que somos uma nação e que deve parte de nós, e somente de nós, à vontade da mudança.

NOTAS

¹Trabalho realizado como parte da pesquisa monográfica, em desenvolvimento, sob a orientação da Professora Luciana Aparecida de Souza Mendes.

² Acadêmica do 4^a ano do curso de história, Campus de Três Lagoas, UFMS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Leonardo. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed^a. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

CADAMOSTO, Alvise. **Viagem de Luiz de Cadamosto e Pedro Sintra (1507)**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.

CASTRO, Silvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha. O descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DIAS, Malheiros C. **História da colonização Portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1921.

GARCIA, José Manuel. **Viagens do Descobrimento**. Lisboa: Presença, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A época colonial, *In: história geral da civilização brasileira*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 17ª ed, 1984.

HANDELMANN, H. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

LIMBERTINI, Rita de Cássia Ap. Pacheco. **Discurso indígena: aculturação e polifonia**. São Paulo, 1998. Dissertação de Mestrado em semiótica e lingüística geral – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo.

NOVAIS, Fernando. A condição de privacidade na Colônia. *In: História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. V.1.

_____. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2ª ed. São Paulo: HU Citec, 1983.

PRADO, J. F. **Primeiros Povoados do Brasil 1500-1530**. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In: A escrita da história*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 1992.

SOUZA, Lara de Mello. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BRASIL COLÔNIA: A DESCOBERTA E CONSTRUÇÃO DA EMPRESA A SERVIÇO DA METRÓPOLE LUSO-EUROPÉIA¹

Renan Gonçalves Bressan²

*Nela até agora, não pudemos saber
que haja ouro, nem prata, coisa algu-
ma de metal ou de ferro; [...]*

*As águas são muito: infindas. E em
tal maneira é graciosa que queren-
do-a aproveitar, dar-se-á nela tudo,
por bem das águas que tem.*

(Carta de Pero Vaz de Caminha)

INTRODUÇÃO

Em fins da Idade Média, países europeus buscando se sobressair uns sob os outros frente ao novo sistema que vinha se consolidando na Europa, passam a procurar novos meios de comercializar com as Índias. Com uma nova rota marítima descoberta pela Itália –Rota do Cabo-, a rota tradicionalmente utilizada pelos portugueses, via Mar Vermelho, passa a ter um concorrente à realização do comércio do qual abastecia a Europa, com especiarias do continente asiático.

Segundo o historiador Sanjay Subrahmanyam (*Apud* DORÉ, 2002, p.316), a abertura de uma nova rota para se alcançar às Índias é vista como um problema para os portugueses, pelo fato de se acreditar que apenas uma das duas rotas deveria abastecer a Europa. Contudo, as duas rotas puderam existir paralelamente no decorrer do século.

A partir deste momento, “diversos países europeus passaram de um quase unicamente comércio terrestre, a aprimorar sua mesquinha navegação costeira, e de cabotagem” (PRADO JR.1973, p.21), e partiram de seus países procurando novos caminhos para se chegar as Índias via Oceano Atlântico. Quando utilizamos a expressão “países europeus”, nos referimos à países melhor localizados geograficamente, ou seja, litorâneos propícios às práticas ultramarinas como: França, Inglaterra, Holanda e, sobretudo, Portugal e Espanha.

Devido ao nosso objeto de estudo estar focalizado em “terras portuguesas”, trataremos da chegada e da formação dos interesses e da atuação de Portugal frente ao maior terreno exportador de riquezas já “descoberto”: a América.

A (RE) DESCOBERTA DO BRASIL

Partindo da concepção de que a história não é estática no tempo, ela sempre muda, tentaremos “redescobrir” o Brasil. Contudo, ele ainda com certeza será redescoberto inúmeras vezes. Há tempos atrás, em vista do peso da historiografia positivista, acreditava-se que o Brasil tinha sido descoberto no ano de 1500 por Pedro Álvares Cabral. E agora, com uma “Nova” abordagem da história, o país deixou de ter sido descoberto e passou a ser povoado. De achado passou a ser ocupado.

Acompanhando a linha de raciocínio de Souza (1986), os europeus já tinham conhecimento das terras americanas bem antes de 1500³, o que acaba assim excluindo a possibilidade do território brasileiro ter sido descoberto em 22 de Abril 1500.

Em tempos da Idade Média, fazia parte do imaginário europeu a existência de terras estranhas, onde residiam monstros em forma de homens, e ainda monstros que habitavam os mares. Com esses temores imbricados na cultura medieval européia, em que se tinha o hábito de “aliar o ouvir ao ver” (SOUZA, 1986), a curiosidade em torno das terras distantes foi se proliferando na Europa.

Provavelmente, devido ao fato de ser uma terra distante, cheia de mistérios, onde se acreditava ser habitada por monstros, os riscos que o mar apresentava às navegações, ainda se desenvolvendo, e

principalmente ao fato de o comércio com as Índias estar respondendo às expectativas dos europeus, as terras de além-mar acabaram sendo “deixadas de lado”. A partir do momento em que foi surgindo na Europa uma curiosidade em torno do desconhecido e a necessidade de um refúgio ou descoberta de outras rotas comerciais, as terras americanas foram lembradas e incluídas nos interesses mercantilistas dos europeus.

Com a chegada dos navios portugueses a costa litorânea da América Portuguesa, os tripulantes, tentando uma comunicação e “acordos” interesseiros, escondem o principal motivo de estarem ali: a obtenção de informações e riquezas, conforme Giucci (1993).

Fundamentando-se nesse objetivo mercantilista, a princípio com as Índias, no decorrer de suas viagens com o litoral africano e por fim com as terras que mais tarde viriam a ser denominadas brasileiras, os portugueses conseguiram alcançar muitas de suas intenções. Desse ponto de vista, o caráter de empresa é destinado a fazer referência à essas terras após os portugueses terem conseguido informações sobre riqueza e mão-de-obra para a realização do futuro trabalho com o estabelecimento da colônia. Porém, do ponto de vista de Giucci, “Vera Cruz não é o destino da esquadra, e os expedicionários a vêem como uma região de repouso”. (1993, p.37)

O INVESTIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA

Quando nos referimos ao termo “empresa”, estamos tratando de um local ou um negócio em que se consegue obter de algum modo certo tipo de benefício. Levando em consideração o grande benefício que as terras da América Portuguesa deram aos lusitanos, primeiramente com a extração do pau-brasil, depois com o tráfico negreiro e por fim a extração de materiais preciosos, torna-se possível remeter o termo “empresa” ao nosso território.

Teoricamente, para que um empreendimento possa render bons lucros, é necessário primeiramente se pensar uma empresa. Tirá-la do papel, dar vida ao objetivo. Logo depois é necessário fazer investimentos e, em consequência de tais investimentos, estruturá-la para dar-lhe funcionamento.

O primeiro “investimento” para iniciar a “construção” da empresa (Brasil) é o povoamento. Pode-se considerar que é o transporte de pessoas, primeiro com um tímido início de povoamento com degredados⁴, segundo com as navegações destinadas ao território. O povoamento se dá pelo fato de se precisar construir a empresa sobre bases fortes. Assim Prado Jr. acrescenta:

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um novo povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí. (1993, p.24)

O objetivo de se povoar o território não era limitado apenas em assegurar o território nas mãos dos portugueses, mas também criar meios para que a empresa pudesse funcionar: a escravização dos índios foi uma das primeiras práticas realizadas pelos portugueses; pois os enviados da metrópole não vinham para a empresa trabalhar, eles seriam os responsáveis em fazer os outros trabalharem.

A respeito dessa questão, Mesgravis afirma que: “Gandavo insiste muito na imagem do Brasil como lugar onde os pobres de Portugal poderão enriquecer e ascender socialmente com a exploração do trabalho indígena” (1998, p. 41). A solução encontrada pelos portugueses visando a garantia da posse das terras, foi a prática da colonização - ou povoamento.

Em fins do século XIV, o território europeu, vive um conturbado período devido a Peste Negra, doença causada pelas ruins condições de vida encarada pelos povos europeus, a Guerra dos 100 anos entre Ingleses e Franceses, e ainda pelas revoltas populares causadas em contraposição ao aumento da jornada de trabalho – ocasionada pelos senhores feudais demonstrando o declínio do feudalismo - afim de manter sua lucratividade.

Esses três fatores tiveram uma enorme contribuição para a queda do contingente populacional da Europa, o que acabou resultando em uma enorme dificuldade para os portugueses em executar a prática de povoamento, isto pelo fato de não contar com “excedentes populacionais” disponíveis em Portugal, para mandá-los para a América Portuguesa,

afim de colonizar o território. Contudo, Portugal apesar de não contar com uma grande população, conseguiu executar o plano de povoamento. Sobre esta questão Novais (1997) numa perspectiva braudeliana, afirma:

A colonização moderna não foi um fenômeno essencialmente demográfico, mas por certo tinha uma dimensão demográfica muito importante. Não foi essencialmente demográfico no sentido de que por pressões demográficas [...] mas tem dimensão demográfica no sentido de que envolve amplos deslocamentos populacionais. (p.18-19)

Para complementar esses deslocamentos populacionais e consolidar a empresa, se destinavam à essas terras todos os tipos de pessoas, principalmente degredados, ou seja, pessoas consideradas pelos portugueses da mais baixa índole na metrópole: mendigos, prostitutas, condenados do qual tinham que cumprir sua pena no Brasil. A figura do degredado para a proteção e consolidação da empresa foi extremamente importante para os interesses dos portugueses e para a proteção da empresa.

Como já foi dito no início deste texto, nos fins da Idade Média, os países europeus saíram de suas moradas e enfrentaram o mar. Como o chamado território dos portugueses ainda não tinha sido ocupado para patentear a empresa por Portugal, várias navegações de outros países concorrentes começaram a desembarcar no litoral da América Portuguesa. Conforme o raciocínio de Giucci (1993), segundo o qual os portugueses ancoravam na América apenas para repousar, que teoricamente seriam os donos por ter achado a empresa, não demonstraram interesse pela terra; corriam o risco de perdê-la para navegantes de outros países, apesar de o interesse dos navegantes da época ser exclusivamente o de achar o caminho para as Índias, o que não excluía o tal risco. Qual risco? É para evitar o risco de perder essas possessões que entra em ação o degredado a fim de proteger a empresa dos intrusos e ajudar a construí-la sobre bases sólidas.

Em princípio, teremos uma empresa perfeita: o território continua em seu interior a matéria-prima (pau-brasil), a mão-de-obra disponível tanto para a extração e transporte da madeira, quanto para a realização da agricultura que com suas condições climáticas favoráveis foi muito desenvolvida a fim de servir como complementação da agricultura européia que desfrutava de um clima temperado do qual impossibilitava

o cultivo de alguns produtos dos quais se desenvolveram perfeitamente no território luso-americano graças ao clima tropical. Isso nos referindo a benefícios à médio e longo prazo.

Quanto aos benefícios a curto prazo e mais interessantes aos portugueses, havia o pau-brasil. De início, o principal objetivo dos europeus era encontrar metais preciosos, devido ao instantâneo benefício ou recompensa. Como não foram encontrados de início, não surgiu o interesse de se fixar nas colônias. Ou, seja: queriam que a empresa lhes proporcionassem lucros sem que se fizesse investimentos, assim começa a prática exploratória. Neste sentido, acrescenta Prado Jr. que: “A princípio, naturalmente ninguém cogitara de outra coisa que produtos espontâneos, extrativos”. (1973, p.25)

Assim o pau-brasil é um produto perfeito para as intenções dos portugueses que visavam lucros instantâneos, do qual acabou se tornando possível com a prática extrativa do produto, e aparentemente o único tipo de lucro em que a empresa pode lhe oferecer, sem os investimentos necessários. Porém, logo se percebeu que “investindo”, os lucros poderiam ser maiores.

Da mesma maneira que em nossos dias, o acúmulo de capital é sinônimo de aquisição de benefícios, tanto econômicos quanto político-sociais, a lucratividade proporcionada pela empresa significava poder nas metrópoles européias, caracterizando alguns colonos como sendo da burguesia – ou não - fazendo parte de uma minoria privilegia garantindo-lhes benefícios com a prática comercial praticada em favor da corte e dos próprios burgueses.

[...] toda a atividade econômica colonial se orientará segundo os interesses da burguesia comercial da Europa; como resultado econômico coordenado pelos novos Estados modernos, as colônias se constituem em instrumento de poder das respectivas metrópoles. (NOVAIS, 1984, p.49)

A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EMPRESA

Com uma breve análise na carta de Caminha, e no texto de Prado Jr. (1993) para a construção da empresa sobre bases sólidas para que se conserve durante muito tempo, houve desde a chegada dos portugueses uma averiguação com os antigos donos (índios),

do qual foram feitas “pesquisas” sobre as riquezas do território, sobre as práticas exercidas por pelos índios procurando saber como se mantinham vivos além, de saber sobre seus costumes, e por fim, informações de como obter meios de empregar mais tarde na empresa esses indivíduos.

Toda essa absorção de informações e práticas ficou sob responsabilidade dos degredados. Conforme Caminha, visava-se: “primeiro obter informações sobre as propriedades e riquezas de terras, segundo, seria a aprendizagem dos usos e costumes dos tupiniquins, terceiro disseminar a palavra de Deus, pois a instrução é absorvida pela conversão”. (*apud* GIUCCI, 1993, p.34)

Após protegida a empresa contra intrusos e consolidado o funcionamento da empresa pelos degredados, o estágio colônia já estava virando sinônimo de lucro e trabalho escravo. Primeiramente ao se escravizar os antigos donos da empresa, os novos donos, ao que tudo indica, estavam sem nenhum tipo de problema, quanto ao uso instantâneo da terra, visto que além de se conseguir a empresa e mão-de-obra sem algum tipo de esforço, os lucros eram imediatos e consideráveis.

Os Portugueses conseguiram aproveitar ou juntar o útil ao agradável por diversas vezes: a expulsão de degredados de Portugal para a então colônia foi uma saída para se “livrar” deste tipo de gente da metrópole e assegurar seus interesses e a empresa sob seu domínio. Mais tarde com a agroindústria já sendo desenvolvida, houve a necessidade de importar negros-escravos da África, assim caracterizando o tráfico negreiro, visando aumentar o grau de lucratividade da empresa colonial:

Colônia da época mercantilista, seu objetivo máximo era de dar lucros à metrópole e nela propulsionar a acumulação de capital através do exclusivo de comércio e do tráfico negreiro, constituindo-se em ‘retaguarda econômica da metrópole’ e lhe garantindo a autonomia. (SOUZA, 2004, p.88)

Destacando a função e importância do degredado na empresa, não se pode esquecer de que além desses indivíduos houve certo número de *servos de Deus*⁵, estabelecidos na colônia. Em meados do século XVI, se desenvolve a economia agroindustrial com a plantação

da cana-de-açúcar. Daí surge a necessidade do aumento da mão-de-obra escrava. Paralelo ao surgimento da mão-de-obra escrava, a atuação dos chamados *vadios*⁶ na colônia surge desde o início.

O vadio, segundo Souza “é um indivíduo que não está incluso nas regras do sistema de obtenção de lucro imediato”, assim seria extremamente difícil achar uma definição para esses indivíduos. Contudo, Souza refletindo sobre Antonil, diz: “O vadio é aqui o individuo não servindo na estrutura de produção colonial, e que pode de um momento para outro, ser aproveitado por ela”. (2004, p.92)

O vadio passa assim a fazer parte da mão-de-obra livre na colônia, sendo utilizado eventualmente pela empresa. Um outro termo utilizado para fazer referência aos vadios é a mão-de-obra desqualificada. Esses vadios eram em essência mulatos, mestiços, caboclos etc.

Com a empresa em funcionamento e quase totalmente estruturada – do ponto de vista português – mais uma vez os metropolitanos encontraram uma forma de juntar o útil ao agradável: passaram a utilizar a mão-de-obra ociosa (desqualificada), para o término da construção estrutural que já se desenvolvera consideravelmente. Surgindo a necessidade de certas funções em uma “sociedade”, os vadios – confirmando a idéia de Antonil- passam a ser utilizados para povoar lugares distantes (fronteiras) e fazer parte da guarda, defesa, presídios, lavouras, polícia, obras públicas, milícias e outros fins.

Várias eram as alternativas para a utilização da mão-de-obra desqualificada: constituição dos corpos que se aventuraram pelo sertão em entradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios; o trabalho nas obras públicas e na lavoura de subsistência; a formação de corpos de guarda e polícia privada; a composição de corpos de milícia e de outros recrutados esporadicamente para outros fins diversos; a abertura e povoamento de novas áreas, as fronteiras. (SOUZA, 2004, p.108)

Dessa forma a estrutura da empresa estaria ao gosto dos portugueses. Não que eles próprios se preocupariam com o seu bem estar na colônia, e nem com a organização social dos trabalhadores, mas com a produtividade e eficiência da empresa fazendo-a responder as suas expectativas.

“Atribuía o desinteresse por qualquer plantio ou obra mais permanente como pomares, jardins, estradas, pontes a um sentimento, um plano de impermanência no Brasil, sempre sonhando com a volta à Portugal.” (MESGRAVIS, 1998, p.42)

A empresa desenvolve-se da maneira que esperavam: extração instantânea para lucros imediatos e desenvolvimento da agricultura para lucros a médio prazo, lucros de todas as maneiras. O investimento foi um sucesso. A empresa dava lucros e prestígio social frente à outros países e outras pessoas por vários anos.

Porém, os portugueses não contavam com a novidade que surge mais tarde: com a ocupação das Antilhas por vários países europeus, as ilhas passaram a ser exploradas pelo cultivo de tabaco e anileira e principalmente o açúcar. O sucesso do açúcar nas Antilhas foi tão grande que passaram a se chamar as Ilhas do Açúcar.

Logo, já se pode prever o problema aos portugueses: a queda da produção de cana-de-açúcar em território luso-americano, devido o surgimento da concorrente Antilhas. Logo após o auge do açúcar antilhano e a queda do produto americano, os portugueses descobrem no interior da empresa o que queriam encontrar desde o início; metais preciosos. Descobrem-se minas de ouro e a existência de metais como o ferro, criando um novo tipo de atividade dentro da empresa. A empresa adquire outro caráter de produtividade.

Por volta de 1670, a produção de cana-de-açúcar começa a declinar em virtude do desenvolvimento das plantações das Antilhas. Pouco depois encontravam-se no Brasil minas de ouro cuja exploração cresceu rapidamente nos primeiros anos do século XVIII. (CORVISIER, 1976, p.63)

As minas de ouro passam, a partir desse momento, a ocupar o lugar do modo de produção a médio prazo no pensamento português, que volta a se beneficiar da “empresa” como no início, quando da extração do pau-brasil. Ainda vale lembrar que a produção de cana-de-açúcar teve um declínio e não seu fim, pois as produções continuaram. Ou seja, a empresa aprimora suas atividades: além da agricultura e extração de pau-brasil soma-se a extração dos tão cobiçados metais preciosos.

A empresa colonial em todo período teve a característica exportadora de sua produção. Além da produção para exportar, outro caráter

é a escravidão e as grandes extensões de terras. Contudo, em toda a história da colônia, há uma classe camponesa que se dedicava aos produtos destinados a permanecer no interior da colônia, para o seu próprio consumo, com a atividade de subsistência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Normalmente, partimos da premissa de que uma empresa tem sucesso apenas se tiver uma boa administração, grandes investimentos, e bons funcionários. Vimos que a empresa mais tarde denominada Brasil, pode não ter tido boa administração, grandes investimentos, e bons funcionários, mas possuiu depois de algumas situações embaraçosas passadas pelos portugueses, um grande interesse, o que é um fator necessário e de extrema importância para a inauguração e consolidação de um empreendimento.

O nosso objetivo no decorrer do texto não foi defender o pensamento de determinado autor contrapondo-o a tese de outro, os quais por ventura possam vir a ser contraditórios. Pois, nas palavras de Tsé-Tung (1999, p.41): “O contraditório no seio de cada fenômeno é a causa fundamental do respectivo desenvolvimento [...]”.

O que objetivamos desde o início do texto foi compreender em quais circunstâncias o Brasil foi “descoberto” e quais os fatores que contribuíram para com que a empresa que viria ser conhecida como Brasil chegasse a obter lucro, ainda que destinado à Europa, ao exterior.

Para finalizar, todo o sentimento de perda de algo que um dia chegou a ser nosso, se expressa nas seguintes palavras: “Quem me dera ao menos uma vez; ter de volta todo o ouro que entreguei; a quem conseguiu me convencer que era prova de amizade; se alguém levasse embora até o que eu não tinha”⁷.

NOTAS

1 Este trabalho é resultado da disciplina de História do Brasil I ministrado pela Prof^a Dr^a Maria Celma Borges durante o ano de 2007.

2 Acadêmico do 2º ano do curso de História (UFMS/CPTL), bolsist a voluntário Iniciação Científica (PIBIC/UFMS) sob orientação da Prof^a Dr^a Norma Marinovic Doro

3 “Acumulando lendas, deslocando-as no espaço, refundindo-as, o imaginário europeu englobou também o arquipélago das ilhas Brasil, possível transformação sofrida pela ilha de São Brandão. De 1351 a 1508, teria conhecido múltiplas variações: Brazi, Bracir, Brasil, Brasill, Brazil, Brazile, Brazille, Bracil, Braçil, Braçill, Berssill, Braxil, Braxili, Braxill, Braxylli, Bresilge” (SOUZA, 1986, p.28)

4 “E mandou com eles, para lá ficar um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras”. (trecho da carta de Pero Vaz de Caminha)

5 Referimos-nos aos jesuítas que mais tarde vieram a “contribuir” na colonização, como resultado da necessidade (do ponto de vista europeu) de catequizar o índio. No entanto, será que a presença de representantes de Deus nos navios na época das descobertas, não significava certo interesse em se conseguir juntamente com os reis, certos benefícios, sabendo-se do possível declínio do poder da igreja na Europa? Não significava ajudar para ser ajudado?

6 Segundo o dicionário do manual prático do estudante (Mérito Escolar), vadio é aquele que não tem ocupação.

7 Retirado da música “Índios”, de Renato Russo, In: Dois. EMI, 1986, Remasterizado em digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORVISIER, André. **História Moderna**. São Paulo: Difel.1976.

GIUCCI, Guillermo. **Sem fé, lei ou rei. Brasil 1500-1532**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. FREITAS, Marcos Cezar de.(org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto; USF, 1998.

NOVAIS, Fernando A. Condições de Privacidade na colônia. NOVAIS, Fernando A.& SOUZA, Laura de Mello e. (orgs.) **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1984.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TSE-TUNG, Mao. **Sobre a Prática e Sobre a Contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII**. 4ªed. Rio de Janeiro: Graal Editores, 2004.

_____. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

A GUERRA DO PARAGUAI: RACISMO NA FORMAÇÃO DOS EXÉRCITOS PLATINOS

Bruno Mendes Tulux¹

Vivenciando um período de enfraquecimento de um sistema econômico e social e inserido em uma conjuntura mundial que se baseava nas independências políticas nacionais, o Império Brasileiro da segunda metade do século XIX ainda assim apresentava muitos resquícios do Brasil colonial dos séculos XVI e XVII. O sistema econômico brasileiro, herança portuguesa, completamente dependente da demanda e das oportunidades mercadológicas européias era totalmente calcado na exploração de um produto principal que gozava de uma boa aceitação no mercado internacional e na exploração do trabalho compulsório², este último abastecido durante séculos pela África que também foi fragmentada e explorada comercialmente pela Europa.

Embora a economia se apresentasse relativamente transformada frente ao passado colonial, o Império brasileiro dependia da exploração da mão-de-obra obtida através do tráfico de escravos africanos³. A produção agrícola também se diversificou; anteriormente a cana-de-açúcar foi praticamente o único produto a ser produzido e comercializado no exterior, porém quase três séculos mais tarde a economia nacional já apresentava uma gama maior de produtos a serem comercializados (café, algodão, tabaco e a própria cana-de-açúcar), havendo também a preocupação em abastecer o mercado interno e de se criar uma condição menos dependente frente à instabilidade dos mercados internacionais e mesmo de se obter uma alternativa para a substituição aos produtos importados que atingiam altos valores quando chegavam ao Brasil.

A diversificação da produção, a tentativa inicial de se criar um mercado interno que fosse capaz de abastecer o Império com produtos básicos e o fim do exclusivo colonial, que abriria novas possibilidades de comercialização com outros países, porém não foram suficientes para estimular a economia brasileira a adotar um outro sistema de investimento para o capital obtido durante todo este processo; e nem tão fácil seria se desvencilhar do passado senhoril herdado dos colonizadores portugueses⁴. O século XIX foi marcado pela criação de inúmeras leis para desacelerar o tráfico negreiro, mesmo estas sendo influenciadas por potências internacionais já estavam em processo de industrialização, o comércio de mão-de-obra ainda não havia sido abolido. O Império ainda assim mantinha sua economia baseada na exploração da mão-de-obra escrava.

Paralelamente à situação brasileira o cenário europeu passava por mudanças e desde o século XVIII o Iluminismo e a Revolução Industrial, na França principalmente e na Inglaterra majoritariamente, desempenharam um papel de transformações de mentalidades e toda essa conjuntura acabara por transferir-se não apenas para o Brasil como para todo o Novo Mundo, onde a influência econômica e política de Inglaterra e França se faziam notáveis e inegáveis. Essas mudanças de mentalidades acabaram por influenciar a independência política das colônias americanas e a reforçar a idéia de evolução e progresso, o que acabou por criar um sentimento de nacionalismo em toda a Europa. A variedade cultural e a herança de um passado clássico que influenciou todo o pensamento ocidental terminaram por determinar uma disputa acirrada entre as culturas européias ocidentais para resolver qual seria a mais evoluída ou mais progressista cultura até o presente momento⁵.

Essa disputa para saber quem seria mais evoluído acabou por incentivar um sentimento nacionalista, desencadeando um desprezo pelas nações não européias, sendo que estas seriam menos evoluídas e mais atrasadas em comparação com as culturas da Europa capitalista. Esta maneira de pensar influencia então toda uma geração de pensadores e pessoas cultas e influentes, principalmente na Inglaterra e na França, que mantinham naquele período um estreito relacionamento com a corte do Brasil.

Em meados do século XIX, com a iminente consolidação dos estados nacionais na América do Sul⁶ e a ascendente economia mundial capitalista, a luta pela definição das fronteiras nacionais estimula então uma disputa bélica regional pela posse de territórios litigiosos. O conflito sul-americano seria então conhecido como a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a Guerra Grande ou simplesmente Guerra do Paraguai. Ocorrido na região meridional da América do Sul na década de 1860 (mais precisamente entre 1864 e 1870), este evento passa então a contar de um lado com a República do Paraguai liderada pelo Marechal Solano Lopes e de outro lado três países aliados a se saber: as repúblicas da Argentina e do Uruguai e o Império brasileiro.

A Guerra do Paraguai, ou apenas a Guerra como a chamaremos de agora em diante, foi fundamental para a definição das fronteiras nacionais dos recém-criados Estados Nacionais da América do Sul⁷. A economia mundial que estava sob a gerência do capital Inglês determinava as relações comerciais e políticas de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai que aspiravam suas liberdades políticas e econômicas frente às suas antigas metrópoles Portugal e Espanha. Como grande financiadora⁸, não confundir com incentivadora, a Inglaterra sendo o maior representante do capitalismo neste período, envia além de capital, informantes e repórteres para traçarem os caminhos e possíveis panoramas que se desenhavam no sul do continente americano através da evolução da Guerra.

SIR RICHARD FRANCIS BURTON

Entre os informantes ingleses temos sir Richard Francis Burton, homem de rara erudição, que percorre o sul do continente americano, palco da guerra, e escreve a um anônimo e enigmático correspondente, o qual é denominado “caro Z...”, onde ele sempre se reporta no começo de suas narrativas e descrições. Sir Burton escreve e descreve tudo à sua volta, por onde passa, Burton faz anotações e recorre à sua própria memória e à memória de habitantes do local para dar credibilidade a seus escritos. É importante frisar que o interlocutor inglês nunca esteve na guerra propriamente dita, sempre visitando locais por onde a batalha já havia passado.

Sir Burton estando ciente de todas as discussões sobre as teorias antropológicas a respeito da evolução humana, já que a Europa era palco de discursos e debates sobre a teoria darwiniana, certamente traria consigo algumas teorias e idéias para descrever o que se passava na guerra platina. Contextualizado no período histórico da Guerra e baseado nos escritos de sir Burton sobre o comportamento de alguns membros do aparato militar uruguaio, transcrito da carta enumerada como a de número três, escrita em 14 de agosto de 1868 e intitulada como *“Montevidéu Os da terra e os estrangeiros”*, da coletânea *“Cartas dos campos de batalha do Paraguai”*, enviadas por Burton para o misterioso “caro Z...”, um trecho onde o escritor relata a agressividade de soldados negros:

Um outro perigo iminente vem do soldado. É conhecido pelo quepe, túnica e calças azul-escuros com frisos vermelhos. Quase sempre é um negro. Os uriguaio e argentinos livram-se dos ‘irreprimíveis’ obrigando-os a lutarem em suas guerras civis, e o Brasil está sendo concitado por filantropos a adotar semelhante sistema de extirpação. Aproximando-se de um quartel, mesmo de dia, você tem de parar e pedir licença para continuar andando, senão o antropóide investirá estupidamente de baioneta em punho como um touro danado. Em toda a qualquer ocasião ele se delicia em atirar num homem branco ou esfaqueá-lo, especialmente se é estrangeiro, a quem chama de ‘animal gringo’. No Brasil, você há de lembrar-se, não existe tal vocábulo: lá éramos simplesmente ‘forasteiros’⁹.

Baseado neste trecho de uma das cartas do enviado inglês ao sul do continente americano, este trabalho busca hipóteses para a construção do racismo dentro dos exércitos nacionais durante o período em que se desenvolve o conflito militar, dando uma maior ênfase ao exército brasileiro. A pesquisa vai desde o alistamento militar no Império até o final da Guerra com a chegada do exército brasileiro a Assunção, e como os exércitos platinos viam a constante presença do negro dentro da corporação militar brasileira.

O MOMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO NA AMÉRICA DO SUL E A GUERRA

Anteriormente acreditada como se fosse motivada apenas pela livre navegação na bacia do rio da Prata e hoje sabida que muito mais influenciada pelo litígio de terras fronteiriças e pela influência política na

região platina, a iminente indisposição entre as repúblicas de Argentina, Uruguai, Paraguai e o império brasileiro acaba por se transformar em uma guerra quando a invasão paraguaia no território uruguaio, com o intuito de restabelecer politicamente o governo local, deixa clara a intenção de dominação política e estratégica do governo guarani¹⁰. Torna-se mais clara a pretensão política paraguaia quando observamos um trecho de *Maldita Guerra* onde Francisco Doratioto afirma:

No dia 30 de agosto, Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por força de mar e terra do Império, a qual seria 'atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata', de interesse paraguaio, e afirmou não assumir a responsabilidade pelas consequências de qualquer ato brasileiro¹¹.

Construídas então as motivações políticas para se justificar o embate bélico, o que não é o objetivo deste trabalho explicá-las, passam as milícias nacionais a se digladiarem por todo o território sul-americano banhado pela bacia do rio da Prata. As emancipações políticas dos países envolvidos no conflito acontecem no século XIX e todas as ex-colônias de Espanha e Portugal tentavam de alguma maneira se livrarem do vínculo com as suas antigas metrópoles. Todos os envolvidos na Guerra passaram pela exploração comercial de suas metrópoles e com a emancipação política, o endividamento acabara por se tornar inevitável. É também neste período que a Inglaterra consolidava-se como a maior e mais importante potência econômica mundial, com os processos de evolução do capitalismo e enriquecendo rapidamente desde dois séculos antes, chegando a ser a maior comerciante marítima naquele momento e extremamente interessada com a independência dos países platinos, incluindo o Brasil.

Dado o momento do conflito, o império brasileiro ainda era o único envolvido na Guerra que mantinha o sistema de servidão forçada como fonte de mão de obra. Argentina, Uruguai e Paraguai já haviam criados mecanismos para abolir a escravidão ou ao menos estavam em processo de libertação total de seus cativos¹². O Brasil passava também por um processo semelhante de abolição da escravidão, porém a expansão da lavoura e do comércio cafeeiros na região próxima à costa e a expansão das charqueadas no sul do império, acabavam por prorrogar este processo e fazer o governo do Brasil romper temporariamente

suas relações políticas com a Inglaterra, principal interessada no fim da escravidão brasileira¹³.

A FORMAÇÃO DE FRENTES MILITARES NO BRASIL E O SURGIMENTO DO RACISMO

Nunca o Império passara por uma guerra ou conflito de tamanha proporção e magnitude, sempre os conflitos internos foram resolvidos através da intervenção da Guarda Nacional, que era formado por um pequeno contingente militar profissional, ou por milícias locais que temporariamente se reuniam para extirpar o conflito e que acabavam por representar o interesse das elites locais¹⁴. Na verdade, nenhum evento militar em território brasileiro havia tido a necessidade de se mobilizar uma quantidade tão representativa de corpos militares e enviá-los a territórios internacionais por tempo indeterminado. Inicialmente o Império assume sua posição na Guerra apenas contando com a Guarda Nacional e com tropas da província sul-rio-grandense que já se encontravam em território uruguaio, para evitar que o exército lopizta acabasse interferindo no cenário político que acabara de se instalar no Uruguai.

Porém, a invasão paraguaia frente ao território localizado no sul da província de Mato Grosso e a conjuntura apresentada no Uruguai acabam por forçar o Império a criar mecanismos de alistamento militar, com o objetivo de conter e combater os invasores. É criado então o corpo de Voluntários da Pátria, em que cidadãos do Império alistavam-se para combater junto às frentes militares da Argentina e do Uruguai contra o Paraguai. Esse alistamento, no início da guerra, estava embebido de entusiasmo e patriotismo, e muitos se alistavam sem nenhum interesse em reivindicar pagamentos, ocorriam também doações de funcionários públicos e de particulares. No entanto, acreditava-se que a guerra teria curta duração e o prolongamento do conflito começa a provocar inquietudes na população¹⁵.

O alistamento militar voluntário acabou tornando-se obrigatório, e a idéia de se combater numa região insalubre¹⁶ deixava muito a dese

jar quanto ao que seria de fato uma contribuição ao exército, configurando a contribuição à Coroa desde uma razoável doação em dinheiro como à indicação de algum outro “voluntário da pátria”, passando ainda às doações de escravos para combaterem no lugar de seus senhores. O aliciamento de voluntários para servirem à pátria contribuía ainda com a promessa de soldos para trabalhadores livres sem empregos¹⁷.

Portanto, o exército imperial brasileiro contava em sua formação com os antigos membros da Guarda Nacional e os novos alistados junto à Coroa. E estes novos alistados formavam um grupo muito heterogêneo, contando em sua formação desde escravos e trabalhadores livres até uma parcela de homens brancos livres e de origem aristocrática que entravam para ocuparem cargos secundários dos comandos militares, além de contar ainda com a contribuição militar de grupos indígenas locais durante os combates.

Durante o desenvolvimento da obra *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, Ricardo Salles chama atenção para a notável presença de escravos de origem africana, disponibilizados pela lavoura cafeeira paulista, pela lavoura canavieira nordestina e pelas charqueadas do sul do Brasil que posteriormente foram incorporados às tropas imperiais. Muitos escravos foram enviados para formar o corpo de Voluntários da Pátria no lugar de seus senhores ou mesmo para criar uma espécie de “prestígio” entre os cidadãos brasileiros mais abastados perante a sociedade local¹⁸.

No entanto, muitos escravos negros foram desapropriados de seus senhores e incorporados ao exército brasileiro devido à impopularidade da guerra e a recusa dos cidadãos brasileiros de se alistarem. Observa-se que o governo recorreu aos escravos, pois não havia combatentes brancos livres suficientes para suprir as necessidades do campo de batalha. Neste contexto, o governo imperial teve grande despesa pagando as indenizações aos proprietários desses escravos¹⁹. Entretanto, entre os anos de 1866 e 1867, o Conselho de Estado descartou a possibilidade de libertação dos escravos em massa para atender às necessidades da guerra, pois isso causaria grandes prejuízos aos cofres públicos, determinando a libertação dos cativos de forma controlada²⁰.

Salles ainda cita que mesmo sendo um trabalhador livre, o negro na sociedade brasileira ainda era visto como uma figura atrasada e de nível inferior ao trabalhador livre branco. O trabalhador livre negro era visto muitas vezes como um escravo qualquer e por este motivo mesmo com a liberdade conquistada, acabava alistando-se nas forças militares que lutariam no Paraguai em troca de alguma expectativa de trabalho no futuro. Este sentimento de superioridade vindo das elites rurais era baseado no cotidiano das grandes propriedades onde quem trabalhava era o escravo, e o cidadão branco, descendente de europeus, mesmo se não tivera participando das classes mais abastadas configurava-se da mesma maneira como um aristocrata, vendo no trabalho braçal uma forma de macular suas origens. Situação semelhante o mestiço ou mulato também passava já que independente de sua posição, cativa ou liberta, era tido com desprezo, pois compartilhava junto com os escravos libertos do trabalho braçal para assegurar seu sustento, além de seu passado ser marcado por origens africanas “inferiores”, fruto dos iminentes estudos antropológicos da Europa do século XIX²¹.

Depois de alistados e já incorporados às tropas militares do império, várias foram as críticas dos oficiais brasileiros sobre a atitude e a indisciplina da parte do contingente militar que era formado pelos ex-escravos ou trabalhadores livres negros, como o próprio Caxias o faz quando assume a tropa brasileira e quando próximo do fim da Guerra e já tomada Assunção dos domínios guaranis²². O presente momento de vitória sobre o exército paraguaio e a iminente liberdade, visto que já se aproximava o fim da Guerra, faz com que os “indisciplinados” mulatos, cidadãos livres pobres² e principalmente escravos negros, nunca acostumados à liberdade e sempre dominados pela força da chibata e dos castigos físicos, acabassem por não respeitar a hierarquia e a patente de seus superiores brancos, representantes da elite rural e aristocrática brasileira²³.

A diversidade das tropas, oriundas de diferentes regiões culturais do Brasil e com disponibilidade diferente de material de combate, e mesmo a diferença no comando de cada frente de batalha, acabaram por criar um ambiente propício à desordem. Um fator de relevância para se criar a desordem nas corporações militares era a penosa situação quais se encontravam as tropas, desde falta de uniformes e armamen

tos, até a falta de alimentos, a região insalubre e muitas vezes desconhecida que em diversos momentos ocasionava mais baixas que o próprio conflito bélico²⁴.

Todos estes fatores, aliados à maciça presença de negros, escravos ou não, acabaram por gerar um estigma de que o Exército Brasileiro era formado por indisciplinados e justificada pela presença do escravo e do homem livre não branco. A forma como era feito o alistamento, as “recompensas” para os alistados e a necessidade de se criar um exército numeroso capaz de combater e atender aos anseios das classes dominantes acabava por transformar a instituição militar imperial em uma unidade desorganizada e heterogênea. A cultura da dominação e submissão, herança das senzalas e da servidão compulsória, é mantida no exército imperial pelos seus comandantes e mesmo após a criação das forças militares profissionais que combateram na Guerra, assim como o tratamento recebido do exército brasileiro pelos exércitos de López e pelo informante inglês perante todos os soldados negros que ele encontra, sejam eles argentinos ou uruguaios, prova de que ao contrário do que diz Burton, eles ainda estavam presentes nas forças militares daqueles países.

CONCLUSÃO

É inegável a presença substancial de escravos, negros livres, mulatos livres e mestiços nas corporações militares que serviram no Exército Imperial Brasileiro durante a Guerra contra o Paraguai e de combatentes não brancos em menores escalas nos países aliados e até mesmo no Exército Paraguaio no mesmo período²⁵. Todo o passado colonial dos países que foram palco da Guerra foi consolidado através do trabalho escravo, sendo ele executado ora por índios de etnias locais ora por negros de origens africanas.

Como o próprio Sir Burton cita em trecho transcrito de uma de suas cartas, a Argentina e o Uruguai “*livraram-se*” dos “*irreprimíveis*” em suas guerras civis, palavras do intelectual inglês, e o Brasil, apesar de viver vários conflitos regionais, sempre resolveu seus problemas através do aparato militar local sem nunca ter necessitado de mobilizar um contingente militar tão numeroso que fosse obrigado a alistar e incorporar tantos novos

membros em suas Armas. Através do relato de Burton é notável que o contingente de cativos desses dois países de origens espanhola tenha sido razoavelmente destruído combatendo pelas liberdades civis locais.

O Paraguai também incorpora o escravo africano às suas tropas logo após o começo da Guerra e mais tarde todos os homens livres com idade entre 07 e 60 anos seriam recrutados para defender a pátria²⁶. O Paraguai “liberta” seus escravos antes do Brasil e antes também do início da Guerra; a escravidão “acaba” no Paraguai quando a partir de 1843 todos os cativos homens nascidos seriam libertos depois de 25 anos de trabalho compulsório, para as mulheres essa lei se aplicava até os 24 anos de idade²⁷. Tanto incorporou seus próprios escravos como também o exército de Lopez acolheu soldados brasileiros negros, desertores do Exército Brasileiro, junto à sua tropa devido à grande falta de força militar masculina para combater do lado guarani antes mesmo da Guerra tomar definitivamente rumos que decretariam a derrota do lado paraguaio²⁸.

O alistamento militar no Brasil pré-Guerra do Paraguai acaba por ser o grande incorporador da massa de homens “inúteis” ou “problemáticos” do Brasil,

[...] servir nas fileiras do Exército era algo que vinha acompanhado do estigma de degradação social; os recrutados eram obtidos junto aos elementos desqualificados (como tais definidos pela ordem e pelo pensamento dominantes vigentes) da população: desocupados, vagabundos e malandros²⁹.

A grande maioria destes alistados era formada por escravos enviados por senhores de terras, substitutos “voluntários”, trabalhadores livres negros, mestiços ou desempregados de qualquer cor, principalmente negros. Uma representativa parcela de alistados negros ainda era vista como escravos rebeldes e problemáticos pelos seus senhores e acabavam sendo vendidos por altas quantias à Coroa brasileira para serem incorporados à força militar e caso voltando com vida da Guerra, merecedores e recebedores de suas liberdades civis³⁰.

Este trabalho propõe uma hipótese para se entender o racismo dentro das tropas militares que se aliaram para lutar contra o Paraguai (Brasil, Argentina e Uruguai) e dentro do próprio Paraguai. A partir de Sir Richard Burton que relata muito do que foi a Guerra do Paraguai e

baseados em um trecho de uma de suas cartas podemos então compreender que o racismo nas tropas militares sul-americanas ultrapassava os limites nacionais. Desde os termos “*extirpados*” e “*irreprimíveis*”, usado por Burton, e o tratamento descrito por ele dos soldados negros de Uruguai e Argentina até a afirmativa de André Toral que em seu artigo acaba por reescrever as palavras do presidente guarani “*A frase dita pelo presidente paraguaio Francisco Solano López depois de receber na barriga o golpe de lança do cabo de ordens do coronel Joca Tavares, seu xará Francisco Lacerda – matem a esos diablos de macacos!...*”³¹, mostra que o preconceito racial, uma dissonância frente à relação entre senhores/escravos que não era calcada na diferença da superioridade evolutiva européia, era um coro de único tom no sul do continente americano na década de 1860.

A proposta em questão seria de levantar alguns motivos que incentivaram a manutenção da aversão ao combatente não branco; mesmo envolvidos numa guerra os paraguaios, os brasileiros, os argentinos, os uruguaios e os ingleses mostram-se em parte preconceituosos em relação aos combatentes não brancos que lutaram nessa guerra. A proposta de trabalhar o recrutamento serve aqui como uma premissa para se compreender a quantidade de escravos, ex-escravos e descendentes de escravos, principalmente no exército brasileiro, e a justificativa desse preconceito racial que é fruto de um pensamento calcado em valores ideológicos de superioridade cultural e biológica³² além de valorizar o sentimento nacionalista contra aqueles que não podem ser considerados herdeiros das pátrias em questão.

NOTAS

¹ Acadêmico do 4º ano de História, UFMS/Campo Grande, brunotulux@yahoo.com.br, sob orientação do Professor **Cesar Campiani Maximiano**.

² NOVAIS, Fernando A.. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989, pp. 104.

³ Ibid, pp.104.

⁴ Ibid, pp. 95-96.

⁵ TRIGGER, Bruce G.. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004, pp. 144-146.

⁶ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 85-96.

⁷ Ibid, pp. 85-96.

⁸ Ibid, pp. 87-93.

⁹ BURTON, Sir Richard. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, pp 121.

¹⁰ DORATIOTO, 2002, pp. 37-59.

³¹ Ibid, pp. 59.

⁴² TORAL, André Amaral de. *A participação de negros escravos na guerra do Paraguai*. São Paulo: Estudos Avançados. Vol. 09, nº 24. 1995. Acesso em 20/05/2007.

⁵³ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 39-44.

⁶⁴ Ibid, pp. 56-59.

⁷⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O Conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996, pp. 47-48.

⁸⁶ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, pp.46-53.

⁹⁷ SALLES, 1990, pp. 59-63.

¹⁰⁸ Ibid, pp. 63-70.

¹¹⁹ DORATIOTO, 1996, pp. 50.

²⁰ SALLES, Ricardo. *Negros Guerreiros*. Revista Nossa História. Ano 02, nº13, novembro de 2004, pp.29.

²¹ SALLES, 1990, pp. 77-111.

²² Ibid, pp. 127-136.

²³ MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 131.

²⁴ SALLES, 1990, pp. 134-136.

²⁵ Ibid, pp. 124-128.

²⁶ TORAL, 1995.

²⁷ SALLES, 1990, pp. 10-11.

²⁸ TORAL, 1995.

²⁹ GOMES, Marcelo Moraes. Palestra ministrada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos dias 26 e 27 de Abril de 2007 sobre a tese de doutoramento de Marcelo Moraes Gomes em História Social pela Univer

sidade de São Paulo e intitulada "O Asilo dos Voluntários da Pátria". Campo Grande, 2007.

³⁰ SALLES, 1990, pp. 62.

³¹ IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 179-183.

³² TORAL, 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURTON, Sir Richard. **Cartas dos campos de batalha do Paraguai**. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O Conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996.

_____. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Marcelo Moraes. **Palestra ministrada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos dias 26 e 27 de Abril de 2007 sobre a tese de doutoramento de Marcelo Moraes Gomes em História Social pela Universidade de São Paulo e intitulada "O Asilo dos Voluntários da Pátria"**. Campo Grande, 2007.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NOVAIS, Fernando A.. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SALLES, Ricardo. **Negros Guerreiros**. Revista Nossa História. Ano 02, nº13, novembro de 2004, pp.28-32.

_____. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

TORAL, André Amaral de. **A participação de negros escravos na guerra do Paraguai**. São Paulo: Estudos Avançados. Vol. 09, nº 24. 1995.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200015&script=sci_arttext acesso em 20/05/2007.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.

PARTE IV

A ARTE, A CULTURA E FICÇÃO: INTERRELAÇÕES NA HISTÓRIA

A IMIGRAÇÃO O CASO DE ABDELMALEK SAYAD E NÉLIDA PIÑON

Waldson Luciano Corrêa Diniz¹

As imbricações entre arte e ciência são há muito tempo conhecidas e propaladas, principalmente a proximidade entre Literatura e História ou Literatura e Sociologia/ Antropologia. Nesse ultimo caso, há uma situação interessante que gostaria de apresentar e debater nesse artigo: as obras do sociólogo Abdelmalek Sayad intitulada **A Imigração**² e a da escritora brasileira Nélida Piñon, **A República dos Sonhos**³. Os dois trabalhos lidos em momentos e com objetivos distintos fornecem algumas indicações pertinentes à compreensão da problemática ou do fenômeno da imigração no contexto dos séculos XX e XXI no Ocidente que gostaria de discutir.

A tentativa desse texto é evidenciar, tal como já afirmou Jorge Coli⁴, o papel premonitório, antecipador da Arte, Literatura em especial, que propõe, prevê e indica soluções encaminhamentos para problemas que a ciência, muitas vezes, demora para solucionar, ou sequer encontra consenso quanto às categorias mais simples de análise para o fenômeno em questão. Essa constatação levou a apresentar aqui algumas similitudes do raciocínio dos dois intelectuais em questão, demonstrando a intuição refinada da escritora descendente de espanhóis da Galícia e a acurada pesquisa de Sayad, baseada em extensa e apurada bibliografia e em entrevistas criteriosas que o tornam, atualmente referência para a compreensão do tema imigração no mundo inteiro.

A República dos Sonhos, romance de 1984, descreve da trajetória de um casal de espanhóis da Galícia emigrados para o Brasil que aqui constroem uma extensa família de acordo com seus moldes patriarcais ancestrais. A família liderada por Madruga e Eulália instaura-se no país em algum momento da República Velha e sua história transcorre até o fim da ditadura militar brasileira. São desenvolvidas muitas discussões típicas do fenômeno imigração no texto. Assim Madruga é o Galego *duro, impassível* que não pretendia voltar pobre (a humilhação) para uma Espanha que o estigmatizava por ser justamente um galego. É o imigrante que queria *vencer, fazer a América*, e de fato a faz, enriqueceu, mas às custas de métodos pouco louváveis que não agradavam sua esposa, mas que lhe granjearam o tão sonhado respeito *mesmo que ele não possa influir* politicamente nos destinos da Nação. O que o consolava, contudo é o fato de que seus filhos seriam *cidadãos brasileiros* e acalentariam os sonhos paternos, poderiam ser *cidadãos por inteiro* em um país que mantinha com eles relações de amor e ódio devido ao estatuto fluído de imigrante que os protegia e limitava, concomitantemente.

Eulália, a esposa de Madruga, por seu turno não pretendia emigrar para a América. Preferia permanecer na Galícia onde seu pai possuía, situação econômica remediada e prestígio reconhecido pela comunidade local. Na verdade ela se rendeu ao *país dos sonhos* do jovem Madruga e emigrou para ceder a um homem ambicioso que desejava afrontar seu pai, representante da nobreza dissidente que se punha acima dos ancestrais camponeses de Madruga.

Estabelece-se no texto assim uma das dinâmicas ou pólos da narrativa pelo qual se verifica, todo o contexto no qual se desenvolve a história dos imigrantes e seus percalços. Narrativa essa exemplar e paradigmática para analisar outras situações semelhantes. Enquanto Madruga enriquecia e ingressava na *alta roda carioca*, Eulália, recolhia-se à intimidade de seu catolicismo místico, incrustada em sua casa, lamentando junto a um velho amigo também galego, Venâncio, a perda de identidade de Madruga, adorador do lucro, espécie de João Romão⁵ espanhol completamente cego às demandas familiares e especialmente aos sentimentos da esposa, preocupada em manter viva em seu coração a memória de seu pai e de seu local de origem.

De alguma forma as pretensões analíticas de Eulália se realizaram pela não concretização dos planos de Madruga para os filhos. Nenhum deles se conforma a seus planos. Escolheram os cônjuges livremente ou procriaram sem possuí-los. Essa atitude foi considerada pelo velho patriarca uma desgraça para sua descendência. Também os homens, no qual ele depositava grandes esperanças frustraram-no. Alguns querem segui-lo nos negócios, mas um, Tobias, o abomina devido à sua cobiça e a dureza de seu espírito. Restou ao velho Madruga muito mais o genro, o aproveitador Luís Filho de família decadente, que se casara com sua filha Antônia por puro interesse econômico. Ironicamente, Madruga realiza-se no genro, homem detestável, mas de *boas maneiras e competentíssimo administrador*.

Perdido em seus sonhos, rico, mas sem a plenitude de seus ideais materializado em seus descendentes, Madruga só reencontrou-se consigo mesmo através da neta, Breta, a menina que inicialmente ele renegou por não ser fruto de uma relação legítima de sua falecida filha Esperança. Ela constituiu-se em uma espécie de historiadora. No romance, é ela que analisa a família, e que insere as três gerações na problemática social, econômica e cultural do Brasil. É quem define o papel do imigrante e de seus descendentes no país, dominado pelo que hoje chamamos de responsabilidade social. Rompeu com o comodismo das noções do avô que ora poderia ser estrangeiro, ora imigrante no país de acordo com suas conveniências observando de longe todas as mazelas do país com descrença nos homens e nas instituições. Dessa maneira situou o problema do imigrante não só do ponto de vista das relações nação *versus* nação como também do ponto de vista das relações entre classes sociais, onde inegavelmente elas também se inseriam.

Ao final do texto Breta concluiu que somente um livro sobre a história da família revelaria-a a si mesma, com seus traumas e culpas, com suas esperanças e misérias. Somente um livro de história que refletisse sobre todo o percurso e os sonhos de um casal de imigrantes situaria todas as ações aparentemente ilógicas e ou desconexas.

Abdelmalek Sayad ao realizar entrevistas com dezenas de famílias de argelinos imigrados conduz seu texto a conclusões muito semelhantes, as que foram desenvolvidas pela escritora brasileira. Seus

depoentes manifestam o mesmo mal estar, a mesma descrença, vivem o mesmo choque de gerações, vivido pelos personagens da ficção. Guardadas as devidas proporções, talvez seja possível comparar a situação dos galegos do romance com a dos argelinos muçulmanos entrevistados pelo sociólogo a fim de perceber as similitudes da problemática elencada.

Sayad apresenta um depoente, patriarca de uma família extensa, o Sr. B. Ahmed que viveu os mesmos dramas de Madrugá. O velho argelino confessou ao intelectual que incessantemente contrariado, sentia-se desvalorizado, aos olhos de seus filhos, mesmo por sua própria condição de imigrante. Não encontra a consideração que tem direito de esperar, principalmente por parte de sua família, tem certeza de ter sido *traído* objetivamente por sua situação presente. Contou também que sua filha, *francesa* é sua maior preocupação porque quer estudar e não se conforma a seus planos, uma vez que já possuía, à época, vinte anos de idade e *deveria* estar casada. Seu nome é Zahoua e ela concentra em si toda a problemática vivida pelo imigrante e seus descendentes. Entrevistada por Sayad, ela é uma espécie de Breta, interprete da história de seu próprio clã:

[...] Somos três irmãs, uma em cada casa: Noura (a irmã mais velha) é o tipo que se inclina, ela sempre se inclinou e agora lamenta; Saida (a irmã caçula) é o contrário disso tudo ..., o tipo que manda tudo pelos ares, que se opõe só por se opor... não é isso que a fará vencer [...] Então, com esses dois exemplos, eu posso ver no que dá; serve de lição [...] Essa experiência vale muito. Acho que se consegui fazer o que estou fazendo, continuar meus estudos, morar em Paris, antes de mais nada porque sou segunda filha. A primeira antes de mim, teve que enfrentar os problemas; agora ela casou, tem cinco filhos... Mas isso é outra história. Tem coisa que reconheço em meu pai, ele é um homem inteligente... principalmente se levarmos em conta sua idade - está com cinquenta e oito anos - e o que ele pensa: é muito religioso: ele reza, aprendeu o Alcorão e faz questão de ir até a Meca, ele quer levar até minha mãe. A gente precisa reconhecer isso: ele não nos perturbou muito, a mim principalmente nem quanto aos estudos, nem quanto ao trabalho⁶.

Também são apresentados outros imigrantes na obra de Sayad como o solitário Sr. X que em 1985, na época em que foram coligidos os depoimentos estava com 51 anos de idade. A história de X é muito

elucidativa e sua condição e postura estóica, ocultam sua dor pela separação da família. Sua condição diametralmente oposta à do depoente B. Ahmed evidencia o estranhamento que confronta e orienta, a vida do imigrante pelos subúrbios ao encarar e ser encarado por uma história que não é sua. Ele contudo não se rende ao entrevistador e afirma que:

Em meu serviço tenho a sorte de ter minha vassoura como única colega de trabalho; somos dois inseparáveis: minha vassoura e eu. Nos conhecemos bem agora, conversamos; minha vassoura é testemunha de tudo o que acontece comigo, de tudo o que eu faço, de tudo que penso. É outro eu⁷. (...) gosto de estar só, gosto de trabalhar só com Deus é só. Por isso acabei gostando deste trabalho. (...) Um lixo no meio do lixo, é isso que somos⁸!. Não falo com ninguém, ninguém fala comigo, de vez em quando, bom dia, boa noite, oi⁹ (...) Por falta de encontrar um companheiro a quem se possa contar tudo, é melhor ficar consigo mesmo (...) Este é o único remédio¹⁰(...)

O Sr. X possui muitos aspectos que o aproximam de Venâncio, o amigo pobre do casal Madruga e Eulália do romance de Nélida Piñon. O mesmo estoicismo, a mesma tentativa de fugir da realidade para não enfrentar uma visão dolorosa, está presente no personagem que tal qual o Sr. X apresentava problemas de saúde física e mental, senão vejamos:

Mal se ouvia a voz de Venâncio nos primeiros dias. De pijama, debaixo do lençol, ele esforçava-se em preservar segredos de sua angústia, sem reparti-la com outras testemunhas. O corpo desleixado, o medo enfeara-lhe o rosto. Às vezes, um filete de baba umedecia-lhe a boca. Em tom pausado encareceu o médico a despesa de visitas. Não deveriam vê-lo no estado em que mergulhara após abandonar o hábito do sonho e da ansiedade, no qual esteve ajudado nos últimos anos¹¹.

Também a condição da mulher imigrante é explorada nos dois textos, no romance *A estrangeira*, é Eulália, na obra de Sayad é a mãe de Zahoua, sua informante mais eloquente. Eulália veio para o Brasil na condição de esposa de Madruga, aqui compreendia a nova terra pela boca dos homens e de seus empregados. Raramente abandonava o circuito casa-igreja para procurar uma realidade que exótica. Era muito mais simples observar a realidade de sua janela ou percebê-la pelos

livros que debatia muitas vezes com Venâncio. A criação dos filhos absorvia-a de tal forma que envelheceu dentro de sua casa, com a mente profundamente voltada para Sobreira, sua cidade natal.

Sayad demonstra, que a mãe de Zahoua, que ele, infelizmente não citou o nome, viveu situações similar, que no contexto da cultura muçulmana por muito tempo impediu-a de desfrutar de liberdade e de pequenos prazeres:

Tem uma história que minha mãe conta, elas iam ao cinema e se escondiam: tinha, os policiais franceses, elas tinham muito medo, se esconderam para que não as pegassem... Argelinos no cinema ! Precisavam se esconder tanto dos policiais, tinham medo tanto deles durante a guerra, quanto dos argelinos que as vissem indo ao cinema. Era um escândalo¹²!

É possível que se possa rejeitar o quadro comparativo que aqui apresento como espúrio, devido às grandes diferenças existentes entre os universos culturais galego e o argelino muçulmano na França. Posso ceder a algumas críticas argumentando que a situação descrita, por Sayad é realmente mais complexa devido à condição de imigrante de seus depoentes e também devido à questão colonial, uma vez que a França ocupou aquele país até 1962. É verdade que as relações são muito mais tensas, no entanto a ficção de Piñon aponta para a situação de estranhamento e ambigüidade que envolve o casal estrangeiro Madruga–Eulália, e que atinge também a família de B. Ahmed, visto que seus filhos vivem na condição insólita de imigrantes franceses, embora tenham nascido na França.

Quanto à discussão sobre identidade cultural é interessante verificar que é um problema pertinente aos dois universos, B. Ahmed lamenta o fato de seus três últimos filhos não seguirem as normas de casamento ancestral, assim como Madruga, não admite que depois de sua morte ninguém irá coligar as histórias de sua família e perpetuá-las na memória.

Embora a identidade galega não seja tão evidente no romance, como é o problema entre as comunidades emigradas na França, Madruga se comprazia em marcar sua ancestralidade. Parece-me que os galegos funcionam como um enclave dentro da própria Espanha, daí certa dificuldade em observar dentro do romance uma visão ufanista,

daquela que outrora fora o reino mais rico do mundo sob Felipe II. Já o caso dos argelinos imigrados é exemplar seu apego às tradições, à religião especialmente, à culinária, à língua árabe devido ao processo de espoliação de que foram vítimas durante o período colonial. A cultura argelina apresenta-se aparentemente monolítica pela boca dos depoentes de Sayad, enquanto a cultura espanhola que evolui da obra de Piñon insinua-se como uma unidade inexistente.

O longo processo contraditório de imigração produziu entre os argelinos um apego muito forte ao passado, em desejo nítido de retorno que produziu por sua vez uma Argélia ideal, *uma pátria fértil, generosa que aguarda seus filhos* fitando-os da moldura de algum quadro na sala. Além disso o Islamismo conferiu unidade ao norte da África e ao Oriente Médio, culturalmente pode-se dizer que o elemento mais forte responsável pelo élan que marca a trajetória das populações emigradas que lhe imprimem um sentimento de identidade como o *povo escolhido* para crescer, multiplicar-se e divulgar o Islã pelo mundo. Assim, resistir à modernidade do Ocidente à *perda de valores* significa permanecer coerente com suas origens que possuem modelo pronto e acabado para *orientar a existência do homem temente a Deus*. Disso decorre a rigidez dos padrões familiares argelinos na França do período citado.

Os galegos do romance, por seu turno, apresenta uma fluidez de valores muito grandes. Freire já havia afirmado que para os portugueses parece que seu longo contato com a África e a América, sua convivência com os árabes possibilitou-lhes maior instrumental para lidar com a diferença e menos resistência para aceitar mudanças. Segundo o sociólogo pernambucano a posição peninsular portuguesa fazia-os muito mais africanos, do que europeus, pouco pré-dispostos à regularidade, à constância e mais aptos à aventura, ao calor dos trópicos e às descobertas¹³.

Com base nas proposições freyreanas é possível considerar que elas tenham alguma aplicabilidade para o caso espanhol em especial do galego que ora se discute. De fato, os galegos como Madrugá possuíam no romance espírito aventureiro, conquistador e não demonstravam nenhum apego à pátria, à terra local quanto se defrontavam com a possibilidade do *novo*, do inesperado que prometia a riqueza mítica em

algum lugar do futuro. Como os galegos não formavam uma rede, uma comunidade externa, é possível afirmar que seu modelo de imigração foge à regra e que seu desejo de cultivar uma pátria é muito mais interno, familiar, do que qualquer outro povo árabe imigrado.

Emigrando individualmente, em uma viagem muito mais longa que a dos argelinos para a França que cruzam o Mediterrâneo, os galegos sem grandes diferenças étnicas para com os brasileiros, possuíram maior facilidade de adaptação em uma terra que não os estigmatizaria facilmente como imigrantes devido à sua compleição física ou características culturais. Esse é um ponto interessante a considerar no processo comparativo, pois até mesmo a língua, no caso, o espanhol, permitirá menos dificuldades de comunicação, se formos considerar a diferença abissal entre a língua árabe e a francesa.

Há de se considerar também a imaginação brasileira acerca dos europeus, o mito da superioridade dos povos ibéricos ainda evidente por certo conspirou para uma melhor adaptabilidade da família de Madrugá na América do Sul, além de favorecer sua aceitação no contexto local.

Por fim a posição política de família conservadora de classe média trouxe aos estrangeiros do romance uma acomodação confortável no cenário carioca, sem marcá-los como pessoas perigosas ou imigrantes prontos a brandir suas diferenças em praça pública, tal qual se observou recentemente nos confrontos xenofóbicos na Europa.

As análises preliminares aqui desenvolvidas apreciam melhor a contribuição da Literatura ao estudo de problemáticas identitárias especialmente em regiões de fronteira como o Mato Grosso do Sul, Estado com contato direto com a Bolívia e o Paraguai. Através dela podemos elucidar representações complexas a partir do local privilegiado da ficção, onde se confrontam refinados debates acerca do status do imigrante na sociedade contemporânea. A ironia disso tudo está na ausência de uma discussão do papel do imigrante na constituição de uma identidade sul-matogrossense na literatura regional o que nos obriga, por analogia, a trabalhar com autores bastante distantes de nossa realidade local, embora, conforme foi explanado, a obra de Piñon

descortine inúmeras perspectivas de pesquisa para diversos casos, como por exemplo, a problemática imigração boliviana para o Brasil, meu atual objeto de pesquisa.

Destaque-se também que o estudo da ficção tal qual o estudo biográfico lança inúmeras pistas que podem ser percorridas pelo historiador no intuito de captar com sutileza as concepções mais caras ao imigrante, sua idiosincrasia que transparecem a duras penas após dias de trabalho de entrevista. Arrisco a dizer que a boa ficção ocidental é capaz de orientar roteiros de entrevistas e sugerir imagens ao historiador capazes de ensinar uma rememoração única ao entrevistado que poucas vezes poderia ser obtida de maneira simples e direta sem uma reflexão interdisciplinar dessa natureza.

NOTAS

¹ Professor do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

3PIÑON, Nélida. **A república dos sonhos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1997.

⁴ COLI, Jorge. **O que é arte**. Brasiliense: São Paulo, s/d.

⁵ AZEVEDO, A **O cortiço**. São Paulo: Ed. Sol, s/d.

⁶ SAYAD, A **A imigração**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998. p. 189.

⁷ Idem. p. 117

⁸ Idem. p. 118

⁹ Idem. p. 118

¹⁰ Idem. p. 119.

¹¹ PIÑON, N. **A república dos sonhos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 237

¹² Idem. p. 217.

¹³ FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 34ed. São Paulo: Record, 1998. Passim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. São Paulo: Ed. Sol, s/d.

COLI, Jorge. **O que é arte**. Brasiliense: São Paulo, s/d.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 34ed. São Paulo: Record, 1998.

PIÑON, Nélida. **A república dos sonhos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record,1997.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp,1998

SOBRE A IDENTIDADE DA CULTURA TRANSGRESSORA¹

Jefferson Barbosa de Souza²

Vânia Maria Lescano Guerra³

PROPOSIÇÕES

O discurso como manifestação ideológica e social, e também como modo de inserção dos indivíduos em particularidades culturais diversas, é o ponto privilegiado de articulação entre as representações sociais e a política de negociação de sentidos, na construção de identidades. O discurso é a manifestação material do poder do qual se quer apoderar (FOUCAULT, 2005a, p.10). Essa luta pelo poder faz supor a existência de confrontos em torno da política das representações que definem as identidades dos grupos organizados.

Sob o amparo de conceitos advindos da amizade entre Análise do Discurso francesa e alguns conceitos dos Estudos Culturais, propomo-nos estudar, sub-repticiamente, o processo de constituição da identidade do PCC (Primeiro Comando da Capital) na mídia eletrônica brasileira. Nossa intenção consiste em observar como as técnicas de atribuição de sentidos e os recursos do aparelho disciplinar estão associados ao discurso da mídia.

Decorrido exatamente um ano após os ataques que fizeram a cidade decretar um toque de recolher e projetaram o *jogo de forças* entre o grupo e equipes de segurança paulista, observamos, na mídia, a instituição de práticas discursivas associadas a práticas jurídicas, penais e políticas que atribuem ao PCC determinadas identidades. Nossa hipótese de trabalho baseia-se na idéia de que a atribuição de identidades por meio do discurso é decorrente do funcionamento da observação, da punição e da correção em uma sociedade disciplinar. Esses mecanismos materializam-se no discurso da mídia, pois nela ecoam os discursos do Estado, da justiça, do direito, em outras palavras, um discurso necessariamente pastoral, de individualização e de dispersão do sujeito transgressor.

O discurso é o meio pelo qual a língua entra em funcionamento com a história, haja vista que suas marcas formais são destituídas de sentido, o qual somente advém de sua confluência com a história. Portanto, falar de identidades é colocar-se no ponto de articulação entre língua, história e sujeito, em que eles são manejados por interlocutores situados em espaços sociais diferentes que lhes conferem diferentes modalidades de enunciação do discurso.

Após esboçar nossa filiação teórica e as pretensões deste trabalho, resta dizer que a organização deste empreendimento contará, então, com uma reflexão teórica acerca do conceito de identidade e, enfim, traremos a análise do nosso *corpus* de pesquisa, que se refere às ações políticas do PCC na capital paulista.

A POLÍTICA DA IDENTIDADE⁴

Estudos que dizem respeito às questões identitárias ainda estão em curso e o que se nota de comum nessas pesquisas é a consciência de uma pluralidade identitária. Falar de identidades, portanto, vai requerer que se fale em identidades, em instâncias, lugares de sentido que se deslocam no próprio devir do discurso.

Como trataremos da construção de identidades pela mídia e não simplesmente de uma auto-afirmação de identidades, não se torna oportuno citar teorias de cunho psicanalítico, como as que visam a analisar a *identificação*, como um processo que demanda inconsciência e ilu

são do próprio sujeito. No entanto, trataremos das identidades como construções ideológicas e de poder, pois elas são geradas no âmbito de uma instituição de notícia (a mídia). Desse modo, as identidades são também construções lingüísticas (SILVA, 2006, p.76) que permeiam o processo de escrita do texto jornalístico. E trabalhamos justamente sobre a ilusão referencial que consiste em penar que a linguagem representa com fidelidade o mundo e o outro (PÊCHEUX, 1983).

No que tange propriamente ao estudo das identidades, Moita Lopes (2002), embora fale pelo viés de um estudo etnográfico da sala de aula e da Lingüística Aplicada, contribui para o debate, posto que concebe a identidade como uma questão cultural, pela qual perpassam a globalização e as novas tecnologias, que colocam o homem diante de múltiplas identidades. Constituem a identidade, segundo ele, fatores como classe social, gênero, sexualidade, idade.

Do ponto de vista de Grigolletto (2006), as identidades são construções sociais e culturais, opostas à concepção subjetiva e individual, haja vista que elas se determinam exclusivamente na alteridade. Para a autora, o mundo pós-moderno é um mundo de mudanças constantes, em que as certezas são abaladas, a todo momento, pela desconstrução de verdades e de discursos, provocando identidades fragmentadas, ou seja, modos fixos de representação deixam de existir.

A posição da autora é de que a identidade pode ser analisada por três operações construídas no discurso. Tratam-se da lógica agonística, da subjetividade inventada e do inajustamento da identidade. A primeira lógica, e para nós a que melhor se enquadra neste estudo, concerne ao sistema de oposições e tensões em que “as identidades culturais e políticas são construídas por um processo de alteridade em que as categorias de consenso e fusão não têm lugar” (2006, p.16). Ou seja, de uma forma ou de outra, o poder permeia as relações entre interlocutores situados no fio discursivo, produzindo “eus” a partir de “outros”. A estratégia midiática na construção do outro (o PCC), define-lhe como instituição de poder e de saber, haja vista que a regra que lhe autoriza identificar grupos minoritários é um contrato social pré-estabelecido no momento da escritura do texto jornalístico (CHARAUDEAU, 2006, p.76), uma vez que não se escreve para si, mas para o outro.

A questão da identidade para a maioria dos autores passa pela instância do sujeito. Hall (2004), por sua vez, afirma que as identidades não estão mais estabilizadas, visto que a concepção de sujeito que prepondera hoje difere, por exemplo, de um sujeito do Iluminismo e da Sociologia. Lida-se hoje com uma concepção de sujeito pós-moderno, ou seja, um sujeito “no processo de fazer”. Assim, o que há são posições de sujeito, mobilidades, deslizos, falha na unicidade, equívoco de objetivação da subjetividade.

Seu argumento é o de que na modernidade tardia, as sociedades “são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades (...)” (2004, p.17).

Hall (2006, p.109) orienta-nos para o fato de que é porque as identidades são construídas dentro do discurso que precisamos compreendê-las como produzidas em lugares históricos e institucionais específicos, estar atentos para as formações e práticas discursivas nas quais se constroem. Isso porque as identidades são construídas no fulcro da diferença. “Toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (2006, p.110). A posição dos Estudos Culturais conta também com as contribuições de Silva (2006) para o debate acerca da identidade e da diferença: ele acredita na impossibilidade de tratar da identidade sem tocar na diferença, pois a identidade somente se constitui na relação da “*mesmidade*” com a “*outridade*” (p.79). Dessa forma, as identidades nunca estão acabadas de completo, mas estão no processo, em transformação constante.

Em suas reflexões filosóficas, Nietzsche (2002, p.4), pensa o homem moderno como um tipo de homem descrente e incerto:

Quem mais a [felicidade] descobriu? – O homem moderno? – “Eu não conheço nem a saída nem a entrada; sou tudo aquilo que não sabe nem sair nem entrar” – assim suspira o homem moderno... Esse é o tipo de modernidade que nos adoeceu – a paz indolente, o compromisso covarde, toda a virtuosa sujidade do moderno Sim e Não.

O homem é essa contradição natural. Sim e Não simultaneamente. Uma identidade indeterminada, na qual se disseminam posições diversificadas. Embora possa parecer contrária a todo o arsenal teórico anterior, a visão foucaultiana concebe o poder como gerador de individualidades as quais relacionamos a identidades. Da parte de Foucault (1979, p.92), o indivíduo não é o objeto sobre o qual o poder se exerce. O indivíduo em suas características, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se apodera dos corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças. Em *Ditos e escritos*, volume IV, Foucault fala-nos mais sucintamente sobre a relação entre o poder e a produção de individualidades.

Gostaria de sugerir aqui a possibilidade de analisar outra espécie de transformação relativa a estas relações de poder. Tal transformação seja talvez menos conhecida. Mas creio que ela não é de menor importância, sobretudo para as sociedades modernas. Aparentemente tal evolução é oposta à evolução na direção de um Estado centralizado. Penso, de fato, no desenvolvimento das técnicas de poder voltadas para os indivíduos e destinadas a dirigi-los de modo contínuo e permanente. Se o Estado é a forma política de um poder centralizado e centralizador, denominemos “pastorado” (pastorat) o poder individualizador (1994, p.136).⁴

O Estado e sua ligação com o poder permitem controlar os sujeitos da nação em que o pastorado surge como uma forma de poder massificante e individualizador: “O poder pastoral supõe atenção individual a cada membro do rebanho” (p.139). O discurso pastoral do Estado é justamente aquele que se ouve quando o discurso da mídia vem expor a desmoralização, a inviabilidade, a transgressão operada pela criminalidade, ao público. Serve, portanto, como lição, pedagogia para os indivíduos que não se arriscam no crime, e serve de punição e correção para aqueles que a esse grupo pertencem.

NO JOGO DAS IDENTIDADES

Com o objetivo de analisar a projeção identitária do PCC construída pela mídia eletrônica brasileira, trazemos à baila alguns recortes provenientes do jornal *Folha de São Paulo* de maio de 2006. Entendemos o recorte tal qual Orlandi (1987, p.139), como uma opção metodológica importante, pois permite reunir e relacionar enunciados, como uma peça de linguagem, à situação de sua enunciação.

Relacionar linguagem e situação, embora se trate de uma determinação metodológica para a AD, para o estudo da identidade é extremamente positivo, visto que ela não é uma construção somente social e cultural, mas lingüística (SILVA, 2006, p.76). Portanto, no momento das análises recorrer-se-á à materialidade lingüística para fundamentar a instância discursiva, com a finalidade de garantir visibilidade da(s) identidade(s) em sua constituição. Embora a identidade na pós-modernidade seja fragmentada, instável e variável (MOITA LOPES, 2002; GRIGOLLETO, 2006; HALL, 2004, 2006; SILVA, 2006), concentramo-nos também na idéia de que ela também seja uma construção do poder (SILVA, 2006; FOUCAULT, 2005b, 1994, 1979; GUERRA & SOUZA, 2006).

Nosso objeto de análise (vide Anexo I) pertence à *Folha de São Paulo* de maio de 2006 e, especificamente, está contido na matéria intitulada “Terror em São Paulo”. Trata-se de uma sinopse com a finalidade de apresentar uma “radiografia” do PCC, pontuando os eixos fortes do grupo e, ao mesmo tempo, delineando a identidade da organização.

Nesse objeto - daqui em diante, enunciado – observamos dois planos discursivos paralelos, um intitulado “COOPERATIVA DO CRIME”, e o outro “ESTATUTO”. Naquele primeiro quadro observemos o seguinte recorte:

[a] O que é o PCC e como ele age... Quando surgiu: 1993. Quem criou: um grupo de presos do Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté... Quem faz parte dele: criminosos presos e libertos. Especialistas afirmam que a facção conta hoje com 6000 “associados” - bandidos que pagam à organização mensalidades que variam de 50 a 500 reais... (grifos nossos).

Nesse recorte vemos como é construída a identidade do PCC, em primeiro lugar, pela modalidade enunciativa adotada pelo veículo de informação. Trata-se de um jogo entre perguntas e respostas diretas, que se constitui num efeito de *manual* acerca do PCC. Em segundo lugar, marcas lingüísticas determinam as identidades possíveis do PCC, desde a sua fundação por meio de um “grupo de presos”, passando pela sua disseminação para outros presídios e, por extensão, para fora deles, abrangendo “criminosos presos e libertos”, bem como para a

sua afirmação enquanto empreendimento de financiamento, em que “associados” ou “bandidos” pagam mensalidade à organização.

Nesse caso, a homogeneização semântica em torno do PCC se deve à colocação do locutor da matéria, que, por sua vez, fala do lugar da punição e da correção, que possui em seu aparato informações obtidas por meio do exame (FOUCAULT, 2005b, p.157), uma prática discursiva que reúne saberes a fim de classificar o sujeito encarcerado por meio da vigilância, do controle, o que vem resultar uma espécie de boletim sobre o indivíduo.

Por outro lado, “cooperativa do crime”, “associados”, “mensalidades que variam de 50 a 500 reais” também produzem seus efeitos de sentido na materialidade do recorte. A imagem que se sobressai com essas enunciações é a de que o PCC possui uma identidade transgressora, como vimos anteriormente, e, ao mesmo tempo, uma identidade empresarial. A ênfase do quadro está na desenvoltura financeira do grupo, pois dinheiro é poder de luta, é investimento garantido em armas, em munição e em cursos preparatórios para seus componentes.

Desse modo, o deslocamento entre identidades pontua o caráter variacional e indeterminado da identidade. Pode-se dizer até que a postura do locutor, ao referir-se ao PCC como “ele”, já se pauta na diferença que se atribui àquele que é responsável pelo enunciado e aquele sobre o qual trata o referido recorte. A identidade, portanto, “como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*” (HALL, 2006, p.106).

Ainda sobre o mesmo objeto, mas em outro recorte, verifica-se que a identidade atribuída ao PCC não está, de fato, estabilizada. O trabalho com a linguagem permite o equívoco e a entrada da falha na composição das identidades: [b] “O que faz: governa a população carcerária por meio de um conjunto de regras estabelecidas em estatuto”. Ora, a questão que paira é a de que o PCC não obedece às leis impostas pelo Estado de direito, mas às suas próprias. Por isso o locutor da matéria vai dizer que o PCC é uma instituição que “governa a população carcerária”, por meio de “conjunto de regras”, o “estatuto”. As imagens que se constroem sobre o PCC são contraditórias e diferentes umas das outras, embora necessitem estar ligadas. Assim, o grupo organizado é construído nesse recorte como

político e jurídico, já que se institui como liderança que governa, que arrebanha suas ovelhas, ao mesmo tempo em que segue as normas de conduta definidas pela equipe.

Nesse caso, a mobilidade entre as projeções identitárias feitas pela mídia sobre o PCC desloca as imagens transgressora e empresarial para a instância da luta, onde se concentra a resistência. Passam a coabitar no discurso da mídia representações do PCC que o ligam à política e ao direito, e permite, por sua vez, que na falha do discurso possamos ouvir a voz pastoral do Estado, como entidade que requer o controle da massa carcerária; que esta obedeça às leis do Estado; que cumpra com aquilo que o Estado prometeu-lhe. A lei, segundo Foucault (2005b, p.229), dirige-se principalmente para as classes mais numerosas e menos esclarecidas, e não é a sociedade na totalidade que julga seus membros, pelo contrário, é uma categoria social que sanciona e outra que está fadada à desordem.

O próximo recorte refere-se ao segundo quadro do enunciado sob análise. Nesse recorte observamos mais uma vez o deslocamento a que a identidade do PCC está sujeita, como resultado de um processo de deslocamento de sentidos observados na materialidade discursiva: [c] “O estatuto do PCC, que se autodenomina Partido do Crime, é composto de dezesseis mandamentos”. Aqui o discurso da mídia constrói novamente uma identidade ao PCC coligada à política, visto que traz por meio do discurso indireto a própria fala do PCC: “que se autodenomina Partido do Crime”. Esse tipo de enunciação não produzida pelo próprio grupo gera outros efeitos de sentido, pois pode representar uma não comunhão de significado entre o locutor da matéria e o PCC. O ato de “autodenominar-se” configura no plano discursivo a colocação de duas frentes: a da *mesmidade* entre os integrantes do PCC e a *outridade* que se refere ao grupo (SILVA, 2006, p.79). A linguagem está sujeita à falha e ao equívoco da transparência dos sentidos (PÊCHEUX, 1975; ORLANDI, 1987).

A materialização dos itens lexicais “estatuto” e “mandamentos” conferem ao discurso uma tensão, pois gera efeitos de sentido que definem o PCC como uma identidade de direito e, ao mesmo tempo, uma entidade religiosa, em que a fidelidade é um compromisso dos servos com seu senhor. As leis da organização são equivalentes às leis

divinas, definindo o *bom cidadão cristão e jurídico*. O discurso da mídia, ao observar o grupo dessa forma, liga-o àquelas organizações terroristas pautadas numa guerra religiosa: aqui o PCC luta para preservar seu *status* moral, e não por uma questão social e política.

Esses deslizos de sentido é que asseguram a constituição processual das identidades, visto que o sentido é intervalar. Ele não está nem no domínio do locutor tampouco no do interlocutor, mas no espaço deixado por ambos no processo discursivo (ORLANDI, 1987, p.160).

O recorte seguinte diz respeito a alguns dos “mandamentos” do PCC materializados pela mídia a fim de corroborar uma identidade jurídica do transgressor: [d] “Seus membros devem lealdade ao partido “acima de tudo” (...) se “esquecerem” de contribuir com a facção, “serão condenados à morte sem perdão””. O fragmento apresenta comentários acerca das leis que regem a corporação do PCC e a identidade do grupo é construída nas formas materiais de “devem lealdade” e “se esquecerem... serão condenados à morte”, que acentuam o caráter sacro das leis do grupo. A modalidade enunciativa adotada pelo discurso midiático contribui para esse efeito de sentido, pois “devem” está no presente afirmativo, “se esquecerem...” é introduzida por uma partícula (se) condicional que vai implantar uma condição, e se essa condição não for cumprida, a profecia entra em vigor “serão condenados”, com verbo no futuro do presente. Portanto, a identidade do PCC é fluida e inconstante, o que faz supor dentro do próprio grupo uma organização hierárquica que cria as leis e as executa, bem como as julga conforme seu parecer. Constitui-se aqui, portanto, uma identidade que deve preservar seus deveres.

IDENTIDADE, EIS O FIM?

A identidade é apenas o começo. Começo da visibilidade das técnicas e dos discursos que costuram o discurso midiático. Além disso, os deslizos de sentido possibilitam que as identidades estejam em movimento, deslocando-se consoante às modalidades de enunciação. O movimento na delimitação das identidades também é resultante de um complexo sistema de técnicas de poder que se instalam no discurso da mídia e permitem-lhe construir quantas identidades forem neces

sárias. Tanto a individualização e a dispersão das identidades produzidas pelo discurso da mídia resultam de um trabalho de linguagem, em que as modalidades e os itens lexicais sofrem deslocamentos de sentido. O discurso da mídia é por excelência uma dispersão de modalidades e o efeito obtido por esse deslocamento traz a configuração de diferentes imagens do PCC: transgressor, político, jurídico, sujeito de deveres, religioso.

Disso surgem as questões. Identidade, eis o fim? Basta uma análise das modalidades enunciativas e do léxico para chegar a uma construção das identidades? E onde se insere a política-vida dos grupos minoritários nessa política das identidades? Se as identidades são pluriformes, por que prevalecem determinados estereótipos, por que eles se cristalizam facilmente? Tratar-se-á de um discurso pastoral ou pedagógico ideologicamente assentado no inconsciente social?

NOTAS

¹ Mesmo correndo o risco de incorrer numa classificação do grupo organizado do PCC como “cultura transgressora”, pontuamos que a designação não é de toda simplificadora. Ao invés de designá-la “infratora”, como um sujeito já determinado e visto pelos aparelhos de punição, optamos por aquela outra, a fim de lidar com uma identidade que também resiste, por isso subverte as determinações da lei criadas pelo próprio homem. Portanto, não limitamos seu alcance dentro de uma política emancipatória, mas privilegiamos o modo como se comporta diante de pressões sociais, mostrando sua voz e para que veio: em defesa de sua política-vida, nos termos de Giddens (2002).

² Professor licenciado em Letras e mestrando pela UFMS, *campus* de Três Lagoas (MS), e bolsista com o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); jeffoucault@yahoo.com.br.

³ Professora Doutora que atua no ensino da graduação e da pós-graduação da UFMS, *campus* de Três Lagoas (MS); vguerra1@terra.com.br.

⁴ Identidade *sf.* 1. Qualidade de idêntico. 2. Os caracteres próprios e exclusivos duma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, etc (FERREIRA, 1993, p.291).

⁵ Foucault nesse texto de “Omnes et singulatum” fala a partir de suas hipóteses acerca do poder pagão e do poder cristão nas escrituras antigas. Na cultura grega os deuses eram divindades que, assim como na cultura cristã, não se ausentavam sobre os homens. Os deuses gregos possuíam qualidades típicas dos mortais, e o poder de Deus era equivalente ao do pastor que no cristianismo cuida do rebanho como um todo e se encarrega

de buscar qualquer ovelha, em particular, que tenha se desgarrado. Assim é o poder do Estado, um poder que ao mesmo tempo em que visa o todo, produz individualidades, diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, A.B.H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1993.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F.A. Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf>. Acesso 12 jul. 2007.

FOUCAULT, M. "Omnes et singulatim": vers une critique de la raison politique. In: DEFERT, D. & EWALD, F. (Orgs.). **Dits et écrits 1954-1988**, vol. IV. Paris: Gallimard, 1994. p.134-161.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GRIGOLLETO, M. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. In: MAGALHÃES, I.; GRIGOLLETO, M. & CORACINI, M.J. (orgs.). **Práticas identitárias**: língua e discurso. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p.15-26.

GUERRA, V.M.L. & SOUZA, J.B. Identidade e representação cultural do preso em "Estação Carandiru". In: NOLASCO, E.C. & GUERRA, V.M.L. (orgs.). **Discurso, alteridades e gênero**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2006. p. 13-34.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T. (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução e organização de Tomaz T. da Silva. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p.103-133.

MOITALOPES, L.P. **Identidades fragmentadas** – a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

NIETZSCHE, F. **O anticristo**. [2002]. Tradução de André Dísposre Cancian. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000245.pdf>. Acesso 15 jul. 2007.

ORLANDI, E.P. **A linguagem e o seu funcionamento:** as formas do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. [1983]. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. [1975]. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução e organização de Tomaz Tadeu da Silva. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 73-102.

A GUERRA QUE O PARAGUAI VENCEU: UMA HISTÓRIA ALTERNATIVA DO MAIOR CONFLITO SUL-AMERICANO

Rodolfo Rorato Londero¹

Imagine um Brasil de proporções territoriais bem menores, onde práticas elitistas, como a concentração de riquezas e terras, cederam lugar para uma verdadeira democracia econômica, política e agrária. Impossível? Não para Gerson Lodi-Ribeiro que descreve, em “A ética da traição” (1993), um Brasil derrotado na Guerra do Paraguai (1864-1870) e, paradoxalmente, mais desenvolvido que o nosso Brasil.

Enquanto subgênero da ficção científica, a ucronia, ou histórias alternativas, vale-se de mudanças dos fatos históricos para apresentar um presente diferente do atual. Certamente, esse subgênero é um espaço privilegiado para refletirmos sobre as poéticas do pós-modernismo, principalmente aquela denominada por Linda Hutcheon como “metaficção historiográfica”. Portanto, partindo da premissa pós-modernista que considera a história como um texto ou construto discursivo, o objetivo deste artigo é analisar “A ética da traição”, inclusive seu modo crítico de rediscutir o maior conflito militar sul-americano. Considerado um clássico moderno da ficção científica brasileira, o conto de Lodi-Ribeiro apareceu inicialmente nas páginas da extinta versão brasileira da *Isaac Asimov Magazine* e, mais tarde, na coletânea *Outros Brasis* (2006).

Para melhor empreender a tarefa que nos propomos, este artigo é dividido em três tópicos, além das considerações finais: em “História e ficção”, discutiremos a proximidade entre esses dois discursos aparentemente distintos; em “Metaficção historiográfica e uchronia”, indicaremos as histórias alternativas como exemplos excepcionais de ficção pós-modernista; e em “Leituras de ‘A ética da traição’”, analisaremos o objeto de estudo em questão.

HISTÓRIA E FICÇÃO

A dificuldade em aproximar história e ficção deve-se ao significado de falsidade que é amplamente atribuído ao segundo termo. Entretanto, a ficção não se limita à definição de falsidade, como afirma Reis:

Referindo-se ao *quase-mundo* imaginário que a escrita configura, Ricoeur conduz-nos a um fundamental aspecto constitutivo do texto literário: a sua condição *ficcional* que pode ser relacionada, mesmo do ponto de vista etimológico, com o conceito de *fingimento*. Se em latim *fingere* significa *plasmar, formar*, então o *fingimento artístico* que origina textos literários *ficcionais* designa uma *modelação estético-verbal* e não implica necessariamente uma outra acepção em que o *fingimento* pode ser entendido: a acepção depreciativa de hipocrisia ou falsidade (REIS, 2001: 170; grifos do autor).

Na verdade, o *fingimento*, enquanto metáfora da definição de linguagem, é o único meio que possuímos para acessar e descrever a realidade, pois a realidade é uma totalidade inexprimível. Sendo assim, *plasmar* significa *selecionar*, extrair da totalidade um particular exprimível. Daí todo discurso (histórico, jornalístico, jurídico, etc.) ser um discurso ficcional. No caso da história, Paul Ricoeur afirma que o discurso ou referência histórica é construído através de vestígios do real passado, mas acrescenta “[...] que essa referência por meio de vestígios retira algo da referência metafórica comum a todas as obras poéticas, na medida em que o passado só pode ser reconstruído pela imaginação” (RICOEUR, 1994: 125). A imaginação é justamente o caráter seletivo da história, pois, sendo o passado uma totalidade incompreensível constituída por fatos isolados, é necessário a seleção e a junção dos diversos fatos para formarmos uma visão particular e compreensível do passado. Expressões como “reescrever a história” são metáforas valio

sas para compreendermos esse caráter ficcional-seletivo do discurso histórico, pois, para cada seleção e junção dos fatos, construímos um novo passado. As manipulações do passado praticadas pelo nazismo e pelo stalinismo são exemplos perversos, mas patentes, da afirmação anterior.

Destacado o caráter ficcional da história, é possível aproximá-la de alguns gêneros literários: segundo Linda Hutcheon, “ao considerar a história como ‘um verdadeira romance’, Veyne está indicando as convenções que os dois gêneros têm em comum: a seleção, a organização, a diegese, a anedota, o ritmo temporal e a elaboração da trama” (HUTCHEON, 1991: 148). Tomemos como exemplo a Revolução Francesa ensinada nos manuais de história do ensino médio: os fatos *selecionados* (a Queda da Bastilha, a decapitação do rei Luís XVI, o Terror, etc) são *organizados* para consolidarem uma *trama* que evolui num *ritmo temporal* marcado por datas. Entretanto, as fraquezas dessa concepção positivista e diacrônica da história são alvos de muitas críticas contemporâneas, inclusive das formuladas por Braulio Tavares no prefácio de *Outros Brasis*:

Talvez o principal defeito de muitos dos livros de História que lemos, livros de História que se pretendem sérios e científicos, seja passar para nós, leitores, a sensação de que a História segue um rumo retilíneo, no qual cada passo conduz necessariamente ao passo seguinte, como se o entrechoque de forças sociais não tivesse outro destino ou outro resultado possível senão o que efetivamente aconteceu (TAVARES, 2006: 11).

Mais adiante, como alternativa ao modelo diacrônico, Tavares propõe uma história sincrônica:

Os Brasis sugeridos neste livro são outros, mas são também este onde vivemos, porque mesmo quando as funções de onda de probabilidade da História colapsam em benefício desta ou daquela alternativa, as condições que tinham tornado possível a alternativa oposta continuam latentes; não são zeradas por um passe de mágica (TAVARES, 2006: 11).

Em outras palavras, para nos valermos de um exemplo, a escravidão, mesmo que findada em 1888, ainda determina várias características do presente brasileiro. Apesar das duras críticas ao modelo diacrônico, Fredric Jameson observa nele uma ferramenta útil para a

perspectiva sincrônica da história, principalmente ao partir da interpretação genealógica de Nietzsche: “[...] a genealogia não é uma *narrativa* histórica, mas tem a função essencial de renovar nossa percepção do sistema sincrônico como em um raio-X, com suas perspectivas diacrônicas servindo para tornar perceptível a articulação, no presente, dos elementos funcionais de um dado sistema” (JAMESON, 1992: 139; grifo do autor). Desta afirmação de Jameson compreendemos que a organização linear dos fatos históricos deve ser entendida como um *protótipo*, cuja finalidade é justamente, devido sua condição inacabada, a desmontagem a partir do presente.

Um dos estudiosos que melhor empreende uma visão sincrônica da história é Raymond Williams. Através dos conceitos de *dominante*, *residual* e *emergente* propostos em *Marxismo e literatura* (1977), “Williams torna complexa assim a noção de hegemonia (consolidada pelas características dominantes) enfrentando-a com o conjunto de elementos residuais que persistem do passado ou os emergentes que se originam do presente, anunciando a aparição de novas configurações” (SARLO, 2005: 92). Tais conceitos nos ajudam a compreender os movimentos da uchronia e da metacronia (outro subgênero da ficção científica), pois eles embaralham os aspectos consensuais do presente, transformando, por exemplo, o *residual em dominante* – como acontece em “A ética da traição” ao descrever o Paraguai como uma potência mundial – ou o *emergente em dominante* – como ocorre em *1984* (1949) ao propor, nas entrelinhas, uma expansão mundial da ditadura stalinista.

METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA E UCROANIA

Como vimos no tópico anterior, os fatos históricos são recortes do passado. Mas como se apresentam os fatos? Certamente, através de textos². Esta resposta é a chave para entendermos a metaficção historiográfica: segundo Hutcheon, este tipo de ficção pós-modernista “[...] sugere que *houve* matérias brutas – personagens e acontecimentos históricos – mas que hoje só as conhecemos como textos” (HUTCHEON, 1991: 188; grifo da autora). Esta é a principal diferença entre a metaficção historiográfica e o romance histórico, pois o último acredita ingenuamente que lida com as matérias brutas da história.

Um pouco antes da afirmação anterior, Hutcheon afirma que, para a metaficção historiográfica, “a história passa a ser um texto, um construto discursivo ao qual a ficção recorre tão facilmente como a outros textos da literatura” (HUTCHEON, 1991: 185). Um exemplo: a história do nazismo, enquanto texto, é utilizada em *O homem do castelo alto* (1962), de Philip K. Dick, ucronia que retrata a vitória do Eixo na Segunda Guerra Mundial e a divisão dos Estados Unidos entre Alemanha e Japão. Através da metaficção, essa poética pós-modernista também se mostra consciente da condição ficcional da história. Para retornarmos ao exemplo anterior, no cenário alternativo de Dick há um romance de ficção científica que retrata a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Ou seja, além da referência ao gênero do romance (a ficção científica), a metaficção em *O homem do castelo alto* revela o caráter ficcional da própria história.

Os poucos exemplos retirados do romance de Dick atestam a proximidade entre metaficção historiográfica e ucronia. No ensaio “Os mundos da ficção científica” (1985), Umberto Eco pontua quatro tipos de literatura fantástica – *alotopia*, *utopia*, *ucronia* e *metacronia* –, mas indica a metacronia como definidora da ficção científica, pois o mundo possível descrito pelo gênero “[...] representa uma fase futura do mundo real presente: e por mais que seja estruturalmente diverso do mundo real, o mundo possível é possível (e verossímil) exatamente porque as transformações a que foi submetido nada mais fazem do que completar as linhas de tendência do mundo real”³ (ECO, 1989: 168). Seduzido pela errônea alcunha do gênero, “literatura de antecipação”, Eco ignora os outros tipos de literatura fantástica pontuados para definir a ficção científica. Segundo Raul Fiker,

[...] se escolhermos um nome como “literatura de antecipação” – que é um dos muitos nomes alternativos propostos para a ficção científica – estamos definindo o gênero como relativo apenas ao futuro e limitando-o a um tipo específico de FC, quando um sem-número de histórias do gênero se passam no passado ou no presente, apresentando, por exemplo, passados ou presentes alternativos (FIKER, 1985: 11).

Ou seja, a alotopia, a utopia, a ucronia e a metacronia são, na verdade, subgêneros da ficção científica, apesar da predominância da alegoria nas diversas obras do gênero⁴. Portanto, nenhum dos quatros

tipos citados por Eco definem exclusivamente a ficção científica. Esclarecido isto, vejamos como Eco define a uchronia:

A utopia pode transformar-se em uchronia, onde o contrafactual assume a seguinte forma: “que teria acontecido se o que realmente aconteceu tivesse acontecido de modo diferente – por exemplo, se Júlio César não tivesse sido assassinado nos idos de março?” Temos ótimos exemplos de historiografia ucrônica usada para melhor entender os acontecimentos que produziram a história atual (ECO, 1989: 168).

Mais adiante, Eco afirma porque uchronia não é ficção científica:

E mais, temos bons exemplos de ficção científica ucrônica, nos quais não só em virtude de determinada descoberta científica pode-se revisitar o passado, mas onde é possível modificar as linhas de força, com todos os paradoxos que disso resultam. Mas eu diria que quando a *science fiction* torna-se *history fiction* (e me lembro de um romance cujo protagonista, projetado no passado, transformava-se em Leonardo da Vinci), o que interessa à ficção científica não é tanto a história modificada quanto a mecânica da sua modificação, ou seja, a possibilidade cosmológica da viagem em retrocesso, o problema “científico” de como projetar a história possível partindo de linhas de tendência do mundo atual (ECO, 1989: 169).

Primeiramente, a ficção científica não precisa tornar-se ficção histórica quando aborda o passado, pois a história é uma ciência, logo abarcada pela ficção científica⁵. Mas é verdade que muitas obras do gênero sobre o passado interessam-se fundamentalmente pela mecânica da viagem no tempo, como “Um som de trovão” (1953), de Ray Bradbury, ou o próprio “A ética da traição”, ainda que esta não seja a questão principal do conto; entretanto, existem outras obras que ignoram tal questão ao apresentarem o passado alternativo como passado atual, como a já citada *O homem do castelo alto*.

LEITURAS DE “A ÉTICA DA TRAIÇÃO”

As leituras que realizaremos do conto de Lodi-Ribeiro partem da seguinte constatação de Hutcheon: “A ficção pós-moderna sugere que reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (HUTCHEON, 1991: 147). Ou seja, ao redesenhar o passado sob uma nova perspectiva, a ficção pós-modernista de Lodi-Ribeiro

evita conclusões precipitadas a respeito da atual condição brasileira. Percebemos isto já nas primeiras páginas do conto, nas palavras do narrador-protagonista que justifica a derrota do Império brasileiro na Guerra do Paraguai, ou melhor, da Tríplice Aliança:

Sempre julguei que, se fosse de fato necessário atribuir alguma responsabilidade, que não a nós mesmos, pelos malogros militares do Império, esta deveria recair sobre o capitalismo britânico. Pois, como é atualmente de conhecimento público, a Guerra da Tríplice Aliança foi incentivada pelos ingleses e financiada por capital britânico. Embora o neguem, eles se sentiram temerosos da concorrência potencial representada por um Paraguai militarmente forte, politicamente voluntarioso, economicamente independente, industrializado e começando a ensaiar um sistema econômico que já se prenunciava socialista em sua essência (LODI-RIBEIRO, 2006: 162-163).

Seduzido pelo capitalismo britânico, o Brasil impediu a prosperidade do Paraguai e, possivelmente, sua própria prosperidade, considerando os prováveis benefícios das relações travadas com um Paraguai fortalecido. Mas no universo ficcional de Lodi-Ribeiro, o Paraguai venceu a guerra e, portanto, o quadro acima se concretizou, apesar das perdas territoriais brasileiras. Segundo Ginway, “a história explora como as forças da elite de um Brasil diminuído poderiam ter sido forçadas a considerar reformas para forjar uma democracia econômica e política, ao invés de concentrar riqueza e poder nas mãos de poucos” (GINWAY, 2005: 208). Um exemplo de reforma sugerido por Lodi-Ribeiro é o seguinte:

A República Guarany aceitara em seu território ampliado após a vitória na guerra todos os negros que para lá desejaram imigrar, após a abolição da escravidão que impusera ao inimigo derrotado. Uma vez no país adotivo, os ex-escravos receberam títulos de propriedade em terras agricultáveis. Junto com as terras, vieram os direitos e deveres inerentes ao *status* da cidadania paraguaya. (LODI-RIBEIRO, 2006: 207).

As palavras acima destoam do que realmente aconteceu: os escravos brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai receberam somente a alforria. Este pequeno exemplo é suficiente para compreendermos as palavras anteriores de Hutcheon, pois o passado alternativo proposto por Lodi-Ribeiro nos exige um novo olhar para o presente e, portanto, nos impede de conceber a história como uma sucessão de fatos conclusivos.

“A ética da traição” narra a fuga do cientista brasileiro Albuquerque para terras paraguaias após descobrir os interesses obscuros dos militares brasileiros pelo seu invento, uma máquina “imperfeita” capaz de vislumbrar o passado. Emblematicamente, o conto inicia numa das fronteiras Brasil-Paraguai que, nessa história alternativa, é o rio Paranapanema. Esta fronteira física nos remete às fronteiras metafóricas, pois o conto situa-se entre a história e a ficção, entre o passado e o presente. Logo nas primeiras páginas, Lodi-Ribeiro acentua os estranhamentos que sua história alternativa causa nos leitores:

A Espírito Santo levava pouca carga em sua viagem para noroeste. Algumas dezenas de toneladas em sacas de café paulista de alta qualidade, bastante apreciado pelos cidadãos da República Guarany. Muito pouco em comparação aos cereais e eletrodomésticos de procedência paraguaya. Isso para não mencionar as *micropastillas* de silício de penúltima geração, já liberadas pelo *Despacho de la Ciencia* e avidamente importadas pelas indústrias montadoras de supermicros instaladas em São Paulo e no sul de Minas Gerais (LODI-RIBEIRO, 2006: 163).

Entretanto, mesmo desempenhando o papel de importador de tecnologia, o Brasil de “A ética da traição” é a quinta maior economia do mundo. Outro estranhamento, mais curioso para os leitores mato-grossenses e sul-mato-grossenses, é o seguinte:

A Gran República del Paraguay merecia de fato essa designação. Numa tonalidade vinho rosê, destacava-se como a nação de maior extensão territorial da América do Sul. E isto mesmo sem levar em conta *el Protectorado del Mato Grueso*, sob controle político e econômico guarany. Esse vasto território se estendia, em vermelho-claro, do norte de *la Gran República* até a margem sul do Amazonas. Apesar de rebatizado em *castellano*, o português ainda era o idioma mais falado na região, a despeito dos esforços e incentivos das autoridades paraguayas (LODI-RIBEIRO, 2006: 175-176).

Esta proximidade das línguas portuguesa e espanhola também é observada no Brasil atual, principalmente nos municípios fronteiriços do Centro-Oeste. Entretanto, um dos grandes estranhamentos é a presença de *gadgets* (câmeras holográficas, máquinas acionadas por comando de voz, etc) típicos dos futuros imaginados pela ficção científica, apesar do ano diegético ser 1993 (ver LODI-RIBEIRO, 2006: 169), o mesmo ano de publicação do conto. Ou seja, Lodi-Ribeiro aproveita esses objetos-clichês da ficção científica para realçar que o presente

alternativo de “A ética da traição” é mais avançado tecnologicamente que o presente do leitor⁶. Um dos *gadgets* do conto é o “holovisor temporal”, invento do professor Albuquerque que proporciona “[...] a visualização de eventos históricos pretéritos” (LODI-RIBEIRO, 2006: 172). Entretanto, o rastreador não funciona perfeitamente, pois o Brasil apresentado no “holovisor temporal” diverge do Brasil de Albuquerque:

Um país com dimensões de continente e, mesmo assim, fraco. E pobre. Muito pobre... Habitado por um povo faminto e ignorante. Um país cruel, cujo sistema econômico era o capitalismo sob uma forma em muitos aspectos ainda mais selvagem do que a praticada pelo Império Britânico em meados do século passado. Um Brasil cujas riquezas estavam concentradas em pouquíssimas mãos, numa situação sem paralelo em qualquer país atual do nosso mundo (LODI-RIBEIRO, 2006: 176).

Ao invés de apresentar o passado do Brasil que perdeu a Guerra do Paraguai, o “holovisor temporal” reproduz imagens do país que venceu a guerra, ou seja, do nosso Brasil. Ocorre, então, uma inversão do estranhamento esclarecedora, pois, enquanto a personagem reage estupefata, o leitor identifica um Brasil que infelizmente não lhe causa espanto. O mesmo acontece no trecho abaixo, quando Albuquerque explica a situação do Paraguai visualizada no “holovisor temporal”:

Arrasado é um eufemismo pueril que não descreve, em absoluto, a situação paraguaya do pós-guerra. Despopulado... – Meu Deus! Como eu poderia descrever tudo que vi sem que me tomassem por louco? – Um Paraguay despojado de vastas porções de seu território e ocupado militarmente de maneira cruel, inteiramente distinta da ocupação guarany ao Brasil que conhecemos. Aquele Paraguay jamais se recuperou, nem como nação, nem como povo (LODI-RIBEIRO, 2006, 187).

A primeira hipótese formulada por Albuquerque para justificar as falhas do invento é a seguinte: “Alguns de nossos pesquisadores levantaram a possibilidade da holoprojeção representar uma película de *ciencia fictícia*, com enredo de história alternativa” (LODI-RIBEIRO, 2006: 182). Como podemos deduzir, *ciencia fictícia* é uma variação de *ciencia ficción* inventada pelo autor para denominar a ficção científica em seu universo alternativo. Até aqui, “A ética da traição” assemelha-se a *O homem do castelo alto*, pois, como vimos anteriormente, Dick também se vale da metaficção para indicar o caráter ficcional da história. Contudo, o interesse de Lodi-Ribeiro não é tanto embaralhar as fronteiras

entre história e ficção, como faz Dick, pois Albuquerque afirma mais adiante que o estranho passado revelado pelo rastreador “não se trata de *ciencia fictícia*” (LODI-RIBEIRO, 2006: 184). Logo, a personagem formula uma nova hipótese: “Uma idéia, eu tenho. Aparentemente, por mais estranha que julguemos essa realidade alternativa, ao que parece, ela tem uma probabilidade de ocorrência muito maior do que a de nossa própria realidade. *Estupidamente maior, eu diria*” (LODI-RIBEIRO, 2006: 183; grifo nosso). Ou seja, nossa realidade miserável é mais provável que a realidade próspera imaginada por Lodi-Ribeiro. A palavra “estupidamente” da citação anterior sugere uma reinterpretação irônica de uma conhecida lição: *A história é feita pela estupidez dos homens*.

Outra famosa lição observa-se na seguinte afirmação de Albuquerque a respeito do passado visualizado no rastreador: “Aliás, lá eles denominam esse conflito *Guerra do Paraguai*” (LODI-RIBEIRO, 2006: 190). Como *a história é escrita pelos vencedores*, no universo alternativo de Lodi-Ribeiro o maior conflito militar sul-americano é denominado Guerra da Tríplice Aliança, enquanto na atualidade é denominado Guerra do Paraguai. Ou seja, segundo a lógica da história redigida pelos dominantes, os culpados pela guerra são sempre os perdedores.

Mas onde identificamos a reflexão metaficcional de “A ética da traição”? Certamente, nas seguintes palavras: “Temos que aceitar os fatos históricos e parar de nos esconder atrás das desculpas do tipo ‘como-seríamos-melhores-e-mais-felizes-se-houvéssemos-ganho-a-guerra’” (LODI-RIBEIRO, 2006: 175). Ao criticar o próprio mecanismo narrativo que adota, Lodi-Ribeiro nos conduz ao paradoxo da dialética, pois também são inviáveis escapismos do tipo “como-seríamos-melhores-e-mais-felizes-se-houvéssemos-perdido-a-guerra”. Portanto, nas entrelinhas, o autor sugere que “A ética da traição” seja lido como reflexão dos fatos históricos, e não como propaganda utópica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias teorizações nos ajudaram a realizar esta leitura produtiva de “A ética da traição”, principalmente a perspectiva pós-modernista acenada por Hutcheon. Ao insistir na qualidade ficcional da história, o pós-modernismo permite um exercício verdadeiramente interdisciplinar. Daí nos valermos de teorias literárias para discutir história.

A ficção científica, através da uchronia, também se mostrou um interessante campo de estudo para os historiadores. Mesmo as narrativas futuristas, não exploradas neste artigo, admitem análises históricas reveladoras, pois, como percebe David Wilson, “a maioria das atividades humanas, afinal, é profundamente influenciada por nossas esperanças e expectativas acerca do futuro” (WILSON, 2002: 35). Mas isto é outra história...

NOTAS

¹ Mestrando em Letras – UFMS/CPTL - rodolfoolondero@bol.com.br

²Para os leitores não familiarizados com a definição semiológica, texto é tudo aquilo passível de significação (um romance, um filme, uma construção arquitetônica, um objeto artesanal ou industrial, etc). Daí tal concepção de texto abarcar não apenas documentos históricos, mas também objetos arqueológicos.

³Esta definição de Eco é comparável à leitura do gênero feita por Antonio Gramsci: nos livros de Júlio Verne, “a imaginação não é inteiramente ‘arbitrária’ e, por isso, tem o poder de excitar a fantasia do leitor já conquistado pela ideologia do fatal desenvolvimento do progresso científico no domínio e no controle das forças naturais” (GRAMSCI, 1986: 116). O que Eco chama de “as linhas de tendência do mundo real” é, para Gramsci, a ideologia do progresso científico.

⁴A respeito, ver ensaio escrito por mim e por Edgar Cézar Nolasco intitulado “Definições para uma ficção científica brasileira: uma análise do gênero *cyberpunk*”, incluso no livro *Discurso, alteridades e gênero* (2006).

⁵Curiosamente, apesar de Eco não ignorar essa conclusão ao afirmar que “[...] não devemos somente pensar [a ciência] em conjeturas concernentes às ciências físicas, mas também às ciências humanas, como a sociologia ou a história ou a lingüística” (ECO, 1989: 169), ele ainda assim descarta a uchronia como ficção científica.

⁶Talvez, neste momento, Lodi-Ribeiro é vítima da armadilha da ideologia do progresso científico. Ver nota 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRADBURY, Ray. Um som de trovão. In: **Os frutos dourados do sol**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DICK, Philip K. **O homem do castelo alto**. São Paulo: Aleph, 2006.

ECO, Umberto. Os mundos da ficção científica. In: **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FIKER, Raul. **Ficção científica**: ficção, ciência ou uma épica da época? Porto Alegre: L&PM, 1985.

GINWAY, M. Elizabeth. **Ficção científica brasileira: mitos culturais e nacionalidade no país do futuro**. São Paulo: Devir, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Ática, 1992.

LODI-RIBEIRO, Gerson. A ética da traição. In: **Outros Brasis**. São Paulo: Unicórnio Azul, 2006.

NOLASCO, Edgar Cézar; LONDERO, Rodolfo Rorato. Definições para uma ficção científica brasileira: uma análise do gênero *cyberpunk*. In: NOLASCO, Edgar Cézar; GUERRA, Vânia Maria Lescano (orgs.). **Discurso, alteridades e gênero**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 2001.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**, vol. 1. Campinas: Papirus, 1994.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: EDUSP, 2005.

TAVARES, Braulio. Prefácio. In: LODI-RIBEIRO, Gerson. **Outros Brasis**. São Paulo: Unicórnio Azul, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WILSON, David A. **A história do futuro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

PARTE V

MUNDOS DO TRABALHO E DO CAPITAL

O CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.¹

Wagner Barbosa dos Santos²

O TRABALHO ALIENADO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O VALOR DA MERCADORIA HUMANA

Há um fator comum entre todos os diferentes modos de produção, um fator que os une e os diferencia, este fator é o trabalho, presente no modo de produção, escravista asiático, feudal, socialista, capitalista, etc. O trabalho se fez presente durante toda a história do desenvolvimento humano, da sociedade gentílica à capitalista industrial. Pode-se dizer que este é o ponto que os une, ao mesmo tempo em que a relação do homem com o fruto do seu trabalho, distingue-os uns dos outros. É importante ressaltar que, quando se fala de modo de produção, deve-se entender a forma pela qual se dá a exploração da força de trabalho e que todo novo modo de produção sobrepõem-se sobre o velho, mas ainda traz consigo características do mesmo.

Os modos de produção concretizam-se por meio de uma base historicamente determinada. A especificidade de cada um deles dependerá de sua localização no espaço, sendo o homem, o agente transformador do espaço com o qual se confronta. O modo de produção é historicamente e espacialmente determinado num movimento em conjunto da produção, da circulação, da distribuição e do consumo. Todavia quando se aborda esse conceito produção, não se refere simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como os dados políticos e ideológicos (SANTOS, 1977).

No modo de produção capitalista, que rege nossa sociedade, o trabalho é um bem e como todo bem tem um valor, oscilante e flexível, entendendo como valor, o preço por determinado produto em comparação a outro. Paul Singer, ao citar a teoria do valor-utilidade, menciona sobre os ganhos de escala, tão comum no capitalismo industrial, em que o custo é decrescente, isto é, quanto mais a indústria produz, menor é seu custo de produção, sendo que o único custo real é o trabalho humano, pois é dele em geral, que é extraído todo o custo da produção. Entretanto, este ganho não pode ser visto como coletivo, e nesta direção, Marx atenta para o fato de que, o ganho em escala, beneficia apenas os donos das fábricas, pois o trabalhador também é um bem, no modo de produção capitalista, uma mercadoria. Assim

quanto mais bens produz, mais barato torna-se seu próprio valor. “Lembrando que valor é o preço de cada produto em relação aos outros” (SINGER, 1983, 23).

Temos aqui dois pontos de vista antagônicos em princípio, pois de um lado o modo de produção em escala, maximiza os ganhos dos capitalistas, em contrapartida, minimiza o valor do proletariado. Há por um lado o enriquecimento do possuidor dos meios de produção, que não participa da produção, e um empobrecimento do preço do trabalhador, que produz a riqueza, “com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2002, 111). Em outras palavras, seu trabalho torna-se mais barato. Não se deve esquecer, que o trabalho é uma mercadoria, e que toda mercadoria tem um preço, e ele é elástico, portanto está diretamente ligado com o custo de produção. Segundo Paul Singer, o custo de produção é a soma de mão-de-obra mais matéria prima e maquinário, sendo os dois últimos, reduzíveis do primeiro. Assim, quanto mais o industrial produz maior é seu lucro e menor é o custo com mão de obra.

O trabalho é a maior fonte de riqueza capitalista, é por meio dele e por ele, que a sociedade se desenvolve, entretanto o fruto deste trabalho, que enriquece, também causa grandes desigualdades sociais. Segundo Marx, no modo de produção capitalista a produção coletiva é apropriada privadamente, pelo detentor dos meios de produção. Desta forma os trabalhadores através de sua força de trabalho, produzem a mercadoria, mas ela não lhe pertence, e sim ao dono da fábrica, que em troca do fruto do trabalho do proletário, lhe dá um tributo em forma de salário. Isso é possível por meio da alienação do trabalhador, já que este não se vê no objeto que produz, mas em seu próprio trabalho, o trabalho torna-se objeto final do trabalho. O trabalhador não espera receber o que produziu, mas o pagamento pelo tempo de trabalho, o que vem ao encontro da teoria do trabalho como mercadoria, de Paul Singer.

Esta consciência deformada da realidade, em que o trabalho é um fim em si mesmo, é possível devido ao mecanismo opressor que é a ideologia, pois é por meio dela que se torna viável o produto do trabalho não pertencer ao trabalhador e sim a outro homem distinto dele, mais poderoso e independente. A ideologia é um mecanismo modera

dor da sociedade, é ela quem mantém a ordem vigente. Segundo Marx, ideologia é o ocultamento da problemática social, o que de certa forma vem ao encontro, segundo Löwy, do pensamento de Karl Mannheim, que vê a ideologia como legitimação da ordem.

Entretanto Lênin, ao se referir à ideologia, prega uma doutrina de classes, em que há ideologia burguesa e proletária, por crer que é necessário haver uma ideologia própria ao proletário o que contraria o pensamento de Marx que para quem só há uma ideologia, a da classe dominante. Temos aqui dois pensadores, ambos materialistas, mas com visões diferentes, enquanto Marx vê a ideologia como uma forma de ocultamento, Lênin a vê como maneira de se pensar. Michael Löwy, entretanto concorda com a posição de Marx e diz que o que Lênin e outros pensadores definiram como ideologia, na realidade é uma “visão de mundo”.

Marx e Lênin influenciaram fortemente o conceito do que é ideologia em nossa sociedade, pois emana deles os dois pontos de vista, antagonicamente opostos, predominantes em nosso cotidiano. Lênin ao dizer que o proletário precisava de uma ideologia própria, retira do termo ideologia todo o teor pejorativo colocado por Marx, que a vê como uma mentira que oculta a verdade. O conceito de Lênin sobre a ideologia é rapidamente aceito por muitos pensadores que viam também a necessidade das classes oprimidas ter sua própria identidade. Entretanto houve a banalização do conceito de ideologia, e tudo passou a ser classificado como ideologia, existe ainda uma vulgarização do conceito, a tal ponto que ele perdeu seu real sentido, que é o de máquina opressora e manipuladora, que normaliza a exploração do homem pelo homem, o alienando.

O modo de produção capitalista é impulsionado por esta força enganadora, que viabiliza a exploração, pois é através da ideologia que o capitalista convence o trabalhador que o que ele produz, não lhe pertence, levando-o à alienação. É ela que permite a aceitação da desigualdade social provocada pelo capitalismo, que com seu desenvolvimento tende a aumentar cada vez mais a desigualdade e as crises sociais, como desemprego, barbárie, guerras e sofrimento humano, como havia previsto Rosa Luxemburg. Segundo Singer, Luxemburg aborda

um importante ponto de vista, com relação ao modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho, apontando para o fato de que o trabalho não é apenas mercadoria, mas também recurso produtivo, recurso este que não é totalmente utilizado pela economia de mercado, ou seja, ela cria uma mão de obra excedente, que não é absorvida pelo capitalismo, devido à falta de uma demanda de consumo, e quem consumiria a produção criada pela força de trabalho ociosa, é a questão que nos é colocada.

Temos então um modelo econômico que gera dentro de si a desigualdade, esta sendo parte importante de seu funcionamento, além de que, uma reserva de mão-de-obra inutilizada, cria uma demanda que proporciona maior liberdade ao capitalista de escolher quanto vale o serviço do trabalhador, o que se assemelha a um mercado oligopsônico, em que o comprador da mercadoria estipula quanto ela vale e quais os requisitos para a aceitação desta mercadoria, e como a força de trabalho é uma mercadoria no modo de produção capitalista, ela também está exposta à nova lógica do capital.

Sendo o trabalho o maior produtor de riqueza, ao se tornar mercadoria de compra e venda, esta riqueza se fixou apenas nas mãos de uma minoria detentora dos meios de produção. A riqueza produzida coletivamente é apropriada privadamente, em troca de um salário, o que evidencia a alienação do trabalho, visto que ele passa a ser um fim em si mesmo. Isso é possível por meio da alienação do trabalhador, pois este não se vê no objeto que produz, e sim em seu trabalho, o trabalho torna-se objeto final. O trabalhador não espera receber o produto que produziu, mas o pagamento pelo tempo de trabalho. (SINGER, 1983).

Mas uma pergunta é feita: a quem pertence o produto do trabalho? Não é ao operário; é ao capitalista. O produto do trabalho é um bem que será eventualmente trocado por dinheiro em algum estabelecimento comercial, ou que, se o produto for por exemplo uma máquina poderá vir a ser utilizado na indústria. O operário está submetido ao capitalista, desde que ele precisa trabalhar para ganhar um mínimo que lhe permita subsistir. E como o que ele produz se incorpora a quem o escraviza, o objeto que o trabalho do operário produz representa a 'perversão e escravidão diante do objeto', diante de um 'poder independente' do operário. O operário, portanto, se aliena em tal sistema de relacionamentos (DORIA, 1983, p.33).

Segundo Doria, Marcuse afirma que se a alienação do trabalho aliena as relações humanas, podemos concluir que a alienação do trabalho (isto é, da atividade humana vital) é o elemento determinante do processo geral de alienação que toma a vida do homem. É nesta preceptiva, que se deve entender o modo de produção, ou seja, como uma infra-estrutura que não se atem somente ao modo de como as pessoas devem produzir, mas também o que devem pensar ou crer, o que vão amar ou odiar, ditando o certo e o errado, é ele quem diz quem e o que somos. Ele abrange a superestrutura e a infra-estrutura de uma sociedade. Teoria que vem, segundo Marcuse, ao encontro do pensamento de Heidegger, e sua teoria do *Daseins*, que é formada por dois elementos, Da advérbio de lugar, “ái”, “lá”, “por aí” e *Seins*, “ser”. Dasein, portanto, não quer dizer simplesmente “existência”; quer dizer “o ser que está presente, que se vê presente num determinado lugar no mundo”, o Dasein se sente localizado, sem muita razão, num conjunto de coisas e relações cujo sentido último ele não percebe. Marcuse ao analisar o cotidiano de Heidegger:

[...] começa a interrogar uma série de hábitos e costumes de nossa vida. Mas não se trata, ainda, de descobirmos nossa relação frente a eles, e nossa justificativa para assim nos comportarmos. “Por que você age assim? (você se veste assim, você quer isso, você faz aquilo, etc.)”. “Porque todo mundo diz que é bom”, “porque a gente sempre fez assim”, “porque é desse modo que se faz, e não de um outro qualquer”. Nossas justificativas se apóiam sempre num sujeito indefinido, o “todo mundo”, o “a gente”, o “se”. Há um anonimato que não se deixa desvelar por trás deste sujeito indefinido. O que significa: em nossos modos-de-ação cotidianos somos regidos por um “se” impessoal e a nós externo, que exerce um controle autoritário e definitivo sobre nossas vidas, e cuja substancia não conseguimos descobrir porque este não é idêntico a nenhum dos *Daseins* que comigo compartilham o mundo. fazendo-se a análise do “se”, é possível constatar em quanto essa submissão ao “se” nos aliena de nossa natureza. (DORIA. 1983, p.76).

Dentro desta perspectiva, é importante pensar nas mudanças geradas pelos Modos de Produção e como o desenvolvimento da propriedade privada, possibilitou estas mudanças no cotidiano humano, pois se éramos todos iguais, esta igualdade foi sendo aos poucos apagada da mente das pessoas, através das relações impostas pelo coti

diano frente às classes que se auto-afirmam como diferentes por direito, e reorganizam não só a sociedade, mas o pensamento humano, pois o ser humano aceita esta diferença como natural, algo conquistado em algum momento da história, momento este escuso e confuso, mas real em suas mentes, que muito remotamente um homem conceberá por si mesmo que outro homem diante dele, só é superior a ele, porque se permite esta diferença. O homem ao alienar o cotidiano de suas relações, se alienou de si mesmo.

O mais surpreendente em Heidegger (Doria. 1983), é o fato de que o ser humano ao se submeter ao “se” impessoal e desconhecido nivela sua existência, seu Dasein, ao senso comum, ao costume mediano, a sabedoria vulgar, e assim reduzindo as diversidades de cada um de nós aos valores médios e às possibilidades médias, o “se” torna público todos os fatos que entram no seu domínio. Ou seja, o senso comum é aquilo que todo mundo já conhece intuitivamente, são os fatos que ninguém discute porque todo mundo já conhece. O senso comum, “obscurece tudo e faz passar o que foi deste modo dissimulado por uma coisa perfeitamente conhecida e acessível a todos” (DORIA, 1983, p.77).

Ele é perfeitamente racional e lógico, e assim sendo, dentro de seu campo tudo é explicável. Daí a importância da superação do óbvio, pois é ele que impede o surgimento de uma consciência crítica, capaz de desvendar o véu que cobre as verdades do cotidiano em que estamos inseridos e a exploração que por vezes é ocultada. Todavia, antes de adentrar neste denso campo de estudo, é necessário entender primeiro como se constitui o cotidiano e como se dá a exploração contida nele para a partir daí entender como o senso comum cega a verdade, ao elucidar tudo sobre a mesma razão e lógica simplista.

A OBVIEDADE GERADA PELO SENSO COMUM COMO OBSTÁCULO A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO

A obviedade, gerada pelo senso comum, é por um lado a característica ontológica da vida cotidiana e deve ser vista como uma atitude natural e espontânea, não está nela a causa da alienação, nem se pode entender a obviedade como sinônimo ou consequência da aliena

ção, ao contrário, a obviedade é uma atitude imprescindível a vida cotidiana, fazendo parte da vida de todo homem, já que ele precisa apropriar-se dela para viver em sociedade. Essa apropriação da obviedade na vida cotidiana se dá de forma espontânea, por isso, sua utilização na esfera do cotidiano não implica necessariamente que o sujeito que o faz está alienado.

Cabe ressaltar, no entanto, que ao adentrar em espaços não cotidianos, ela exerce uma influência negativa, pois, automaticamente enquadra este campo dentro de sua lógica cotidiana simplista, dificultando assim a compreensão do que está sendo discutido, principalmente dos conceitos científicos-reflexivos, que transcendem o cotidiano. O senso comum torna-se assim um empecilho, uma barreira, onde essa expansão de uma atitude própria do cotidiano para o não-cotidiano é inerente ao processo de alienação que leva o homem, a não perceber as atividades não-cotidianas (científicas reflexivas) como atitudes complexas, distintas das atividades cotidianas (empíricas).

O que acaba permitindo ao senso comum naturalizar todas as relações humanas com a qual se depara, por ser permeado pela lógica cotidiana, Mello (2000) afirma que na sociedade contemporânea a alienação realiza-se como uma forma de apropriação espontânea e natural, isto é, não-consciente, não-intencional, que o homem aceita, uma vez que “sempre foi assim”. Ao perceber a forma de apresentação das relações sociais como naturais e não como produto da atividade histórica do homem, essas relações se perdem do controle consciente do homem e desta forma, o homem só pode a elas se submeter. Do mesmo modo que o homem só não se perde de seu objetivo à medida que esse objeto se configure ao homem como criação sua, como objeto histórico e social, também as relações sociais precisam ser submetidas ao controle consciente do homem para que não se percam para o homem como elementos naturais, espontâneos e eternos.

Além da naturalização das relações sociais, a sociedade alienada impõe também uma ruptura entre o homem singular e o ser coletivo, a despersonalização dos homens promovida pela produção mercantil, faz com que a sociedade assemelhe-se cada vez mais com uma caricatura da possibilidade de vida comunitária do gênero humano. À medi

da que a relação do homem com as objetivações passa a ser mediada pelo valor de troca, as relações tendem a ser mesquinhas, os comportamentos tendem ao estereótipo e o isolamento do homem com relação aos outros se apresenta como sua verdadeira existência. Como afirma Marx (1989), ao dizer que, a propriedade privada tornou-se tão natural que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, vestido, habitado, em síntese, utilizado de alguma forma. Assim todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos eles, pelo sentido do ter.

E essa alienação não se restringe ao trabalhador, mas abarca também o não-trabalhador a quem o produto do trabalho passa a pertencer, a relação do não-trabalhador com o trabalhador, o produto do trabalho e o próprio trabalho, inserem todo o cotidiano humano. A alienação se universaliza à medida que o objeto é visto apenas como mercadoria, e como tal, determinando por seu valor de troca, que responde, em geral, a “necessidades desnecessárias” criadas pelo próprio modo de produção (MELLO, 2000). Esse esvaziamento, que tem seu ponto essencial no processo de trabalho, atinge o ser como um todo e, conseqüentemente, seu cotidiano.

Todos os homens partilham da esfera das atividades cotidianas, uma vez que, ao nascer, o homem encontra um mundo já forjado por objetos, usos, costumes, valores linguagens, etc., acumulados pelas gerações que o antecederam, e viver neste mundo implica apropriar-se dessas objetivações de maneira espontânea integrando-se a sociedade. Nesse processo o homem desenvolve suas potencialidades humanas, necessidades, aspirações e valores que constituem o sistema de referencia básica para seu ser social.

A vida cotidiana exige do homem um conjunto volumoso de atitudes e atividades necessárias à sobrevivência. Este conjunto volumoso de atitudes e atividades imprescindíveis para a reprodução da vida diária vai configurando o pensamento cotidiano, cujo núcleo conserva o reflexo daquelas propriedades que são imediatamente necessárias ao uso humano dos objetos e à satisfação das necessidades imediatas do sujeito. O modo de apropriação típica dessa esfera é a naturalidade e a espontaneidade dada a forma como essa apropriação se dá. Por isso, uma vez que a apreensão da realidade

não se identifica com a apreensão da aparência do objeto, mas exige a percepção dos elementos essenciais que o determinam, o pensamento cotidiano, por suas próprias características, não permite dimensionar a riqueza dos elementos essenciais que determinam o objeto, que só podem ser apreendidos a partir de uma atitude intencional do sujeito. Desta forma, a imagem do objeto produzida pelo pensamento cotidiano é sempre, em maior ou menor medida, uma *representação caótica* da realidade (MELLO, 2000, p.49).

O conjunto heterogêneo e volumoso de atividades que precisam ser repetidamente reproduzidas para a realização da vida cotidiana torna impraticável a reflexão sobre o conteúdo de verdade de cada uma das formas de atividade aí presentes. A reflexão inviabilizaria a produção e a reprodução da vida na esfera cotidiana, pois a reflexão exige homogeneização, exige que o sujeito se detenha sobre as decisões a tomar; e as respostas exigidas pela vida cotidiana são imediatas, numerosas e heterogêneas. Esses automatismos são necessários para a realização daquelas tarefas mais elementares que se repetem em sua vida diária, e que engendram, num sentido mais amplo, a redução da vida na sociedade. “Essa naturalidade vai emprestando um caráter de *certo e indiscutível*, de *já acontecido*, e *óbvio* aos fatos cotidianos” (MELLO, 2000, p. 50).

Todavia, a ciência, a arte, a filosofia, a política e o próprio entendimento do conceito de alienação, são as objetivações mais complexas da sociedade, as objetivações para-si, e não participam do rol das necessidades imediatas. Para a sobrevivência humana, para a constituição dessas objetivações não cotidianas, é necessária uma atitude voluntária, baseada na utilização intencional da consciência e do conhecimento. Essa atitude representa a autoconsciência da humanidade, contudo o que determina o caráter consciente ou alienado das objeções não é sua estrutura ou seu funcionamento, mas seu motivo e a relação que o homem estabelece com elas, por isso, não se pode ver objetivações não-cotidianas como sinônimo de objetivações conscientes e as objetivações cotidianas como sinônimo de objetivações alienadas.

Sendo assim, a vida cotidiana não deve ser entendida como sinônimo de alienação, e tampouco suas características são um fator determinantes da alienação. Suas peculiaridades são elementos

ontológicos, próprios do cotidiano. O problema surge quando as objetivações cotidianas se concretizam de maneira absoluta, sem deixar, ao sujeito, uma margem de distanciamento que lhe permita a reflexão de sua situação. Quando isso acontece, o homem se distancia do legado do conhecimento humano e passa a viver sua vida restrita às possibilidades do cotidiano.

À medida que a grande maioria dos homens só se objetiva com base na esfera da vida cotidiana, cuja característica fundamental é a atitude espontânea, naturalizante, que reduz tudo a uma consciência empírica distanciada do desenvolvimento da ciência e da arte, ou seja, restrita apenas ao aspecto prático-utilitário, tendo como referência para suas decisões apenas a própria vida, que é permeada pelo senso comum, por crenças e mitos, sendo assim a tendência que se constata com isso é a da não distinção, por parte destes homens, das diferentes esferas da atividade humana, o que os impedem de ir além de uma compreensão superficial do mundo que os rodeia, pois todas as esferas que compõe este mundo são explicadas a partir do senso comum, impedindo assim o surgimento de uma consciência crítica capaz de romper com a alienação (MELLO. 2000). Isso corre como um reflexo do processo de trabalho que unilateraliza a atividade humana, e com ela a consciência também se unilateraliza. E esta perda de si faz com que homem perca sua individualidade, sua capacidade de superação consciente da generalidade. O que nos leva ao fato de que a obviedade gerada pelo senso comum, é essencial para a vida cotidiana, pois sem ela, o cotidiano não existira. Todavia, quando ela adentra nas atividades que transcendem a esfera do cotidiano, que exigem para sua compreensão, uma atitude dirigida pela consciência, a obviedade assume um aspecto negativo, pois acaba obscurecendo a compreensão destas esferas. Ao se dirigir a essas adjetivações não-cotidianas com uma atitude de já conhecido, de obvio, generalizando uma atitude de naturalidade que é própria e adequada à esfera cotidiana, o sujeito não consegue se apropriar de algo que só pode ser apropriado de forma intencional, natural e espontânea.

O senso comum torna-se assim um empecilho, uma barreira, quando adentra na esfera científica reflexiva. Essa expansão de uma

atitude própria do cotidiano para o não-cotidiano, é própria do processo de alienação que leva o homem a não perceber a especificidade das duas esferas da atividade humana, ou seja, a não perceber as atividades não-cotidianas (científicas reflexivas) como atitudes complexas, distintas das atividades cotidianas (empíricas).

Isso acontece porque uma das características do processo de alienação é a não-percepção pelo sujeito do condicionamento social a que se encontra submetido, o que faz com que ele assuma a vida cotidiana (à qual se encontra restrito) como se fosse a única esfera da vida e da atividade humana. O processo de apropriação *natural* e *espontânea* que se realiza na esfera do cotidiano (e que se efetiva sem que se tenha, necessariamente, consciência dele) empresta a essa esfera um caráter de algo “correto” e até “indiscutível”. Por isso a vida cotidiana é tomada pelo sujeito que tem sua vida restrita a ela, como se fosse a esfera do *verdadeiro*, o padrão para a vida. Restrito à esfera do pensar e agir cotidianos, às necessidades marcadas pelo particularismo, o homem alienado toma a vida cotidiana como se fosse à possibilidade máxima para existência humana, e as formas do pensamento cotidiano como sendo as únicas formas de pensamento existentes – e por, isso modelo para todas as atividades humanas (MELLO. 2000, p.67).

O senso comum vê a si mesmo, como única forma de explicação para as questões levantadas pela existência humana. Logo, ele se ampara de uma lógica e razão própria, criando assim sua verdade. E neste processo ele abre mão de conceitos que não domina, mas que reconhece por sua sonoridade “o aspecto sonoro parece provocar naturalmente um e a penas um correspondente semântico, como se o conceito resultasse de uma associação linear, mecânica, automática, que já traz um sentido associado, e que não passa nem pela experiência humana, nem pela experiência pessoal de quem o aborda” (MELLO. 2000, p.77). Nem no contexto mais amplo, nem pela situação e momento específicos, não movimenta o pensamento, ouve-se e já se sabe, e quando alguém se propõe a explicar, ele será tomado como infantil, uma vez o que diz já é óbvio.

O vocábulo “alienação” tem sido tão usado quanto o vocábulo “democracia”, e quase tão distorcido quanto ele. Virou ofensa, xingamento, essas coisas que são muito comuns no filho do vizinho. Se você assiste muita televisão é alienado. Se não assiste, também. Se alguém insiste em se vestir diferente é um alienado, idem se usar terno e gravata. A lista é interminável (CODO. 2004, p.88).

Para Codo, essa generalização ampla, geral e irrestrita da palavra, ou melhor, do conceito de alienação que o senso comum promoveu, denuncia, pelo menos, dois fenômenos, em primeiro lugar, uma preocupação também generalizada com o problema, e não menos importante, a falta de compreensão do assunto. É necessário entender que o processo de alienação atinge todos os espaços que a mercadoria atingiu, mas não da mesma forma como indica o senso comum. É preciso “repor o boi diante do carro”. Embora o processo de alienação sempre implique uma alteração da consciência, isto não nos permite dizer que a alienação seja apenas um produto da consciência humana, como Hegel pregou. Pois a alienação é um fato real e concreto, como Marx já havia sugerido. Nesta perspectiva Codo, através de um exemplo elucida esta teoria.

Imagine dois trabalhadores: o primeiro sequer sabe que está alienado, acha natural que não participe dos lucros e/ou da mordomia do patrão, espera a morte para viver feliz no céu, justifica sua morte por ela mesma; o segundo é um militante sindical, membro de um partido revolucionário, luta por eliminar a “exploração do homem pelo homem”. Os dois trabalham na mesma seção, na mesma fábrica. Qual dos dois é alienado? Você poderá ter respondido, o primeiro, não? Pois teria errado, os dois estão igualmente alienados, a diferença é que o segundo luta contra a alienação, sabe a causa dos seus males e como superá-la. Mesmo assim, os dois sofrem do mesmo mal, estão alheios do produto do seu trabalho, seus gestos são alugados para o dono da fábrica como uma mercadoria qualquer. Em outras palavras, se na luta contra a alienação bastassem as armas da palavra, há muito tempo os pedagogos teriam nos trazido a felicidade. Obvio que não podemos substituir o poder da consciência em transformar o mundo, mas dão a imputar-lhe o papel de exclusivo agente de mudança é administrar um remédio que pode matar o doente. (2004, p.88-89)

Em síntese, Codo segue uma linha marxista, que afirma não se dever confundir a alienação um processo econômico, com a consciência fragmentada que ela produz. Mas vimos que o ser consciente dos homens é a sua vida real, pois, quando o homem é capaz de estabelecer uma relação consciente com sua existência, sua atividade se torna cada vez mais livre. Sobre a alienação, essa relação do homem com sua vida tende a se tornar uma realidade alienada, e sua possibilidade de realizar a essência humana tende a se converter em negação dessa essência. Em realização consciente com sua própria vida, o sujeito

alienado não se dá conta nem de sua particularidade, tornando-se o que a literatura sociológica moderna convencionou chamar massa (MELLO. 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que, sob as relações de produção alienada, a maioria dos homens tem sua vida restrita ao cotidiano, que se encontra alienado. O homem expande a relação espontânea, que mantém com sua atividade, ou seja, o mundo concreto que o rodeia e o permeia, para o conjunto de suas relações e essa passa a dirigir sua relação com o gênero humano e com sua própria singularidade. Nesse sentido, nas condições concretas da sociedade contemporânea, a maioria dos homens não desfruta de uma relação consciente com seu pertencimento à humanidade, isto é, o homem não se percebe como produto e produtor da história. Se a alienação se dá através do processo real e concreto da exploração, ela, no entanto, só se concretiza através da aceitação da exploração de um homem por outro como sendo uma coisa “natural”, “imutável”, ou como um processo que vai além de sua vontade. Logo, é através da consciência alienada pelas relações e inter-relações do homem em seu cotidiano concreto que a alienação se concretiza no espaço. Conseqüentemente, a alienação concreta, gera a alienação da consciência, que por sua vez viabiliza a exploração e a coisificação do homem.

NOTAS

¹ O presente artigo foi baseado no trabalho de conclusão de curso (TCC) exigido pelo curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL)

²Professor do curso de História de Três Lagoas, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CODO, Wanderley. **O que é alienação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DORIA, Francisco Antonio. **Marcuse**: vida e obra. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. / Henri Lefebvre; tradução de J. Guinburg. 5ª ed. São Paulo: DIFEL, 1979.
- LÖWY, Michael. Ideologia. In: **Ideologia e Ciência Social**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.11-32.
- MARX, Karl. O trabalho alienado. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução Alex Martins. São Paulo: Martins Claret, 2002. p.110-122.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I- feurbach). São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. São Paulo: Global editora, 1982.
- MELLO, Suely Amaral. **Linguagem, Consciência e Alienação**: o óbvio como obstáculo ao desenvolvimento da consciência crítica. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000.
- VEYNE, Paul. Os conceitos em História. In: **Teoria da História**. /SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). São Paulo: editora Cultrix. p.120-134.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB. n° 54, jun. 1997.
- SINGER, Paul. Dos Preços ao Valor. In: **Aprender Economia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.11-39.
- _____. A teoria da Acumulação de Capital de Rosa Luxemburg. In: LOEIRO, Isabel M.,
- VIGEVANI, Tullo. **Rosa Luxemburg: A recusa da alienação**. São Paulo: Unesp, 1991. p.79-88.

TRABALHO: UMA QUESTÃO A SER REPENSADA¹

Juliano Alves da Silva ²

Delicio-me em pensar o que seria de todas essas técnicas do capital – just-in-time, kanban, kasein, andon, TPS – com os trabalhadores de braços cruzadosou fazendo tai-chi-chuan... no melhor estilo oriental, claro! (Operador multifuncional, OLVEIRA, 2004, p. 5)

INTRODUÇÃO

Levantando uma problemática que norteará o desenvolvimento deste texto busca-se compreender a importância do trabalho na sociedade mediante a necessidade de sobrevivência do ser humano, necessidade esta que muitas vezes obriga os sujeitos sociais a se adequarem ao sistema de produção vigente, que há tempos vem suscitando novas e abrangentes problemáticas com relação às contradições sofridas pelos trabalhadores em decorrência do processo de produção de bens de consumo.

O trabalho é essencial para a existência do ser humano, sem ele não seria possível uma inserção do sujeito na sociedade em meio a uma classe detentora dos meios de produção, mas por outro lado presenciemos trabalhadores instintivamente³ se adequando aos meios de produção, que muitas vezes, não lhes dão condições de manter uma vida saudável e uma efetiva realização do lazer, pois as atividades laborativas consomem a maior parte do tempo, deixando assim os indivíduos aprisionados ao trabalho.

Uma outra questão a ser pensada no que tange a realidade na produção dos bens de consumo no mundo contemporâneo é um modelo de trabalho que toma frente após a participação trágica do Japão na II guerra mundial, que determina o funcionamento das indústrias a partir das instalações de máquinas mais eficientes em detrimento do quadro de funcionários, para produção bélica encomendada pelos USA frente à guerra da Coréia. A partir desse momento tornam-se mais acentuadas as relações de trabalho a favor da produção voltada para o capital, essas relações são caracterizadas como relações “toyotistas”. Nesse novo modelo de trabalho o operário torna-se uma peça multifuncional para garantir sua permanência na empresa concorrendo assim com a nova tecnologia de produção.

As reflexões realizadas sobre as condições dos trabalhadores inseridos no modelo de produção capitalista atravessam séculos. Pelo que se percebe, a sociedade perenemente revitaliza esse *status quo*. Inexoravelmente mantém o círculo de produção, explorando a mão-de-obra do proletariado, fazendo com que a massa trabalhadora permaneça com uma visão unilateral, deixando uma única herança a seus descendentes, a preocupação da conquista de um emprego digno e uma almejada cidadania através da venda de sua força de trabalho para obtenção de um meio de subsistência ou mesmo para uma condição de vida melhor.

Assim faz-se uso do pensamento de vários autores para melhor explanar a situação dos trabalhadores em um universo dominado pelo capital em que as necessidades de vigoração do sistema ultrapassam os limites das condições físicas suportadas por um ser humano.

A IMPORTÂNCIA DA TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA POR INTERMÉDIO DAS MÃOS HUMANAS

Desde os tempos mais remotos da formação das sociedades, onde se encontravam as formas de organização tribal, as civilizações mantinham-se atentas as necessidades de obter um meio ao qual pudessem sobreviver e manter seus descendentes vivos no contexto de comunidades de aldeias. Nas sociedades antigas o trabalho caracterizou-se como uma ação importante na relação de sobrevivência do ser

humano no meio em que vive. As atividades exercidas pelas comunidades eram comunitárias e os bens de consumo obtidos pela tribo tinham como consequência a propriedade de toda a população, de modo que não se conhecia a propriedade privada. Essa relação de trabalho exercida por todos os membros da tribo mantinha a sobrevivência e auto-suficiência dos indivíduos aumentando assim suas perspectivas de vida e alargando seu potencial transformador com relação as matérias primas retiradas da natureza e utilizadas pelas mãos humanas. As relações de trabalho se fazem daí, uma questão ampla e complexa. A partir do momento em que se foi concebido os domínios da propriedade privada, os meios de produção se consignariam, ficando cada vez mais restritos a uma porcentagem de pessoas que deteriam esses meios, em posse de um capital para uma aplicação dos bens (investimentos) que assim possivelmente, geraria uma renda gradativamente crescente e uma provável ascensão social.

Na sociedade em vigência o trabalho exerce uma função primordial na aquisição de bens de consumo, não exercido coletivamente como dantes, mas individualmente como manda o sistema organizador dos meios de produção que está relacionado aos nossos meios de sobrevivência. Essa necessidade faz com que trabalhadores se submetam a exploração de sua mão-de-obra a baixo do estimado. Os trabalhadores a mercê deste processo mantêm-se em regime de trabalho que, na maior parte de suas vidas, não lhes oferecerão condições de uma efetiva realização de outras tarefas. Em decorrência disso é provável que não tenham tempo o suficiente para se dedicar à problemática envolvente nos aspectos que levam a classe em que este trabalhador encontra-se inserido a essa maneira de vida, permanecendo assim como expectadores das questões sociais, deixando que seus interesses sejam delegados a outras pessoas que na maioria das vezes não participa efetivamente do contexto vivido.

Uma das maiores preocupações do ser humano, no mundo contemporâneo, está relacionada ao modo de trabalho e suas competências: espera-se um emprego de qualidade para manter uma vida, se não estável, pelo menos digna, com alimentos necessários para que um ser humano possa nutrir suas necessidades biológicas, e uma possível ascensão no meio social. Nessa perspectiva, me disponho a carac

terizar o trabalho como unidade vital, na luta entre o processo de aquisição dos meios necessários. Uma relação que o homem é obrigado a manter com a natureza para que possa sobreviver. O trabalho como atividade produtora de bens de uso mantém uma relação essencial neste processo, pois por meio deste temos a possibilidade de manter nossas necessidades. Sobre a importância do trabalho MARX afirma que:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, apud ANTUNES 2004, p. 15).

Mantendo essa relação, essencial, com os meios de produção, o ser humano desenvolve sua característica básica, que se resume em manter sua própria existência, pois o trabalho é uma forma de manter seus meios necessários de sobrevivência. Existem variados modelos de vida, decorrente do potencial aquisitivo, e várias formas de trabalho, desde o serviço mais simples, exemplo: coleta de lixo, faxina, e outras funções que exigem mais esforços físicos; e aquelas que além de certo grau de dificuldade, por exigir conhecimentos teórico e prático, exigem um nível de percepção mais elevado, exemplo: medicina, jurídico etc... todas as formas de trabalho desde o simples ao mais complexo são cruciais a engrenagem do sistema.

O trabalho é força motriz da sociedade, pois está encarregado da manutenção dos meios necessários para que uma sociedade possa dirigir-se ao crescimento populacional e manter-se estável. Essa insistência em mostrar as várias formas de trabalho humano e suas relevâncias, nos leva a atentar-nos a um fato de extrema importância, que está relacionada na forma de realização do trabalho, como se concede o processo de exploração da mão-de-obra e a formação das classes por parte das condições materiais.

Da mesma maneira que o trabalho é extremamente importante para se obter uma vida de qualidade, este não pode se tornar objeto “cruel” de mediação nas aspirações do seres humanos, pois a obtenção dos meios de sobrevivência, para aquelas pessoas cuja renda é inferior a obtenção das necessidades básicas de vestuário, alimentação, lazer, educação, moradia, meios de locomoção etc... se torna

penosa, tendo que se submeter a exploração do sistema que impõe suas regras desvalorizando funções que hierarquicamente estão abaixo dos grandes postos dentro de qualquer instituição.

O elemento de tração da sociedade é o trabalho, mas de certa forma a sociedade retém seu potencial transformador que seria uma relação natural com os meios de produção, por parte da classe operária, como outrora disse Marx: a sociedade entra nessa relação de trabalho como um elemento que a desnatura (MARX apud FIGUEIRA 1997). Dessa maneira o trabalho não pode ser exercido em modelos que subjuga o indivíduo a viver para apenas uma atividade, sem que possa ter conhecimentos de várias outras no decorrer de sua vida. Em virtude desses acontecimentos, exploração de mão-de-obra, capacidade inferior de aquisição de bens de consumo pela classe operária e outras questões que aqui não foram levantadas, restringem o ser social cada vez mais ao trabalho. Questionando estes aspectos, Antunes nos da que:

Sem o trabalho a vida cotidiana não se reproduziria. Mas, por outro lado, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, aprisionando os indivíduos e uniteralizando-os. Se, por um lado, precisamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social (ANTUNES, 2004).

No contexto tecnológico em vigor a classe operária está perdendo espaço em meio às máquinas, pois os serviços manuais realizados pelos funcionários estão incluídos no processo auto-mecânico das fábricas, afunilando ainda mais os pólos sociais. Nessa perspectiva, trabalhadores aderem a meios de sobrevivência dos mais variados possíveis para manter suas necessidades. Neste contexto, caracterizado por alguns autores como toyotismo ou pós-fordismo, as relações de trabalho se acentuam cada vez mais restringindo aquelas pessoas que permaneceram em seus empregos, se atualizaram no processo de produção, e aquelas que procuram atualização com as características exigidas pelo mercado de trabalho. Por tal motivo a pressão sofrida pelo trabalhador influencia engendrando uma consciência de que ele não é capaz de se adaptar a esse contexto, pois na maior parte de sua vida o único quesito de relevância no processo

seletivo das vagas, para obtenção do emprego, era a sua força de trabalho, que ele tinha como única mercadoria para ser vendida, agora em meio a esse contexto tecnológico avançado se vê a mercê dele, ou mesmo as margens da produção que outrora era seu único meio de vida. Analisando os avanços tecnológicos na realidade de Ribeirão Preto, Maria Silva salienta que:

Dados recentes apontam para um grande crescimento na produção de açúcar e álcool. De acordo com a ÚNICA (União da Agroindústria Canieira de São Paulo), a região de Ribeirão Preto, a maior produtora de cana do país, a colheita deveria passar de 72,2 milhões de toneladas em 2001 para 80,1 em 2002, enquanto a produção de açúcar passará de 4,1 milhões de toneladas [em 2001] para 5,3 milhões de toneladas em 2002. Estima-se que somente na região de Ribeirão Preto, existem mais de quinhentas colhedoras de cana, sendo que cada uma tem capacidade de colher setecentas toneladas por dia, o que corresponde à substituição de cem homens por máquina. Desse modo, o equivalente a cinquenta mil trabalhadores seria o saldo total das demissões provocadas por essas máquinas. (ANTUNES, 2004; SILVA 2004 p. 31).

Percebe-se aí uma desvantagem dos trabalhadores em meio às máquinas, pois elas trabalham 24 horas diárias, subvertendo os limites impostos pela natureza humana. Esse tipo de técnica produtiva desabriga uma leva de funcionários para empregar uma quantidade menor. Como ressalta Maria Silva em Ribeirão Preto foram empregados doze funcionários para cada cem demissões, todos esses tipos de novos serviços são exercidos em função das máquinas que abrigam um quadro reduzido de funcionários especializados.

Uma realidade que está em todo o processo de produção, desde as indústrias nos grandes centros até na produção no campo como presenciamos no parágrafo acima, é esse modelo de trabalho pós-fordista que diminui a massa trabalhadora com os avanços da era digital em detrimento dos meios de trabalho para a classe operária gerando assim um número crescente de desempregados. Uma das questões a que se remete Karl Marx é referente à força de trabalho a qual acabei de mencionar. Os trabalhadores ao qual foram referidos parágrafos atrás, destituídos de seus postos, por conseguinte dos avanços tecnológicos, não poderão comercializar a única mercadoria que lhes pertencem, à força de trabalho.

Thomas Hobbes já dizia que: “O valor de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço, isto é, o que se paga pelo uso de sua força” (Marx 1818-1883). Acompanhando o pensamento de um dos economistas mais antigos e dos mais originais filósofos da Inglaterra, se percebe a deterioração dos postos de trabalho referente ao nosso contexto atual. Se sua única forma de ganhar a vida seria vendendo sua força de trabalho como permanecerão economicamente ativos frente à invasão das máquinas em seu espaço de trabalho?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que o trabalho está instituído como uma necessidade básica para a manutenção da sociedade, o trabalhador está caracterizado como peça fundamental na mediação deste processo, mas em decorrência dos vários atos pertencentes ao capital o trabalhador perde sua característica fundamental de mediação do processo de transformação da natureza e é justamente aí que suscita o aspecto contraditório. A produção capitalista necessita da mão-de-obra que o operário possui, e está disposto a oferecer-lhe, mas o sistema revela-se negligente no que se remete aos benefícios que deveria oferecer a classe trabalhadora ou mesmo remuneração equivalente a seus esforços, pois a necessidade de perpetuar a exploração, pelo sistema capitalista, está vigente no processo de produção e não está no hábito deste sistema colocar o trabalhador como a frente beneficiária. A mediação com relação à natureza por parte do ser humano deve se dar de maneira natural, que possibilite o ser social a intervenção no mundo em que vive em precedência de suas ações para que possa definitivamente ser classificado como agente transformador de seu tempo. Até que a filosofia existente, que torna os seres humanos num objeto intermediário da produção para obtenção de lucros, seja finalmente desacreditada e abandonada, a classe operária será sempre prejudicada em detrimento das questões que envolvem um modelo complexo de pensamento a respeito da situação do trabalhador no Brasil e suas atividades relacionadas à aquisição de bens de consumo.

Portanto a situação do trabalhador no Brasil está cada vez mais complexa em detrimento de seu potencial transformador, suas con

quistas de direitos estão dia a dia se deteriorando, não se fala mais em serviço efetivo e sim em um modelo de trabalho que emprega através de contratos com tempos estipulados, sem dar espaço para o trabalhador seguir carreira ou mesmo ter uma qualidade de vida confiante em seu salário. Essa é uma das características do modelo de emprego que atualmente vem crescendo no Brasil, são os empregos temporários que consomem a maior parte dos trabalhadores em épocas de precisão e depois do “sufoco” pelo qual a indústria passou rescinde o contrato deixando mais uma vez o trabalhador a procura de um novo emprego.

Dessa maneira é necessário repensar as questões concernentes ao processo de desvalorização da força de trabalho frente a este contexto tecnológico que se avança, estigando a mobilização de um pensamento crítico a respeito das políticas existentes para o desenvolvimento da população e uma efetiva participação dos sujeitos envolvidos na problemática em questão.

NOTAS

1Este texto origina-se de um trabalho inicial de pesquisa junto ao programa de iniciação científica (CNPQ) orientado pelo Professor Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira.

2 Juliano Alves da Silva, acadêmico do 2º ano do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

3 A respeito da classificação de instinto no que concerne ao trabalhador, não está relacionado ao instinto nato de trabalho e sim como caracteriza Freud, que estabelece uma relação do instinto humano com a pressão ao acontecimento. Em determinadas ocasiões à pessoa se portará de acordo com o estímulo recebido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 6ª edição. Campinas: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ANTUNES, Ricardo, SILVA, Maria A. Soares (org). **O Avesso do Trabalho**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **Ensaio de História: O Marxismo À Luz da História**. Campo Grande MS: Editora UFMS, 1997.

MARX, Karl, **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. 1818-1883. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Eurenice de, **Toyotismo no Brasil**, Desencantamento da Fábrica, Envolvimento e Resistência. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Desenvolvimento e Marginalidade: Um Estudo de Caso**. São Paulo: Livraria Pioneiro, 1974.

SIQUEIRA, Deis E, POTENGY, Gisela F, CAPRELLIN, Paola, (org). **Relações de Trabalho e Relações de Poder**. Editora UNB, 1997.

VASSAPOLO, Luciano. **O trabalho Atípico e a Precariedade**. 1ª edição São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, KHOURY, Yara Maria Aun (org). **A Pesquisa em História**. 2ª edição São Paulo: Ática, 1998.

A CRISE DO CAPITAL NA FRONTEIRA DO SÉCULO XXI: MOVIMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Hajime Takeuchi Nozaki¹

Muitos são os estudos que têm dedicado atenção à reestruturação produtiva, à globalização da economia e ao neoliberalismo como fenômenos relacionados com as modificações do trabalho na passagem dos séculos XX para o XXI, seja em seu aspecto de desemprego estrutural (Forrester, 1997; Pochmann, 1999, 2001; Singer, 2000), de fragmentações no interior do processo produtivo e conseqüentes alterações na classe trabalhadora (Antunes, 1995; Katz, Braga & Coggiola, 1995; Bihr, 1998), bem como mudanças no próprio conteúdo do trabalho (Antunes, 1999; Gounet, 1999).

Contudo, um esforço precedente é discutir a própria reestruturação produtiva, a globalização da economia e o neoliberalismo como epifenômenos da crise estrutural do capital, ou seja, em certa monta, como estratégias particulares do capital para tentar obter sobrevivência. Parte-se, portanto, da formulação teórica de que o capital está fadado a crises cíclicas, que se aprofundam, mas que possuem, em cada momento histórico, uma materialidade diferenciada.

Trata-se, pois, para a extensão deste texto de, a partir do reconhecimento das crises do capital, buscar o seu fundamento teórico, procurando estabelecer conexões com as tentativas de gerências dessas crises e os desafios colocados no mundo do trabalho. Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar a crise de superprodução como um componente estrutural do capital, a sua atual estratégia de internacionalização da economia como forma para tentar gerir suas crises e a reestruturação produtiva e com as mudanças no mundo do trabalho como mediações utilizadas pelo capital neste processo. Desta forma, o texto se dividirá em três partes: a) a estrutura da crise; b) a assim chamada globalização enquanto atual fase de internacionalização da economia; c) o neoliberalismo e a reestruturação produtiva como tentativa de gerência da crise.

Para tal, este estudo seguirá a tradição da abordagem materialista histórico-dialética, reconhecendo a vigência das formulações de Karl Marx e seus colaboradores para a análise crítica dos mecanismos contemporâneos de recomposição do capital e para os apontamentos de superação da sociedade capitalista.

CRISE DE SUPERPRODUÇÃO COMO COMPONENTE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo (In: Coggiola, 1998), a etimologia da palavra crise vem da linguagem médica. Nesta perspectiva, significaria a *“alteração que sobrevém no curso de uma doença”*, ou ainda, *“acidente repentino que sobrevém numa pessoa em estado de aparente boa saúde, ou agravamento brusco de um estado crônico”* (p. 51). Não obstante, no campo da economia política, teria um significado próximo ao *“ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão ou vice-versa”* (ibid., p.51). Sob o ponto de vista da discussão histórica, para Pérsio Santiago (ibid.), é justamente no século XIX, a partir das drásticas alterações no sistema capitalista causadas pela Revolução Industrial, que devemos recorrer às análises a respeito do conceito de crise do sistema capitalista, apesar de ela tornar-se objeto de estudo da economia política apenas a partir da crise de 1929. Os autores convergem em afirmar que, de 1816 a 1929, a

humanidade presenciou 14 crises, o que originou o conceito de Ciclos Econômicos.

Para efeito de uma classificação das crises com que historicamente os vários modos de produção tiveram que se defrontar, Araújo (op. cit.) destaca três tipos: a) as crises das sociedades pré-capitalistas, essencialmente agrárias, que se caracterizavam por um caráter accidental da natureza ou social (epidemias, guerras). Eram, portanto, essencialmente crises de subprodução; b) As crises mistas, da 2ª metade do séc. XVIII e séc. XIX da manufatura européia, que se iniciavam na conjuntura agrícola (subprodução), passando para a manufatura. Este tipo específico de crise foi estudado por Marx e Engels. Neste contexto, a autora (ibid.) destaca que a crise de 1848, palco das elaborações teóricas destes autores, foi provavelmente a última do gênero; c) As crises modernas ou de superprodução, genuínas do sistema capitalista, e objeto da presente análise.

Apesar do marco das análises marxianas/engelsianas a respeito das crises econômicas, as primeiras tentativas de explicação de tais fenômenos foram provenientes da escola liberal clássica inglesa, denominada por Marx de economia burguesa, durante a Revolução Industrial da primeira metade do século XIX. Na verdade, as tentativas de explicação das crises econômicas, aos olhos dos economistas burgueses, não passavam de remendos explicativos do seu foco principal: a investigação da origem e maximização da riqueza, ou lucro, no processo de industrialização, ou seja, após a fase formativa mercantilista, início histórico do modo de produção capitalista. Tratava-se, em outros termos, da formulação teórica e da base superestrutural da então classe burguesa que assumia posto de classe dominante mundial, sobretudo devido a mudanças na posição comercial da Inglaterra, que demandaram defesas da liberdade de comércio na esfera doméstica, para além da internacional, em detrimento da posição das restrições e regulamentações internas defendidas pelos mercantilistas. Era, por outro lado, a disputa entre burguesia industrial e os proprietários de terra, representados, estes últimos, pelos fisiocratas (Hunt & Sherman, 2000).

Sob o ponto de vista dos estudos acerca da economia política, Marx, apesar de ter uma formação inicial no campo da filosofia, foi se

apropriando dos conceitos econômicos a partir de trabalhos como *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, *A Ideologia Alemã*, *Miséria da Filosofia*, *Trabalho Assalariado e Capital*. Entretanto, foi na Bélgica, no Congresso da Liga dos Comunistas, em 1847, que Marx e Engels receberam a incumbência de redigir o *Manifesto do Partido Comunista*, pronto em janeiro de 1848, o qual se tornou uma obra de grande extensão junto aos operários e que já continha os elementos originais da teoria marxiana/engelsiana da crise do sistema capitalista. No manifesto, encontramos dois aspectos da crise que caracterizam tal pensamento: a periodicidade e o seu caráter de agravamento (as crises se tornariam mais intensas e longas). “*Tudo que é sólido e estável se volatiliza*” (Marx & Engels, 1988, p.69) nos traz a clara idéia do revolucionamento da burguesia ao antigo modo de produção, o feudalismo, com suas relações fixas e cristalizadas, das crenças e opiniões. Da mesma forma, “[...] *a moderna sociedade burguesa, que fez surgir como que por encanto possantes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro [...] que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento*” (p.71), ou ainda, “*as relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criada*” (p.72).

Marx (1980, 1985a,b,c) apropriou-se da teoria do valor-trabalho para concluir que o objetivo da acumulação é aumentar valor ao capital inicialmente aplicado por meio da exploração do trabalho (mais-valia). A crescente acumulação se faz às custas de elevações na composição orgânica do capital, criando uma queda tendencial da taxa de lucro: ou seja, a proporção do capital constante (máquinas, bens de equipamentos, matérias-primas) tende a crescer em relação ao capital variável (força de trabalho). Esta desproporção faz com que os capitalistas procurem cada vez mais aumentar a extração da mais-valia, ou ainda, procurando ganhar nas quantidades vendidas o que perderiam por unidade, gerando uma superprodução e, conseqüentemente, a crise.

Portanto, a crise, para Marx, é inerente ao capital e proveniente das mercadorias criadas na esfera da produção e que não conseguem se realizar na circulação. Ou seja, dialeticamente, no interior do capital, residem substratos que contêm elementos para sua própria negação ou falência. “*Essa contradição vai se desenvolvendo em uma ten*

*dência para o colapso, que não é um 'dia final', mas que vai se realizando, diante de nossos olhos, através de **crises periódicas** cada vez mais profundas do capitalismo”* (Coggiola, 1998, p.78, grifo do autor, em itálico no original).

Mas, ainda que determinado o caráter transitório do modo de produção capitalista, a burguesia tem agido para gerir tais crises e assim dar sobrevida ao capital. O processo de acumulação e concentração de capital, por um lado, e a expropriação de muitos, por outro, levaria a produção capitalista ao colapso, caso tendências contrárias não atuassem constantemente. Por outro lado, Marx (1985c) atentou que se tratava de leis mais aproximativas, tanto mais desenvolvido fosse o modo capitalista de produção, porquanto este tivesse retirado restos de situações econômicas anteriores. Enunciou, também, uma série de causas que contrabalançariam com a lei principal, denominadas causas contrariantes, as quais poderiam ser compreendidas como fundamentos de recomposição, ou gerência da crise do capital. Seriam elas: a) elevação do grau de exploração do trabalho; b) compressão ou redução do salário abaixo do seu valor; c) barateamento dos elementos do capital constante; d) superpopulação relativa; e) aumento do capital por ações e f) comércio exterior.

No presente texto, enfatiza-se o aprofundamento do comércio exterior como uma das causas contrariantes relacionadas à expansão do mercado externo, estratégia relacionada à internacionalização da economia. Para tal, toma-se como base as formulações de Lenin, cotejando-as com autores contemporâneos tais como Carlos Almendra, François Chesnais, Giovanni Arrighi, István Mészáros e Jorge Beinstein para caracterizar a assim chamada globalização enquanto fase do capitalismo monopolista em sua forma de internacionalização da economia.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA E GLOBALIZAÇÃO

Lenin, a partir de sua obra *“O Imperialismo: fase superior do capitalismo”* (Lenin, 1986), descreveu o Imperialismo enquanto fase do capitalismo contemporâneo, estruturado em torno da hegemonia do capital financeiro que havia deixado para trás, em um passado distante, as velhas formas de livre concorrência entre os industriais, comercian

tes e banqueiros para dar lugar ao capital monopolista. Para Carlos Cesar Almendra (1998), se tomarmos como eixo as características do Imperialismo como fase superior do capitalismo prevista por Lenin, não é injusto afirmar que a globalização é o imperialismo do final de século. Seriam elas: a) concentração da produção e do capital que cria os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica; b) fusão do capital bancário e do capital industrial, formando o capital financeiro; c) o surgimento, a partir do capital financeiro, de uma oligarquia financeira; d) diferentemente de exportação de mercadorias, a exportação de capitais assumindo importância particular; e) formação de uniões internacionais de capitalistas que partilham o mundo entre si; e) partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

A conclusão de Almendra (ibid.) é de que aquilo que os guardiões do capital designam como globalização é, na verdade, o imperialismo do final de século. Nos dizeres de Jorge Beinstein (2001), parafraseando Dangeville, trata-se de uma fase do capitalismo que se pode denominar senil, porquanto as crises iniciais de superprodução, vigorosas de um capitalismo juvenil, que logo se recuperavam para entrar em uma outra crise, hoje dão lugar a crises produzidas em um organismo velho, corroído por muitas décadas de parasitismo financeiro exacerbado. Neste ponto, István Mészáros (1995) completa que as crises contemporâneas têm vivido precipitações mais frequentes e contínuas, em relação a outros momentos históricos, em que elas se sucediam em intervalos maiores, seguidos de uma recuperação expansionista.

Já François Chesnais (1999) pondera que a mundialização do capital, como prefere – e não globalização financeira – é algo mais do que simplesmente uma fase nova no processo de internacionalização da economia. Existe, pois, uma nova configuração do capitalismo mundial e mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. Em seu livro *“A mundialização do capital”* (Chesnais, 1996) aponta que, inicialmente, tal conceito trata-se de um termo mais rigoroso que o termo inglês globalização. Considera, este autor (ibid.), que a mundialização do capital é resultado de dois movimentos conjuntos: a) a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914 (Imperialismo do período entre 1800 – 1913 e Fordismo ou idade de ouro, começando após a 2ª Guerra Mundial e

214

terminando entre 74/79); b) as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas aplicadas, desde a década de 80, a partir dos governos de Thatcher e Reagan.

Assim, apesar de considerar o movimento cíclico do capital, é importante ressaltar a conjuntura de relações internacionais e internas que formou um *sistema*, modelando a vida social, não só no plano econômico. Nesta nova fase, a mundialização do capital domina todo o planeta e os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 apresentam-se como portadores de uma missão histórica de progresso social. Na presente fase, a acumulação é dada pelas novas formas de centralização de capitais financeiros, a produção cria a riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho abstrato (mais-valia absoluta e relativa), exigindo diferentes qualificações humanas; contudo, é a esfera financeira que comanda a repartição e a destinação social desta riqueza. Ou seja, a liberalização e a desregulamentação do neoliberalismo, combinadas às novas tecnologias de comunicação, aumentaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer (propensão à mobilidade).

NEOLIBERALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Tendo em vista o elemento da conjuntura do movimento cíclico do capital anteriormente aludido, é possível apontar o neoliberalismo e a reestruturação produtiva como formas de gerência da crise do capital, no final do século XX, o qual será central para compreendermos as mudanças no mundo do trabalho processadas nesta época e no início do século XXI.

A forma política neoliberal trata-se, neste contexto, de um retorno da defesa das leis naturais do mercado, apoiada no liberalismo clássico. Os defensores da tese neoclássica ou neoliberal, entre eles Friedrich Hayek e Milton Friedman, arrogavam a necessidade do Estado mínimo, fim da estabilidade e dos gastos, corte das despesas previdenciárias e dos gastos com as políticas sociais (Frigotto, 1996). A crise da década de 70 foi, segundo Perry Anderson (1995), o solo

necessário para que as teses neoliberais ganhassem eco concreto no sistema político internacional.

Os responsabilizados pela crise do capital, na visão dos neoliberais, foram, além do outro modelo de Estado capitalista em vigor, o Estado de Bem-Estar Social, os próprios trabalhadores, sobretudo aqueles organizados nos sindicatos. Assim sendo, o grande combate político do neoliberalismo manteve-se na recuperação da economia inflacionária, fundamentalmente a partir do corte dos gastos públicos, do desmonte do setor produtivo estatal, de privatizações e do ataque aos direitos e às organizações trabalhistas tais como os sindicatos (ibid.). Portanto, o neoliberalismo caracterizou-se pelo ataque franco aos direitos conquistados pelos trabalhadores e ao Estado intervencionista/assistencialista.

Na interpretação teórica dos neoliberais, foram os gastos salariais e sociais que impediram os lucros das empresas e, portanto, a acumulação capitalista. Assim sendo, propuseram, como forma alternativa à crise, um Estado mínimo em sua obrigação econômica, mas que, para Pablo Gentili (In: Silva & Gentili, 1996), tratar-se-ia, concomitantemente, de um Estado máximo na política, o que tornaria a educação um campo fecundo de manifestação das teses neoliberais. Receitaram, por outro lado, uma incansável busca, por parte dos governos, da estabilidade monetária através da disciplina orçamentária e de reformas fiscais que reduzissem os impostos sobre os rendimentos mais altos e incentivassem a produção. Sob o ponto de vista do trabalho, defenderam a não intervenção do Estado para corroborar com a chamada taxa natural de desemprego, criadora do exército de reserva, importante aspecto para a prevalência do capital sobre o trabalho (Anderson, op. cit.): *“Nessa conjuntura não se demorou a aceitar que uma certa dose de desemprego podia constituir um bom estímulo competitivo às meritocráticas economias na era da globalização”* (Gentili, In: Frigotto, op. cit., p.88).

O neoliberalismo, por sua vez, contou com a reestruturação produtiva como solo concreto para sua efetivação, como avalia Antunes (1999, p. 58, grifo do autor):

A vigência do neoliberalismo, ou de políticas sob sua influência propiciou condições em grande medida favoráveis à adap

tação *diferenciada* de elementos do toyotismo no Ocidente. Sendo o *processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideológico neoliberal*, a estrutura sob a qual se erige o *ideário e a pragmática* neoliberal, não foi difícil perceber que desde fins dos anos 70 e início dos 80 o mundo capitalista ocidental começou a desenvolver técnicas similares ao toyotismo.

A reestruturação produtiva é caracterizada, em essência, pela passagem do padrão de acumulação taylorista/fordista para o toyotista, ou da acumulação flexível, considerando-se as mudanças do trabalho provenientes desta passagem. O modelo taylorista/fordista, predominante até os anos 1970, caracterizava-se pela produção em massa com controle do tempo e movimento do trabalhador, segmentação das funções desenvolvidas pelo operário, separação entre articuladores intelectuais e executores do trabalho e pela organização vertical nas unidades fabris, ou seja, com a existência da figura do supervisor (Antunes, 1995., Kuenzer, 1986). Já modelo toyotista ou da acumulação flexível é uma resposta para a falência ou limite do modelo taylorista/fordista no acompanhamento das novas tecnologias de produção. Neste modelo, a planta da fábrica é horizontal, operando com uma fábrica matriz e outras satélites, aumentando os sub-contratos e flexibilização do trabalho. A produção é puxada pela demanda e controlada pelo fluxo. Sob o ponto de vista do conteúdo do trabalho, este é modificado para formas mais horizontais e gerenciais (Antunes, 1999; Gounet, 1999).

Assim, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, envolvido na crise da década 70, e o processo de reestruturação produtiva mantêm relações importantes para a composição do elemento de totalidade da resposta do capital com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo e recomposição dos patamares de acumulação, na tentativa de superar sua crise estrutural. Contudo, como alerta Antunes (ibid.), tal resposta não passou do tratamento da superfície da crise, em sua dimensão fenomênica, ou seja, somente no que concerne ao padrão de acumulação, mas sem tocar na essência do modo de produção capitalista. O que ocorreu foi que, a partir da concorrência intercapitalista e conseqüente desenvolvimento tecnológico para o aumento da produtividade, houve um revolucionamento da base técnica do processo produtivo. A partir da microeletrônica associada à

informatização do processo produtivo, entre outros avanços, houve a substituição de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível. A partir deste fundamento da concorrência intercapitalista é que o taylorismo/fordismo foi perdendo espaço para o toyotismo, ou pela chamada acumulação flexível.

Portanto, essa modificação decorrente, por um lado, da concorrência intercapitalista e, por outro, da própria estratégia de controle das lutas sociais emergidas do mundo do trabalho, foi a própria resposta do capital à sua crise estrutural. Como no processo fordista, o toyotismo, enquanto modelo de organização do trabalho, teve que esperar as condições concretas, ou seja, a crise dos anos 70, para encontrar um terreno fértil e se generalizar enquanto novo padrão de acumulação.

As modificações da planta toyotista, por outro lado, incidiram diretamente na organização do trabalho, portanto, caracterizam a primeira mudança no mundo do trabalho, a mudança na base técnica. A flexibilidade do modelo produtivo exigiu a flexibilidade também do trabalhador. Na prática, a Toyota mantinha um número mínimo de operários, entre 25 e 30% (Antunes, op. cit.), que trabalhava em horas extras caso houvesse necessidade de aumentar a produção, tendo como outros recursos a contratação temporária e, só por último, a admissão de mão-de-obra suplementar. O que se observa neste caso é a maximização da mais-valia absoluta. Por outro lado, a flexibilização combinada à intensificação do trabalho, à diminuição de empregados, à diminuição do tempo morto e ao aumento da relação homem/máquina denota a face da maximização também da mais-valia relativa.

Outro aspecto mais característico desta dimensão da mais-valia está na exploração da inteligência e imaginação do trabalhador, dos seus dotes organizativos, da capacidade de cooperação para o trabalho em equipe. Neste último quesito, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) eram uma estratégia de constituição de grupos de trabalhadores para que discutissem seu desempenho, com vistas à melhoria da produtividade. Torna-se, pois, necessária a formação de um trabalhador de novo tipo, porquanto que a segmentação e a repetição das tarefas do taylorismo/fordismo deram lugar a operações gerenciais das máquinas, modificando a individualização do trabalho para o trabalho em equipe, integrado e cognitivo.

Desta forma, o novo trabalhador necessitou tornar-se polivalente para operar diferentes máquinas e trabalhar em equipe, resolvendo problemas resultantes destas últimas. Contudo, a polivalência, apesar de demandar um novo tipo de qualificação, não foi um pretexto para o aumento de salário. De outro modo, o toyotismo logrou vitória também sobre os sindicatos organizados através de um viés de classe, tornando-os de cunho colaboracionista (Antunes, op. cit.; Gounet, op. cit.).

DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA NA FRONTEIRA DO SÉCULO XXI

Ainda no que concerne às mudanças do trabalho, partimos da indicação de Antunes (op. cit.) de que o aumento da produtividade através do crescente incremento tecnológico implica, necessariamente, exploração, pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza. O padrão de acumulação flexível, no interior da economia internacionalizada e política neoliberal, conviveu com um aumento crescente do desemprego, como epifenômeno marcante da crise. Se considerarmos os países do G7, perceberemos o movimento de crise e de recomposição do capital, na segunda metade do século XX, manifestado na forma do desemprego. Em 1959, os países do G7 possuíam 7,5 milhões de desempregados, enquanto em 1970, depois da implantação do padrão fordista de acumulação, este número caiu para 7,2 milhões. Logo em 1975, após a crise do modelo fordista, o total de desempregados já havia passado para 13,3 milhões de pessoas, atingindo ao patamar de 21,9 milhões, no ano de 1993, ainda que vivendo sob o padrão de acumulação flexível como mecanismo regulador da crise (Pochmann, 1999). Para uma população economicamente ativa (PEA) estimada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 3 bilhões de pessoas, havia cerca de 1 bilhão de pessoas em situação de desemprego ou subemprego. Neste mesmo ano, o Brasil representou 5,61% do total do desemprego aberto no mundo (Pochmann, 2001).

Viviane Forrester (op. cit.) retrata o que denomina ser o *horror econômico*, questionando o constrangimento ao qual é submetido o trabalhador do final do século, em busca de um emprego:

Desse modo, continuamos com rotinas bem estranhas! Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpé

tua, irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados – e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano – a procura 'efetiva e permanente' desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas. Pois, afinal, ser recusado cada dia útil de cada semana, de cada mês e, às vezes, de cada ano, será que isso constituiria um emprego, um ofício, uma profissão? Seria isso uma colocação, um *job*, ou mesmo uma aprendizagem? Seria um destino plausível? Uma ocupação razoável? Uma forma realmente recomendável de emprego de tempo" (p.14, grifos da autora)? "Todas essas recusas, essas rejeições em cadeia, não seria sobretudo uma encenação destinada a persuadir esses 'solicitantes' de sua própria nulidade? Para inculcar no público a imagem de seu fracasso e propagar a idéia (falsa) da responsabilidade, culpada e castigada, daqueles que pagam pelo erro geral ou pela decisão de alguns, pela cegueira de todos, inclusive a deles? Para exhibir o espetáculo de um *mea culpa* ao qual, aliás, eles aderem. Vencidos" (p.15, grifos da autora).

Para Paul Singer (op. cit.), contudo, não se trata apenas do fenómeno do desemprego, mas da precarização do trabalho, visto que os novos postos de trabalho, os quais surgem das inovações tecnológicas e da divisão internacional do trabalho, não oferecem os antigos contratos coletivos que o modelo fordista oferecia. Com efeito, no tocante às mudanças operadas junto aos trabalhadores, o que ocorreu a partir das várias tentativas do capital gerir sua crise, seja sob o ponto de vista da reestruturação produtiva ou do neoliberalismo, foi o que Antunes (1995) denominou de complexificação, fragmentação e heterogenização da classe operária tradicional. Existe a desproletarização do trabalho, ou seja, a diminuição do trabalho assalariado clássico, do setor industrial e a expansão do trabalho no setor de serviços. No que diz respeito à constituição heterogênea, destaca-se a incorporação do trabalho feminino e estrangeiro em setores secundários. Observa-se, também, uma fragmentação do trabalho em dois núcleos, um central e outro periférico, como salientado no modelo toyotista. Por outro lado, diminui-se o grupo de trabalhadores empregados em tempo integral, com maior estabilidade e ganhos de seguridade social (Braga, 1995). Ocorre a subproletarização, ou seja, a expansão do trabalho parcial, temporário, informal, sub-contratado, terceirizado, ou seja, flexível e precário. A

flexibilização das relações sociais, demandada das mudanças acima aludidas, trouxe a quebra das relações de estabilidade do trabalhador, construídas pela antiga organização do trabalho, como destacou Marise Nogueira Ramos (2001, p. 173-174):

O aumento da flexibilidade das relações sociais de produção interna e externas às organizações produtivas é responsável por desatar esses laços de solidariedade e de segurança [do taylorismo-fordismo]. A flexibilidade interna, funcional à automação da produção, baseia-se na polivalência, no diferencial de responsabilidades, carreiras e salários de uma mesma categoria, bem como no uso, por parte dos empregadores, de estratégias também diferenciadas de cooptação e estímulo à participação dos trabalhadores na produção. A flexibilidade externa, voltada a facilitar os ajustes da oferta da força de trabalho periférica, permite a desregulamentação das relações trabalhistas, que pode vir acompanhada de uma precarização baseada nos contratos temporários, de tempo parcial e na subcontratação. A conjugação desses tipos de flexibilidade fomenta a individualização do trabalho não só em termos técnicos, mas também em termos sociais, na medida em que coloca o conjunto de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e de insegurança quanto à conquista e à manutenção do emprego.

Desta forma, tendo em vista toda investida do capital para a gerência de sua crise estrutural, lançando mão de suas mais variadas estratégias para a exploração da classe trabalhadora, seja em sua dimensão de maximização da mais-valia absoluta e da relativa por meio da flexibilização e precarização do trabalho contemporâneo, seja através do aumento exponencial do desemprego e subemprego no mundo, concluímos reafirmando o chamado de Marx e Engels (op. cit.) contido no Manifesto do Partido Comunista: “Proletários do mundo inteiro; uni-vos”!

NOTAS

¹ Professor Adjunto do Departamento de Educação CPTL/UFMS
hajimenezaki@uol.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMENDRA, Carlos Cesar. Globalização e imperialismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). **Revista Estudos**. n.1. jun. p.133-165. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES Ricardo L. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Rita de Cásia Barbosa de. Crises econômicas e desenvolvimento do capitalismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). **Revista Estudos**. n.1. jun. p.51-66. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAGA, Ruy. **Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia**. In: KATZ, Claudio, BRAGA, Ruy, COGGIOLA, Osvaldo (org). Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Um programa de ruptura com o neoliberalismo**. In: HELLER, Agnes, et. al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Jinkings, 1998.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, Tomas Tadeu da, GENTILI, Pablo. Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

_____. Educar para o desemprego a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HUNT, E. K., SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KATZ, Claudio, BRAGA, Ruy, COGGIOLA, Osvaldo (org). **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)**. In: V.I. Lenine: obras escolhidas. 3 ed. vol. 1, São Paulo: Alfa-omega, 1986, p.575-671.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital**. Volume 2. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v.2, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3, v.4, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985c.

_____. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. In: Clássicos do Pensamento Político. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Beyond capital: towards a theory of transition**. Londres: Merlin Press, 1995

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SANTIAGO, Pérsio. Alguns aspectos das teorias sobre as crises econômicas: o século XIX. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). **Revista Estudos**. n.1. jun. p.15-36. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PARTE VI

AS FONTES E OS LUGARES DA MEMÓRIA NA PRODUÇÃO DA HISTÓRIA

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA “HONÓRIO DE SOUZA CARNEIRO”: CONSTRUÇÃO DO GUIA DO ACERVO

Vitor Wagner Neto de Oliveira¹

O trabalho de constituição de um arquivo histórico ou centro de documentação é algo desafiador em nossa sociedade em vista do des-caso para com o patrimônio histórico e cultural, mesmo no meio univer-sitário que deveria, em princípio, ser fomentador de projetos de preser-vação da história e da memória. Por ter o entendimento desta importân-cia, gostaria de relatar a seguir o caminho percorrido para a construção do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três lagoas, projeto implementado pelos professores e alunos do curso de Licenciatura em História. Apresenta-rei, também, parte do primeiro Guia do Acervo do Núcleo, resultado dos trabalhos de organização e catalogação das fontes.

HISTÓRIA DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

O Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro” é um espaço de pesquisa e de geração de projetos que envolve, preferencialmente, os estudantes e professores do Curso de História do campus da UFMS em Três Lagoas e tem por finalidade a preservação de fontes originais para pesquisa e a manutenção de uma biblioteca setorial, com mais de mil exemplares entre livros e revistas especializadas, em sua maior parte doada por professores aposentados do Curso de História.

O acervo do Núcleo de Documentação Histórica vem sendo constituído, especialmente, por documentação histórica proveniente de doações de empresas estatais, de movimentos sociais e de particulares. Em 24 anos de existência o Núcleo acumulou uma diversidade expressiva de fontes para a história local e regional, em diferentes suportes tais como documentação escrita, sonora, audiovisual, iconográfica e hemeroteca.

O Núcleo tem suas raízes em meados da década de 1980, quando os docentes do Curso de História decidiram pela implantação do “Setor de Documentação Histórica” no Centro Universitário de Três Lagoas. Como parte desta preocupação, criou-se o “Núcleo de Estudos de Três Lagoas e Região” que teve como objetivo específico coletar, preservar, arranjar e utilizar os acervos documentais. O ponto de partida foi trabalhar com documentação oral e recolher o maior número de fontes e documentos possíveis, visando a formação de um acervo necessário para a disciplina História Regional, bem como servir à pesquisa e extensão.

A implantação teve início e alguns anos mais tarde o professor Honório de Souza Carneiro, auxiliado pelos demais professores e contando com a participação dos alunos, tomou a frente elaborando um projeto de extensão para redimensionar e oficializar o Núcleo de Documentação Histórica junto à UFMS.

Semelhante ao que acontece com outros órgãos de defesa do patrimônio histórico e de preservação da memória no país, o reconhecimento do Núcleo, por parte da comunidade acadêmica, sobretudo os

dirigentes da UFMS, ainda é uma questão não resolvida. Isto se reflete inclusive na falta de espaço físico adequado.

Entre idas e vindas, despejos e alocações improvisadas, desde 1995 o Núcleo funciona em espaço improvisado, hoje ainda mais diminuto e impróprio em vista do crescimento do acervo. Atualmente tem-se a promessa de duas salas em novo prédio. Se tal promessa se realizar, as perspectivas de trabalho no Núcleo são animadoras, pois permitirá a continuação do desenvolvimento de projetos de organização, conservação e pesquisa com mais estrutura, bem como o aperfeiçoamento no atendimento ao público.

O NÚCLEO COMO SUPORTE DO CURSO DE HISTÓRIA

O curso de História surge em 1970, junto com o Centro Universitário de Três Lagoas, da então Universidade Estadual do Mato Grosso. Atingido pelo sucateamento da Universidade Pública brasileira, após 37 anos o curso conta com um reduzido quadro de professores efetivos, que têm como desafio primar pela qualidade do ensino e da pesquisa, numa instituição pública periférica.

A implantação do Núcleo de Documentação Histórica propiciou o desenvolvimento de diversos projetos de pesquisa que têm contribuído para a formação dos graduandos em história e minimizado as perdas na formação do profissional em história na realidade da UFMS. Os principais projetos das décadas de 1980 e 1990 que, além da pesquisa propriamente dita, geraram acervos documentais que estão depositados no Núcleo são os seguintes: “Formação urbana de Três Lagoas”, “Fundação cultural do Bolsão”, “Relatos e Memórias em Três lagoas”, “Produção de audio-visual sobre os primitivos habitantes do Mato Grosso do Sul, a partir dos Ofayé-Xavante”, “Resgate sócio-cultural de um grupo indígena em extinção: o caso dos Ofayé de Brasilândia/MS”, “Núcleo de Documentação Histórica para Três Lagoas e região, como subsidio ao ensino de 1º e 2º graus, em história” e “Mato Grosso do Sul: conseqüências da criação do novo estado”.

A partir de 2004, os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Núcleo passaram a centrar maior atenção aos mundos do traba

lho. Seguindo essa dinâmica, em agosto de 2006, apresenta-se o projeto “História e memória de ferroviários e barrageiros da região do Alto Paraná” para concorrer em âmbito nacional no concurso de projetos “Memória do trabalho”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas e Ministério do Trabalho e Emprego, com patrocínio da Petrobrás.

Os recursos aprovados nesse projeto não são elevados, todavia, isso oxigena as ações de um órgão que sempre precisou lutar para conseguir minimamente material de consumo, tendo que contar por vezes com recursos doados pelos próprios professores e com a boa disposição dos estudantes de história, em sua maioria voluntários.

Na esteira desse projeto maior, aprovou-se junto às pró-reitorias da UFMS, para 2006 e 2007, projetos que visam qualificar as atividades acadêmicas de organização do acervo, a partir de grupos de trabalho com voluntários e bolsistas de extensão e de iniciação científica: projetos de extensão “Memória e história de ferroviários e barrageiros da região do Alto Paraná”, “Educação e sindicalismo: organização do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Três Lagoas” e projeto de pesquisa “Organização do Núcleo de Documentação Histórica para estudo da memória e história dos ferroviários e barrageiros na região do Alto Paraná”.

Desta trajetória resultou o Guia do Acervo, uma ferramenta simples de pesquisa, mas que sinaliza para uma história construída com qualidade mesmo em meio à adversidade. O objetivo do Guia é servir aos pesquisadores em história e áreas afins, bem como aos demais interessados em história social, política e econômica da região do Alto Paraná. Para tanto, relaciona as fontes de pesquisa disponíveis sob a guarda do Núcleo e das condições de acesso a esse material.

O acervo documental referenciado no Guia é constituído, entre outros, de arquivos textuais, coleções, periódicos, arquivos sonoros e iconográficos, divididos em linhas de acervo.

LINHAS DE ACERVO

As linhas de acervo existentes no Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro” foram se constituindo ao longo dos

trabalhos desenvolvidos, não se tratando de uma definição *à priori*. No momento em que se deu a reorganização do acervo documental, houve a preocupação em agrupar os diversos arquivos e coleções existentes em Linhas de Acervo, o que permite otimizar os trabalhos do Núcleo, tanto em termos de tratamento documental, como no sentido de novas aquisições e ampliações do mesmo.

As linhas de acervo existentes no Núcleo são: História local e regional, Movimentos sociais, Memória universitária e Arquivo da Palavra. Os grupos documentais que constituem cada uma delas são os seguintes:

HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

- Imprensa: constituído pela coleção de periódicos doados por particulares e empresas, conta com 36 títulos. Em sua maioria, são jornais locais e regionais. O título mais completo em termos de quantidade e periodicidade é o *Jornal do Povo* de Três Lagoas, com datas limites de 18/07/1971 a 24/06/2006.

- Rede Ferroviária Federal S.A / Noroeste do Brasil: é constituído, principalmente, de documentos descartados pela administração da ferrovia, após a privatização em 1996. Um primeiro grupo de documentos chegou ao Núcleo de Documentação, em 2004, quando da coordenação do professor José Carlos Ziliani, como forma de salvaguardar o acervo que estava prestes a ser jogado no lixo pela administração da Novo Oeste. Em 2006, quando da aquisição da concessão ferroviária pela América Latina Logística, chegou outro grupo documental composto por fichas funcionais de antigos trabalhadores. O acervo da Noroeste se divide em três grupos (Administração, Recursos humanos e Transporte) e diversos subgrupos que compreendem documentos impressos, datilografados e manuscritos. A data inicial é marcada pelas fichas funcionais, preenchidas em 1935, com registro de admissão iniciado em 1921, e a data final é de documentação produzida pela concessionária Novo Oeste, em 1998.

- Barrageiros: constituído de dois grupos, sendo o primeiro o jornal *O barrageiro* produzido, inicialmente, pela Administração da Vila

Piloto, núcleo de moradia dos trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica de Jupiá, em Três Lagoas-MS. Posteriormente passou a ser produzido pela Seção de Comunicações, Assessoria aos Serviços Comunitários da Administração de Ilha Solteira, núcleo de moradia dos trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira-SP. O segundo grupo é composto por documentos produzidos pela Companhia Energética do Estado de São Paulo, Administração Especial de Ilha Solteira, reproduzidos da Biblioteca Municipal de Ilha Solteira. As datas limites são de 22/06/1963 a 25/01/1974.

- Honório de Souza Carneiro: constituído por documentos referentes ao processo de colonização do atual município de Santa Fé do Sul, assim como à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização-CAIC. São fontes acumuladas pelo patrono do Núcleo durante a sua pesquisa de mestrado, na década de 1980, e posterior quando atuou como coordenador do Núcleo. As datas limites são de 1914 a 1997.

- Prefeitura Municipal de Três Lagoas: constituído de documentação produzida pelas secretarias de Finanças, Administração e Planejamento, e Procuradoria Jurídica da Prefeitura, compreende plantas de casas populares; guia de informação de Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis; listagem de entrega de carnês de Imposto Territorial Urbano; aviso de lançamento; cobranças de débitos; solicitações e folha de pagamento. As datas limites são de 1983 a 1992.

- Arquivo fotográfico: com o objetivo de preservar a memória visual da cidade e das pessoas, o Núcleo de Documentação buscou coletar fotografias junto à população local, moradores comuns e ou que ocuparam cargos públicos. Desse trabalho resultou a maior parte do acervo iconográfico, acrescido de outras fontes a partir de doações conseguidas no projeto “Contribua para a preservação da memória de Três Lagoas”, em 2006. São aproximadamente 623 fotos, compreendendo o período da segunda década do século XX a 2004.

MOVIMENTOS SOCIAIS

- Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor: os documentos referentes a este grupo foram produzidos e acumulados pela entidade eclesi

ástica IAJES, organizadora dos movimentos sociais da região de Andradina-SP a partir dos anos 1970. São manuscritos, livros editados, documentos datilografados, digitados, impressos, mimeografados, jornais, revistas, correspondências, fotografias, slides, filmes e fitas de áudio que registram a atuação do Instituto no contexto da denominada Nova Esquerda e da Teologia da Libertação. As datas limites são de 1965 a 1996.

- Comissão Pastoral da Terra: semelhante em suas ações ao grupo anterior, o acervo da CPT doado ao Núcleo é constituído de coleções de resenhas da imprensa, jornais, relatórios, cartilhas, campanhas, projetos, questão agrária, luta pela terra, atingidos por barragens, Três Lagoas-MS, Brasilândia-MS, Castilho-SP e Andradina-SP. As datas limites são de 1977 a 2000.

- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru e Mato Grosso do Sul: contém documentos arquivados pela direção sindical de Três Lagoas, durante o período de 1989 a 1998, compreendendo, portanto, o período de luta do sindicato contra a privatização da ferrovia.

- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Três Lagoas: a relação estabelecida entre o Núcleo de Documentação e o Sindicato, para organização e disponibilização do acervo no próprio Sindicato, amplia a possibilidade de trabalho dos graduandos em história, bem como estimula o Núcleo de Documentação a desenvolver trabalhos arquivísticos com outras entidades. Isso ontribui, ainda, para a solução do problema da falta de espaço físico para alojamento de fontes históricas nas dependências do Núcleo. Este grupo contém documentos produzidos pelo Sindicato, além da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul e a Secretaria Municipal de Educação de Três Lagoas. As datas limites são de 1950 a 2006.

- Partido dos Trabalhadores: existente na cidade de Três Lagoas desde ao menos 1982, o acervo do PT, guardado no Núcleo, remete a filiados, circulares internas, atas de reuniões do diretório municipal, campanhas eleitorais, resultados eleitorais e finanças. As datas limites são de 1986 a 2002.

MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: este grupo é constituído por documentos acumulados pela administração da UFMS unidade de Três Lagoas ou pela administração central em Campo Grande, mas referentes a unidade de Três Lagoas; pela coordenação do curso de História; pelo movimento estudantil do curso de História; pelo Diretório Central dos Estudantes; pelo Diretório Setorial dos Estudantes e pelo movimento sindical docente. De fluxo contínuo, compreende o período de 1992 a 2006.

ARQUIVO DA PALAVRA

O acervo do Arquivo da Palavra é constituído por documentação oral e audiovisual e procede de projetos de história oral inerentes ao curso de História da UFMS-CPTL, e de alunos e demais pesquisadores que trabalham com esta metodologia. São 223 fitas cassetes, compreendendo conteúdos em torno da questão agrária, MST, acampamento, assentamento, atividade cafeeira no Mato Grosso do Sul, origens de Três Lagoas, barrageiros, ferroviários, ribeirinhos, religiões e religiosidades. As entrevistas foram gravadas no período de 1984 a 2007.

UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

A memória da sociedade, exposta nos museus e guardada nos arquivos, geralmente, é uma memória escrita, gravada em documentos, quase sempre oficiais, em jornais que defendem interesses de seus financiadores, e que, portanto, registram os feitos e o ponto de vista dos vencedores, das elites. Para atingirmos a *história dos vencidos*, devemos ler estas fontes nas entrelinhas, enxergar aquilo que elas omitem, aquilo que tentam esconder. Outra opção, quando possível, é buscar na narrativa dos homens, mulheres e crianças, as suas histórias, as suas visões de mundo, as suas experiências, o que eles consideram importante, os *monumentos* que eles erigiram na memória.

Ao se investir na preservação desta memória, objetiva-se possibilitar aos estudantes de história, bem como a sociedade não

acadêmica, uma re-significação do passado, uma re-interpretação da história vivida, para fazer uma história viva, uma história transformação.

O Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro” quer ser esta referência para o estudo da história da Região. Para tanto, o arquivo deve ser dinâmico e propositivo em termos de projetos de pesquisa e de extensão que aproxime acadêmicos e comunidade externa. Este é o caminho que possibilitará o reconhecimento do Núcleo como Instituição importante para a história e a memória regional, permitindo a continuidade do crescimento, quantitativo e qualitativo, do acervo documental.

NOTAS

¹ Professor do curso de História da UFMS/CPTL

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Maria Celma, OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (Orgs.). **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2006.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de, et all (Orgs.). **Guia do acervo do Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”**. Campo Grande: UFMS, 2007.

A UTILIZAÇÃO DAS FONTES NA PESQUISA HISTÓRICA: PROBLEMAS E METODOLOGIAS¹

Thalita da Silva Gonçalves²

Lays Matias Mazoti³

Mas afinal, qual o traço comum que permite chamar de fonte para o conhecimento histórico coisas tão díspares como uma estátua grega do século V A.c, uma máscara maia, uma carta do marques de pombal, um concerto de Mozart, uma película cinematográfica, um artigo de jornal sobre os perigos do desmatamento, uma entrevista gravada de um trabalhador em greve, uma fotografia e uma telenovela? A resposta está no interesse no historiador em o inquirir o que essas coisas revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises. Por essa razão, denominamos de história uma série de acontecimentos e de historiografia a narração desses acontecimentos (PINSKY, 2005, p. 10).

INTRODUÇÃO

O movimento da Escola dos Annales propiciou a ampliação da noção de fonte, bem como a evolução da pesquisa histórica. Para tanto, nota-se que foi preciso mudanças metodológicas significativas e um certo aprofundamento teórico, uma vez que se pôde observar que tudo era passível de se tornar fato histórico, ilustrando a dinamicidade da história ao entrar em contato com outras disciplinas.

Este artigo busca demonstrar, brevemente, como os historiadores trabalham com as fontes, assim como explicitar quais são os meios que eles utilizam para abordar o uso das mesmas, além de propiciar uma análise acerca dos métodos e as técnicas empregadas nas fontes, essas que são muito variadas. Além disso, o presente trabalho pretende demonstrar o ponto de vista dos filósofos sobre as fontes, visando uma breve abordagem teórica e metodológica acerca de todo o assunto.

FONTES HISTÓRICAS

A variedade de fontes é enorme e as suas possibilidades de pesquisas são amplas, revelando-se como parte essencial no desenvolvimento de um projeto, uma vez que sem a investigação das fontes fica inviável para um historiador conduzir seu trabalho. Para tanto, as fontes são documentos que falam para o historiador quais são os meios a serem seguidos para um melhor desenvolvimento de uma pesquisa, desde que o pesquisador saiba utilizá-las, ou seja, indagá-las corretamente.

São vários os tipos de fontes que podem ser usados para o desenvolvimento de uma pesquisa, tais como: fontes documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais, dependendo do conteúdo do que será pesquisado.

Mas a problemática que envolve a questão das fontes refere-se ao seu tratamento, assim como a necessidade de se empregar as técnicas para o uso das mesmas. Para responder a algumas indagações como essas, utilizaremos como aporte teórico de nosso estudo Certeau (1979), já que ele aponta a necessidade em criar uma linguagem simplificada para facilitar a compreensão da História, sempre, é claro, por meio da utilização das fontes.

Não é somente fazer falar esses imensos setores adormecidos da documentação: e dar a voz a um silêncio, ou sua efetividade a um possível. É transformar alguma coisa que possua seu estatuto e seu papel numa outra coisa que funcione de forma diferente (CERTEAU, 1979, p. 32).

Em relação aos dados contidos nas fontes, esses não podem ser simplesmente aceitos, eles têm que ser construídos para que seu destino tenha um reemprego coerente, indagando-os e problematizando-

os corretamente, por isso a necessidade de se empregar técnicas ‘transformadoras’ para a construção das fontes.

Um dos métodos usados é o da pesquisa em arquivo, principalmente para os jovens que estão dando início a uma pesquisa. Este método auxilia o aluno na tomada de decisões e no entendimento do processo de construção do saber histórico.

A pesquisa em arquivo auxilia no conhecimento dos métodos de pesquisa, e também nas formas de se trabalhar com arquivos, nos meios de se mexer com documento e, por fim, como entendê-los. “Em história, tudo começa com o gesto de selecionar reunir, e, dessa forma, transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma. Essa repartição cultural é o primeiro trabalho” (CERTEAU, 1979, p.30). Ainda segundo Certeau (1979), o grande objetivo de um historiador é trabalhar sobre um material – as fontes - para que ele acabe se transformando em história.

Para um historiador conseguir entender e transformar todo seu material em história é muito importante ter o conhecimento do que ele vai se referir. Dessa forma, é relevante que um historiador saiba as maneiras de conhecer o que vai pesquisar, o objetivo das fontes e proporcionar diferentes maneiras de se abordar o assunto.

O interesse científico desse trabalho [a pesquisa]⁴ prende-se à relação que estabelecem com as totalidades apresentadas ou supostas – ‘uma coerência no espaço’, ‘uma permanência do tempo’ – e aos corretivos que permitem que lhe sejam feito. [...] A pesquisa dá a si objeto que tem a forma de sua prática: fornecem-lhe o meio de fazer aparecer as diferenças relativas às continuidades ou as unidades de onde parte a análise (CERTEAU, 1979, p.35-6).

Além de Certeau, Thompson (1981) trata da relação ou visão dos filósofos com a história, uma vez que em sua obra *A miséria da teoria ou um planetário de erros* o autor estabelece uma crítica aos filósofos, apontando que eles possuem a noção teórica acerca da história, mas falham na noção sobre as “fontes” históricas, as quais Thompson aborda como ‘evidências’ históricas.

Os filósofos tratam das fontes como algo interessante que fora registrado ou algo que foi produzido por outro não dado. Dessa forma,

Thompson segue exemplificando que tais dados sobreviveram sobre alguma intenção em transformá-los em “evidências” históricas, mas que os historiadores tratam das evidências de acordo com o seu interesse, de acordo com o que procuram. “[...] Essas fontes são interrogadas pelos historiadores repetidamente, não só em busca de novas evidências como também num diálogo no qual propõe novas questões” (THOMPSON, 1981, p.37).

Além disso, o autor aponta que a fonte não dirá por si mesma o que o historiador procura, mas responderão de acordo com a metodologia em que serão tratadas, as fazendo mais no âmbito de metodologia que da teoria. “A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta” (THOMPSON, 1981, p.38). Aqui, Thompson se refere ao peso ideológico que as fontes podem carregar, já que os fatos, por si só, não se apresentam em sua neutralidade.

Seguindo tais preceitos, Thompson aponta que a História poderá ser contada ‘tal como realmente aconteceu’, mas nunca poderá ser plenamente conhecida, por mais claro que seja a fonte que o pesquisador optar por usar em suas pesquisas, já que o material coletado pode apresentar lacunas.

Por outro lado, Ginzburg (1999) assinala que a constituição epistemológica da história fundamenta-se em um paradigma indiciário ou semiótico, este em que por meio de sinais ou indícios - as evidências históricas – se faz possível a (re)construção de trocas e das transformações culturais de uma determinada sociedade, ou seja, para ele, deve se dar importância aquilo que, prematuramente, aparece de forma irrelevante, sem perder de vista a idéia de totalidade de um processo histórico.

Neste contexto, abordaremos a questão que envolve a utilização de documentos oficiais, por meio do historiador Marc Bloch, já que em sua obra *A apologia da história ou ofício do historiador*, percebemos os primeiros sinais da tentativa de transformar a historiografia tradicional – a história exclusivamente política e militar – por meio da escola dos Annales, propiciando uma nova abordagem histórica.

Bloch e Febvre tornam-se editores da revista dos Annales, publicação essa que daria origem a todo um movimento de renovação na historiografia francesa e que está na base do que hoje chamamos de 'Nova História' [...] combatiam uma história narrativa e do acontecimento, exaltavam uma historiografia do problema, a importância de uma produção voltada a todas atividades humanas e não só à dimensão política e, por fim, a necessária colaboração interdisciplinar (BLOCH apud SCHWARCZ, 2001, p.10).

Bloch critica a utilização dos documentos oficiais, esses que deixam a impressão de que essas fontes expressam a verdade por si só. Para tanto, o autor trata de reflexões sobre o método, objeto e documentação histórica, defendendo a história total e inaugurando a noção de história-problema.

Segundo Bloch, mesmo o mais claro complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. “[...] A consciência do fato histórico não é um fato ‘positivo’, mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documentos e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema” (BLOCH, 2001, p.19).

Sobre este ponto, Duby aponta em sua experiência de pesquisa que a verdade perseguida pelo historiador nas fontes, apresenta-se de forma errônea segundo os próprios documentos, formando uma barreira entre o pesquisador e o próprio material utilizado, ou seja, os documentos oficiais, por vezes, apresentam um peso ideológico de seu redator, que faz transparecer no trabalho do historiador, dificultando, por sua vez, a compreensão dos fatos.

Com a Nova História tornou-se possível indagar um testemunho a fim de contestar os documentos oficiais, de acordo com as novas metodologias utilizadas para se trabalhar as fontes, ampliando o horizonte de como ensinar e aprender história.

E aliás, mal havia eu empreendido o trabalho e já avaliava a distância existente entre a verdade perseguida pelo historiador, sempre esquiva, e aquilo que lhe oferecem as testemunhas que ele consegue interrogar. Dei-me conta de que entre esta verdade e mim se interpunha uma tela, formada pelas próprias fontes as quais extraía minha informação, por mais límpidas e atentamente filtradas que fossem. Os escritos que eu começava a explorar, aquela massa de cartas, notícias,

peças de processos, inventários, estão entre os documentos menos suspeitos, mais neutros e factuais. Raramente são poluídos pela fantasia de seu redator, por sua paixão ou sua vontade de convencer. São ferramentas, das quais têm a sobriedade e a franqueza (DUBY, 1993, p. 34-5).

Nessa perspectiva, podemos concluir que os documentos têm o objetivo de esclarecer o que se passou em certa época, mas a compreensão das fontes não pode ser feita levemente, sem que os documentos sejam estudados e entendidos, a fim de que a história não acabe sendo distorcida e, como consequência, fragmentada.

Duby aponta a dificuldade em se tratar com as fontes que não possuíam a credibilidade 'histórica', ou seja, apresentavam-se em sua escassez, deixando lacunas entre as mesmas, mas que aos poucos, com a habilidade dos métodos utilizados por este autor, as lacunas foram vagarosamente preenchidas.

[...] mal dá para reconstituir genealogias e fortunas. Escassos sinais de vida. Mas de repente, ao aproximar – se do ano mil, ela se manifesta. (...) Nesses escritos, revelam-se comportamentos e relações sociais a respeito dos quais as frias fórmulas de outrora nada mostravam, e isto durante mais de um século. Mais adiante, a fonte vai se esgotando lentamente. A partir de 1120, os arquivistas tornam-se menos cuidadosos, escasseiam os documentos. No final do século XII, começam a aumentar em número, mas novamente se ressecam: o Estado, o direito público, os aparelhos de justiça foram reconstruídos, formaram-se equipes de especialistas, e estes profissionais, como seus antecessores da alta Idade Média, trabalham com formulários; tratarão de alongar o quanto podem os atos que redigem, pois são pagos por linha, e esses atos são mais cuidadosamente conservados; é assim que a escrita ganha amplitude, mas ao mesmo tempo se enrijece; a substância que pode ser útil ao historiador diminui e acaba por reduzir-se, como no século X, ao que vem a ser inscrito nos espaços vazios dos formulários (DUBY, 1993, p. 24-5).

Foram as características da documentação, tais como Duby encontrava nos documentos, que propuseram os limites dos mesmos. “Ao mesmo tempo, eu reconhecia qual espaço melhor se prestaria à observação, aquele no qual as fontes se mostrariam particularmente densas. Era um território bastante restrito” (DUBY, 1993, p.25) .

O trabalho dos historiadores, bem como a importância desses para a construção da história, nunca poderá se limitar pelas dificuldades

que as fontes podem apresentar, por isso o trabalho do historiador é baseado em pesquisas densas em que o resultado final apresenta-se na compreensão de como se passou a história em certa época ou ocasião.

Segundo Certeau (1979), um historiador deve estar atento para descobrir a heterogeneidade ou a discordância das fontes, a fim de explorá-las, estabelecendo um diálogo entre elas. Para isso, um dos pontos importantes que tem de ser usado no desenvolver do trabalho com as fontes é a análise dos documentos, procurando sempre manter uma ligação de um documento com outro, desenvolvendo assim um contato com o historiador e suas pesquisas e estabelecendo um diálogo com as fontes históricas.

Um método que é preciso ser adotado pelo historiador com o tratamento das fontes envolve o desenvolvimento de uma crítica interna e externa sobre as mesmas. Com isso, o pesquisador desenvolve o interesse de conhecer os documentos, estudando os originais com cuidado para avaliar 'a história' contida nos mesmos.

Dessa forma, um historiador tem que fazer trabalhos minuciosos, quando seu estudo se baseia na reconstrução de documentos muito antigos, uma vez que a apreensão dos documentos não é fácil. O trabalho terá que ser extremamente minucioso para que não aconteça uma história que foi reconstruída sem atenção para com as fontes, ou seja, ter o cuidado de não fragmentar a análise histórica. Pois, tudo tem uma história como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane⁵, ou seja, tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante de sua história, partindo de indagações do presente.

O trabalho do historiador é baseado no estudo de fatos que ocorreram no passado próximo ou distante, tendo a grande preocupação com os mesmos. As dificuldades encontradas pelos historiadores são com as maneiras de se identificar as fontes históricas – as metodologias - pois, tudo tem um passado, por isso o receio parte de como identificar este passado, sem, no entanto, fundamentar-se somente nos documentos oficiais.

A história deveria ser baseada em documentos. Uma das grandes contribuições de Ranke foi sua exposição das limitações

das fontes narrativas - vamos chamá-las de crônicas – e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fontes. (SHARPE, 1992, p.13).

Dessa forma, podemos perceber o caráter de subjetividade da história, sendo que o trabalho do historiador fundamenta-se em apresentar aos leitores não os fatos como realmente aconteceram na história. Por mais que lutemos contra o preconceito nos dias atuais, não se pode deixar de olhar o ponto de vista de uma época, pois o olhar que eles tinham na sua época não pode ser esquecido, ou seja, devemos partir de indagações do presente, mas com um olhar no passado, mesmo que este olhar não seja idêntico aos olhares dos personagens da história 'verdadeira'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, com este trabalho, estudar as metodologias empregadas nas fontes históricas, bem como apresentar algumas dificuldades encontradas pelos historiadores ao se tratar com a fonte. Percebemos que após a introdução de novas abordagens, métodos e objetos com o movimento dos Annales, houve uma expansão na concepção de fonte e em seu modo de tratamento.

Nem todos os historiadores adotaram as inovações propostas pela Nova História com todo ardor, pelo contrário, vemos muitos pesquisadores receosos quanto ao emprego de novas metodologias. Como exemplo disso, temos as fontes orais, já que este tipo de documento não teve muita credibilidade no início, pois muitos historiadores desconfiavam da segurança das fontes orais na reconstrução do passado. “A fragilidade implícita das fontes orais é considerado universal é irreparável; por isso, para as sociedades sem registros escritos, o alcance convencional do discernimento é desanimador” (PRINS, 1993, p. 163).

A história baseada exclusivamente em fontes não documentadas – as fontes orais - não teve, pelo olhar da historiografia tradicional, a mesma credibilidade dos documentos escritos, pois, segundo

alguns historiadores, esta podia apresentar uma história imprecisa e menos satisfatória.

Apesar disso, vemos constantemente a adesão de muitos historiadores às fontes orais, possibilitando a compreensão dos fatos por meio do ponto de vista do sujeito, ou seja, utilizando-se da análise da memória coletiva e/ou individual. Paul Thompson, segundo Prins, é um dos que defende a importância e a confiança que as fontes orais podem trazer para história.

A oposição à evidência oral é muito mais fundamentada no sentido do que no princípio. A geração mais velha dos historiadores que ocupam as cátedras e detêm as rédeas é instintivamente apreensiva em relação ao advento de um novo método. Isso implica que eles não mais comandem todas as técnicas de suas profissão. Daí os comentários depreciativos sobre os jovens que percorrem as ruas com gravadores e fitas. (PRINS apud THOMPSON, 1978, p. 63).

Acredita-se que haja uma razão mais profunda para a renegação das fontes orais, pois numa sociedade alfabetizada, inconscientemente é comum que desprezemos a palavra falada, já que é muito apreciada a escrita, havendo o orgulho de se escrever, e por isso o respeito pela palavra escrita. Entretanto, cabe pensar no número de analfabetos e de sociedades em que a escrita não é tão valorizada quanto a palavra falada, justificando a tradição dos mais velhos em contar lendas e histórias para os mais novos, transmitindo um conhecimento por meio da fala, valorizando a palavra falada.

Dessa forma, as fontes orais mesmo que com toda a descrença encarada no início de seu emprego, evidenciam-se como um meio de informação que, sabendo usar corretamente, pode ser muito útil no desenvolver de pesquisas, em locais que a única maneira de coletar dados é por meio de um gravador. Por isso, concluímos que esse trabalho é em defesa das fontes, já que qualquer que sejam as fontes históricas, essas são a forma mais eficaz para que um historiador às andamentos às pesquisas, estabelecendo uma função de comunicação com o passado, esse representado pelos documentos em sua diversidade, e o presente, a exemplo do uso da história oral, ilustrado por meio do próprio historiador e suas indagações pertinentes à pesquisa.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado como requisito parcial da disciplina Teorias Filosóficas da História, ministrada pela Profa. Dra. Maria Celma Borges, para o curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas.

² Acadêmica do 2º ano de História.

³ Acadêmica do 3º ano de História.

⁴ Grifo nosso.

⁵ Ler BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **História: novos problemas**. LE GOFF, J & NORA, P. (Orgs.). 2º ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 143 – 179.

PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOVAS TECNOLOGIAS: HISTÓRIA DO COMPUTADOR E INTERNET

Alan da Silva Junqueira¹

Este texto tem como objetivo iniciar uma discussão sobre o progresso na sociedade atual, mais especificamente na evolução do computador e da Internet, e como essas tecnologias estão em crescente progresso influenciando no nosso dia-a-dia. Neste capítulo será analisada a história do computador desde seu início nos anos 1940 até chegar no nível que se encontra atualmente.

Desde a mais remota antiguidade, o ser humano vem buscando e desenvolvendo meios e máquinas para realizar cálculos, do mais simples ao mais complexo, com o mínimo de tempo e o máximo de eficiência. Do primitivo cálculo feito através de contas e conchas, até os realizados hoje pelos super computadores, muito tempo se passou, mas o princípio continua o mesmo: facilitar para o homem o desenvolvimento de cálculos, e atualmente facilitar as tarefas diárias.

O primeiro instrumento criado para o cálculo foi o ábaco, inventado na China no segundo milênio antes da era cristã. Mas foi somente no século XVII que surgiram as primeiras calculadoras mecânicas. Em 1642, o cientista e filósofo francês Blaise Pascal desenvolveu, aos 18 anos de idade, uma máquina de somar e subtrair constituída por determinado número de rodas dentadas que, ao se rodar dez dentes na coluna de unidades, avançava um dente na coluna de dezenas, e assim sucessivamente.

Os primeiros computadores surgiram por volta da década de 40, com uma parceria entre uma empresa americana (IBM) com a marinha norte-americana. Esse computador foi dado o nome de Mark I. Mark I era totalmente eletromecânico: ele tinha cerca de 17 metros de comprimento por 2 metros e meio de altura e uma massa de cerca de 5 toneladas. Mark I continha nada menos que 750.000 partes unidas por aproximadamente 80 km de fios. Ele foi o primeiro computador totalmente automático a ser usado para fins bélicos.

A fase de evolução dos computadores está dividida em cinco fases; primeira geração que é do período de 1940-55 é conhecida como tecnologia de válvulas, a segunda geração é com a utilização do transistor (1955-1965), a terceira geração é dos circuitos integrados (1965-1980), a quarta geração é conhecida como circuitos de larga escala (1980-1990) e a quinta geração é conhecida como circuitos de grande larga escala (1990 até os dias atuais).

Na primeira geração de computadores, este era basicamente ligado ao meio militar, utilizado principalmente pela marinha americana para cálculos de batalhas, cálculo de distância. Uma curiosidade sobre os computadores que detinham a tecnologia de válvulas é que o barulho do computador em funcionamento, segundo relatos da época, se assemelhava a varias pessoas tricotando dentro de uma sala.

A segunda Grande Guerra estava no seu auge e a demanda por computadores cada vez mais rápidos vinha crescendo. O novo modelo utilizava válvulas eletrônicas e os números eram manipulados na forma decimal. Apesar da alta velocidade para a época, era extremamente difícil mudar as instruções contidas dentro do computador, já que a programação era feita por meio de válvulas e fios que eram trocados de posição de acordo com o que se desejava. Quando surgiu a terceira geração de computadores no fim dos anos 60, o custo para o desenvolvimento do computador estava caindo, como podemos observar na citação abaixo.

A terceira geração inicia-se com a introdução do circuitos integrados (transistores, resistores, diodos e outras variações de componentes eletrônicos miniaturizados e montados sobre um único chip) aos computadores. Após o surgimento desses circuitos, no final da década de 50, eles foram aprimorados.

rando-se até chegar ao estágio de adaptação aos computadores. Os custos de produção de um computador começavam a cair, atingindo uma faixa de mercado que abrangia empresas de médio porte, centros de pesquisa e universidades menores. (PANTOJA. 2000, p.34)

Daí em diante a indústria de computadores começou a crescer de uma forma espantosa, não ficando apenas nos Estados Unidos, e sim se espalhando pelo mundo todo. No Brasil o primeiro computador chegou no final dos anos 50, como podemos notar no livro de Vera Dantas e Sônia Aguiar, “Memórias do computador”:

Em 1957, chegava o primeiro computador ao Brasil. O comprador, o governo do Estado de São Paulo, era só orgulho: a engenhoca – um poderoso Univac-120 – fazia 12 mil somas ou subtrações por minuto e calculava todo o consumo de água da capital. Para tanto, utilizava cerca de 4,5 mil válvulas, num aparato que ocupava uma andar inteiro do prédio onde foi instalado. (DANTAS e AGUIAR, 2004, p.32).

Com isso podemos notar que o surgimento dos computadores estava facilitando cada vez mais as tarefas do homem em relação aos grandes cálculos que era preciso ser feito para determinar algo com grande precisão. Mesmo sendo um computador rústico para nós que não somos seus contemporâneos, em sua época foi um grande avanço tecnológico, o que ajudou e muito para o desenvolvimento de tarefas relacionadas ao cálculo.

Com o crescimento dos computadores para cálculos científicos, não demorou muito para surgir os computadores de uso pessoal. De acordo com Pierre Lévy, os precursores deste novo tipo de instrumento para uso pessoal foram os americanos.

Na metade da década de setenta, uma pitoresca comunidade de jovens californianos à margem do sistema inventou o computador pessoal. Os membros mais ativos deste grupo tinham o projeto mais ou menos definido de instituir novas bases para a informática e, ao mesmo tempo, revolucionar a sociedade. De uma certa forma, este objetivo foi atingido. (LÉVY, 2004, p.43).

Com esta afirmação, podemos fazer a seguinte pergunta: Porque os Estados Unidos foram os precursores tanto do computador científico como também do computador pessoal? Para que esta pergunta seja respondida devemos analisar em que contexto os norte america

nos estavam vivenciando. O surgimento do grande computador fazedor de cálculos ocorreu devido à necessidade de encontrar um mecanismo capaz de traduzir os códigos dos inimigos na Segunda Guerra Mundial, como também de transmitir dados o mais rápido possível da base que comandava seus soldados até os campos de batalha. Já o computador pessoal foi desenvolvido em uma área riquíssima em tecnologia, conhecida como Vale do Silício. No Vale do Silício por volta dos anos setenta, poucos lugares do mundo detinham uma abundância em relação a variedade de componentes eletrônicos (tudo isso devido a Segunda Guerra Mundial). É nessa região que atualmente podemos encontrar grandes empresas como a HP a Intel, e até mesmo a NASA está localizada nesta região. Com o final da guerra, essas empresas se desenvolveram para criar eletrônicos destinados a empresas e a população em geral.

No Brasil, aconteceu em duas etapas a fase de desenvolvimento de computadores. A primeira, de 1958 até 1975, caracterizada pela importação de tecnologia de países de capitalismo avançado, principalmente dos Estados Unidos. O processamento eletrônico de dados era realizado basicamente em computadores de grande porte, localizados em grandes empresas e universidades, bem como em órgãos governamentais e agências de serviços.

Não havia fabricantes nacionais, embora, já na década de 1970, o volume de vendas tinha justificado a instalação das primeiras montadoras multinacionais no Brasil. Lentamente, porém, começou a desenvolver-se uma competência tecnológica nacional, a partir do trabalho de algumas universidades, como a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual de Campinas. O processamento eletrônico de dados era realizado basicamente em computadores de grande porte, localizados em grandes empresas e universidades, bem como em órgãos governamentais e agências de serviços.

Como também não poderia de ser, no Brasil, assim como nos Estados Unidos, a fabricação dos computadores era uma exclusividade militar. No site *museu do computador* é destacado que:

Em 1972, foi construído na USP o Patinho Feio, o primeiro computador nacional, seguido, em 1974, do projeto G-10, na USP e na PUC do Rio de Janeiro, incentivado pela Marinha de

Guerra, que necessitava de equipamentos para seu programa de nacionalização.

O interesse de vários segmentos da sociedade brasileira, notadamente os militares e os meios científicos, buscando atingir melhor independência tecnológica para a informática brasileira, levou à criação, em 1972, da Capre (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico), com o objetivo de propor uma política governamental de desenvolvimento do setor. Em 1974, foi criada a primeira empresa brasileira de fabricação de computadores, a Cobra (Computadores Brasileiros S.A.) uma estatal que recebeu a missão de transformar o G-10 em um produto nacional. (SORJ e GUEDES, 2003, p.19)

Com o tempo, o Brasil se desenvolvia, e o setor de informática crescia com os investimentos feitos pelo governo para obter maiores resultados. Um exemplo disso se deu em 1979, quando ocorreu uma intervenção do governo, criando uma reserva de mercado para o desenvolvimento de microcomputadores para as empresas, mas estas medidas de “flexibilização”, como foram chamadas, procuraram atender às reclamações oriundas de diversos setores industriais que protestavam contra o atraso tecnológico brasileiro e contra os altos preços provocados pela reserva; procuravam também atender aos interesses dos países desenvolvidos que chegaram a estabelecer sanções comerciais temporárias contra o Brasil, em virtude da falta de abertura do mercado nacional para concorrência comercial do exterior.

E assim, essas medidas de proteção criadas pelo governo brasileiro atrasaram um pouco o desenvolvimento dos computadores e das empresas que necessitavam dessa tecnologia, já que equipamentos como programas para os computadores eram de direito de outros países como os Estados Unidos, e assim aos poucos, com pressão por parte de empresários brasileiros, empresas estrangeiras começavam a se instalar no país e a os programas de proteção foram perdendo a força.

A Internet, como os computadores, surgiu primeiramente no âmbito militar. A idéia inicial era desenvolver uma rede de computadores ligados entre si que fossem imunes a bombardeios, em um possível ataque inimigo. Podemos dizer que a Internet está dividida em quatro fases. A primeira versão surgiu em 1962 no auge da guerra fria, então queriam criar algo diferente, algo que não tivesse um centro principal para que o resto da rede continuasse conectado caso houvesse algum ataque.

Com a guerra fria no auge, e a possibilidade sempre presente de um conflito nuclear em escala global, havia nos EUA a preocupação em montar um sistema logístico auxiliado por computadores que concentrasse toda a informação estratégica, mas que não fosse vulnerável a um único ataque nuclear. A solução encontrada foi distribuir os recursos de computação por todo o país, mantendo-os interligados na forma de uma grande rede, mas de tal modo que a destruição de alguns não impedisse o funcionamento do restante: Uma rede de computadores em que nenhum isoladamente fosse vital para todo o sistema. O objetivo da rede era permitir às universidades e empresas clientes do governo (geralmente envolvidas em projetos militares) o compartilhamento dos então caríssimos recursos de computação, distribuição de arquivos de dados e programas. Utilizavam também a rede para a transmissão instantânea de mensagens de um computador a outro, dando origem ao hoje essencial correio eletrônico (e-mail). Até então, apenas algumas centenas de computadores (hosts) estavam conectados.

As informações transmitidas eram de caráter secreto, de informações que somente militares tinham acesso, mas a partir da década de 1970 a Internet foi crescendo dentro dos institutos de pesquisa e universidades. No livro “A Internet”, de Maria Ercilia, a autora pontua que:

Quando surgiu o primeiro programa de correio eletrônico para a rede, que já usava o sinal @, os cientistas e estudantes começaram a usá-la mais para se comunicar, trocar informações e fofocas do que para compartilhar recursos dos computadores, como era sua finalidade inicial. A Internet começava a tomar vida própria, que nada tinha a ver com a concepção original de seus criadores, e que um dia transformaria no que é hoje um meio de comunicação e entretenimento. (ERCILIA, 2001. p. 17)

A Internet nasceu praticamente sem querer. Foi desenvolvida nos tempos remotos da Guerra Fria com o nome de ArphaNet² para manter a comunicação das bases militares dos Estados Unidos, mesmo que o Pentágono fosse riscado do mapa por um ataque nuclear.

Quando a ameaça da Guerra Fria passou, ArphaNet tornou-se tão inútil que os militares já não a consideravam tão importante para mantê-la sob a sua guarda. Foi assim permitido o acesso aos cientistas que, mais tarde, cederam a rede para as universidades, as quais, sucessivamente, passaram-na para as universidades de outros países,

permitindo que pesquisadores domésticos a acessassem, até que mais de 5 milhões de pessoas já estavam conectadas com a rede e, para cada nascimento, mais 4 se conectavam com a imensa teia da comunicação mundial.

A esta altura, a Internet era predominantemente acadêmica, embora continuasse a ser utilizada pelas agências governamentais, civis e militares. Milhares de computadores já estavam conectados à Internet, tornando disponível uma massa inimaginável de dados e informações. Cada especialista em cada campo científico e tecnológico estava acessível via correio eletrônico, bem como os dados resultantes de suas pesquisas.

Nos dias de hoje, não é mais um luxo ou simples questão de opção uma pessoa utilizar e dominar o manuseio e serviços disponíveis na Internet, pois é considerada o maior sistema de comunicação desenvolvido pelo homem.

Ao longo da história a Internet foi mudando sua concepção original, saiu de sua utilidade militar e secreta, e passou a ser utilizada por todas as comunidades do mundo, sendo hoje um dos meios de comunicação mais utilizados, como também uma importante ferramenta para pesquisas, obviamente com devidas ressalvas, mas não se pode negar que com o uso do computador juntamente com a Internet, as informações em geral ficaram mais acessíveis. É assim que surge a Internet comercial.

Os computadores tornavam-se cada vez mais baratos e proliferavam nas universidades e órgãos governamentais. Consequentemente, os custos de manutenção e ampliação do backbone da NSFNET, tornava-se cada vez maior, devido ao crescimento acelerado da demanda por canais de dados, que pudessem dar vazão ao tráfego da Internet, a ponto de pôr em risco sua viabilidade. Por outro lado, crescia a pressão das empresas e indivíduos não ligados a universidades pelo direito ao acesso à Internet. Estudantes habituados a utilizar a Internet perdiam este recurso valioso ao se formarem. Veio então a solução comercial: Removeram-se as restrições que tornavam a Internet um privilégio de instituições de ensino e órgãos governamentais e permitiu-se a comercialização do acesso. Surgiu a figura do provedor comercial de acesso, que paga por uma conexão de alta velocidade ao backbone, e revende este acesso a empresas particulares e indivíduos em conexões de menor velocidade. (GOMES, 2002, p.02)

Deste modo, o conjunto de provedores paga os custos do “backbone”³ e estes são financiados por seus usuários. Esta estrutura se mostrou muito eficiente, capaz de cobrir integralmente os custos dos backbones, agora existentes na maioria dos países, e ao mesmo tempo oferecer acesso a custos razoáveis à sociedade em geral.

A razoabilidade destes custos fica bem visível nos números da Internet: Estima-se em 32,1 milhões o número de pessoas que tem acesso à Internet atualmente no Brasil. E este número vem crescendo. Então, deste modo, aos poucos são removidos todos os obstáculos ao crescimento e globalização da Internet. De acordo com o texto “Evolução da Internet no Brasil e no Mundo”, podemos notar que os números são espantosos, já que em um curto período essa nova tecnologia está mudando a economia do mundo.

A Internet, já neste início do ano 2.000, surge como o mais vigoroso motor da economia mundial. O desenvolvimento acelerado desta rede mundial está engolindo a economia tradicional, fazendo surgir uma nova, antecipando o futuro. A Internet passou a ser encarada definitivamente como um meio de comunicação de massa cujo potencial está mexendo com os fundamentos de tudo nesse setor - do rádio à televisão, da mídia impressa ao cinema. (PANTOJA, 2000, p.08)

Podemos notar que com o desenvolvimento da Internet, agora voltado mais para a área comercial e também caracterizada como um meio de comunicação, a economia de todo o mundo passa a enxergar nela um local para investimentos e aplicações de capital, pois é uma área de expansão quase que ilimitada.

No Brasil, a história da Internet começou bem mais tarde, só em 1991 com a RNP (Rede Nacional de Pesquisa), uma operação acadêmica subordinada ao MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia). Até hoje a RNP é o backbone principal e envolve instituições e centros de pesquisa (FAPESP, FAPEPJ, FAPEMIG, etc.), universidades, laboratórios, etc. Em 1994, no dia 20 de dezembro é que a EMBRATEL lança o serviço experimental a fim de conhecer melhor a Internet. Somente em 1995 é que foi possível, pela iniciativa do Ministério das Telecomunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia, a abertura ao setor privado da Internet para exploração comercial da população brasileira. A RNP fica responsável pela infra-estrutura básica de

interconexão e informação em nível nacional, tendo controle do backbone⁴. Hoje está cada vez mais difícil ignorarmos essa tecnologia que a cada dia está mais presente em nossas vidas. Juliana Carpane, da Folha Online, pontua que:

Após a popularização da Internet durante sua primeira década de uso comercial no Brasil, o país encara o desafio de expandir o uso dessa tecnologia - restrita a 17,5% da população. Apesar de esse número ainda ser baixo, a ferramenta oferecida comercialmente a partir de maio de 1995 já é conhecida por grande parte dos brasileiros. Não há como ignorar a abreviação do termo "world wide web", a palavra e-mail e o símbolo "@" - eles também fazem parte do cotidiano dos excluídos digitais, pois estão presentes em embalagens de produtos e são citados na televisão. (CARPANEZ, 2005 Folha Online).

O número ainda é considerado baixo, pois é possível atingir cada vez mais pessoas. Para que um contingente cada vez maior possa utilizar a Internet, são disponibilizados alguns facilitadores para tal acesso, como por exemplo, a Internet através de preços mais baixos que empresas do ramo estão cada vez mais disponibilizando, pode ser uma saída para que essa exclusão digital não aumente, já que na sociedade atual em que vivemos o uso do computador, juntamente com a Internet, é uma ferramenta em que todos tem o direito de aprender a utilizar.

De acordo com pesquisas efetuadas em 2005, os brasileiros bateram recorde no tempo de navegação residencial: média mensal de 16 horas e 54 minutos por pessoa. O valor fez com que o país ultrapassasse as outras 11 nações monitoradas pelo Ibope//NetRatings, ficando à frente da França (15 horas e 40 minutos), Japão (15 horas e 35 minutos), Estados Unidos (14 horas e 46 minutos) e Espanha (14 horas e 41 minutos)⁵. De acordo com uma pesquisa realizada pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) com 32,1 milhões de usuários de Internet, o que corresponde a 21% da população brasileira, o Brasil é o quarto país da América Latina em penetração da rede. Os dados são do CGI (Comitê Gestor da Internet), com base em um ranking elaborado a partir de dados do ITU (International Telecommunication Union) de 2005. Para se ter uma pequena noção desse enorme campo que o computador e a Internet está atingindo nesta década é o fato de que em dezembro de 1999, o Brasil tinha cerca de 7 milhões de pessoas que usavam computador e Internet.

O IBOPE/Net ratings acompanha o número de usuários domiciliares de Internet no Brasil. Segundo esta pesquisa em dezembro de 2005 existiam 18,9 milhões de usuários com acesso em suas residências, sendo que 12,2 milhões haviam efetivamente acessado a Internet em dezembro de 2005. A tabela a seguir apresenta o acompanhamento destes dados.

Para uma melhor compreensão desses dados, a tabela abaixo representará algumas informações. A tabela foi feita a partir de uma pesquisa realizada pelo IBOPE/Net, onde acompanha o número de usuários domiciliares de Internet no Brasil. Pesquisa que foi realizada em dezembro de 2005.

	Usuários 2006		Usuários 2007	
	Ativos	Com acesso	Ativos	Com acesso
Janeiro	12.035.681		14.034.406	
Fevereiro	13.240.648	21.227.222	14.068.257	22.096.645
Março	14.106.651		16.257.348	
Abril	13.431.424		15.867.826	
Mai	13.246.186	21.227.222	17.932.872	27.533.119
Junho	13.397.404			
Julho	13.392.663			
Agosto	13.641.174	21.241.295		
Setembro	13.639.042			
Outubro	13.312.588			
Novembro	14.448.077	22.096.645		
Dezembro	14.419.335			

Fonte: IBOPE/NetRatings

Ao analisarmos esta tabela podemos notar o crescente número de pessoas que estão cada vez mais utilizando a Internet. Ao vermos que no mês de maio do ano de 2006 se tinha no Brasil cerca de 21 milhões de pessoas com acesso a Internet em suas residências e que exatamente um ano após o número foi para 27 milhões, podemos dizer que esses números impressionam e muito.

Mas ao analisar esses números, não se deve pensar que o Brasil está bem à frente do que os demais países no quesito de acesso a Internet, pois essas pessoas que acessam a Internet de suas casas são em grande maioria das classes A e B, ou seja, as classes inferior

res ainda não têm acesso em suas casas, se tem, são ainda um número muito baixo. Essa é uma preocupação que se deve ter, essa é uma classe conhecida como “os excluídos digitais”⁶.

Esse grupo gerado com o avanço do progresso da tecnologia digital não deixa de ser como uma classe inferior gerada pelo capitalismo, pois essas pessoas que atualmente não tem acesso a computadores é um grupo excluído da sociedade. Mesmo com programas criados pelo governo para obter mais fácil acesso a rede de computadores, somente alguns são privilegiados com tal benefício.

A grande conquista do milênio foi o surgimento da Rede Mundial de Computadores. A Internet nasceu da soma de pequenas conquistas tecnológicas feitas por cientistas extraordinários. Uma das mais vitais para o funcionamento da rede é a capacidade de um único computador dividir sua atenção com diversos usuários no mesmo instante, num processo conhecido como tempo compartilhado.

Enfim, a informática evolui cada vez mais rapidamente e as velocidades de processamento dobram em períodos cada vez mais curtos. Para se ter uma noção disso, basta observar que entre os modelos de computador mais antigos, os espaçamentos entre uma novidade e outra eram de dezenas de anos, sendo que hoje não chega a durar nem um mês.

Com isso, não são todos que tem a facilidade de obter benefícios com as novas tecnologias, e acabam por ficar a margem ou excluídos de um novo contexto que é criado a partir do momento que a tecnologia em si não passa a ser um luxo, e sim uma utilidade, tanto na vida pessoal como na vida profissional. Essa discussão se inicia com uma pergunta: a Exclusão digital criada nesses últimos anos devido ao grande crescimento da área onde milhares de pessoas em todo o mundo a utilizam e outras não, seria um problema tecnológico ou social?

Para tentar responder essa pergunta é preciso analisar uma série de fatores como consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual no acesso a computadores e Internet. É importante ressaltar que a informática em si traz muitos benefícios para toda uma sociedade, onde neste texto também será mostrado alguns pontos importantes que fazem do computador um item importante nos nossos dias atuais.

Podemos afirmar que a Internet está a favorecer uma *nova* economia, pelo fato de surgirem novas profissões e novas empresas como fornecedores de serviços de Internet, difusão de conteúdos relacionados com negócios e bens de consumo, serviços on-line como, por exemplo, serviços financeiros, bancos on-line, e também está a transformar, de uma maneira radical, os diferentes setores econômicos (por exemplo, as agências de viagem e turismo, os seguros, a venda direta, a edição eletrônica, a imprensa on-line), criando novos mercados, reduzindo custos e melhorando o serviço ao cliente. A Internet está, em especial, a criar novas oportunidades para as pequenas e médias empresas, permitindo-lhes ascender aos mercados internacionais. Assim, de maneira prática, e graças à Internet podemos realizar de forma mais confortável atividades tão diversas como: fazer transações (ações, leilões...), reservar bilhetes de avião, consultas ao banco, compras on-line, etc.

Na área da educação muita coisa mudou também com o melhor acesso a computadores, onde a Internet tem a capacidade de criar grandes oportunidades para a educação, não só como ferramenta educativa e de aprendizagem, mas também como veículo facilitador da comunicação, ajudando os alunos em pesquisas, fazendo com que as aulas se tornem um pouco menos cansativas, Encontrar recursos educativos e notícias atuais, obter documentos, fotos e imagens importantes, e pesquisar temas muito diversos, das condições climáticas a estatísticas da população.

Juntamente com o progresso vem às tecnologias, e a tecnologia abordada foi a evolução dos computadores. Com os computadores foi pretendido passar neste texto a evolução que o computador teve, demonstrando desde o primeiro computador até chegarmos nos dias atuais e como evoluímos até chegarmos ao hoje. É possível dizer que com tamanha evolução em um curto período de tempo, num futuro bem próximo estaremos diante de outras novidades tecnológicas.

Mas todas as novas tecnologias quando aparecem surgem aliados a problemas. No caso do computador, juntamente com a Internet, se encontra o problema da exclusão digital. O problema da exclusão digital vem acompanhado por outros tipos de problemas de ordem econômica, social, cultural, interesses políticos, entre outros. Deve ficar claro

que esse movimento de estender acesso à informática e à Internet representa um caminho no qual não há retorno e que provavelmente mudará, a longo prazo.

Daqui em diante, acreditamos que será mais fácil para grupos de cidadãos com interesses específicos se organizarem para agir de forma a ter o maior impacto possível. Ainda há muito para ser feito para que grande parte da sociedade excluída do processo digital conheça todos os recursos disponíveis. Ainda há muito que se fazer, mas principalmente tem que haver vontade política para tal.

NOTAS

¹ Acadêmico do 4º ano do Curso de História, CPTL/UFMS), alanjunqueira@yahoo.com.br

² rede de computadores criada pelos militares norte-americanos em 1969, que deu origem à Internet.

³ estrutura principal (nó) de rede de telecomunicações. No Brasil, por exemplo, a Embratel funciona como backbone para ligação de nossa rede Internet com outros países.

⁴ Coluna dorsal de uma rede, backbone representa a via principal de informações transferidas por uma rede, neste caso, a Internet. Informações retiradas do dicionário do internauta. http://www.felipex.com.br/dic_inter_b.htm

⁵ Dados retirados da Folha Online. Mais informações em <http://www.folha.com.br>

⁶ Termo utilizado para representar um grupo ou pessoa que não tem condições a ter acesso ao computador e a Internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARPANEZ, Juliana. **Brasil lidera tempo de uso da internet residencial**. São Paulo, 22 de julho 2005. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18722.shtml Acesso em: 26 abril.2007

DANTAS, Vera. AGUIAR, Sonia. **Memórias do Computador – 25 anos de Informática no Brasil**. São Paulo. IDG Computerworld do Brasil, 2005.

ERCILIA, Maria. **A Internet**. São Paulo. Publifolha, 2001

GOMES, Elisabeth. **Exclusão digital: Um problema tecnológico ou social?**. Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade – ano 2 nº especial. Dezembro 2002. Disponível em: http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=587
Acesso em: 09 maio.2007

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da Informática**. São Paulo. Editora 34, 2004.

PANTOJA, Sônia. **Evolução da internet no Brasil e no mundo**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<ftp.mct.gov.br/Temas/info/Pesquisas/EvolInter.pdf>>
Acesso em: 28 abril.2007

SORJ, Bernardo. GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital: problemas sociais, evidências empíricas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.centroedelstein.org.br/pdf/exclusaodigital_problemasconceituais.pdf> Acesso em: 12 maio.2007

A NEGAÇÃO DA HISTÓRIA: O CASO DA EDITORA REVISÃO

Odilon Caldeira Neto¹

A prática historiográfica é uma constante reinterpretação de fatores e acontecimentos, quebra de paradigmas e a construção de um saber cada vez mais pautado em análises minuciosas de objetos, fontes ou mesmo das produções historiográficas anteriores. O ato de reescrever-se e repensar os acontecimentos e a própria História é uma constante e extremamente salutar, tanto para a história enquanto memória quanto disciplina e instrumento de construção de uma “verdade histórica”.

Durante anos, a historiografia teve como norma padrão a História dita “Positivista” ou *rankeana*, uma história pautada em grandes acontecimentos, feitos e líderes. Da urgência e necessidade de se fazer a história por outro meio e outras finalidades, houve o surgimento da Escola dos *Annales*, conhecida também como Nova História, que propunha o estudo da história de baixo para cima, em contraposição à prática “Positivista” que pautava seus estudos de cima para baixo.

A Nova História defendia a escrita de uma história que tratasse da grande massa ao invés dos líderes, das mudanças ocorridas na vida das pessoas ao invés das vitórias e derrotas dos grandes comandantes e seus exércitos de soldados sem nome. Essas críticas a historiografia tradicional e a busca de uma mudança, porém, são anteriores ao próprio surgimento dessa *Nova História*.²

De qualquer modo, o que se viu foi uma verdadeira revolução historiográfica. Com a ascensão dessa nova prática/forma de se fazer História, a disciplina perde seu caráter rígido e, de certo modo, frio. Após essa abertura de campo e abordagens, esse desenvolvimento foi (e é) contínuo. Muitas outras gerações de historiadores dedicaram-se a pensar e reformular a prática historiográfica. Dessa maneira, outras “escolas” foram criadas, como a Escola de Frankfurt, a Nova História Cultural (considerada também uma geração da própria Escola dos *Annales*), os Neo-Marxistas, entre outros.

O que pode se observar em todos esses casos é o constante desenvolvimento da disciplina, aliada às novas metodologias e novas indagações. O auxílio interdisciplinar configura-se como um importante instrumento que pode - e deve - ser utilizado pelo historiador para descobrir novos caminhos e traçar novos trajetos. Dessa forma, a constante reinterpretação de acontecimentos e métodos historiográficos é cada vez mais crescente. No que tange aos fatos em si (independentemente de contraposições de métodos e correntes historiográficas), temos o chamado Revisionismo Histórico.

O próprio nome “Revisionismo Histórico” já nos deixa a par de sua funcionalidade. É a prática (prática esta usual, diga-se de passagem) de repensar a história, olhar sobre uma outra ótica certo acontecimento, abordar outros aspectos, passando da faceta política de um acontecimento, para a faceta cultural ou religiosa do mesmo, e vice-versa, fazendo assim com que cheguemos a novas conclusões ou mesmo instigantes indagações.

Exemplo desta prática de revisão da história é apresentado por Emilia Viotti da Costa em “O mito da democracia racial” (in “Da monarquia à república: momentos decisivos”). Viotti mostra como se deu a revisão (e derrubada) do mito segundo o qual o Brasil seria um país sem conflitos raciais.

Se, em um primeiro momento, a idéia geral tanto na população quanto nas produções acadêmicas era da presença da tão aclamada democracia racial, com total ausência de qualquer discriminação racial institucionalizada ou não, com a revisão deste mito – revisão esta elaborada por diversos autores, como Sérgio Buarque de Holanda, Fernando

Henrique Cardoso, a própria Viotti, entre outros – uma nova e riquíssima gama de possibilidades de estudos sobre o problema do racismo no Brasil, desde a chegada dos Portugueses até os problemas contemporâneos foi aberta.

A partir do momento em quem se desestrutura um mito desta grandeza, não somente os pesquisadores em geral, mas a sociedade como um todo, é verdadeiramente agraciada. Abrem-se perspectivas não somente de pesquisas, mas também na busca de soluções para os problemas da sociedade contemporânea.

Todo este caráter saudável da revisão histórica é confrontado a partir do surgimento do auto-intitulado “revisãoismo histórico” do Holocausto. O chamado “revisãoismo” do holocausto tem seu surgimento após o fim da 2ª Guerra Mundial, mais especificamente após o Tribunal de Nuremberg (local do julgamento de oficiais do governo Nacional-Socialista, criminosos de guerra). Esse “revisãoismo” tem como principal fundador Paul Rassinier.

Rassinier, antigo militante da extrema-esquerda francesa era, durante a 2ª Guerra Mundial, membro da Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO) e redator de um jornal clandestino (*La IV. é Republique*). Devido às suas atuações, foi preso em 1944 pela Gestapo e enviado para o campo de Buchenwald, depois para o campo de Dora-Nordhausen³.

Livre, após o fim da guerra, retornou à França e começou uma peregrinação por diversas organizações políticas extremistas, tanto de esquerda quanto de direita. Afastou-se gradativamente das tendências esquerdistas, para se aliar a figuras da extrema-direita francesa e foi assumindo cada vez mais um caráter anti-semita, antes mascarado como anti-sionismo ou anti-imperialismo.

O ano de 1951 marca a expulsão de Rassinier da SFIO, após a publicação de “A mentira de Ulisses”. Neste, Rassinier defende a tese de que a 2ª Guerra Mundial havia sido provocada por um complô judeu internacional de dominação mundial. Tal teoria remete facilmente aos moldes de teoria da conspiração largamente perpetuados pelo livro “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, uma espécie de bíblia do anti-

semitismo, que influenciou uma gama variada de anti-semitas, desde o governo Czarista (que foi, aliás, quem encomendou esta fraude) até Adolf Hitler, passando por brasileiros como Gustavo Barroso (chefe de milícia da Ação Integralista Brasileira, responsável por uma versão traduzida e apostilada deste) e chegando até os atuais negadores do Holocausto.

Tanto Rassinier quanto outros negacionistas⁴, em um primeiro momento, começam a relativizar o número de mortos nos campos de concentração Nazista para, após isto, negar a existência das câmaras de gás e de qualquer programa sistemático de assassinato de judeus e outros grupos indesejáveis.

No que diz respeito à negação da existência das câmaras de gás, o maior argumento usado pelos negacionistas é o chamado “Relatório Leuchter”. Escrito por Fred A. Leuchter Jr., um suposto engenheiro norte-americano especialista em Câmaras de Gás, tal relatório afirma que não haveria indícios de *gaseamento* nos campos de concentração (no caso, Auschwitz Birkenau e Majdanek). A validade desse relatório é bastante questionável e suas alegações químicas são constantemente refutadas.

Com isto, nega-se a morte de milhões de judeus e caracteriza-se, portanto o que chamamos aqui de Negacionismo, ou seja, a negação do Holocausto.

A chegada do negacionismo no Brasil data do ano de 1987. Em um período de crescente mobilização pelas eleições diretas e pelo fim da ditadura militar, surge então o mais famoso livro negacionista brasileiro: *“Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século”* de autoria de Siegfried Ellwanger, brasileiro descendente de Alemães.

Para fugir da “perseguição dos sionistas”, Ellwanger assina seus livros com o pseudônimo de S.E. Castan. Funda ainda a Editora Revisão Ltda., destinada a lançar e distribuir seu livro, além de uma série de outros livros com forte teor racista e anti-semita, muito deles também de autores negacionistas⁵.

Tal livro defende a tese de que os verdadeiros culpados pela guerra foram os Judeus. Dessa forma, a partir do momento que se coloca o

judeu como causador da guerra, toda a ação do governo Nacional-Socialista – inclusive a perseguição aos judeus - configurar-se-ia, portanto, como uma legítima *reação*.

Ellwanger apresenta como prova de tal argumento uma suposta declaração de guerra dos Judeus aos Alemães. Tal prova, porém, trata-se de um recorte da matéria “A Judéia declara guerra à Alemanha”, publicada no jornal inglês “Daily Express”, famoso por seu caráter sensacionalista. O texto apresenta as reações de judeus norte-americanos e ingleses frente às perseguições anti-semitas ocorridas na Alemanha. Como forma de pressionar o governo Alemão ou mesmo chamar a atenção da opinião pública dos países em questão, chega-se a propor um boicote aos produtos Alemães. Porém, a forma como foi usada a expressão “*declara guerra*” passa longe de uma real declaração de guerra (do ponto de vista bélico e político) dos judeus ao povo e ao governo Alemão.

A expressão “*declara guerra*” trata-se de um artifício usado constantemente na mídia em geral, principalmente em jornais. Como exemplo, vale lembrar as inúmeras declarações de *guerra* do governo Brasileiro aos altos juros e a inflação durante as seguidas crises econômicas nacionais. Porém, a forma apresentada por Ellwanger não leva em consideração nenhuma destas implicações, de suma importância. Retira-se todo o contexto em que a matéria foi escrita, o momento político e econômico, além de não mencionar que já estava em prática parte da política anti-semita do governo Nacional-Socialista, como o boicote aos estabelecimentos comerciais judaicos e banimento destes do serviço público e civil.

Além de tudo, tal “declaração” data de março de 1933, ano em que Hitler assumiu o cargo de chanceler na Alemanha, anos antes do início da 2ª Guerra Mundial. O que se vê no argumento de Ellwanger é uma total distorção desta matéria. Uma simples manchete, proveniente de um tablóide, transforma-se numa “autêntica” declaração de Guerra.

Atos explícitos de racismo e preconceito como a “Noite dos Cristais”, (em que milhares de Alemães, comandados e incitados por oficiais nazistas saem às ruas para depredar e incendiar estabelecimentos comerciais de propriedade de judeus e sinagogas), são tratados pelo autor como manifestações legítimas de indignação e reação a uma latente escravização do povo alemão pela maquiavélica comunidade judaica.

Para Ellwanger o que provocava a revolta no povo alemão devia-se muito aos resultados da 1ª Guerra Mundial. Isto não é nenhuma novidade para qualquer pessoa interessada no fenômeno nacional-socialista Alemão. Um dos maiores motivos de ascensão do nazismo e sua aceitabilidade popular foram justamente os preconceitos e as feridas que ainda estavam abertas no povo alemão, muitas delas provenientes do Tratado de Versalhes, onde segundo os nazistas, o Império Germânico tinha sido covardemente roubado e humilhado. Tal argumento é bastante usado por Ellwanger, e adiciona ainda o que ele chama de espoliação pós 2ª Guerra, causada pelo “Holocausto”.

A situação precária em que se encontrava a Alemanha pós-1ª Guerra era causada, em grande parte, pelo que Ellwanger (e diversas outras categorias de anti-semitas) chama de *judaísmo internacional*. É o velho preconceito anti-semita que cria o mito de dominação mundial dos judeus, dominação essa que se daria via conspiração política, econômica e cultural. Além da própria suposta dominação judaica, conta-vam muito o fato dos judeus “não se misturarem” aos Alemães.

Segundo Ellwanger, o que se via na Alemanha pré-nazista era a maioria absurda da população alemã subjugada por uma minúscula parcela de judeus, praticamente uma ordem escravocrata. Além de controlar a mídia e os bancos alemães e europeus (afinal de contas, o problema eram os judeus como um todo, não apenas os alemães), esses judeus não eram *verdadeiramente* alemães, pois viviam isolados em comunidades, casando-se só entre eles e empregando e beneficiando-se mutuamente, de maneira excludente ao povo alemão, o real necessitado. Coloca-se então, o judeu (ou *judaísmo internacional*) como um ser alienígena dentro de uma sociedade. Dessa maneira, conseguiam praticar todas suas ações de dominação e manipulação mundial, em que o “mito” do Holocausto seria uma dentre tantas outras.

O livro de Ellwanger apresenta-se como “considerado um dos mais completos livros revisionista do mundo”, ao lado de “clássicos” de autores como Robert Faurisson, Paul Rassinier, Ernst Zündel, David Irving, entre outros. Muitos destes, inclusive, são distribuídos pela Editora Revisão. Além de “Holocausto Judeu ou Alemão?”, Ellwanger é autor de outros livros com o mesmo teor negacionista, como “SOS para

Alemanha” (uma espécie de continuação do primeiro livro), “A implosão da mentira do século” e “Acabou o Gás!... o fim de um mito” (apresentação do “Relatório Leuchter”).

Essas e outras opiniões expressas por Ellwanger provocaram reações de indignação em diversos setores da sociedade, desde meios acadêmicos até setores civis e judiciais, dentre eles organizações judaicas como a Federação Israelita do Rio Grande do Sul, e outras com o MJDH (Movimento de Justiça e Direitos Humanos), o Movimento Negro e o MOPAR (Movimento Popular Anti-Racismo, que agremia militantes de diversas organizações).

Em um primeiro momento, a tática utilizada para barrar tal negacionismo foi um boicote ao mesmo, pois se temia que a abertura de um processo acabasse por trazer publicidade ao negacionismo. Entretanto, ficou constatado que esta prática não era muito válida, pois não trazia resultados substanciais. Após certo tempo esta disputa passou aos tribunais gaúchos (a editora situa-se em Porto Alegre/RS), onde uma verdadeira batalha foi travada. Ellwanger conseguiu uma série de liminares e hábeas corpus, até que em determinado momento, a questão chegou até o Supremo Tribunal Federal, onde Ellwanger foi condenado pelo crime de racismo, em última instância, com denegação do pedido de hábeas corpus nº. 82.424.

Longe de querer negar a importância da condenação de Ellwanger (tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista jurídico, já que essa condenação abre um precedente para que a prática de anti-semitismo seja encarada como racismo, e não como opinião política ou religiosa, mascarada.), é necessário observar algumas características deste falso revisionismo. A tentativa de transformar a verdade e mentira, e a capacidade de mutação de novos e velhos preconceitos que, juntos, tomam forma de literatura autoritária e preconceituosa.

O conceito e a existência de verdade é algo em constante discussão no campo historiográfico. Adam Schaff em “História e Verdade” aborda esta questão da seguinte maneira:

Se a história (no sentido de *historia rerum gestarum*) nunca está definitivamente acabada, se está subordinada a constantes reinterpretações, daí resulta apenas ser ela um pro

cesso, e não uma imagem definitivamente acabada, não uma verdade absoluta. Desde o momento em que se toma o conhecimento histórico como processo e superação das verdades históricas – como verdades aditivas, cumulativas – compreende-se o porquê da constante reinterpretação da história, da variabilidade que, longe de negar a objetividade da verdade histórica, pelo contrário a confirma.⁶

De acordo com Schaff, o processo histórico é uma constatação de reinterpretação, aonde não há uma verdade absoluta. Essa posição, porém, não quer dizer que não exista uma verdade, pelo contrário, ela afirma a existência de uma verdade em constante construção e transformação. Esse processo de reinterpretação e reconstrução é algo que o historiador tende a buscar, pois só com essa constante é que consegue se chegar mais próximo de um ideal de perfeição.

A partir do momento em que se tem contato com as teses de negação do Holocausto, fica fácil distanciar o negacionismo do processo citado por Schaff. A questão presente no discurso perpetuado pelos negadores do Holocausto não é de “simples” superação de verdades históricas, até porque *superar* não implica *negar*, muito pelo contrário.

Os argumentos presentes nesse discurso passam longe do rigor e seriedade acadêmica, são elementos panfletários, extremistas. É a negação da memória. Neste ponto, fica praticamente impossível não lembrar de um dos mais famosos críticos e combatentes ao negacionismo, Pierre Vidal-Naquet, que define os negadores do Holocausto como “*Assassinos da Memória*”⁷.

É justamente na motivação e nos argumentos dos negadores do Holocausto que encontramos os melhores e maiores argumentos para a análise crítica desta prática. O judeu nestes é tratado constantemente como um ser conspiratório, elemento ativo de uma organização secreta. No negacionismo, o Holocausto é apresentado como uma das maiores das inúmeras formas do “judaísmo internacional” lançar suas garras contra o mundo, controlando as finanças, os meios de comunicação, a mídia e conseqüentemente, a civilização mundial.

Todo esse processo de bombardeamento à memória das vítimas e sobreviventes dos horrores da 2ª Guerra, mais exclusivamente do Holocausto, utiliza-se de argumentos novos e velhos. Os velhos são os

mesmos perpetuados pelos nazistas e outros tantos movimentos autoritários do século XX, que beberam o anti-semitismo de diversas fontes.

Os novos fatores, usados como terreno fértil para produção de discurso e literatura anti-semita tem como base as críticas ao Estado de Israel e ao Sionismo, entre outros. O que se vê é uma mistura explosiva de velhos e novos preconceitos, onde os argumentos críticos ao sionismo são bastante parecidos ou mesmo idênticos ao anti-semitismo praticado antes mesmo da existência do Estado de Israel.

Tanto nas obras de Ellwanger quanto de tantos outros negacionistas, os autores investem na negação da presença do caráter anti-semita em suas obras que, contudo, continua explícito. Ellwanger afirma que o seu inimigo é o sionismo, o imperialismo judaico, não a *raça* ou religião.

Encontramos este anti-semitismo (chamado de anti-sionismo) em diversos momentos. Um deles refere-se ao que chamam de “Indústria do Holocausto” (ou “Indústria do *Holoconto*”). Essa “indústria” seria mais uma das formas do complô judeu de dominação mundial praticar suas ações. A partir da condenação dos nazistas pelos crimes de guerras – temos o Holocausto como a maior expressão destes -, o governo alemão foi obrigado a pagar uma série de indenizações e pensões para Países, entidades/organizações e famílias (muitas dessas vitalícias, em forma de pensões).

Segundo os negacionistas, esta prática tem ainda escravizado o povo Alemão e, para eles, se o Holocausto tivesse realmente acontecido, não haveria o porquê da existência de tantos sobreviventes. É, para os negacionistas, a máxima da fraude. Cria-se uma guerra, subjuga uma nação, funda-se um mito da grandeza do Holocausto e ainda lucram em cima desta deslavada mentira. Seria, portanto, mais uma expressão do profissionalismo e capacidade do judaísmo em mentir, distorcer a realidade e explorar a humanidade.

Um dos argumentos mais usados pelos negacionistas para provar a existência deste fenômeno é o livro de Norman G. Finkelstein⁸, (“A indústria do Holocausto – Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus”), filho de judeus sobreviventes do Holocausto. Nes

te, Finkelstein apresenta o que seria esta “indústria” e como ela seria uma das maiores fomentadoras do anti-semitismo na atualidade. São posições e opiniões bastantes polêmicas e controversas, mas em momento algum o autor chega ao ponto de duvidar da existência de câmaras de gás e do aniquilamento de grande parte dos judeus europeus. Os negacionistas fazem uma releitura e adaptação desta obra, deixando de lado as opiniões do próprio autor sobre o tema e também acerca da negação do Holocausto (genocídio este que os pais de Finkelstein escaparam por pouco).

A afirmação dos negacionistas é basicamente a seguinte: *“Oras, se um Judeu está falando isto, por que nós estaríamos mentindo?”*. O que se vê, além da alegada “Indústria do Holocausto”, é uma tomada de diversos outros elementos e causas ao negacionismo.

As críticas às ações de governantes do Estado de Israel passam rapidamente à oposição veemente a existência e o caráter do mesmo. Assim sendo, flui -da maneira mais desagradável possível - “calmamente” de uma simples oposição a um ódio extremado, ódio este destinado não apenas a políticos e líderes de Estado, mas a toda a população judaica, seja ela residente em Israel ou não.

O “apoio” a causa Palestina é outro fator deste processo. É neste ponto, justamente, que o negacionismo tem arregimentado inúmeros simpatizantes, muito deles militantes da esquerda. O negacionismo consegue, com isto, flertar e participar das mais variadas esferas políticas, de um extremo ao outro.

O sionismo é então tratado como um movimento racista e imperialista, daí a crítica deste ser um ponto “simpático” às doutrinas esquerdistas. Chega-se inclusive ao ponto de comparar o Nazismo ao Sionismo.

O anti-sionismo está cada vez mais ligado à negação do Holocausto. Expressão clara disto é a figura de Mahmoud Ahmadinejad, Presidente do Irã. Ahmadinejad é tido como uma das mais importantes expressões dos países Árabes no que diz respeito aos conflitos no Oriente - Médio.

Ahadinejad já afirmou diversas vezes sua insatisfação ao território israelense, chegando ao ponto de sugerir que fizessem sumir Isra

el do mapa. Tal expressão, por sinal, foi proferida na abertura de um congresso internacional de negação do Holocausto (intitulado “Congresso Mundial contra o sionismo”) ocorrido na capital Iraniana.

Neste, houve a presença dos mais famosos negacionistas mundiais, das mais variadas correntes políticas. Esse caráter abrangente do negacionismo é algo bastante preocupante. De um lado, há as organizações neonazistas e neofascistas, de Partidos Políticos (vale lembrar da crescente aceitação dos partidos xenófobos e radicais da extrema direita na Europa, como no caso da Áustria, Itália, França, entre outros), a gangues presentes em estádios de Futebol ou em shows de rock (como é o caso dos *Hooligans* e *Skinheads* Neo-Nazistas) e, do outro lado, organizações de extrema-esquerda, solidárias à causa Palestina, onde muitos militantes acabam flertando – muitas vezes, mesmo sem saber – com aquilo eles consideram seus maiores e piores inimigos.

Não queremos dizer porém, que toda e qualquer crítica às ações do Estado de Israel são impregnadas de anti-semitismo disfarçado, pelo contrário. Muitas dessas críticas são de Israelenses preocupados com algumas dessas ações e contrários ao atual governo (considerado de extrema-direita pelos seus adversários) presente no país.

No caso do Brasil, ainda não há indícios claros de relação entre Partidos Políticos legais e o negacionismo. No entanto, observa-se uma crescente divulgação dos livros da Revisão Editora em diversos sites neonazistas e de outros movimentos de extrema-direita ou de inspiração nazi-fascista. Apesar de proibida as atividades da editora, ela continua a vender seus livros normalmente, via internet.

Um fenômeno como este do negacionismo chega a nos assustar e leva-nos a refletir sobre algumas questões, como a função ética e social do historiador. Antes de querer nos lançar sobre discussões acerca de métodos e correntes historiográficas (mesmo que muitos destes debates sejam extremamente válidos), temos que ficar atentos a uma função verdadeiramente social que exerce o historiador. O discurso e, sobretudo, a prática anti-semita e racista estão presentes na sociedade contemporânea, seja em pequenos grupos ou não, de diversas maneiras, e isto se deve muito a traços de gerações anteriores ou mesmo da reformulação de velhos preconceitos pelas gerações atuais. São como feridas que não cicatrizam.

Combater toda e qualquer forma de preconceito é uma questão ética ao Historiador, profissional e cidadão. Não queremos dizer que qualquer nova abordagem lançada sobre o fato Holocausto esteja agindo como arma e munição do anti-semitismo. Deixar fechado um assunto, seja ele qual for, é tão maléfico quanto a negação de fatos comprovadamente verdadeiros, afinal de contas, é função da História disciplina não apenas narrar os fatos, mas também problematizá-los.

A constante reinterpretação da história, conforme apresenta Schaff, é um processo legitimador e benéfico. Somente com novas e elucidadas opiniões é que podemos frear uma ameaça como o negacionismo. O esclarecimento e o próprio debate é uma arma poderosa e que, ao invés de castigar, educa e engrandece.

NOTAS

¹Aluno do Programa de Especialização em História Social da Universidade Estadual de Londrina - Paraná, Marco Antônio Neves Soares. (Orientador), odi1984@gmail.com.

² BURKE, Peter. **A escrita da História**

³ MILMAN, Luis. Negacionismo: **Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual**. In: Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político, Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; CORAG, 2000.

⁴ O termo negacionista é equivalente a "revisionista" do holocausto, porém, para diferenciar a prática de revisão da história como a apresentada no caso de Viotti da Costa dos negadores do holocausto, usamos neste trabalho de tal expressão. Tal método é utilizado por grande parte dos historiadores que tratam deste tema, justamente para não causar confusão e não correr o risco de dar um rigor acadêmico a obras que passam longe de tal.

⁵ Além de livros com teor negacionista, de autores brasileiros como o próprio S.E. Castan ("SOS para Alemanha", "Acabou o gás!... o fim de um mito", etc.) e Sérgio Oliveira ("O livro branco sobre a conspiração mundial", "Cristianismo em xeque", etc.), a Revisão Editora publica outros livros racistas anti-semitas, como "O judeu internacional" (Henry Ford), "Mein Kampf" (Adolf Hitler) e "História Secreta do Brasil" (Gustavo Barroso). O catálogo da editora está disponível no [site](http://revisao.grupodirlip.org/catalogo.htm) < <http://revisao.grupodirlip.org/catalogo.htm> > (acesso em novembro de 2006)

⁶ SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.227.

⁷ VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: O Revisionismo na História**. Campinas: Papirus, 1998. (Este livro já não é mais editado pela Editora, conforme a mesma nos comunicou. No entanto, existe uma versão da obra disponível na língua Francesa e Inglesa, no site “*Ressources documentaires sur le génocide nazi et sa négation*”, disponível em <http://www.anti-rev.org> – acesso em março de 2007).

⁸FINKELSEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FINKELSEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

MILMAN, Luis. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. In: **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**, Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; CORAG, 2000

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.227.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: O Revisionismo na História**. Campinas: Papirus, 1998.

ENTRE FAZER A HISTÓRIA E PRODUZIR A MEMÓRIA: A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA ESCRITA DOS MOVIMENTOS POPULARES E SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Mariana Esteves de Oliveira¹

Neste texto, pretendo esboçar algumas das questões relativas ao estudo dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 por meio de uma análise do percurso historiográfico sobre o objeto e, também, formular novas perguntas a esse tema que, por mais difundido que esteja no campo da História, aponta faces ainda obscuras ao historiador, com novas possibilidades de questionamento, sobretudo no que tange a produção da memória documental dessas experiências tão ricas e contraditórias que, em seu bojo, revelaram os homens e mulheres comuns como sujeitos da História.

Hoje, as discussões acadêmicas acerca dos chamados novos movimentos sociais não são mais uma lacuna na produção científica das ciências humanas e sociais. O conflito, a disputa, a contradição, os sucessos e fracassos, as ações de homens e mulheres, sujeitos comuns, nas perspectivas da História Social, Política e Cultural, abarrotam dossiês de renomadas revistas científicas desde que, no pós 1964, os “novos personagens entraram em cena”. Homens e mulheres, antes calados pelo elitismo político/acadêmico, “soltam o verbo” e revelam como resignificaram os conceitos de ‘política’ e ‘ação social’ a partir das suas experiências de lutas por demandas as mais diversas possíveis.

Nesse processo, a historiografia da resistência pós-1964 ganhou vultosa contribuição das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia. Todos queriam reescrever o mundo social dando voz aos grupos que agora se revelam sujeitos da história, na perspectiva renovada e heterodoxa de uma luta de classes embricada ao gênero, à etnia, aos aspectos cultural, social, político e até ecológico.

Na dissertação intitulada “*O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do lajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980*”, defendida em 2006 no Programa de Mestrado em História da UEM, estudei as trajetórias de uma entidade eclesástica progressista – o lajes² – que, a partir de meados dos anos 1970, abrigou e organizou diversos grupos populares que se constituíram como movimentos sociais, tais como: Movimentos de Mulheres, de Bairros, pela Saúde, de Negro, entre outros, na cidade de Andradina, interior de São Paulo.

De forma resumida, é possível conceber a emergência do lajes e desses movimentos populares como um processo de resistência em face à repressão política, social e econômica dos “anos de chumbo”, ao mesmo tempo em que eles também resultam das próprias experiências das lutas cotidianas, que têm suas origens nos tempos mais remotos, em um contexto regional matizado pela problemática da expropriação dos pequenos agricultores, quando da formação das pastagens na região de Andradina, pólo pecuário (e conhecida nacionalmente como *terra do rei do gado*). Assim, a partir de meados dos anos 1970, a entidade iniciou um trabalho de conscientização sociopolítica popular na periferia da cidade com a organização de movimentos populares bastante interligados entre si pelo que chamou de educação popular libertadora. Nesse processo, a entidade criou um ambiente político fervilhante nos espaços comunitários, que cresceu com a organização e a aglutinação de uma diversidade de lutas e com um cotidiano dinâmico de enfrentamentos e de intensa sociabilidade, por meio de um conjunto de ações e de experiências ricas e contraditórias. Experiências que alimentaram o crescimento do papel político da periferia e estabeleceram novas formas de atuação, como o Partido dos Trabalhadores e os Conselhos Municipais.

Inspirados pela retórica da Libertação dos intelectuais da ala progressista da Igreja Católica, esses sujeitos constituíram-se como agentes sociais e políticos que participaram ativamente do processo de redemocratização do país, por meio de um trânsito intenso e dinâmico pelos campos político, social e religioso³. Nesses campos, também encontraram os seus limites e as suas frustrações, sobretudo ao final dos anos 1980 e início da década de 1990, quando entraram em um declínio tão intenso quanto foi sua emergência. Na pesquisa, apresentei essas experiências à academia, contei suas histórias, trajetórias e contradições, e esbocei algumas considerações e análises sobre um processo que se revelou tão rico e dialético quanto os próprios resultados dela.

Assim, a história dos lajes e dos movimentos populares que organizou, somou-se a outras tantas experiências que, analisadas à luz das *História Política Renovada* e *História Social Marxista (Vista de Baixo pra Cima)*, formam um amplo conjunto da historiografia renovada – e diga-se, *thompsoniana* – a respeito da chamada “nova esquerda” e que, por isso, tem como objeto dileto, os “novos movimentos sociais”.

Mas vale dizer que, para que esse processo culminasse no grande número de teses e dissertações que se constata, os pesquisadores se valeram da ampliação bastante considerável do universo das fontes documentais do campo historiográfico que, muitas vezes, fora produzida no bojo dessas experiências. Em outras palavras, de uma forma geral, é a partir dos próprios acervos e centros de documentação dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações e igrejas, que o pesquisador encontra as fontes em que se torna possível ouvir as vozes desses sujeitos comuns, homens e mulheres nas suas lutas cotidianas e que, nas fontes ditas oficiais, constituem-se como uma lacuna ou um silêncio sintomático. São, portanto, os documentos produzidos no seio das próprias experiências (e as próprias “vozes” dos sujeitos – no caso das pesquisas em história oral), que constituem as principais fontes de historiadores e cientistas sociais dispostos a compreenderem esse processo de resistência que, apesar de bastante estudado, mantém-se como um objeto a ser desvendado pelos intelectuais interessados em uma história *a contrapelo*.

Apesar da importância desses acervos e centros de documentação em cujas experiências os intelectuais se debruçam, pouco se discute sobre os processos de produção dessa documentação, que muitas vezes se revela rica, diversa e densa. No caso do lajes, por exemplo, a pesquisa foi feita em um acervo remanescente, na época desorganizado e em avançado estado de perecimento. Toda a documentação do instituto e dos movimentos populares ligados a ele estava alojada em um galpão de 180 m², que outrora servira para o beneficiamento de arroz de uma cooperativa criada pela entidade e desativado desde 1996. Apesar de desorganizado, o acervo revelava uma riqueza inestimável, tanto pela grande quantidade de documentos quanto pela sua diversidade tipológica e de suportes.

Para realizar a pesquisa, foi necessário um recorte profundo na escolha e utilização dessas fontes, em que privilegiei os documentos escritos (na maioria, impressos) produzidos pela própria entidade e cuja finalidade imediata apontava para reflexão e relação das atividades cotidianas do instituto, somando mais de 800 páginas de documentos estudados. As análises das milhares de fotos, slides, filmes, manuscritos, correspondências e periódicos foram negligenciadas ou, minimamente, proteladas para pesquisas posteriores. Isso mostrava o quão “provisória” e incipiente havia sido essa primeira empreitada de pesquisa com o objeto estudado e ainda apontava para duas outras direções. A primeira, e mais imediata, assinalava a importância de uma recuperação e um adequado “alojamento” dessa documentação em ambiente apropriado para evitar o perecimento e possibilitar a sua utilização às futuras pesquisas que se seguiriam. Tudo isso foi realizado ainda em 2006, com o projeto elaborado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (a 40 Km de Andradina – SP), junto com os alunos da Graduação em História, acompanhado pelos próprios integrantes dos movimentos e em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Os subsídios da Fundação possibilitaram efetuar, sob a forma de mutirões, a separação, a limpeza, a primeira catalogação e o acondicionamento das fontes no Núcleo de História José Honório Carneiro, dentro da Universidade. Apesar de muito trabalho pela frente, a preocupação com a conservação dessa memória constitui uma etapa bem sucedida tanto para os movimentos populares quanto para os intelectuais envolvidos no processo.

No entanto, uma segunda direção, apontada pelo conjunto acumulado dessas experiências registradas, revela um novo objeto a ser descortinado. Trata-se de promover uma reflexão sobre a própria produção, instrumentalização e os destinos dessas documentações produzidas e acumuladas no processo histórico em questão. Ora, se o estudo acerca dos movimentos populares e dessa “nova esquerda” devem levar em consideração todas as experiências de lutas que revelem esses sujeitos como personagens da cena política do pós 1964, será ainda preciso empreender um esforço para a compreensão dos modos diversos pelos quais esses sujeitos estão em luta.

Vale, então, indagar que, se no contexto dessas lutas, a “disputa pela memória” (ou contra a memória oficial) configura um espaço dialético de confrontos por identidades, legitimação e afirmação, não deveríamos mergulhar nele de forma a entender seus meandros, caminhos e problemas?

Nesse sentido, seria preciso partir de uma perspectiva construtivista apontada por Michel Pollak, que não se limitaria mais em lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (1989, p. 02).

Apesar de apontar, aqui, a história oral como uma alternativa de reabilitação para o que Pollak chama de “batalhas da memória”, é possível conferir às fontes produzidas no bojo desse movimento como interlocutoras ou portadoras das vozes desses sujeitos nos processos em que emergem os conflitos, as contradições e as competições entre as “memórias concorrentes”⁴.

Assim, ao compreender o campo da memória como um espaço das lutas sociais, políticas e culturais travadas pelos sujeitos e pelos grupos em disputa, a preocupação com o processo de sua produção

torna-se um objeto repleto de novas possibilidades aos historiadores e cientistas sociais que se debruçam sobre o tema. Outrossim, não se trata mais de apenas compreender, contar e analisar as histórias desses grupos, mas de procurar perceber como e por quê os sujeitos registraram, acumularam e significaram a gama dessa memória documental utilizada pelos intelectuais em suas pesquisas.

Na tentativa de abrir caminhos para pesquisas nessa direção, Janice Gonçalves assinala que:

No dia a dia das entidades, a produção de registros documentais é consequência direta do exercício de sua atividade e freqüentemente busca cumprir objetivos bastante imediatos. Faz-se a reunião e elabora-se a ata, com o intuito de registrar o que foi discutido e decidido, e também para dar fundamento às atividades que concretizarão as decisões (gerando, provavelmente, outros tantos documentos: cartas, comunicados, circulares, resoluções etc.). Elaborar-se um manifesto e recolhê-lo assinaturas para um abaixo assinado: procura-se com isso intervir em situações concretas do tempo presente, **embora isso não impeça que haja no momento mesmo em que a ação se faz, uma perspectiva histórica mais ampla e uma “vontade de memória”, uma intenção de perpetuação da iniciativa**. E se os documentos assim produzidos são guardados – arquivados – certamente o são, antes de tudo, por necessidade da entidade, ligadas tanto às suas diretrizes (documentos programáticos) quanto a questões outras, aparentemente menores, e certamente apenas indiretamente vinculadas aos fins da entidade, mas decisivas para a consecução de seus objetivos (documentos vinculados a finanças, pessoal, materiais de consumo, bens patrimoniais, etc.). Portanto, como uma primeira resposta àquela indagação – “seria a preservação dos arquivos vinculados aos movimentos sociais de interesse apenas para pesquisadores?” – poderíamos responder: não, se a existência de arquivos decorre da própria existência das entidades ligadas aos movimentos sociais, sua adequada produção, organização, e disponibilização (no limite, sua preservação) é de interesse, antes de tudo, das mesmas entidades, de modo que possam realizar suas ações com maior eficiência (2003, p. 02. *Grifo meu*).

Ao problematizar essa questão, a autora possibilita, aos historiadores e cientistas sociais, algumas perguntas possíveis para o que poderíamos considerar como uma “meta reflexão”, ou “meta pesquisa”, pois ela abre esse campo de investigação com a superação da idéia de “pesquisa com fontes”, criando a idéia de “pesquisa sobre as fontes”.

Apesar de bastantes incentivadoras para aqueles que pretendem compreender os “como” e “por quês” os movimentos sociais produzem e acumulam uma diversidade considerável de documentação, as palavras de Janice Gonçalves podem ainda ser acrescentadas com outros pontos chaves para essa problemática, elementos que são possíveis de se constatar nas próprias fontes do lajes.

Em primeiro lugar, os movimentos sociais discutem sobre a documentação, sua importância, seus processos de produção. Delibaram acerca de suas possíveis utilizações e ainda, sobre o que deve ou não ficar à disposição tanto dos sujeitos que participam das lutas quanto dos intelectuais que dela se utilizam para as pesquisas. Os movimentos sociais objetivam a produção de suas memórias, ainda que embuídos de toda a subjetividade que lhes caracteriza.

Ao tornar consciente o processo de produção de memória, os movimentos sociais podem revelar que lutam também no campo político intelectual da produção do saber histórico, que não são apenas atores da cena política mas, ainda, autores que a escrevem, ou que, pelo menos, apontam as diretrizes para essa escrita, a influenciam. É claro que, do mesmo modo como é possível perceber a heterogeneidade e pluralidade dos homens e mulheres que compõem essas experiências de lutas, também é provável que os níveis de percepção e reflexão acerca da importância que se dá a este campo de atuação dentro dos grupos também poderá se revelar diversa, o que reitera a relevância de pesquisa sobre o tema, na medida em que os espaços das diferenças dentro do conjunto das experiências é muito caro ao pesquisador.

Em segundo lugar, ao empreender uma visão panorâmica das trajetórias dos *novos movimentos sociais*, emergentes no pós 1964, podemos visualizar seus percursos, seus crescimentos e refluxos e, ao encontrar, nesses percursos, o grande movimento de retração a partir dos anos 1990, deparamo-nos também com a conseqüente crise na gestão dos arquivos e centros de documentação organicamente ligados a eles. Contudo, hoje já é possível notar os esboços dos novos caminhos tomados por esses grupos e seus “lugares de memória” e a entrada do século XXI parece estar marcada por esse processo. É possível que tanto o momento político latinoamericano atual (reemergência

das esquerdas) quanto a acentuada produção intelectual em torno desse objeto de pesquisa (dois processos que de forma alguma podem ser desatrelados) estejam a contribuir para um impulso da rearticulação, seja desses movimentos populares, seja dos seus centros documentais, que carregam consigo (mas de forma dinâmica) tantas memórias e histórias.

Em se tratando do lajes, no processo de pesquisa, foi possível sentir o despertar desses grupos, que se puseram em rearticulação em algumas reuniões realizadas em 2006, após dez anos de “silêncio”, no acender de antigas preocupações e nas novas discussões e reflexões (em que tive a felicidade de participar como convidada). Mas, ainda mais evidente, foi a repercussão em torno da questão da documentação. Despertos pelo remexer da memória, os membros remanescentes da entidade repensaram suas posturas face à situação precária do acervo e criaram oportunidades e possibilidades dos processos que levariam à recuperação e reorganização desses documentos, contribuindo, de forma sistemática, na consecução do projeto que logrou a formação do fundo documental no “Núcleo de História José Honório Carneiro”.

Processos bastante semelhantes podem ser apontados aqui como exemplo. O caso do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), hoje denominado Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, constitui-se como um dos mais representativos do problema que acabo de expor. Fundado em 1973 para produção e abrigo de acervos e materiais dos (e para) os movimentos populares da cidade de São Paulo, alastrou-se como difusor da rica diversidade documental nas redes de movimentos sociais que se formavam nos anos 1980, época de grande expansão dessas experiências. Um breve relato dessa experiência encontra-se no item “História”, presente no projeto de sua reanimação:

Entre 1976 a 1989, o CPV percorreu um ciclo de ascensão e declínio, concomitante com os movimentos populares e sindicais. Nesse período, o CPV deu a sua contribuição com o seu trabalho de então, sua infraestrutura e, por vezes, seu dinheiro e seu nome, na criação e organização das oposições sindicais na cidade e no campo, que redundou na criação da CUT, e deixou a sua marca no fortalecimento das organizações classistas no embate com as posições políticas moderadas. O refluxo dos movimentos sociais na década de 90, a ascensão do neoliberalismo, a dificuldade de readequação do papel da

entidade às mudanças da conjuntura, ao lado das dificuldades de financiamento de seu trabalho, levaram o CPV a diminuição significativa das atividades, reduzindo o seu orçamento e seu pessoal. A ponto de não existir nenhum funcionário contratado e sobrevivendo graças ao trabalho de um corpo de voluntários. (...) Hoje, o CPV funciona em regime de plantão, e o atendimento é realizado na medida das possibilidades. Nossa tarefa tem sido de realizar gestões para que continuemos cumprindo a missão junto às organizações dos trabalhadores por meio de projetos em parcerias (CPV, 2007) ⁵.

A entidade trabalha, atualmente, no enfoque da reorganização e da rearticulação da memória das experiências com que contribuíra nos anos 1970 e 1980, através de um plano bienal (2006-2007) que visa *alimentar o movimento social com o registro de suas ações presentes e passadas visando a transformação social. Esse é o ofício do CPV e constitui sua contribuição fundamental* (CPV, 2007). Nesse sentido, a entidade ainda produz reflexões em que é possível compreender esses objetivos, quando ressalta que:

O CPV aos poucos vai se reestruturando sobre novas bases. Para o ano de 2006 e 2007, o desafio é pensar uma entidade de documentação para os novos tempos e que sirva a um conjunto de projetos políticos que luta pela organização dos trabalhadores em movimentos independentes de governos, partidos políticos, entidades religiosas, autônomos em relação às estruturas do Estado, democráticos nos estatutos e nas práticas, e que busque permanentemente a construção de uma consciência e uma sociedade igualitária, socialista. Nosso público alvo são os movimentos sociais combativos, classistas, na defesa das conquistas, interesses imediatos e históricos dos trabalhadores, representados pelas suas organizações populares, movimentos organizados e pelas lutas cotidianas. Nos propomos a traçar linhas mestras, estratégicas, para visualizar um futuro imediato e de médio prazo para o CPV. Trata-se de um plano com passos gerais que, no decorrer de pelo menos um ano, deverão estabelecer um planejamento duradouro e com várias alternativas de trabalho. No plano interno, a preservação e a difusão do acervo histórico (em todas as suas formas impressas e audiovisuais). Em quaisquer propostas de reestruturação e reativação do CPV, é fundamental considerar que o acervo precisa ser salvo, recuperado, reorganizado e reconicionado para ser possível a sua conservação, multiplicação e difusão (CPV, 2007: s/p).

Experiências como essa e outras⁶ evidenciam o novo momento vivido pela chamada “nova esquerda”, momento em que, apesar de

não se negar como novidade, já propõe olhar-se no passado. Ou seja, a “nova esquerda” já teria constituído um “corpo de memória” significativo, devendo ela ser repensada, organizada, sistematizada, instrumentalizada e, vale dizer, não apenas pelos círculos acadêmicos, mas sobretudo pelas novas experiências que emergem, valendo-se de uma legitimação que outrora não existia, a da memória dos novos movimentos sociais.

Acompanhar esses processos a partir de algumas experiências contemporâneas poderá reacender alguns debates acerca desse objeto, como a questão da institucionalização dos movimentos sociais, de seu caráter neovanguardista, do papel atribuído pelos intelectuais orgânicos dentro dessas experiências. Nesse sentido, uma pesquisa que pretende compreender os meandros da produção da memória dos movimentos populares não deverá abandonar as linhas teóricas concernente ao objeto, tal como a História Social e Política, mas necessita ainda trazer para dentro dessas esferas de análise, discussões antes limitadas à História Cultural, ao campo da memória e dos arquivos.

Nesse viés, novas perguntas podem ser feitas a estas experiências. Entre elas:

1. Em que medida e condições os acervos e centros de documentação são instrumentos de lutas, de articulação ou de rearticulação dos movimentos populares nos dois momentos destacados (emergência pós 64 e novas experiências da última década)?

2. Quais são os papéis e as percepções dos diferentes sujeitos que compõem os movimentos populares diante das ações e das reflexões sobre as práticas de memória desses grupos, desde a sua produção, passando pela sua organização, acomodação e utilização?

3. Como a memória dos movimentos populares disputam com as memórias ditas oficiais na construção do saber histórico, tanto regional quanto nacional, levando em conta que, em geral, essa memória oficial omite as contradições estruturais e a existência das lutas ao impor as suas versões da história para as populações no campo educacional e de memória regional?

4. Como é possível perceber, por um lado, os possíveis elementos da reprodução operada na produção da memória dos movimentos sociais, no sentido da “reificação da história” e da criação de novos símbolos e mitos que legitimem suas histórias, já que, por outro lado, são estas as práticas que cristalizaram as memórias oficiais, no sentido da imposição de representações heróicas construídas de cima para baixo, e que são alvos da crítica desses grupos que disputam a memória?

5. Quais são estes instrumentos culturais e simbólicos operados pelos movimentos populares para produzir essa memória a *contrapelo*?

Muitas são as perguntas a serem feitas às experiências passadas e contemporâneas no processo de produção e reavaliação de seus arquivos, no entanto, limito-me a apresentar apenas uma introdução do assunto, no intuito de colocar em debate uma discussão que me parece ainda obscura, mas bastante promissora.

A pesquisa com as fontes do lajes revelaram que o trabalho do intelectual pode reverberar de forma a sacudir lutas antes adormecidas e ainda criar novas demandas e, nesse sentido, pretendo continuar a trilhar junto com os movimentos sociais na busca não apenas por sua compreensão, mas também por caminhos que levariam ao “contrapoder” e à “contrahegemonia” impregnadas nas disputas pela memória e pela afirmação desses grupos como sujeitos históricos ativos, conscientes e autores de transformações propugnadas desde o século IXX. Talvez, mergulhar nos meandros da memória produzida por eles seja um desses caminhos.

NOTAS

¹ Mestre em História Política e Movimentos Sociais pelo PPH da UEM e professora dos departamentos de História das FIRB e da UFMS.

² Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor.

³ Sobre a noção de “campo” utilizada por mim, ler: BOURDIEU, 2000.

⁴ Sobre isso, consultar: POLLAK, 1989.

⁵ Trecho retirado do site: <http://www.cpvsp.org.br>.

⁶ É possível ainda elencar uma gama delas, tal como o projeto “Memória & Caminhada”, realizado na Universidade Católica de Brasília para a recuperação da memória das Comunidades Eclesiais de Base (<http://www.ucb.br/memoriaecaminhada>), os projetos do Centro de Documentação Heloy Ferreira da Silva – Cedefes - que visam promover o “suporte documental” das experiências em educação popular (<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=informacoes/linhasacao>)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CENTRO de Documentação e Pesquisa Vergueiro. <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em 15/03/2007.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular nos movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ANPOCS, 1995.

EVERS, Tilman. “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. v.2, nº4, p. 11-23, abril de 1984.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Janice. “História e memória dos movimentos sociais: em torno da preservação de seus registros”. In: **ANAIS do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais**. UFSC, Florianópolis: dezembro de 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. “A história de baixo para cima”. In: _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: **Projeto história**. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, 1993. p.7-27.

OLIVEIRA, Mariana Esteves. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do lajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1989, Pp. 03-15.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SINGER, Paul. **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração/comemoração": as utilizações sociais da memória. **Rev. Bras. Hist.**, 2002, vol.22, no.44, p.425-438.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. (tradução de Rosaura Eichenberg). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**FANZINES E PUNK ROCK:
O USO DA CONTRACULTURA COMO
GRITO DE UMA JUVENTUDE AMORDAÇADA
EM ILHA SOLTEIRA/SP
1994 À 2006**

Tiago de Jesus Vieira¹

*Em meio a fumaça das chaminés
ecoam gritos de uma geração
gritos que são porta-vozes
de uma juventude amordaçada*

*Quero ver em cada garagem da periferia
pulsar o ritmo da revolta
queremos subverter a ordem burguesa
que existe na música e na arte*

*Façam da música uma forma
de fazer cair por terra a sua mordada
queremos subverter a ordem burguesa
que existe na música e na arte
(Garotos Podres²)*

INTRODUÇÃO

Nesse artigo pretendo explicar algumas curiosidades e confusões que sempre surgiam em diálogos com as pessoas sobre o meu objeto de pesquisa, “**A produção da contracultura em Ilha Solteira/SP através do punk rock e dos fanzines**”, isto ocorria devido à falta de informação. E também pelo fato de que muitas das informações que as pessoas tinham acesso sobre, Movimento Punk, Punk Rock, Anarquismo e Fanzines, nem sempre condiziam com a realidade e acabavam por deixar as pessoas cada vez mais confusas.

Diante destas confusões das pessoas, procuro escrever de maneira mais simples para tentar desfazer estas dúvidas, correndo o risco de ser demasiadamente didático, mas é um risco que considero necessário correr para facilitar a assimilação do que esta sendo exposto.

Neste artigo, antes de mais nada, considero muito importante explicar o que seria esta produção da contracultura que em Ilha Solteira/ SP, se manifesta sobre tudo através de (02) elementos: **Punk Rock** e **Fanzines**. Elementos estes em que mais adiante farei uma abordagem em separado deles. Os motivos que levaram e levam a esta produção da contracultura, se fazem sobre tudo através de uma idéia romper com os padrões de usos e costumes impostos pela indústria cultural da sociedade capitalista. Sobre a contracultura pode se ler que:

O termo 'contracultura' foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializadas pelas principais instituições das sociedades do ocidente. Contracultura é a cultura marginal (fundada pela juventude), independente do reconhecimento oficial... Pode-se entender contracultura, a palavra, de duas maneiras: a) como um fenômeno histórico concreto e particular, cuja origem pode ser localizada nos anos 60; e b) Como uma postura, ou até uma posição em face da cultura convencional, de crítica radical. No primeiro sentido, a contracultura não é, só foi; no segundo, foi, é e certamente será. (MACIEL apud BASTOS, 2004, p.370):

É notória a participação da juventude neste processo de produção da contracultura, por isso reservo um espaço deste trabalho para se estabelecer uma discussão sobre a **JUVENTUDE**, sua visão de mundo, seus desejos, e seu cotidiano em Ilha Solteira, onde levanto algumas hipóteses que podem ter colaborado para o surgimento deste movimento de fomento da produção contra – cultural no município.

Logo após aponto os veículos utilizados para a difusão da contracultura, começando pela **MÚSICA**, no caso o Punk Rock, pois considero necessário destacar a força de alcance da música esta que “Toda gente sabe: verso e música são as expressões de arte mais

próximas do analfabeto. Conjugados assumem um poder de comunicação que fura a sensibilidade mais dura” (Machado apud Moraes, 2000, p. 204). E pouco se tem produzido nesse sentido da história da música, reflexo de uma condição histórica onde não era incentivado, o estudo de tal temática, pois a música não sendo erudita ou folclórica, sempre foi vista com certo desprezo, tanto pela universidade quanto pelos órgãos financiadores (2000, p. 205). Diante disto tive certa dificuldade em encontrar trabalhos acerca da História da Música.

Sobre o **Punk Rock** estarei trançando um breve relato histórico sobre o gênero, desde seu surgimento nos EUA na década de 1960, sua explosão na década de 1970 na Inglaterra e logo após seu surgimento no Brasil, até chegar em Ilha Solteira. A partir daí explanarei brevemente sobre os shows Punk Rock, realizados no município na década de 1990.

Outro veículo utilizado como forma de difusão da contracultura em Ilha Solteira, eram os **FANZINES** que funcionavam como uma imprensa alternativa do grupo. Estes fanzines abordavam diversos assuntos de forma bem simples, que contavam com um caráter anárquico, que é facilmente confundido com desordem, baderna e etc. Sobre esta questão salienta WOODCOCK o fato de que “Poucas doutrinas ou movimentos foram tão mal entendidos pela opinião pública e poucos deram tantos motivos para confusão pela própria variedade de formas de abordagem e ação” (apud MENDES, 2006, p. 12). Ou seja anarquia:

Em termos históricos “Anarquia” e “Anarquista” foram termos usados durante a Revolução Francesa com um sentido de crítica negativa e até de insulto por elementos de vários partidos para difamar seus oponentes, geralmente de esquerda (WOODCOCK, 2002). Logo a conotação negativa da palavra continua até hoje sendo usada neste sentido na linguagem popular. (Mendes, 2006, p. 12 -13)

ILHA SOLTEIRA/SP: JUVENTUDE EM FOCO

Como cita Bastos, (p. 291) nenhum movimento surge como pronto e acabado, pois existem questões que vão favorecendo para o surgimento de um movimento. O que se pretende nesta parte do trabalho é refletir sobre os possíveis fatos e questões que contribuíram para

o fomento da produção da contracultura no município de Ilha Solteira, enfocando principalmente para as questões relativas à juventude, pois:

[...] a passagem da infância para a adolescência é também a passagem de uma sociabilidade (rede relações objetivas e subjetivas) restrita à família, à escola e ao bairro, para uma sociabilidade ampliada a partir da circulação por outros espaços da cidade, sobretudo o centro urbano. Aliado a isto está a busca de “quem sou eu?” [...] a/o jovem depara - se com várias possibilidades de ser, desde homem/ mulher engravatados, até “rebeldes urbanos”: aqueles que vestem de uma forma diferente, que estão fora dos padrões, sendo que estes exercem uma influência maior na juventude devido à representação de ruptura que carregam. (Neto, 2001, p. 28)

Por isso considero necessária a inserção do assunto juventude nessa discussão devida à singularidade do assunto. Pois é nesta fase da vida em que os seres humanos fazem de certa forma, os primeiros contatos individuais com os universos culturais. Onde “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mais este é formado e modificado num dialogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2005, p. 11). Buscando essa modificação do eu, “o punk, com seu visual, coloca símbolos para decifração e reconhecimento. Algumas pessoas cientes do que esses símbolos significam aproximam - se ou distanciam - se, identificam - se ou se diferenciam” (Neto, 2001, p. 29). Sendo assim vou expor algumas questões que podem ter contribuído para a criação desta identidade de contracultura em Ilha Solteira.

A começar pela questão de que a edificação de todas as casas da cidade ter sido executada pela CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo), devido a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, pois seus trabalhadores necessitavam de um local para morar, uma vez que se tratava de uma obra de longo prazo. A edificação das casas foi feita em um sistema de divisão por níveis³.

Isto pode ter contribuído para o sentimento de indignação dos jovens locais, pois em sua maioria eram de famílias humildes filhos de funcionários da CESP, e presenciaram esta divisão por níveis não somente no sistema de habitação, mais também nos locais de lazer. O que pode ter contribuído para um aumento deste sentimento com o

mundo, se agarrando na produção da contracultura como uma forma de poder manifestar seus problemas com tal sociedade. Sobre isso pode ser ler que:

Os jovens não são apenas relativamente abertos para os valores, eles têm certa necessidade de certa identificação com os ideais, de uma ligação a esses ideais a fim de superar sua agitação e satisfazê-la. Eles têm necessidade de força e estão prontos a obtê-la nas imagens, nos símbolos, nos modelos ou nos ídolos, para quais se voltam ou para quais são dirigidos. Na maior parte das sociedades industriais é apenas num grau limite que os adolescentes podem realizar, traduzir em atos seu desejo de uma vida sexual completa, de poder social de crítica etc. Impedidos pela idade, pela educação inacabada, pela falta de maturidade social de crítica e de independência econômica de alcançar uma satisfação inteira e real, eles tendem a procurar sua segurança e seu equilíbrio na identificação a ideais. (Rosenmayr apud Neto, 2001, p. 38)

Outro fator pelo qual pode justificar está produção da contracultura em Ilha Solteira é que no município sempre houve um núcleo jovem muito grande. Pois é na juventude onde se criatividade está tona e há uma:

[...] necessidade de construir uma identidade em meio à intensa complexidade e fragmentação do meio urbano, que se reflete no peso sinalizador e na velocidade das modas; a necessidade de equacionar os desejos estimulados pelos crescentes apelos de consumo e as possibilidades de realizá-los; a necessidade de situar-se frente à enxurrada de informações veiculadas pelos meios de comunicação; a necessidade de encontrar espaços de vivência num meio urbano modernizado mais ainda pobre e segregacionista, adverso aos jovens com baixo poder aquisitivo [...] com as dificuldades de articular perspectivas de futuro para si e para a sociedade. Buscando lidar com estas questões, alguns grupos jovens vão construir um estilo próprio, com espaços específicos de diversão e atuação, elegendo e criando seus próprios bens culturais, sua música, sua roupa, buscando escapar da mediocridade, do tédio da massificação e da própria indústria cultural. (Abramo apud Neto, 2001, p. 39)

Sobre a existência deste núcleo de jovem tão numeroso no município pode ser explicado por dois motivos fundamentais: Pela implantação da UNESP (Universidade Estadual Paulista) em 1976, onde a cidade em pouco tempo ganhou status de cidade universitária. E pelo fato de que desde a construção do núcleo urbano de Ilha Solteira, sem

pre ouve um grande número de jovens, até por que os trabalhadores da CESP eram em sua maioria jovens, “Na época da construção da usina, os habitantes de Ilha Solteira caracterizavam-se como uma população jovem, cuja a idade média dos rapazes era 24 anos e das moças 23 anos, com uma população infantil entre zero e 10 anos bastante numerosa”.(CESP, 1988, p. 30)

Outra questão que levanto também remete ao contexto da edificação da cidade, questão essa que aumenta as particularidades, quando se compara Ilha Solteira em relação às demais cidades da região, principalmente no que se diz respeito aos padrões culturais da sociedade local. Desde o início sempre contou com alguns espaços para apresentações culturais, um exemplo disto são os “festivais nacionais de MPB de Ilha Solteira⁴”, que ocorrem no município desde a década de 1970.

Isto fica explicito em um livro produzido pela CESP, referente à história do município, o mesmo faz questão de expor que a vida social e cultural sempre foi um “parâmetro” para a todos os demais municípios da região, como se pode observar neste trecho:

A população de Ilha Solteira tornou-se, desta maneira, o parâmetro para a região. O poder aquisitivo dos barrageiros influenciou a cultura regional, que passou inclusive a cultivar novos hábitos de convívio social, tais como bailes, apresentação dos artistas mais populares da época e o consumo de produtos até então pouco usuais na região. (1988, p. 31).

E neste trecho que fala sobre a realização de shows com artistas de renome na mídia:

Após a construção dos clubes graças à iniciativa e do dinamismo dos moradores de Ilha Solteira, a vida social ficou famosa na região. Muitos Artistas populares da época que dificilmente se deslocavam para pequenas cidades do interior, apresentaram-se nos clubes da cidade. Elis Regina, Chico Buarque, Gilberto Gil, Tom Jobim, Toquinho e Vinicius de Moraes são alguns dos mais ilustres; os shows ocorriam em média de dois em dois meses. (CESP, 1988, p. 33).

No entanto o fato da realização dos festivais nacionais da dita Música Popular Brasileira e nem a presença de artistas de renome nacional, desde a década de 1970, fazia jus ao título que o município veio a adotar na década de 1990, **“Ilha Solteira a capital da cultura”**.

Pois essas apresentações que ocorriam na cidade nem de longe representavam os anseios de boa parte da juventude. Que consideravam a música muito chata e que não condiziam com a realidade deles, e que constatava que Ilha Solteira na década de 1990, poderia até almejar ser “a capital da cultura”, mais estava distante de ser capital da **diversidade cultural**.

Diante da ausência de eventos que satisfizessem a aquela parte da juventude, esta assimilou o princípio Punk do **Faça Você Mesmo** “Do It Yourself”, como uma boa saída para este problema. Começando em primeiro momento a realizar shows de Punk Rock na cidade com bandas de fora e mais adiante passando a produzir sua música e sua imprensa.

PUNK ROCK

O Punk Rock surge nos EUA como uma contracultura à forma comercial e capitalista em que tinha se tornado o rock n’ roll, que com seus solos quase que infinitos, não agradavam uma boa parte do público, como o próprio Bivar:

“O problema era que sem o expansor de consciência (o produto químico, LSD) essa música era chatérrima. A paciência chegava ao seu limite. A próxima coisa teria que ter exatamente o oposto dessa abundância oca. A próxima coisa teria que ser o retorno ao básico. A próxima coisa teria que ser o punk. E foi.” (apud Neto, 2001, p. 52)

Este novo gênero visava uma volta ao rock dos anos 50, como complementa Bastos:

Desta forma uma outra versão mais antiga considera o surgimento do movimento punk no ano de 1965, nos Estados Unidos da América, onde, mais precisamente em Nova Iorque, surgem as bandas Velvet Underground e The Stoogs que, juntamente com outras de menor repercussão, dariam início a um pequeno movimento underground de bandas de rock influenciadas pelo existencialismo e pela corrente artística conhecida como *minimal*, a qual propunha aos artistas das várias especialidades trabalhar o mínimo a sua arte, numa tentativa da mesma [...] (2004, p. 296)

Mas, no entanto o Punk Rock só é difundido pela mídia e se torna um fenômeno mundial a partir do final da década de 1970, na

Inglaterra, quando incorporam a ideologia anarquista, o que difunde a idéia do “Faça Você Mesmo” onde as pessoas passam a criar seu estilo, suas músicas e passam a difundir um ideal libertário. Sendo que “[...] a produção cultural dos anarco-punks, como a de outros movimentos contra – culturais, se constrói numa relação de conflito com a indústria cultural e, além disso, em negação consciente à cultura de massas”. (BASTOS, 2004, p.371)

No Brasil o Punk Rock tem uma boa aceitação de parte da juventude, devida à falta de representação que a MPB e a crescente onda das discotecas, tinham sobre uma boa parte do público. Além disto, o Punk com seu caráter anárquico⁵ vêm a encaixar como uma luva perante a realidade enfrentada pelo brasileiro no final da década de 1970, devida a falta de liberdade, reflexo do governo militar e de seu AI-5.

Sobre o Surgimento do Punk no Brasil, Clemente vocalista da banda **Inocentes** diz no documentário **Botinada a origem do Punk no Brasil** que: “Nos estamos aqui para revolucionar a música popular brasileira, pintar de negro a asa Branca, atrasar o trem das onze, pisar nas flores de Geraldo Vandré e fazer a Amélia uma mulher qualquer”. (2006)

O Punk Rock chega a Ilha Solteira, e se manifesta com força a partir de 1994, quando começam a serem realizados os primeiros e pequenos shows, na maioria das vezes com bandas locais recém formadas, estes ocorriam em diversos lugares, como por exemplo: Restaurantes, Bares e Escolas. E com o passar do tempo Ilha Solteira vem a ganhar certa projeção dentro do cenário Punk Rock do interior paulista no final da década de 90, devido à realização de diversos eventos que ocorriam quase que semanalmente no período de 1996 a 1999. Tais eventos eram realizados devido uma certa “correria” por parte de algumas pessoas que estavam ligadas a este movimento em torno da Música Punk, graças a esta “correria” foi possível a realização de alguns shows de maiores expressão ocorrerem com as bandas de projeção nacional: **Garotos Podres**; **Blind Pigs**, **Cólera**. E com a banda Belga **Intestinal Disease**.

Estes shows contavam com um público garantido que variava de 100 a 600 pessoas, um público relativamente grande, se for levado em consideração o tamanho da cidade, à forma agressiva das músicas e a falta de divulgação da por parte dos veículos de comunicação em massa. Pouco se era dito sobre os shows de Punk Rock realizados em Ilha Solteira. Um raro exemplo é o Jornal Correio da Ilha, do dia 04 de Junho de 1997, onde aparece uma pequena nota e uma foto na coluna bola da vez, a respeito do show dos Garotos Podres realizado na cidade. Após 1994, Ilha Solteira passou por um grande salto na produção da Música Punk, seja de (Punk Rock, Hardcore ou Grind Core) com o surgimento de diversas bandas como: **The Unabombers**, **Lost Business**, **Street Fear** e **Melvin Jones**.



Figura 01 – Cartaz do Festival realizado em 2006: “Domingo Hardcore” com a participação de bandas de diversos locais, incluindo a banda de Ilha Solteira, *Lost Business*.

FANZINES

Os Fanzines são uma espécie de imprensa alternativa produzida pela contracultura, a origem da palavra vem do inglês, *Fan* = fã, e *zine*, uma abreviação da palavra magazine “revista”, que significaria então “revista do fã”.

Segundo Bastos (2005, pág. 406 – 407) o primeiro fanzine surgiu na Inglaterra em 1976, quando um jovem punk de Londres, escreveu num dia seguinte a um show do Sex Pistols⁶ uma resenha de oito páginas descrevendo o que ocorrera nesta oportunidade, o fanzine ganhou o nome de *Sniffin Glue* (Cheirando Cola), onde ele tirou 200 fotocópias e distribuiu. A partir desse momento estes passaram a exercer segundo SOUZA:

[...] papel de destaque na construção dessa nova identidade; eles contribuíram de maneira decisiva para ampliar o debate e a reflexão entre os militantes e simpatizantes da causa e também foram responsáveis pelos questionamentos mais incisivos sobre o valor e a importância de certos símbolos para o movimento (apud Bastos, 2005, p.322).

Os fanzines contam com uma linguagem direta e objetiva, a fim de facilitar a assimilação do conteúdo por parte do leitor. Nos fanzines também era possível encontrar diversas ilustrações, como imagens e desenhos. Sobre esta questão da utilização desses recursos é possível deduzir que os jovens lançavam mão desse recurso, baseados na idéia de que:

Num mundo onde a principal forma de comunicação é a imagem, e onde as identidades sociais são representadas pelo que se consome, marcar posição através da construção alegórica da própria imagem, foi a saída encontrada pelos/as jovens para tornarem visíveis suas questões para o mundo e elabora-las para si mesmos. (Neto, 2001, pág. 39)

Em Ilha Solteira, os fanzines passam a ser produzidos a partir de 1994, por pessoas que estavam engajadas na produção da contracultura em torno do Punk Rock. Em um trecho do fanzine (Gueto zine), escrito por Fausto, ele faz a seguinte pergunta **Será que a ditadura acabou?** Ao observar o texto, pode-se notar que havia um grande descontentamento por parte do autor em relação à situação vivida pelos jovens na década de 1990, principalmente com a política e seus “donos dos palanques”, onde o texto procura despertar o sentimento de luta nos jovens:

1968 o ano que não acabou! Você leu? Ótimo livro, desculpe minha falta de informação, pois não sei o nome do autor... Mas houve um tempo um pouquinho pior (desculpe o ironismo), 1964 o ano do governo brutal de João Goulart. O ano em que policiais e governantes massacravam toda uma

população inocente, que simplesmente lutava por um país justo e democrático. Nesta não houve apenas um herói, mais sim vários, centenas de heróis, na qual éramos nós estudantes, que num tal dia 26/06 saiu as ruas por este país, vendo que seus melhores companheiros estavam sendo grotescamente assassinados pelos policiais da época, este momento de revolta explodiu pressionando a queda de um presidente. Tudo isso aconteceu no “governo” militar... surge então a década de 80 o quase fim do militarismo, mas e aí? Numa certa época os professores pediam justamente, por um salário mais digno, mas um tal governador militar (Paulo Maluf, o Turco) soltou a tropa de choque sobre os professores e disse que eles não recebiam mal e, que eram mal casados. Logo depois o governo Montoro, que viveu tentando cobrir os gastos excessivos de seus antecessores, em seguida Quércia e Fleury. E o ato imoral contra os professores e contra o povo se repete. E aí moçada...! E hoje? Será que só um processo de impeachment basta? Vocês sabiam que hoje 32 milhões de pessoas passam fome no “País Brasil”, conseqüentemente suas crianças não estudarão e serão futuros marginais, pois a fome e a falta de ensino gera a **violência** e a morte. Nós simples estudantes, somos as “maquinas mortíferas” do nosso país, será que vamos parar agora? Vamos ser simples agentes passivos da História? Acorda Moçada! Somos poucos porém somos fortes. Vamos fazer um Brasil de presente e não um Brasil de futuro, que só sonha e esquece seus filhos de hoje! (Gueto zine, 1994, p. 09, grifo meu)

Hoje em dia os fanzines perderam muito espaço diante do avanço de alguns meios de comunicações contemporâneos como à internet, que fornece ao seu usuário uma facilidade indiscutível ao aceso da informação, a ponto de provocarem mudanças na sociedade, como o desaparecimento de antigos hábitos como o da distribuição de fanzines. Esta ficando restrita praticamente ao movimento punk, sobre isso pode ler que:

[...] o caráter amplamente globalizado das culturas juvenis na atualidade, as quais estão se tornando cada vez mais híbridas e heterogêneas, através de processos de informação e influência mútuas os quais as diversas tribos e movimentos juvenis, de vários lugares do mundo, fomentam ou acabam por se inserir, seja através de intercâmbios informativos e culturais estabelecidos pelos próprios jovens, seja através da veiculação de notícias propagada pela mídia. BASTOS, 2004, p.368)

CONCLUSÃO

Espero que este trabalho tenha contribuído para que, se tenha um melhor entendimento sobre algumas questões que fazem parte deste cotidiano da juventude no pós-guerra, pois:

Pensamos que uma mudança verdadeira da sociedade só será possível através de uma crítica radical a sociedade atual, nos meios acadêmicos ou não, levando essa discussão adiante para que estes ideais não se percam para, até mesmo, surgir desta base outras idéias que possam ser produzidas dando frutos para a sociedade assentados na autonomia e cooperação mútua. (Mendes, 2006, p. 10 -11)

Contudo gostaria de ter possibilitado uma nova visão sobre a produção da contracultura em Ilha Solteira e que as questões levantadas neste trabalho tenham sido de fácil compreensão, pois:

toda teoria é provisória, acidental, depende de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados [...] mas que em seguida são revistos, reformulados, substituídos a partir de um novo material trabalhado. (MACHADO apud NETO, 2001, p. 11)

Por fim devida à ausência de algumas fontes, elas acabaram por dar um caráter de inacabado ao trabalho, pois estas são peças fundamentais no gigantesco quebra cabeças que veio a se formar sobre a contracultura em Ilha Solteira entre os anos de 1994 e 2006.

NOTAS

¹ Graduando do 3º Ano de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas.

² Extraído da música “Rock de Subúrbio”, da banda Garotos Podres; In: Garotos Podres, Rock de Subúrbio, Rio de Janeiro Ao Vivo, faixa 05. 2001.

³ Sobre esta informação sobre o a divisão no sistema de níveis, pode se ler melhor em: Ilha Solteira: A cidade e a usina (Fascículos da História da Energia no estado de São Paulo); onde se pode ver até as plantas das casas.

⁴ Sobre os festivais Nacionais de Musica Popular de Ilha Solteira, pode se ler melhor na monografia de Patrícia Garcia da Silva “Representação do Brasil no Festival Nacional de MPB de Ilha Solteira: 1997 a 2004

⁵ A etimologia da palavra Anarquismo vem do grego “*anarchos*” que quer dizer “sem governo”, ou seja, uma ideologia que tem como pressuposto a idéia de inexistência de qualquer tipo de governo ou poder. Isso pode ser ruim para muitos, mas bom no ponto de vista dos anarquistas. (Mendes, 2006, p. 12)

⁶ Sex Pistols, banda formada em Londres, Inglaterra, 1975 sendo esta uma das mais conhecidas bandas Punk Rock de todos os tempos.

FONTES

CESP. **Ilha Solteira**: A cidade e a usina. Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, São Paulo, 1988. 93 p.

GUETO ZINE. Ilha Solteira; nº 1. 1994

Documentário Botinada: a origem do Punk no Brasil; São Paulo, ST2 vídeo, 2006, 110 min.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Yuriallis Fernandes. **Partidários do anarquismo, militantes da contracultura**: um estudo sobre a influência do anarquismo na produção cultural anarco-punk. 2004. 149 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 9, set./2005, p. 284-433. <<http://www.cchla.ufpb/caos>>. Acesso em: 20 set. 2006.

DA SILVA, Patrícia Garcia. **Representação do Brasil no Festival Nacional de MPB de Ilha Solteira: 1997 a 2004**. 35 p. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS,

PARTE VII

QUESTÃO AGRÁRIA: OLHARES NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA

OS CAMPONESES E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES¹

Maria Celma Borges²

INTRODUÇÃO

Para uma análise das lutas camponesas na história da questão agrária brasileira é preciso retomar a história das relações de trabalho no campo e os sujeitos nela inseridos, principalmente no que se refere aos papéis desempenhados por esses homens e mulheres, ao escreverem suas histórias, por entre veredas, rios e matas pelos seus pés percorridos; por entre engenhos, fazendas, campos, por suas mãos trabalhadas. Sem perder de vista o mundo da sociedade e economia que circundava ou margeava a vida e trabalho, imputando-lhes a violência, a expropriação, a expulsão, porém, sem que se conseguisse, de um todo, retirar-lhes os sonhos ou podar-lhes os espaços de luta, de sobrevivência, de acomodação e de resistência. São estas questões que buscaremos apresentar neste texto visando apreender as práticas estabelecidas na luta pela “terra de trabalho”.

OS CAMPONESES NA HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA

Faz-se necessário, então, repensar a forma de colonização do Brasil, principiando por Prado Júnior (1975), por ser a sua obra uma referência para se pensar a produção historiográfica dos meados do século XX. Para esse autor, diferente das colônias inglesas da América do Norte, onde desde o início da colonização predominou a mão-de-obra européia, no Brasil e na América espanhola não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isso porque, afora outras questões, nem na Espanha, nem em Portugal, havia, como no caso da Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a migrar a qualquer preço.

Por outro lado, Ferlini discute a importância da utilização da “massa branca livre” no contexto de expansão da economia açucareira e na defesa do solo brasileiro, já no início da colonização. Partindo da análise do Engenho Sergipe do Conde, em Pernambuco, na primeira metade do século XVII, assinala essa autora que: “A exploração sistemática requeria esse substrato branco, que no dizer de Florestan Fernandes constituía verdadeira ‘argamassa para-militar, usada como uma aríete na defesa das povoações’”. (FERLINI, 1988, p.210)

Afirma Ferlini que se transferir para a Colônia implicava para os degredados uma possibilidade de qualificação econômica e social. A requalificação “[...] teoricamente era possível na Colônia”, em vista das riquezas que conseguissem retirar da exploração da terra, o que poderia ser realizado pelos lavradores da cana, dependendo da modalidade em que se encontravam no nordeste açucareiro: se lavradores da cana livre, essa possibilidade tornava-se mais palpável; se lavradores da cana cativa ou arrendatários, as dificuldades apresentavam-se mais eminentes. Nesse sentido: “Terra e escravidão entravam assim nesse processo de reabilitação, de enobrecimento”. (1988, p. 211)

No mundo do açúcar no nordeste, ressalta a autora, a hierarquia entre senhores, proprietários e arrendatários demonstrava o fracionamento da classe dominante e o tensionamento entre colonos brancos e senhores de escravos. Dentre as categorias de lavradores da cana, sendo eles livres, obrigados e arrendatários, os últimos eram o grupo mais instável e inseguro do processo produtivo, conforme os cronistas coloniais. (FERLINI, 1988)

Dentre as diversas categorias de sujeitos que compunham o universo colonial, destaca-se inicialmente a utilização da mão-de-obra indígena e, logo em seguida, a negra, a expor o mosaico de violências nas relações de trabalho e de vida estabelecido desde a Colônia. As relações sociais e econômicas na colônia portuguesa e no Império mantinham sob seus patamares a exploração da força de trabalho escrava e dos homens pobres livres. Por outro lado, como observado, deparavam-se também com os conflitos geradores da forma como elas eram impostas.

A monocultura (de produtos como a cana-de-açúcar, o café, etc., destinados para o mercado europeu), a escravidão e o latifúndio caracterizaram, para a historiografia inspirada em Prado Jr., dentre outros autores, o tripé a sustentar o desenvolvimento da Colônia e posteriormente do Império, alternando-se apenas os produtos cultivados. Entretanto, é preciso salientar que a interpretação da história centrada no tripé, visto como explicativo do “todo econômico e social”, encerra a possibilidade de análise do campesinato no espaço da economia senhorial e de produção para o mercado externo, e pouco sobra para se repensar as práticas sociais como conflituosas, trazendo em seu bojo as lutas dos escravos, roceiros, posseiros, colonos, etc., presentes numa ordem que, se desejava apresentar-se como homogênea, não conseguia, porém, suplantiar as diversas formas de resistências enunciadas no seu interior, em práticas que não se limitavam ao que os fatores econômicos, por si só, determinavam.

Um exemplo disto pode ser entendido a partir da agricultura de subsistência, fonte importante para o abastecimento interno e meio de vida das populações pobres, por meio do plantio de roças de milho, mandioca, feijão, abóbora, produtos oriundos da “brecha camponesa”³ e do cultivo de pequenas posses pelos camponeses livres⁴. Esta prática comum ao longo de nossa história evidencia a fragilidade da interpretação centrada no tripé.

Azevedo, ainda que trate da problemática do negro no imaginário das elites do século XIX - preocupadas em moldar o mercado de mão-de-obra livre pela imigração –, faz considerações relevantes para se pensar a leitura dos conceitos definidos *a priori*, sobrepondo-se às práticas e representações dos sujeitos:

Raramente entrevistas, a não ser quando tem uma perspectiva explicitamente antropológica, as relações humanas e sociais ficam obscurecidas pela visão das relações de produção determinadas por aquele esquema implacável de desenvolvimento das forças produtivas. Ao final, tudo o que nos resta é reconhecer uma racionalidade imanente à história ou a tão mencionada 'lógica do capital' e, a partir dos resultados tidos por inevitáveis (frutos desta mesma lógica...) procurar explicar porque se formularam determinadas políticas, porque se construíram determinadas instituições, porque determinados agentes se marginalizaram em vidas miseráveis enquanto outros ascenderam social e politicamente. (1987, p.28)

Essa autora tece críticas à visão da história centrada na explicação do fim da escravidão pelo prisma exclusivo das racionalidades econômicas, anteriores à própria análise e práticas dos sujeitos, como, por exemplo, a leitura de que o mundo do trabalho, no século XIX, somente se alterou devido à percepção dos senhores de engenho e fazendeiros do café de que o sistema escravocrata estava chegando ao fim. Nesse sentido, a permanência da escravidão apresentava-se como irracional.

Na historiografia brasileira predominante nas décadas de 1960 e 1970⁵, costumeiramente emerge a explicação de que a abolição e, conseqüentemente - para a formação do mercado de trabalho -, a imigração só poderiam ter se dado por meio da superação das relações pré-capitalistas e do fortalecimento das relações capitalistas, em sua plenitude, derivando na constituição do mercado de trabalho livre por meio do assalariamento. Para tanto, aos senhores de engenho e fazendeiros do café, interessava não os trabalhadores nacionais, camponeses livres e forros, mas os imigrantes, de preferência europeus.

Essa leitura pressupõe que o acirramento das contradições entre o capital e trabalho, principalmente a partir do final do século XIX, levaria, ao mesmo tempo, tanto à superação da carência de mão-de-obra advinda do fim da escravidão, quanto à possibilidade de fazer emergir, nas primeiras décadas do século XX, o trabalhador potencializado para as transformações revolucionárias: o operariado.

Daí a interpretação da incapacidade dos camponeses em adentrarem à nova ordem e nela resistir, bem como, posteriormente, a construção da figura do jeca tatu "como síntese de brasilidade" (NAXARA, 1998, p.20), erigida por Monteiro Lobato, em 1914, e reformulada por

esse escritor em 1918, com o surgimento do jeca tatuzinho, tendo a sua história difundida pelo laboratório de Cândido Fontoura.

Na segunda imagem produzida por Lobato, destaca Naxara que o jeca se recupera, sai do estado de letargia e se transforma num grande fazendeiro, pois, diferente do jeca tatu original - o desterrado -, ele se tornara proprietário. Entretanto, o que prevaleceu no imaginário da população foi a imagem do “jeca tatu opilado” (NAXARA, 1998, p.31), utilizada como sinônimo da negação do trabalho e explicativo do “parasitismo” dos camponeses. Assim, é possível afirmar que a desqualificação do homem pobre livre remonta às origens da história do Brasil, já que:

No período colonial ela consistiu base de legitimação e justificativa da permanência da escravidão, uma vez que o escravo foi escolhido e eleito como o elemento de trabalho por excelência, permanecendo a população livre despossuída marginalizada na sociedade que aqui se criou e desenvolveu ao longo de três séculos. (NAXARA, 1998, p. 45)

Caberia utilizarmos aspas em “escolhido” e “eleito” para se pensar o escravo, na medida em que podem sugerir o inverso das questões presentes na história das relações de trabalho e vida no Brasil desde a Colônia. O ato de desqualificar o homem pobre livre como mão-de-obra para o trabalho nos engenhos e fazendas, não quis dizer a qualificação do escravo, mas a justificação do tráfico negreiro e do controle que se desejava impor notadamente pela violência, evidenciada, dentre outras formas de ação, no “controle”. (LARA, 1988).

Como sugere Azevedo (1987), se a história da questão agrária brasileira for vista exclusivamente pelo prisma da contradição capital e trabalho, apresenta-se como negadora das potencialidades históricas, sendo entendida não pelas práticas sociais, mas tão somente pelas determinações econômicas, transformando os sujeitos basicamente em apêndices quase desnecessários para o capital⁶. Nesse sentido, o campo de possibilidades da história encerra-se em interpretações e conceitos preconcebidos, os quais determinam por onde e por quais vias a história e os homens devem caminhar.

Busca-se eliminar, desse modo, as práticas e representações dos camponeses, principalmente daqueles que compunham a classe

menos abastada ou em condições miseráveis no decurso da história, em favor de teorias explicativas a partir de modelos economicistas, dissociados da análise das evidências e práticas desses agentes, pois semeados num terreno infértil a tais representações.

Diante disso, vemos ser preciso refletir como se expressam as lutas dos camponeses, analisando as suas formas de resistência, entendidas como derivadas das relações ambíguas, carregadas de enfrentamentos e de acomodamentos, desenhados por entre as margens e os centros da história brasileira ao fazer vir à tona as mazelas sociais vivenciadas por esses sujeitos.

Schwartz, ao pesquisar os escravos, roceiros e rebeldes em fins do período colonial, afirma que a escravidão foi a forma predominante de trabalho no Brasil, entretanto, “[...] sempre à margem da economia de exportação e, com o passar dos tempos, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa” (2001, p.123). Ressalta ainda que os pequenos proprietários rurais livres encontram-se à margem dos estudos brasileiros, e, quando pensados, carregam constantemente o peso dos rótulos. Reforçando a necessidade de compreensão dos camponeses, esse autor acentua:

[...] historicamente, no Brasil a produção de roceiros e escravos, ou, com maior exatidão, a agricultura de subsistência e a de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces da mesma moeda. (2001, p.125)

Esse estudo é ilustrativo para retomar a história dos camponeses, na tentativa de apreendê-los como sujeitos de suas histórias a construir também a história da agricultura brasileira, sendo portadores de desejos, sonhos, esperanças, expressos em práticas e representações, as quais não se encerravam no universo da casa grande e da senzala ou no binômio senhores e escravos⁷. Prado Júnior, ao referir-se ao homem pobre livre, afirmou:

A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio ‘senhor e escravo’. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não podia se entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já

vinha dos tempos remotos da colônia resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. (1972, p.198)

São termos como “vadiagem criminosa” e “prostituição”, que contribuem para a interpretação que se apresenta no tempo presente sobre o campesinato. “Elementos desajustados”, entrementes, no ajuste dos interesses das Províncias, como no exemplo relacionado abaixo da Província Paulista, da qual fazia parte Mato Grosso, eram encaminhados para a derrubada das matas, adentrando os sertões na abertura de novos caminhos para a civilização, como se pode constatar da correspondência do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza, no ano de 1775, enviada aos Officiaes da Justiça e Milícia da Província de São Paulo, intitulada: “P.^a não se prenderem os criminosos, e devedores; q’ forem povoar o cam.^o da Parahyba nova”:

Todos aquelles moradores, cazados, e Solteiros q’andarem refugiados por conta de crimes, e dividas em qualquer das Villas desta Capitania, e quizerem hir morar no caminho da Parahyba nova e se encorporarem ao Cap.^m Jozé Correy Leme Marzagam para se facilitar aquelle Caminho: Os Officiaes da Justiça e Milícia nam os prenderam té minha Segunda ordem por ser assim conveniente ao Real Serviço. S. Paulo a 7 de Julho de 1775// Com a rubrica de S. Ex.^a //⁸

Abrir e povoar se tornavam instrumentos precisos para “qualificar”, no dizer de Guiucci (1993), aqueles que estavam à margem do sistema de produção do mercado externo. Enquanto “função útil” para as Capitánias, interessava a existência desses sujeitos, costumeiramente camponeses pobres que ao viverem pelas margens dos campos e vilas, revelavam-nas pela situação de miséria por eles vivida, assim como por se tornarem presença incômoda e constante em seu interior, inclusive, como ressaltam os trechos relacionados, por contribuírem para que emergissem as novas povoações.

Retomando as considerações de Prado Jr. (1972), não se pode negar, como assinala Schwartz (2001), que a escravidão tenha sido o baluarte das relações de trabalho e de vida da Colônia e de grande parte do período que cobre o Império. Contudo, a análise das relações de trabalho centrada na dicotomia senhores e escravos, pode sugerir a

inexistência da diversidade de sujeitos que compunham os diferentes grupos nesses períodos.

As cercas dos engenhos e fazendas, afora a de outros espaços públicos e privados, não cercavam os sonhos e os desejos de emancipação e de liberdade dos camponeses que compunham o cenário de trabalho e vida no campo brasileiro. Não queremos dizer com isso que a violência da escravidão não tenha perpetrado um sistema em que a coação física tenha sido uma prática constante não somente em relação aos escravos, mas também frente à estes homens e mulheres pobres. Entretanto, se havia a violência, a resistência também se fazia presente.

Motta discorrendo sobre os conflitos de terra, envolvendo posseiros e grandes proprietários no espaço rural fluminense do século XIX, ressalta a existência dos homens pobres livres que, fugindo à leitura tradicional da casa-grande e senzala e, no século XIX, das fazendas de café, no cerne desses espaços, por meio de suas práticas, tentavam se distanciar, ocupando pequenas posses no interior do território. Observa ainda que, diferentemente da leitura de Franco (1997) de que esses homens “não tinham razão de ser”, esses homens e mulheres tinham razão de ser e lutavam por esse direito:

Os conflitos de terra expressavam uma sociedade complexa, que não era formada apenas pelo binômio senhor-escravo ou grande fazendeiro-pequeno arrendatário. Havia um grande conjunto de homens livres que longe de ‘não terem razão de ser’, constituíam personagens reais e diferentes entre si, cujo sonho era representado pela possibilidade de deter uma parcela de terra: lutavam pela posse de terras que acreditavam lhes pertencer. (MOTTA, 1998, p.45)

Stolcke e Hall (1983), abordando as relações de trabalho nas fazendas paulistas de meados do século XIX, destacam a preocupação dos fazendeiros em encontrar uma reserva de mão-de-obra, a qual pudessem exercer um controle efetivo. Tal preocupação se fundamentava na experiência com os escravos, o que lhes tornava cientes da necessidade de formas eficazes de controle. Para esses fazendeiros, a percepção de que a escravidão estava condenada, conforme os autores, foi o primeiro impulso para que viessem a introduzir a mão-de-obra livre, com preferência para os trabalhadores estrangeiros. Os autores discor

rem sobre as inúmeras revoltas e greves que permearam as relações entre fazendeiros e trabalhadores estrangeiros no decurso desse século, enunciando as formas de luta desenhadas pelos colonos face à forma como se estabeleciam as relações de trabalho no Brasil do XIX.

Em decorrência dos conflitos entre pobres livres e senhores de engenho, colonos e fazendeiros, etc., resultantes da insistência dos camponeses em permanecer com as suas roças de subsistência incrustadas no coração dos engenhos ou das fazendas; dentre outros fatores como a existência da brecha camponesa aberta pelos escravos, as relações de trabalho e vida também iam se transformando, haja vista a percepção de sua presença incômoda nas margens do processo produtivo, por vezes, em seu interior, por parte dos que detinham a posse da terra e o seu domínio.

Schwarz afirma que o “favor” explicava e explicitava as relações de dependência existentes na vida dos pobres livres no Segundo Reinado”. Para o autor, esses homens pobres no Império não eram: “Nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto de um grande”. Reafirma ainda que, “[...] sob mil formas e nomes o favor atravessou e atingiu no conjunto a existência nacional, ressaltada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força”. (1973, p.153)

Stolcke e Hall, em texto já relacionado, contrapõem-se à tese do “favor” defendida por Schwarz, vista por ele como fundamento para a compreensão das relações sociais que se estabeleceram entre os pobres livres e senhores do engenho e do café no Império. Para esses autores:

Desde o início as relações entre fazendeiros e trabalhadores livres eram carregadas de fortes tensões, em geral bastante explícitas. Mesmo que os fazendeiros tivessem desejado estabelecer relações paternalistas de dependência pessoal – e este ponto permanece obscuro – vários elementos dificultaram o uso de tais esquemas para obscurecer a exploração e desencorajar a resistência. Além das fazendas de São Paulo serem grandes, a força de trabalho era nova e estrangeira, impossibilitando pois aos fazendeiros muitas sanções tradicionais – religiosas e outras – freqüentemente utilizadas pelas classes dirigentes rurais. (1983, p.115)

A respeito da tese de Schwarz de que o “favor é a nossa mediação quase universal”, percebemos, tomando como referência Stolcke e Hall, que se estava tão forte e enraizado na cultura dos fazendeiros e dos letrados, poderia não estar – e historicamente isso foi demonstrado – presente para os imigrantes e para os camponeses nacionais livres, pois, do contrário, o próprio problema de substituição da mão-de-obra escrava pela livre e o temor em relação a essa possibilidade tão fortemente apresentado pelos fazendeiros do café no decurso do século XIX⁹, inexistiriam, na medida em que, devido aos “favores”, esses trabalhadores substituiriam tranquilamente a mão-de-obra escrava, bastando para tanto a preservação do jogo de interesses.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Como salientado em todo o texto, em concomitância ao latifúndio, existia a economia de subsistência sustentada pelo trabalho dos escravos, agregados, lavradores, roceiros e meeiros que viviam no interior das Províncias ou à volta das grandes propriedades. Dessa maneira, os poderes dos grandes proprietários e da Coroa no período colonial, não conseguiam anular as pequenas posses realizadas no interior das regiões brasileiras.

Expulsos, expropriados, tendo quase sempre as suas roças e plantações queimadas, os pobres da terra serviram, de início, como observa Petrone (1982), aqueles que abriam caminhos para o povoamento e, no decorrer do século XX, como mão-de-obra para a derrubada das árvores e formação de pastagens, contribuindo para a legitimação das áreas do grileiro. Podemos observar, nesse processo, o interesse na derrubada das matas e a extração de madeiras por parte das colonizadoras e dos grileiros, haja vista a importância da madeira como fonte de energia a alimentar as locomotivas, fábricas, etc., nas décadas iniciais do século XX.

Retomando as considerações de Naxara acerca de Monteiro Lobato, principalmente as concernentes à figura do jeca tatu, percebemos que a visão do intelectual e fazendeiro Monteiro Lobato reafirma a interpretação que predomina ainda hoje acerca do camponês, visto como sinônimo do atraso versus o progresso. Entrementes, neste princípio

de século XXI, a distância que separa o homem do campo do da cidade é bastante tênue. O MST, entre outros movimentos sociais, ao propiciar a organização de ocupações, acampamentos e, conseqüentemente, esperança para o refugio da miséria vivida por um número expressivo de trabalhadores urbanos e rurais, desde as suas primeiras experiências de luta no Rio Grande do Sul, em 1979 - mas aceleradas principalmente na década de 1990 por quase todo o território brasileiro - veio encurtar essa distância, acenando para a inter-relação campo/cidade. Por entre as avenidas das grandes capitais e no interior dos órgãos públicos, os sem-terra, pelas marchas, manifestações, ocupações de bancos, etc., ao demonstrarem a expropriação e miséria nesses “dois mundos”, apresentam também suas resistências que, negando a lógica do capital e a do desenraizamento, ante a elas se confrontam, dando novos rumos à história do campo brasileiro e às suas vidas, ao buscarem, na luta pela terra e para nela permanecer, um porto onde possam desembarcar, sem que signifique a travessia, pois, mais que o desejo da travessia, sonham com o retorno a terra e a permanência nesta terra, tendo como utopia a impulsionar-lhes a busca da raiz.

NOTAS

¹ Este texto é resultado de parte do I Capítulo de nossa tese intitulada “De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP”, defendida em 2004, na Unesp/Assis.

² Profa. Adjunto do curso de História, CPTL/UFMS.

³Sobre a “brecha camponesa”, consultar Cardoso (1987).

⁴ Quanto a essa questão, consultar MARTINS, V. (1995).

⁵ Como um clássico da historiografia brasileira na linhagem do determinismo econômico, destaca-se a obra de Gorender (1980), em que prevalece a leitura do escravo visto como “mercadoria”, “coisa”.

⁶ Para a percepção dessa postura é preciso consultar o texto de Wanderley (1985). Nesse texto a autora delineou a produção historiográfica sobre o trabalhador rural, chamando a atenção para a leitura de teóricos como Prado Júnior, Palmeira, Martins, dentre outros. Na acepção dessa pesquisadora, bem como de alguns autores por ela discutidos, o trabalhador rural, no percurso de toda a sua história, serviu tão somente como um apêndice do capital. Desse modo, para Wanderley, não importa a análise de suas lutas, mas a sua percepção e conceituação enquanto “trabalhador para o capital”.

⁷ Conforme Ferlini (1988, p.209): “[...] o conjunto das relações da sociedade colonial foi retratado em duas categorias fundamentais: senhores e escravos, todavia esta caracterização escondia extensa gama de grupos intermediários que compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros, artesãos, oficiais de açúcar, lavradores de roça e desocupados”.

⁸ DOCUMENTOS INTERESSANTES. Para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do General Martim Lopes Lobo de Saldanha (Governador da Capitania) 1782-1786. vol.84. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1961, p.51

⁹ Estes temores foram constantemente expressos nos Congressos Agrícolas ocorridos em Recife e Rio de Janeiro, no ano de 1878, momento em que foram travados intensos debates sobre qual o trabalhador preferível para substituir a mão-de-obra escrava. Ressalta-se nesses Congressos a resistência em relação aos asiáticos, tendo os congressistas, em sua maioria, optado pelos imigrantes europeus em detrimento dos trabalhadores pobres, libertos e nacionais. Acerca destes Congressos, consultar: Eisenberg (1989).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

EISENBERG, P. **Homens esquecidos** – Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil – Século XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FERLINI, V. L. A. **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FRANCO, M. S. de C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GOENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1980.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GIUCCI, G. **Sem Fé, Lei ou Rei** – Brasil 1500-1532. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

LARA, S. H. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. **História da Agricultura Brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, V. **Nem Senhores, nem Escravos** – os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOTTA, M. M. M. **Nas fronteiras do poder** – conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiro em sua própria terra** – representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

PETRONE, M. T. S. Aspectos da rede fundiária em São Paulo no século XIX: o problema das posses. **Anais da Semana de Estudos de História Agrária**, Unesp, Assis, 1982.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. **Estudos CEBRAP**. São Paulo: Edições CEBRAP, n.03, 1973.

STOLCKE, V. e HALL, M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v.3, n.6, Set. 1983.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, v.2, Jan./Abr. 1985.

A TERRA E A COMIDA COMO ELEMENTOS CENTRAIS DA SOCIABILIDADE CAMPONESA

Rosemeire Aparecida de Almeida¹

O SÍTIO EM OPOSIÇÃO AO LOTE: A NEGAÇÃO DA RACIONALIDADE ESTATAL

[...] o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar (WOLF, 1970, p. 28, grifo do autor).

Como parte das diferenciações que cercam as ações dos técnicos do Estado, no tocante à organização dos assentamentos, a oposição *lote* – *sítio* é, com certeza, uma reveladora manifestação das distintas concepções em relação a terra. Assim como Woortmann (1990), acreditamos que o significado do termo *sítio* está intrinsecamente ligado a uma ordem moral camponesa². Desta forma, o uso das palavras *lote* e *sítio* no assentamento revela valores sociais distintos. Se para o Estado o beneficiário é identificado pelo número do lote, daí a cobrança constante em relação a necessidade de exposição do número à entrada, para o assentado o *sítio* tem um nome, na maioria das vezes, representativo da sua história familiar de luta. É comum ouvirmos no assentamento explicações acerca do histórico referente à escolha do nome: “*aqui é sítio Nossa Senhora Aparecida porque meu marido fez a promessa, caso ele pegasse um pedacinho de terra para trabalhar ele colocava o nome de Nossa Senhora Aparecida e ele pôs porque ele enfrentou uma guerra*” (OLIVEIRA³), já outros nomes dispensam explicação “*Aqui é sítio sonho da família*” (ALVES⁴).

Assim, enquanto o Estado insiste no termo lote como forma de explicitar o seu papel como proprietário jurídico da área, mensagem compreendida pelos assentados, como se percebe no relato de SILVA⁵: “*por enquanto é lote, a gente fala lote porque ainda é do Estado, ainda não temos a escritura*”, os quais constroem o termo sítio legitimado, não pela condição jurídica da terra, mas pelo trabalho na terra⁶.

Agora eu sinto que sou dono daqui, não sou mandado por ninguém, ninguém manda em mim aqui, no modo de eu pensar. A gente colhe, prepara a terra e planta. [...] Aqui eu trabalho com algodão e feijão, tiro o algodão e coloco o feijão. Aqui no sítio são quatro alqueires de roça para três famílias, têm nós e mais dois filhos casados. Nessa terra eu tenho quatro homens para trabalhar, mas meu terreno é muito pequeno, estamos esperando se os outros dois meninos pegam um lote [fizeram cadastro pelo correio] para manear mais. Agora mesmo estamos todos parados, porque plantamos, limpamos a roça e depois não arrumamos serviço fora. Então estamos parados. (SILVA⁷).

Por conseguinte, o assentado se sente dono pelo trabalho realizado na terra, independente da condição jurídica. Portanto, na expressão “*agora eu sinto que sou dono daqui, não sou mandado por ninguém*”, há o encontro da família, do trabalho e da terra, daí o orgulho em falar que é sítio porque é sinônimo da *terra de trabalho*. Neste relato, para se referir ao trabalho da família, o termo lote dá lugar a sítio “*aqui no sítio são quatro alqueires de roça para três famílias*”. Na luta, conquista-se o lote; pelo trabalho, constrói-se o sítio. É também o aumento da família e a ociosidade de braços que indica a necessidade de “*pegar outro lote*”.

É certo que nem todos os assentados concebem o sítio como *terra de trabalho* sentindo-se donos independentes da condição jurídica e alguns insistem na necessidade de ter a propriedade jurídica da terra, inclusive com interesses especulativos, reproduzindo a aspiração comum presente no sistema capitalista, qual seja, a propriedade capitalista da terra. Situação que gera incompreensão e estranheza entre os assentados, como se pode depreender da narrativa do Sr. Almeida⁸.

Tem gente como eu que pega a terra e dá graças a Deus, não vende, não troca, é para morar com a família sossegado, mas tem um outro que dá ela a troco de nada. Então eu fico me perguntando como uma pessoa que trabalhou de bóia fria pode vender a terra.

Cumpre também acrescentar que o ato de assentar alguém não significa transformá-lo, da noite para o dia, em camponês. Assim sendo, é a partir deste pressuposto de entendimento que situamos os assentados especuladores, ou seja, aqueles que foram assentados, mas não possuem *habitus* de classe camponesa.

Neste momento, cabe observar que nosso trabalho não tem como objetivo pensar a condição de bóia-fria, experimentada num passado recente por muitos assentados, no sentido de responder se eles são menos camponeses ou, pior, se tem mais propensão à venda do lote. No entanto, ela nos faz refletir no sentido de que, contraditoriamente, ter experimentado a negação do ser camponês por meio da proletarianização muitas vezes, como os relatos atestam, tem sido a força, a herança que alimenta a luta pela permanência no lote. Essa mesma complexidade, bem como a recusa em adotar uma leitura linear aparece nos escritos de D' Aquino (1996) quando analisa as diferenças existentes entre os assentados de Promissão/SP, pois segundo a autora, não é possível afirmar que famílias assentadas que passaram pela vida urbana e assimilaram as formas racionais de organização e controle da vida oferecem menos resistência à divisão entre vida pública e privada e ao controle do tempo que a cooperativa exige. Para D'Aquino (1996, p. 06), a pesquisa mostrou o contrário, ou seja, "muitos assalariados que moravam nas cidades, manifestam grande resistência ao 'relógio ponto' e referem-se à terra própria como meio de comandar a sua vida. Para esses assentados a terra simboliza a realização do sonho da fartura e autonomia".

Autores, como Woortmann (1983), acreditam que atualmente a categoria sítio encontra-se em oposição à propriedade, não apenas no sentido de se ter ou não a propriedade jurídica da terra, já que muitos sítios têm, mas principalmente como contradição, uma vez que a propriedade teria seu significado diferencial ligado à acumulação do capital enquanto o sítio à reprodução da vida. Neste sentido, as reflexões que transcrevemos em seguida parecem nos dar a medida da definição do sítio: *"essa terra é sonho da gente de poder plantar, colher, ter as criaçõezinhas e fazer fartura pelo menos pra gente se manter"*.

Eu penso que a terra é o mundo. É uma riqueza você poder plantar num pedacinho e saber que é seu, que ali ninguém vai ti tirar. Você pode plantar, colher sem ter ninguém pra falar

alguma coisa contra. Essa terra é sonho da gente de poder plantar, colher, ter as criaçãozinhas e fazer fartura pelo menos pra gente se manter. Esse é o nosso desejo, não é ficar rico, mas é poder se manter, já tá bom demais (SILVA⁹).

A articulação de diferentes espaços (o mato; a capoeira; o chão de roça e/ou a malhada; o pasto; a casa de farinha; a casa e o quintal) revelam o sítio, para Woortmann (1983, p. 201), como um *sistema* multifuncional de partes que possui como finalidade “minimizar os gastos monetários com a produção, mantendo internos ao mesmo o maior número possível dos supostos dessa produção”. Entretanto, a organização atual dos lotes não permite pensarmos na construção do sítio a partir destes pressupostos sistêmicos integrados e interligados. Por exemplo, o *mato*, fundamental no sítio camponês de outrora como fonte de “madeira, estaca e a lenha”, bem como reserva futura para a *terra de trabalho*, tornou-se restrito no assentamento. Na verdade, ele é sinônimo de área de reserva legal que, muitas vezes, em função do tamanho diminuto dos lotes, acaba sendo equivocadamente explorada¹⁰ pelos assentados. Outra mudança é o chão de roça que, ao invés de estar associado ao descanso, ao pouso necessário quando então se transformava em capoeira, acaba sendo corrigido com adubo químico ou virando pasto, situação na qual a *terra de trabalho* dá lugar à pastagem. Portanto, nesta última opção, a consequência, como já havia alertado Woortmann (1983), é a roça ir para fora do sítio, ou seja, no caso do assentamento ela acaba sendo praticada em áreas arrendadas ou no pequeno espaço da casa-quintal. A própria noção de sítio acaba se redefinindo, logo que outrora era o chão de roça e, era, a lavoura que definia o sítio.

No entanto, as mudanças no lote/sítio vão muito além da introdução das pastagens, pois elas nos contam também sobre o desenvolvimento de atividades geradoras de renda fora do lote, situação que guarda estreita relação com a ociosidade de braços que a troca da lavoura pela pastagem gera e que tem na crise da agricultura brasileira¹¹ seu cerne explicativo. Portanto, os apontamentos de Woortmann não devem ser tomados no comparativo, principalmente porque ela trata de uma realidade (semi-árido nordestino), cujas condições edafo-climáticas, históricas, econômicas e culturais, são bastante diversas.

Por outro lado, indagamos se essa redefinição do sítio com a expansão da “pecuária” nos assentamentos, com declarado incentivo do Estado por meio dos projetos de financiamento da linha investimento em detrimento da linha custeio do PRONAF¹², pode nos indicar uma tendência à descaracterização do lote/sítio camponês, principalmente no sentido da *terra de trabalho* e do seu universo de sociabilidade correspondente. Para refletirmos sobre essa indagação, é necessário discutirmos outra distinção presente na fala dos assentados: o uso do termo criação no lugar de pecuária.

A presença do gado nos assentamentos e, em muitos casos, a diminuição da lavoura comercial é algo crescente e irreversível, apesar de entendermos que essa estratégia se inscreve na lógica da busca de equilíbrio da unidade de produção camponesa, agindo muitas vezes como mecanismo de defesa/reserva, vale a pena aprofundarmos a compreensão acerca dos diferentes significados que essa atividade econômica possui de acordo com os agentes, neste caso, assentados e técnicos do Estado. Assim, por parte dos assentados entrevistados é constante o uso do termo criação para se referir à aquisição de gado leiteiro, situação inversa quando a questão é o preenchimento do PDA pelos técnicos, porque utiliza-se pecuária leiteira. Para compreensão dessas diferenciações, é necessário lembrar que nos últimos anos tem aumentado o discurso em torno da necessidade de uma racionalidade econômica aplicada à produção familiar, muitas vezes escondida no slogan da viabilização da “Reforma Agrária”, em que a pecuária tem aparecido como a possibilidade de aumento da renda familiar por parte dos assentados; logo, o termo tem sido empregado como possibilidade de acumulação. Mas, não é este necessariamente o conteúdo que orienta os assentados quando fazem “opção” pelo financiamento para aquisição de vacas leiteiras ou na compra do gado branco. Podemos dizer que os relatos têm revelado outra função para a criação, a de reprodução camponesa.

O que é de comer a gente tem que plantar, não vou dizer pra negócio porque para negócio é meio complicado. O que está melhorando, o que está defendendo é uma criação. Na hora que se apura vende uma novilha, uma vaquinha, um boizinho, então o dinheiro é na hora, não vai vender tudo. Assim a gente se defende melhor porque a lavoura está um negócio muito complicado, só dá pra gente grande que tem maquinário e produz bastante (ALMEIDA¹³).

Acreditamos que a frase “*o que está defendendo é uma criação*” dá a dimensão desta distinção, ou melhor, do papel que a criação possui para o campesinato. Cumpre lembrar que essa função já foi estudada e definida por Heredia (1979, p. 139). Vejamos nas palavras da autora:

Em termos do uso da terra, o gado está subordinado ao *roçado*. Entretanto, a existência de gado é uma fonte de reserva de considerável importância, representando uma forma de garantir reprodução de novos ciclos agrícolas através da possibilidade de acesso a novas terras.¹⁴

Embora a autora considere que o gado funciona como mecanismo de reserva, como estratégia para melhoria das condições de existência da unidade familiar, constituindo-se em tese como instrumento de acumulação, essa realidade não é contraditória com aquilo que falamos anteriormente, ou seja, que para o campesinato o gado tem função de garantir a reprodução do grupo familiar porque para ele acumulação tem sentido de melhoria das condições de vida, situação esperada por qualquer grupo social, caso contrário, seria idealismo.

Cumpre ainda destacar que um certo aumento da riqueza entre os camponeses não deve ser confundido com acumulação capitalista. Decorre disso a idéia de que uma economia defensiva não é novidade no modo de vida camponês, na verdade, para resistir é preciso defender-se. Portanto, reserva é defesa no sentido de garantir a reprodução do assentado enquanto camponês que, em última instância, significa não perder a terra e, se necessário ao grupo familiar, adquirir novas terras.

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação do sobretrabalho de outrem). É também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite uma certa garantia de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto, como de renda monetária para a família, derivando desta lógica a não classificação, ou melhor, a não separação agricultores e criadores. Na verdade, a grande maioria entrevistada tem ou gostaria de ter “*uma criaçãozinha*” para o gasto, ao mesmo tempo em que se consideram agricultores. Por outro lado, o

estranhamento em relação ao termo pecuária não se trata de uma irracionalidade, mas dá-se pelo fato de que a atividade pecuária liga-se à idéia da grande propriedade, enquanto a criação é um componente básico da reprodução camponesa, espécie de binômio roça-criação (WOORTMANN, 1983).

Geralmente a roça está sendo uma bomba, mas você tem que plantar nem que for pra sua despesa, para você não ter que comprar. Tendo o arroz, o feijão e o milho já está bom. Agora o certo é você ter também o gado, umas vaquinhas de leite. Eu tenho umas criaçãozinhas aí, eu tiro leite pra mim beber, mas não compensa vender, só se você morar perto da cidade, aí você vai vender na rua, neste caso compensa porque você vende a R\$ 0, 50 centavos, mas tirar o leite para vender a R\$ 0,18 centavos para o laticínio não paga nem o sal pras vacas.

Então veja o projeto aqui no assentamento vai ser bacia leiteira, para agricultura não sai financiamento não, só um pouquinho pra despesa. Então esse negócio de bacia leiteira não tem cabimento é uma bomba que nós estamos entrando dentro e tem que aceitar o projeto porque o rapaz que fez o projeto [técnico do IDATERRA], não aceita mudar. A gente falou de pegar outro gado, não precisa ser uma vaca que dê dez litros de leite porque senão a gente vai pagar de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 reais nela. Agora se pegar uma vaquinha comum você paga de R\$ 500,00 a R\$ 800,00 reais. Quer dizer se ela não der leite ou ela morrer, o prejuízo é pouco. Ah, agora se você pega uma vaca de R\$ 1.000,00 reais, não vende o leite ou perde ela, você perde um ano de serviço. Então eles não pensam nisso, querem empurrar esse gado leiteiro. Vaca de quatro ou cinco litros de leite já está bom pra nós, é criação habituada aqui não vai gastar com ração, cocheira (FREITAS¹⁵).

Analisando o depoimento do Sr. Freitas, muitas questões emergem, dentre elas, a discordância na comunicação com o técnico do Estado refletido no descontentamento com a imposição do projeto de financiamento para aquisição de gado leiteiro: *“bacia leiteira não tem cabimento é uma bomba que nós estamos entrando dentro e tem que aceitar o projeto porque o rapaz que fez o projeto [técnico do IDATERRA], não aceita mudar”*. É evidente o choque entre o projeto racional, o da viabilidade econômica de gabinete e o projeto de vida acumulado pela experiência. Logo, a experiência camponesa ensina que, junto com a lavoura, *“o certo é você ter também o gado, umas vaquinhas de leite”*, na concepção de gado como complemento, pois

caso contrário, ou seja, o gado como opção econômica, o que se tem é o risco, já que *“se você pega uma vaca de R\$ 1.000,00 reais, não vende o leite ou perde ela, você perde um ano de serviço. Então eles não pensam nisso, querem empurrar esse gado leiteiro”*.

Este desencontro do saber é, na essência, a desconsideração do *outro* no processo dialógico. Na verdade, ao ignorar o *outro* como sujeito portador de um projeto próprio, o que se produz é a sua redução e a imposição dos interesses do *eu*. No sentido do necessário reconhecimento de pontos de vista diferentes e, portanto, do papel que o *outro* representa para o conhecimento de nossa própria prática, Jovchelovitch (1998, p. 74) escreve:

O outro não está simplesmente lá, esperando para ser reconhecido pelo sujeito do saber. Ao contrário, o outro está lá, ele próprio, enquanto eu, com projetos que lhes são próprios, desejos que lhe são próprios, perspectivas que lhe são próprias. Ele não é redutível ao que o eu pensa ou sabe sobre ele, mas é precisamente 'outro', irredutível na sua alteridade. [...] Não basta, portanto, admitir a realidade do outro. É necessário reconhecê-la como a realidade de um sujeito legítimo [...].

O SENTIDO DA TERRA:

SINÔNIMO DE FARTURA E AUTONOMIA

A terra é uma mãe da onde a gente tira de tudo pra viver. A terra é muito boa. Aqui quando a gente não tem nada, a gente sai aí pela roça uma mandioca a gente traz, tem uma abóbora, maxixe, a gente sai pelo meio da roça e qualquer coisa acha de fartura (SANTOS¹⁶).

A terra pra gente é vida. É o que cria tudo para nós, cria a família, uma criação, é tudo. A terra é a melhor coisa, ela é o sossego da gente porque se não tem a terra tem que trabalhar de empregado e não se governa. Então tendo a terra a gente planta uma mandioca, um feijão, um batata e está tranquilo. Eu quero saber de comer, beber e ficar sossegado com a família em casa (ALMEIDA¹⁷).

Para falarmos sobre o sentido da terra, vamos analisar uma relação básica e típica da condição camponesa já estudada, por Woortmann

(1990), a questão da comida e da terra. O que nos interessa mais diretamente neste estudo é desvendar a articulação das representações sociais formadoras de uma ordem moral¹⁸, especificamente a camponesa. Quando utilizamos a concepção de uma ordem moral em contraponto a uma ordem econômica temos em vista, da mesma forma que Woortmann, que não se trata de um arquétipo, mas de construções sociais sujeitas a ambigüidades e desconstruções, já que se trata de *pessoas de carne e osso*, pressuposto fundamental para que possamos nos desviar dos idealismos anuladores do sujeito. Portanto, são práticas e valores que “emergem de relações sociais, isto é, são parte de uma ordem social (e não de características psicológicas individuais) historicamente constituída” (1990, p. 69).

A comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica, a sua existência tem primeiramente uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família, daí que *“meu pai nunca falou pra mim assim: ‘olha meu filho vai na casa do vizinho buscar uma colher de açúcar, uma colher de pó de café’, nunca aconteceu isso”*. Logo, comida é mais que comida como alimento, na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos, assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade, como podemos apreender no relato que se segue:

Eu fui criado na roça desde criança, trabalhei muito na roça com meu pai, a gente tinha fartura. Graças a Deus meu pai nunca falou pra mim assim: ‘olha meu filho vai na casa do vizinho buscar uma colher de açúcar, uma colher de pó de café’, nunca aconteceu isso. A tuia era cheia de arroz, feijão, paiozada de milho, manguirão de porco, galinhada no terreiro, a gente foi criado na fartura. Chegava uma pessoa em casa e dizia: ‘seu B. dá pro senhor vender um frango?’. Meu pai pegava dois, três e dizia: ‘Pode levar pra você comer, isso aí não custa nada’ (MARTINS¹⁹).

A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho, neste sentido “comida, trabalho e terra são [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMANN, 1990, p. 37).

É também a terra como fonte de comida, enquanto produção e consumo, que tem marcado a separação entre camponeses e capitalistas, pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos, para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação. Distinção que não passa despercebida por Dona Silva²⁰:

A gente que não tem terra e ganha terra é muito importante porque a gente deixa de comprar muita coisa. Sei lá, para o fazendeiro a terra é só pra [pausa]. Ele tendo a terra ele não liga se ela está produzindo porque ele tem do que viver. Ele tendo a terra ela pode estar largada ou cheia de gado para ele tanto faz. E a gente aqui não, a gente aproveita tudo o que é pedacinho porque para a gente a terra é muito importante.

Ao falarmos sobre a importância da comida, torna-se necessário fazer referência ao estudo de Antônio Candido, realizado em meados do século XX, a respeito dos problemas que afligiam o caipira em São Paulo. Neste sentido, as condições de vida e o problema da sobrevivência da sociedade caipira receberam uma atenção especial, com destaque para o papel da sociabilidade e da solidariedade neste processo. Ao analisar os meios de vida do caipira paulista, Candido (1982) evidencia a obtenção dos alimentos como fator dinâmico na sociabilidade do grupo, sua aquisição era a finalidade primeira da existência desta sociedade. Nas palavras de Candido (1982, p. 143).

Mais importante e interessante é a oferta de alimentos entre vizinhos, na realidade um sistema amplo de troca sob a forma de presente, pois o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente.

Nesta discussão acerca da solidariedade que se expressa por meio da comida, não poderíamos deixar sem registro em nossa pesquisa²¹ as ações dos assentados que participam da coleta de alimentos para os acampamentos, como nos foi narrado por Dona Oliveira²². No seu relato, a solidariedade extrapola a vizinhança e se consolida a partir de um sentido de classe, de reconhecimento do destino comum, portanto, a sociabilidade do camponês, embora voltada para a comunidade, não encerra as possibilidades de alianças outras.

Nós ajudamos o pessoal acampado, sempre que passa um pessoal aqui nós ajudamos é com arroz, é com feijão, óleo com tudo. É importante ajudar porque eu sei o que meu marido pas

sou sem conseguir trabalhar e a gente fica feliz porque hoje a gente pode ajudar, tem caixa de óleo, tem saco de arroz, caixa de sabão, fardo de açúcar, então graças a Deus agora a gente não compra mais nada de quilinho e pode ajudar.

Ainda acerca das contribuições de Candido, é o autor que desvenda a importância de determinados alimentos na dieta destes grupos, porque, segundo o que ele afirma estes alimentos são fundamentais pela possibilidade de serem obtidos e manipulados em casa, o que de certa forma diminui a dependência externa. Situação não muito diferente da que encontramos, uma vez que o milho, por exemplo, aparece como produto básico em qualquer casa no assentamento, onde é aproveitado como alimento pela família e também para o trato dos animais, sendo que é considerada uma vergonha adquiri-lo por meio da compra. No sentido de destacar a importância do milho, em virtude da variedade de seu emprego, Candido (1982, p. 53) destaca:

Verde, come-se na espiga, assado ou cozido; em pamonhas; em mingaus; em bolos, puros (curau) ou confeccionados com outros ingredientes. Seco, come-se como pipoca, quirela e canjica; moido, fornece os dois tipos de fubá, grosso e mimoso, base de quase toda culinária de forno entre os caipiras, inclusive vários biscoitos, o *bolão*, bolinhos, broas, numa ubiquidade só inferior à do trigo; pilado, fornece a farinha e o beiju, não esquecendo o seu papel na alimentação dos animais.

Podemos dizer então que a comida, e nela a noção de fartura²³, cumpre mais que sua finalidade alimentícia, ela desempenha um papel de sociabilidade, já que é através dos alimentos que o camponês expressa seus laços de identidade. Assim, numa linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles a quem considera. Logo, terra e alimento estão de tal forma imbricados que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas desta articulação, como é possível perceber na fala do Sr. Santos²⁴.

Moça [no caso eu] chegamos agora no assentamento, ainda não tenho nada para oferecer, essa terra ainda não está produzindo, mas a próxima vez que a senhora vier aqui vai levar muita coisa. Vamos fazer assim para não ficar feio desta vez a senhora leva uma galinha, mas da próxima vez a senhora vai levar muita coisa²⁵.

Em contrapartida, o medo da vida da cidade aparece, na maioria das vezes, relacionado com o medo de passar fome, porque o campo é o lugar que *“só passa fome se for vagabundo”*. Acostumados a plantar para comer, seu estranhamento com a cidade é o estranhamento do pobre, ou melhor, da boca do pobre, aquela que precisa comer todos os dias, daí que *“não vou dormir mais pensando se amanhã vai estar chovendo e se vai ter dia de serviço para trabalhar e poder comprar comida para dentro de casa”*.

Graças a Deus estou contente perto do que já passei trabalhando de bóia fria, saía de madrugada deixando meus filhos sozinhos e chegava a noite. Hoje trabalho por conta própria, trabalho contente, não vou dormir mais pensando se amanhã vai estar chovendo e se vai ter dia de serviço para trabalhar e poder comprar comida para dentro de casa. Agora tenho minha casinha para morar não moro no que é dos outros, tenho crédito o que é o mais importante depois da saúde da gente.

A gente não enricou, mas a gente tem como sobreviver, não vou dizer que é fácil, que você não depende mais do fiado, é mentira. Quando a gente colhe a lavoura é só pagar as contas, mas assim mesmo eu agradeço a Deus porque pelo menos pra pagar as contas a gente está fazendo. A gente tem um gadinho que a gente não precisou vender para poder comer, nem beber e nem vestir. A gente planta arroz e feijão, a gente tem as galinhas para poder ter um ovo e o frango para o gasto, cria uns porquinhos e tem o leitinho que entrega no laticínio e dá para comprar um gás, pagar a energia e vai indo assim (OLIVEIRA²⁶).

O depoimento de Dona Oliveira revela essencialmente que o encontro do homem com a terra é o resgate de sua própria humanidade, da sua condição de vida e, é neste sentido que ela explica e justifica sua felicidade dizendo: *“A gente não enricou, mas a gente tem como sobreviver”*, o que parece tão simples, e realmente é, porque estamos operando numa lógica que não é a da acumulação. Estar contente na terra é ter o poder de garantir a comida da família, o *direito sagrado à subsistência*, situação, propiciada pelo controle do tempo de trabalho *“hoje trabalho por conta própria”*, e, por meio dele, da vida que renasce como as plantas que nesta terra eles sabem cultivar.

NOTAS

¹ Profa. Dra. do Curso de Geografia, UFMS/CPTL raalm@ceul.ufms.br

² A ordem moral camponesa fundamenta-se, segundo Woortmann, K. (1990, p. 12) não no valor-trabalho, mas no trabalho enquanto um valor ético.

³ Assentada no projeto São João – Dez/2001.

⁴ Assentado no projeto São Tomé – Out/2001.

⁵ Assentada no projeto Mercedina – Dez/2001.

⁶ Os apontamentos de Bombardi (2001, p. 195-196) a respeito da construção do sítio em oposição ao lote corroboram nesta direção, vejamos o que diz a autora: “O lote, palavra utilizada pelo Estado para definir as pequenas propriedades do Núcleo Agrário Capivari, passou a deixar de ser lote e tornar-se sítio à medida que as famílias foram chegando, cultivando-o e chamando-o de sítio, numa perspectiva de que esse processo se deu a partir da transformação que nele fizeram através do trabalho da família, ou seja, trabalho de ‘formar’ um sítio: o trabalho da transformação do território”.

⁷ Assentado no projeto São Luis – Dez/2001.

⁸ Assentado no projeto São Luís – Dez/2001.

⁹ Assentada no projeto São Tomé – Out/2001.

¹⁰ Situação que lamentavelmente podemos presenciar no assentamento São Tomé.

¹¹ É interessante lembrar que parte significativa da estabilidade do Plano Real, no governo FHC, se deveu à chamada âncora verde que basicamente restringiu o controle da inflação à cesta básica. Sabendo-se que os camponeses são os principais produtores de alimentos pode-se ter uma noção de quanto foram afetados por esta situação de controle de preço.

¹² Em pesquisa que realizamos, em 1998, a respeito do funcionamento do hoje extinto PROCERA nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, a diminuição das operações de custeio e aumento das operações de investimento caracterizou-se como uma das tendências em andamento, situação atribuída, naquele momento, a uma questão central: a situação de risco que o custeio de lavouras representava tanto no sentido das intempéries como de garantia de preço, o que em última instância aumentava a possibilidade de inadimplência neste tipo de financiamento. Logo, a operação investimento para compra de gado era a preferida aos olhos do Estado, aqui representado pelos órgãos de assistência técnica responsáveis pela elaboração dos projetos para financiamento. Situação que parece não ter mudado, como tem revelado a presente pesquisa realizada para esta tese.

¹³ Assentado no projeto São Luis – Dez/2001.

¹⁴ Grifo da autora.

¹⁵ Assentado no projeto São Tomé – Out/2001.

¹⁶Assentado no projeto São Luis – Dez/2001.

¹⁷Assentado no projeto São Luis – Dez/2001.

¹⁸Paráfrase de Woortmann (1990) que, no entanto, utiliza para se referir a campesinidade.

¹⁹Sem terra – FETAGRI/Acampamento Fazenda Cisalpina – Ago/2002.

²⁰Assentada no projeto Mercedina – Dez/2001.

²¹ A respeito desta questão, vale a nota, para nós inédita, da situação vivida no assentamento São Luis, em que um acampamento do MST ficou instalado dentro da área do assentamento e, quando chegamos para realizar a pesquisa, ainda tivemos a oportunidade de conversar com acampados que estavam de passagem no local, visto que o acampamento já tinha sido transferido para a fazenda Tejin. Vejamos o depoimento do acampado BEZERRA “Todo o pessoal aqui do assentamento que lutou para conseguir terra ajudou a gente, tanto do MST como da FETAGRI, só aqueles que compraram lote é que não gostavam de apoiar”.

²²Assentada no projeto São João – Dez/2001.

²³No sentido de permitir o aprofundamento do assunto, indicamos outras fontes que o discutem, como D’ Aquino (1996, p. 17) que, em pesquisa realizada no assentamento Promissão/SP, aponta a fartura como parte de um conjunto de elementos definidores da sociabilidade do homem do campo.

²⁴Assentado no projeto São Tomé – Out/2001.

²⁵Como forma de cumprir o combinado, retornei algum tempo depois ao lote do Sr. Santos, fui recebida por ele e por sua esposa, de quem ganhei os frutos da terra outrora prometidos: mandioca, abóbora, jaca.

²⁶Assentada no projeto São João – Dez/2001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **A (Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Unesp, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vastsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6ª ed. São Paulo: Duas Cidades Ltda, 1982.

D’AQUINO, Teresinha. **A Casa, os Sítios e as Agrovilas**: uma poética do

tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP. São Paulo, 22–24 de maio de 1996. (Mimeografado).

D'INCAO, Maria C. A Experiência dos Assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 83-106, 1991.

_____. A Proletarização Não Tem Cartas Marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Ensaios e Debates**. São Paulo, p.16-23, set/dez. 1992.

ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: **Ensaios e Debates**. São Paulo, p. 04-15, set/dez. 1992.

GARCIA Jr, Afrânio R. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 07).

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrimdo o Outro. In: ARRUDA, Ângela (org.). **Representando a Alteridade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. p. 69-82.

MARTINS, José de Souza. O Documento da Terra Prometida. In: **Reforma Agrária, Boletim da ABRA**. Ano X – março/abril, nº 02, Campinas, 1980.

_____. **Expropriação e Violência**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, set. 1981.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Bernadete A. C. Castro. **Tempo de Travessia, Tempo de Recriação**: profecia e trajetória camponesa. 1998. Tese [Doutorado] – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997. [Mimeografado].

QUEIROZ, Maria Isaura. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. O Sítio Camponês. **Anuário Antropológico**, nº 81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, nº 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

O HISTORIADOR E O TEMPO PRESENTE: CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA¹

Fabiano Coelho²

Um vibrato do inacabado que anima repentinamente todo um passado, um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas: é um pouco isto, a história do presente. (RIOUX, 1999, p.50)

Como pensar em fazer uma história do tempo presente? Será que esta história é digna de cientificidade? Como trabalhar as fontes no tempo presente? Mas o que será tempo presente? Ou, o que é presente para essa história? Estas são indagações provocativas que no transcorrer do texto, por meio de alguns autores e da própria experiência como historiador do tempo presente, serão discutidas.

Quando se propõe fazer a história do tempo presente ou ouve-se algum historiador comentando sobre este tipo de história, logo vem a indagação: mas do que se trata esse tipo de história? Descrevendo sobre esta questão, Jean-Pierre Rioux elenca que a história do presente:

[...] não se trata nem do 'período' último de um recorte do passado para o uso escolar e universitário, nem de um conceito de substituição por tempos de crise da temporalidade nas nossas sociedades inválidas pelo efêmero, nem mesmo de um paradigma regulado no caos das ciências sociais. Uma história dita do presente participa de fato mais ou menos de todos estes vocábulos. (1999, p.39)

Trabalhando com a história do tempo presente, Borges (2004) salienta que nos debates acadêmicos o que mais assinala esta história é a dificuldade de análise em vista das influências exercidas sobre o sujeito pesquisador no tempo presente. Contudo, observa a autora que é preciso enfatizar aos críticos que não são só os trabalhos com o tempo presente que demonstram este envolvimento. Na leitura do texto de Chauveau e Tétart, percebe-se que há algumas particularidades na labuta do historiador do tempo presente. Elucidando este fato, estes autores comentam:

Jamais um medievalista ou um modernista poderá 'viver' o que descreve. Ele deve recompor uma realidade que lhe escapa fisicamente. Não é senão no presente, por revelação de sua relação no presente, que ele pode (re) conhecer ou imaginar aquilo que fala investindo-o de uma presença física 'real'. (1999, p.31)

Chauveau e Tétart explicitam que a história do tempo presente proporciona uma nova relação entre pesquisador e seu campo de investigação, em que permanecerá a relação física entre o historiador e o seu tema. Esta proximidade do pesquisador com o seu objeto de estudo e com os acontecimentos, se transformam em argumentação críticas por parte daqueles que não enxergam com bons olhos a história do tempo presente.

Perante esta problemática, faz-se necessário que o historiador reflita sobre sua presença física em meio ao objeto que está estudando. Estar entre os acampados representou uma experiência única e insubstituível para a pesquisa, na medida em que este contato auxiliou na compreensão das práticas e representações dos sujeitos em meio à luta pela terra, embora, no entendimento de Chauveau e Tétart os historiadores do tempo presente necessitam abstrair-se ao máximo das possíveis interferências ideológicas e das subjetividades, analisando e procurando apreender de forma responsável seu objeto além de uma

acepção puramente histórica. Estes autores ainda advertem que a história do tempo presente, é antes de tudo a História por essência. Pesquisando os sujeitos sociais nos acampamentos e assentamentos no tempo presente, Borges ressalta que:

Analisar estes sujeitos sociais perpassa o interesse acadêmico e desemboca na reflexão do sentido de sua existência e do próprio pesquisador ao se posicionar diante deles na tentativa de aproximar-se de mundos de escassez, de violência, mas também de conformismo e resistência que, sob a visão aparente, denotam somente o sofrimento, mas por outro olhar, podem tornar-se reveladores de expressivas lições de vida e de alegrias, caso o olhar não se limite às imagens da estrada. (2004, p.41)

Discutindo sobre se é possível fazer este tipo de história, Rioux (1999) destaca que esta história nasceu mais pela impaciência social do que por um imperativismo historiográfico, pelo menos na França. Enfatiza também que esta foi superando aos poucos com os seus bons artesãos as críticas direcionadas a “sua falta de recuo”.

No que se refere ao termo artesão, Ladurie (1984) ressaltando o relevante diálogo da história com outras disciplinas, diz categoricamente que a História no seu entender é considerada um artesanato, sendo que no contexto francês faz parte das tradições. Interpretando a história como similar ao artesanato, torna-se possível pensar na questão de que assim como o artesão necessita de instrumentos de trabalho, de tempo e de muito cuidado para a edificação de suas peças, o historiador semelhantemente precisa destes elementos para construir a história.

Refletindo sobre algumas questões teóricas, De Certeau (1984) pontua que a escrita é o produto da história, e seus efeitos de sedução ou de autoridade não são estranhos ao próprio papel da História. Este autor também considera a História como uma “arte de tratar restos” e uma “arte de encenação”, afirmando que estas duas características estão estreitamente ligadas. Aludindo ao fato da História ser uma “arte de tratar restos”, torna-se bem interessante a posição do historiador face a isto, pois ele faz dos “restos”, ou dos vestígios sua matéria prima. O historiador transforma “restos” em História.

Segundo Nora (1984), a transformação da sociedade em sua permanente inquietação de interrogar o presente, e pelo esbatimento

do sujeito histórico, propiciam dizer que a história do tempo presente está em pleno desenvolvimento. Nesta mesma perspectiva, Rioux (1999) salienta que é a própria sociedade e seu tempo que impulsionam o historiador do tempo presente a não desistir diante das críticas dos historiadores mais ortodoxos.

Indo ao encontro destes autores, Chaveau e Tétart defendem a idéia de que o valor científico da história do tempo presente é incontestável e, que esta vertente da história também possui uma função social. Nesta mesma perspectiva cabe indagar: como não pode o historiador escrever sobre a história do tempo presente na medida em que ele é um sujeito social que vive este tempo? Antes de ser um historiador, acentuam os autores que o indivíduo é um ser social e vive no seu tempo.

Bloch (2001) ao redigir sobre o ofício do historiador, defendendo que a história é uma ciência do homem no tempo, nos ilustra bem através de seu texto que além de ser historiador, ele era um homem que vivia no seu tempo e que se preocupava com as questões do presente e do lugar social onde estava inserido.

Neste sentido, torna-se significativo pensar na questão do trabalho do historiador face ao seu lugar social. De Certeau (1979) ao discutir sobre a operação histórica, nos proporciona refletir que toda pesquisa deve ser pensada a partir de um lugar social. Por este olhar a produção histórica para ser articulada a um lugar social, e consequentemente o contexto social, poderá oferecer subsídios para a escrita histórica. Cabe ressaltar neste caso que cada lugar social possui a sua particularidade.

Ao adentrar no acampamento Madre Cristina percebeu-se que aquele lugar social é dotado de particularidades, onde os sujeitos sociais, em meio as suas práticas e representações, estabelecem relações muito dinâmicas que escapam do olhar daqueles que apenas o reconhecem por ouvir falar, ou através das idas e vindas de suas viagens pela rodovia.

De Certeau contribui também para a observação de que não é possível separar o campo social do pensamento, já que o pensamento não existe sem o campo social. Para ele, a prática histórica está rela

cionada à estrutura da sociedade e, a situação social pode proporcionar um grande peso no próprio discurso do historiador. Nesta lógica, ao propor analisar os sujeitos sociais acampados, o conhecimento do lugar social (acampamento) sem perder de vista toda a conjuntura, fez-se de extrema significância para compreender as práticas e representações dos sujeitos sem terra.

Ao discutir os conceitos de região e representação, Pierre Bourdieu destaca que as representações partem da realidade dos sujeitos, e aquilo que não é real, através dos enunciados performativos acaba se tornando real. Este mesmo autor salienta que não é possível e, não cabe a separação do objetivo e do subjetivo nos estudos sobre representações³. Neste sentido, torna-se complexo separar a prática de sua representação, tendo em vista também que a luta pela terra se configura num espaço objetivo e subjetivo.

Ao pensar algumas considerações sobre a história do tempo presente, não se pode deixar de refletir sobre a proximidade dos acontecimentos e o historiador. Ao ser questionado pela *Magazine Littéraire* sobre o que é um acontecimento histórico e como se constitui esse acontecimento, Nora (1984) um dos precursores da história do tempo presente ressalta que sua intenção era a de insistir na novidade do acontecimento e no seu caráter incontornável, e que no momento de sua insistência, a historiografia contemporânea, ou seja, a nova história – da escola dos *Annales*, pretendia minimizar o acontecimento, considerando-o como uma bolha na superfície da História.

Segundo Nora o caminho parecia o inverso ao se confrontar com os acontecimentos, mesmo que, por vezes, parecesse se tratar de falsos acontecimentos. Elucidando este fato explicita que:

Diante de quase tudo o que em uníssono fazem os jornais, tem-se a impressão de que todo este resíduo artificial da actualidade não faz mais do que marcar alguma coisa, uma história que avança ao passo pesado e lento das legiões romanas. (1984, p.46)

Na compreensão de Nora, parece que não existe o pseudo-acontecimento. O que mudou foi o próprio acontecimento em relação à história tradicional, devido as transformações ocorridas pelos meios de comunicação da massa. Em tempos pretéritos havia os atores do

acontecimento, revelados nos sermões religiosos, nos viajantes, e nos agentes oficiais do poder. É nesta perspectiva que o autor reflete sobre a mudança da própria percepção histórica, a tal ponto “que nada poderia separar o presente da História”. Aludindo a isto Nora elenca que “hoje em dia, o mais pequeno acontecimento é vivido com sendo já histórico, memorável, inscrevendo-se já na história, quando nem se quer se sabe se ele terá lugar ou se virá a ter alguma importância”. (1984, p.47)

Partindo para a análise do contexto dos acampados no Madre Cristina, cabe enfatizar que por menores que sejam os acontecimentos, dentre as ações e representações dos sujeitos, estes são vividos e analisados como já sendo históricos, independente ou não de terem alguma relevância no futuro. Assim cabe destacar que os sujeitos sociais acampados também fazem parte do contexto histórico, mesmo sem às vezes serem notados e ouvidos. Os seus barracos explicitam todo o caos social brasileiro na atualidade. Não só inerente à concentração fundiária que assola o país desde os primórdios de sua colonização, mas também por conflitos e contradições provenientes do meio urbano, onde os trabalhadores rurais, vítimas diretas da exploração e expropriação foram obrigados a partir para as cidades em busca de trabalho.

Faz-se significativo pontuar o que Nora discute ainda a respeito do acontecimento histórico. No seu entender, diante da historiografia tradicional, o acontecimento só era histórico porque os historiadores decidiam que ele deveria ser histórico. “Eram os historiadores que faziam ascender este ou aquele acontecimento à dignidade histórica” (1984, p.48), e toda a História decidia em conceber tal importância a determinado acontecimento.

No acontecimento do tipo moderno, esta relação se concretiza ao contrário. Já não é o historiador ou o jornalista que direciona ao acontecimento histórico. Em se tratando da história do tempo presente, Nora declara que “é o acontecimento quem faz o historiador” (1984 p. 48). Vale lembrar que o acontecimento pelo acontecimento não significa nada para o historiador, no sentido de que é imprescindível historicizá-lo.

Problematizando a respeito de que tudo é acontecimento, Nora é enfático ao dizer que não é nesta perspectiva que pensa e que os historiadores devem se interessar por muitas outras coisas. Seu pensamento gira em torno do fato de que no prisma da história do tempo presente, o acontecimento é sem dúvida algo privilegiado, podendo ser uma via de acesso real a este tipo de história. Contudo, o autor suscita que a explicação do tempo presente não pode estar desenraizada do passado. Observa ainda que “o acontecimento, essa novidade ininteligível, deve ser clarificado pelo historiador, que lhe tem de fornecer uma explicação provisória e plausível, e esta explicação só pode enraizar-se no passado”. (1984, p.48)

Torna-se significativo enfatizar quando Nora assinala que apesar de muitos indivíduos atribuírem ao historiador uma posição de poder fornecer os segredos de nosso tempo, é preciso ter consciência de que ele é incapaz de fazer tal feito. Até algumas décadas atrás, muitos historiadores pensavam que sabiam o que falavam, no sentido de suas palavras serem únicas e verdadeiras. Na atualidade, cabe dizer que o relativismo e a “história problema” fizeram com que os historiadores revissem suas afirmações e se tornassem mais modestos. Caminhando neste prisma, Nora explicita que “se a História é científica, essa Ciência, enquanto tal, é totalmente problemática”. (1984, p.51)

Discutindo sobre a história do tempo presente, Le Goff (1984) relata três grandes dificuldades que o historiador está propenso a encontrar. A primeira refere-se à complexidade dos historiadores ganharem prestígio em um campo onde já existem pessoas de valor como jornalistas e sociólogos. A segunda se dá acerca do tratamento metodológico, o tratamento do documento, indagando como proceder no tempo presente, onde alguns arquivos ainda são inacessíveis e, por outro lado percebendo que existe uma enorme massa de documentos de outra natureza, em particular da mídia. A terceira grande dificuldade está no fato de que os historiadores de tempos mais remotos estudam em função do saber dos acontecimentos ocorridos desde então, enquanto o historiador do presente ignora tudo.

Analisando estas dificuldades elucidadas por Le Goff, não se pode negar o trabalho dos jornalistas e dos sociólogos em meio ao tempo presente, no entanto a labuta do historiador tem outra dimensão de análise que a desses profissionais. O historiador no exercício de seu ofício não possui tantas liberdades como o jornalista, antes de tudo ele tem um compromisso com a cientificidade da História. Indo ao encontro desta questão De Certeau (1984) comenta que em primeiro lugar há regras, modelos e controles que intervêm no trabalho histórico e que lhe dão uma “carapaça científica”.

Em relação à segunda dificuldade apontada, como já foi discutido neste texto, a nova historiografia contribui para pensar e abrir um leque de fontes para os historiadores pesquisarem. Agora o que está em voga não são apenas os documentos escritos oficiais, mas também o uso das fontes orais e da memória que são de grande valor para os historiadores do tempo presente.

Quando Le Goff pontua a terceira problemática, de que o historiador do tempo presente ignora tudo o que aconteceu, faz-se necessário considerar uma interrogação: Como ele ignora tudo se suas indagações vêm do tempo presente? Não é preciso historicizar o que ocorreu antes? Os acontecimentos não vêm através de um conhecimento histórico? Exortando os historiadores do tempo presente, De Certeau (1984) ressalta que nesta história não se deve fazer esquecer um elemento que não diz respeito ao objeto estudado, mas na perspectiva em que se constrói o estudo, ou seja, uma historicização da própria História.

Após analisar o texto de Nora (1984), quando este elucida que a história do tempo presente fere, cabe indagar: como se posiciona o historiador diante deste fato? Como pensar na própria escrita do texto, uma vez que os sujeitos sociais estão vivos e provavelmente podem ter acesso ao produto final de sua pesquisa? Ao investigar a mística mediante as práticas e representações dos sujeitos acampados, torna-se complexo remeter a escrita de algo que poderia causar contendas com os indivíduos e até mesmo criar barreiras, interferindo em futuras pesquisas. Como lidar com estas questões? Literalmente passa a ser um tanto quanto complexo responder estas indagações,

porém algo que o historiador não pode perder de vista é o compromisso e a ética com sua labuta, bem como respeitar os sujeitos sociais que estão sendo estudados.

Neste sentido, será que é concebível dizer que o historiador se evidencia imparcial em seu trabalho? Vários autores contestam que este fato é praticamente impossível, ao passo que o pesquisador já perde sua imparcialidade no momento em que escolhe seu tema. De acordo com as análises de Japiassu, o máximo a que o historiador pode chegar é a objetivação, ou seja, “uma objetividade aproximada ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não aquilo que gostaríamos que ela fosse”. (1976, p. 43) Referindo-se a isto destaca que:

[...] nenhuma ciência humana pode ter a pretensão de ser uma determinação epistemológica pré-dada, supra-histórica e invariável. Além dos conteúdos buscados na teoria do conhecimento, a demarcação real de qualquer ciência humana só pode ser levada a efeito no interior da sociedade em que ela é praticada. (p.25)

Bourdieu descreve questões parecidas como as enfatizadas por Japiassu, principalmente no que diz respeito à construção científica e criticando ainda aqueles que defendem a utopia cientificista da neutralidade. Assim diz:

O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela o faz sem o saber que aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente o possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente. (BOURDIEU, 1997, p.694 apud BORGES, 2004, p.45)

Voltando ao que foi discutido anteriormente, ou seja que a história do tempo presente pode ferir, Nora explicita que “quando se trabalha com carne viva, ela reage e sangra” (1984, p.53) Reafirmando essas considerações, ainda comenta que a história do tempo presente, “é quase inevitavelmente uma História cruel, que fere, que faz sangrar, porque rema quase fatalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver”. (p. 53)

Sobre isto é possível pensar na questão no MST, da mística e do próprio acampamento Madre Cristina, particularmente no que se refere à imagem que os sujeitos sociais pretendem passar para o pesquisador. Quando se está diante dos indivíduos, percebe-se que muitas vezes a imagem retratada é um tanto quanto diferente da apreendida em sua realidade. Sobre esta questão é possível citar as relações de convívio no interior do acampamento. Ao fazer as pesquisas de campo, notou-se que os acampados, principalmente por parte das lideranças, tentam aparentar uma imagem branda referente às relações de convivência entre os sujeitos, contudo nas várias idas e vindas, ao entrar e ao sair dos barracos, ou até mesmo nas conversas de roda e, ao pé de um fogão de lenha, foi perceptível que há conflitos e tensões entre os acampados.

No que toca a questão metodológica, Nora (1984) salienta que a história do tempo presente possui uma inundação de informações não selecionadas. Isto se apresenta como uma problemática para o historiador, que necessita muito vagarosamente selecionar e registrar o que lhe será profícuo em sua pesquisa. Este fato da inundação de informação é resultante e assegurado pelas ações da imprensa de comunicação.

Trabalhar com a história do tempo presente se dimensiona como uma tarefa árdua e exige muitos cuidados por parte do historiador. Na tentativa de objetivação de uma análise, “a objetividade e subjetividade são interfaces do mesmo processo” (BORGES, 2004, p. 37). No que tange à pesquisa específica, ao analisar as fontes orais, dialogando com outros tipos de fontes, almejou-se compreender as diversas relações entre os sem terra no acampamento Madre Cristina, bem como as práticas e representações da mística e suas relações na luta pela terra.

NOTAS

¹ Este artigo foi produzido em 2007 no transcorrer da disciplina de Teorias Filosóficas da História, ministrada pela Prof^a Dra. Maria Celma Borges, à qual agradeço todo empenho e dedicação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. O trabalho também faz parte da pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, no período de agosto de 2006 a julho de 2007, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Celma Borges.

² Acadêmico da 4ª série do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas. Contato: cabiceiras@gmail.com

³ Para melhor compreensão ver BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe; DE CERTEAU, Michel; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy; VEYNE, Paul. Mesa redonda. A História – uma paixão nova. In: LE GOFF, Jacques. et alii. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra**: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 07 - 38.

DE CERTEAU, Michel. de. A operação histórica. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) **História: novos problemas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques. et alii. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1984.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

REPRESENTAÇÕES E A MEMÓRIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Andrey Minin Martin¹.

“Será que há, em vozes a que prestamos atenção, um eco de vozes agora silenciadas?” Walter Benjamin

Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns conceitos centrais, como as representações e a memória, a partir de teóricos, os quais possam contribuir para o estudo das práticas e representações da luta pela terra no Assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas. Observamos que a discussão propriamente dita do Assentamento não será aqui realizada, já que nos centraremos na reflexão teórica de alguns conceitos centrais para os estudos sobre a questão agrária.

A fundamentação teórica nos possibilita debater o referido tema, não por si somente, mas a partir de sua relação com a problemática e com as fontes, tendo em vista o fato de que o diálogo se constrói na prática da pesquisa, devido as diferentes interpretações e possibilidades do objeto estudado. Assim, a teoria da história é o arcabouço pelo qual os historiadores se fundamentam para a elaboração e construção teórica de seu objeto de pesquisa, buscando debater, com o auxílio dos conceitos que fundamentam a pesquisa, as problemáticas geradas pelos

sujeitos em seus diversos espaços sociais. Assim, esta “operação histórica” (CERTEAU, 1998) permite ao pesquisador compreender antigos e novos problemas que se constroem nestes espaços, já que a teoria também proporciona novas perspectivas de abordagens para melhor compreender os acontecimentos do presente ao passado, dos homens e mulheres assentados, sujeitos desta história.

Trabalhar com os sujeitos, com a trajetória de uma vida, cercada de sonhos, lutas e realizações pode proporcionar uma vasta teia de representações para a pesquisa, cuja complexidade do real apresenta uma diversidade de questões para a investigação, fazendo com que o pesquisador, pensando assim a história, se depare com o desconhecido e inesperado. Este trabalho vai sendo construído a partir do objeto de pesquisa, que nos remete muito mais a perguntar do que a responder (VIEIRA et alii, 2005).

Desta forma, nossas escolhas metodológicas vão se modificando ao longo da pesquisa, devido às novas necessidades de compreender o objeto e a busca constante de sua problematização. Encontramos, em determinados momentos, nos detalhes traços que deixam transparecer as formas e sentimentos dos sujeitos, os quais a partir destes detalhes, podem nos dizer muito sobre aquilo que procuramos (CHALOUB, 1990).

As expressões individuais estão, muitas vezes, emaranhadas no coletivo de uma dada sociedade, o que, segundo Chaloub, também contém traços da própria cultura de cada sujeito e de sua visão dos acontecimentos: “Aqui tudo começa com a premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”. (DARTON. 1989, Apud CHALOUB, p.20)

Segundo Barros (2004), esta flexibilidade metodológica em nossos trabalhos se modifica juntamente com novas abordagens e enfoques que surgem no decorrer da pesquisa, decorrente de novos problemas e objetivos. Abordagens, segundo o autor, que vem a se dar em vista das fontes e do modo de tratamento face a estas. Desta forma, Barros demonstra que os critérios envolvidos para estas subdivisões estão relacionados com o diálogo entre a metodologia e teoria.

Trabalhar com a trajetória de vida e de luta destes sujeitos implica compreender as representações e os símbolos construídos nas práticas cotidianas, que nos remetem a uma discussão sobre o estudo do tempo presente.

Segundo Chauveau e Tétard, a partir da nova história, herdeira dos *Annales*², a realização de estudos partindo de novas questões, abordagens e métodos³, possibilitou novas pesquisas sob a ótica do tempo presente, sobre o imediato ou a chamada história próxima. Para isto, os estudos do político constituíram parte fundamental para que se pudesse realizar estes novos trabalhos, com o olhar para novos temas e problemáticas, sendo que “o retorno do político desempenhou, pois cientificamente e intelectualmente, um papel essencial na afirmação da história do tempo presente” (1999, p. 15).

Desde sua criação, a história do tempo presente se abre numa diversidade de análises metodológicas e epistemológicas. Entendemos a utilização e realização desta “história escrita no calor dos acontecimentos”, como ressaltam Chauveau e Tétard, por meio da premissa de que o pesquisador necessita realizar uma análise profunda de seu objeto de pesquisa e que a partir desta se faça valer uma interessante discussão com as teorias da história e fontes que possam vir a ajudar a elucidar a pesquisa, para não deixar o trabalho vazio e sem fundamentação.

O trabalho de Martins (2000) contribui para entendermos as mudanças e relações entre a sociedade, o estado e os movimentos sociais presentes no cenário brasileiro, de ontem e hoje, contribuindo para compreender várias questões como: o significado do trabalho para a classe camponesa, o sentido da liberdade em sua relação com a terra, de poder produzir, ser dono de seu próprio tempo e dos frutos semeados. E mesmo que estas relações de trabalho estejam dentro das relações de mercado, predomina, como se pôde perceber nas falas dos sujeitos entrevistados na pesquisa, a visão voltada para as necessidades familiares, para sua vida e para os laços familiares e comunitários. A concepção apresentada por Martins destaca ainda mais a profunda relação do assentado com a terra, a representação da mesma para sua vida.

Assim, o tema acima elucidado pode demonstrar uma possibilidade para a pesquisa: pensar a representação da luta para estes diferentes

sujeitos assentados e suas relações com os agentes mediadores envolvidos na conquista da terra. Não somente as representações construídas na luta de hoje, mas na trajetória de suas vidas, nas conquistas passadas que ajudam a desenhar o simbolismo que esta terra tem em suas vidas, ou seja, a vontade de viver representada na luta pela terra.

Procurando compreender estas questões e outras que surgem no caminhar da pesquisa, buscamos trabalhar a partir das contribuições da história social. Segundo Castro, “a história social em sentido restrito surgiria como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e as relações entre os diversos grupos sociais” (1997, p. 48). Não somente a partir desta abordagem, mas compreendendo que as questões que se mostram centrais para a análise do objeto de pesquisa, podem e encontram na história social, com também na história cultural, múltiplas significações.

Compreendemos, conforme Burke, que a partir das diversas abordagens e temas surgidos com a nova história, a maioria dos estudos passou a compreender que “a realidade é social ou culturalmente constituída” (1992 p.11). Esta formulação parece elucidar os propósitos que norteiam esta pesquisa e muitos trabalhos referentes à questão agrária, ou seja, o de buscar, dentre sua diversidade, entender as relações sociais e culturais estabelecidas entre os sujeitos e os agentes mediadores, a partir da compreensão das pessoas comuns, do próprio sujeito e de suas experiências no processo de conquista da terra e para nela permanecer.

Desta forma, conforme Borges (2004) compreendem-se estas práticas enquanto experiências que se constroem durante a vida, e representações, por exemplo, enquanto símbolos de luta, de interpretação e significação destes valores construídos nesse processo.

Segundo Jovchelovitch:

Representações são construções sempre ligadas a um lugar a partir do qual sujeitos representam, estando, portanto intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais. Nessa medida, elas representam uma forma particular de construção do objeto e estão constantemente em relação com outras representações que representam outros sujeitos e outros lugares sociais (apud BORGES, 2004, p. 33).

As considerações de Borges foram reveladoras para compreender as práticas e representações dos sujeitos que lutam pela terra. Seu trabalho contribuiu para demonstrar o fazer-se da pesquisa a partir do olhar do sujeito, que nas práticas de suas lutas representam suas histórias. Para a autora, “não se separa a prática de sua representação. E a representação inexiste sem o fazer-se dos sujeitos, daí a compreensão das representações sociais fundamentadas nas ações individuais e no meio em que se vive, tal como se concebe este meio” (2004, p. 98).

Compreendemos as práticas dos sujeitos como seu modo de vida, de luta e sonhos, existente em toda busca pela terra para o trabalho e para a vida familiar. Assim, “as representações fundamentam as práticas vividas no campo material e simbólico das lutas camponesas (...)” (BORGES, 2004, p. 35). Símbolos estes que fazem com que os sujeitos construam socialmente seus valores, desejos e mesmo conflitos.

Desta forma, trabalhar com o campo das representações para a compreensão das lutas e da vida destes sujeitos, nos remete a buscar outros elementos que também se fundem em sua formulação possibilitando o fazer-se da pesquisa. Elementos como a memória e o simbolismo acabam por fazer parte do campo de compreensão da pesquisa. E para este debate, encontramos na sociologia de Bourdieu formas de compreender o campo simbólico, seu poder e espaço de representação. Segundo o autor “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder (...)” (1989 p. 15).

Segundo Bourdieu, as ciências sociais estão sempre na busca de compreender os problemas de cada sujeito, cada sociedade, em um dado momento. Problemas sociais legítimos, públicos ou não, e que, por vezes, são necessidades que deveriam ser garantidas e discutidas pelo Estado. Lutar pelo que é seu por direito é encarado como delinquência ou subversão. São, por exemplo, lutas contra a miséria, pobreza e a educação, em que sujeitos do mundo social constroem “sua própria representação”, expondo, posições e mesmo preconceitos e conflitos.

Bourdieu (1989) trabalha com a idéia de “luta das representações”, buscando compreender as representações como manifestações capazes de modificar outras manifestações sociais ou, como diz, “as representações mentais” (p. 113). Na compreensão da imagem (ou mesmo do sentido) que é construída por aqueles que lutam pela terra, as representações do que vem a ser o acampamento, a luta pela terra, acabam assumindo diferentes significações para os diversos sujeitos de um mesmo acampamento, como pudemos compreender nas entrevistas realizadas no assentamento Pontal do Faia, nas conversas a beira das portas ou debaixo das mangueiras.

Pensar o significado do acampamento na luta pela terra é compreender os diferentes espaços onde se formam os símbolos e representações, espaços de unificação e mobilização do grupo em busca de seus ideais. Para Bourdieu:

É sem dúvida, no trabalho de mobilização e mais precisamente, no trabalho de unificação e de universalização que se gera uma grande parte das representações que os grupos dão de si próprios e da sua unidade as quais eles condensam, para as exigências da luta em idéias-força ou em sinais de reagrupamento. (1989, p. 75).

Nesta perspectiva de estudo sobre o simbólico, Bourdieu trabalha o conceito de região, compreendendo a realidade de cada região como uma representação. Para o autor, este estudo se torna objeto não somente de geógrafos e economistas, mas também de sociólogos, historiadores, etnólogos, etc... Isto se dá principalmente pela existência, segundo o autor, de uma política de regionalização. A ser compreendido com espaço de movimentos e lutas sociais, o conceito de região se torna foco de múltiplos olhares, temáticas e questionamentos. Para os historiadores, na sua necessidade de retomada de fatos do passado para compreensão do presente, destes campos simbólicos, salienta Bourdieu que:

A verdade é que a sua relação com o objeto determina ainda amiúde a sua visão do objeto. Primeiro porque as tomadas de posição sobre o passado radicam frequentemente (...) em tomadas de posição latentes sobre o presente ou mais exatamente, contra os adversários intelectuais do presente. (p. 78)

Para Bourdieu “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (1989, p. 115). É neste tempo que são construídas suas práticas e representações, as suas lutas e esperanças. Considera o autor o trabalho da representação como a construção da visão de mundo, e se realiza “para imporem a sua visão de mundo ou a visão da sua própria posição neste mundo, a visão de sua identidade social” (p. 139).

Partindo desta construção e reflexão sobre as possibilidades que o campo das representações pode assumir, compreendemos que esta não se constrói somente nos acampamentos ou em diferentes formas de ocupação, já que assume e ganha novos elementos no cotidiano do assentamento, na dura luta depois da terra conquistada. A representação, seja de um objeto ou de indivíduos, também assume aqui o caráter de resistência para na terra permanecer. O caráter da esperança de que amanhã será melhor, “de que Deus vai ajudar”, evidencia que a terra move o coração e a vontade de não desistir daquilo que já se encontra inerente ao camponês: a terra de trabalho.

Almeida discute a partir de referenciais como Bourdieu (1982, 1989) as diferentes formas que os símbolos e representações assumem no processo de luta pela terra. Saliencia a autora o poder e a força que o acampamento possui no processo de conquista dos diferentes movimentos de luta pela terra:

Por esta perspectiva é que dizemos que a representação da terra, o sentido que o movimento social MST confere a terra na fase das ocupações e do acampamento, é o sentido da terra como vida que emana da identidade camponesa de seus participantes, significado distinto da lógica da organização social, em que a terra passa a significar mercadoria, viabilidade econômica, reflexo de interesses estranhos ao outro, neste caso, ao campesinato. (2003, p. 189).

Há também o fato, segundo a autora, de os símbolos, por vezes no assentamento ou ainda nos acampamentos, serem representados na figura de um grupo, de líderes, a fim de representá-los como sujeitos. Por isto, “é fato comum no acampamento os visitantes serem recebidos por uma comissão ou por uma pessoa específica designada, autorizada e que, por isso, tem o poder de falar em nome do grupo” (2003, p. 190). Isto representa uma das formas com que o poder simbólico pode se manifestar na luta pela terra. Explicita ainda Almeida:

Há também a possibilidade deste poder simbólico, espécie de simbiose entre quem exerce e aqueles que lhes são submetidos, ser utilizado de forma personalista. Desse modo, todo o recurso e, portanto, o poder social acumulado coletivamente passa a ser projetado individualmente na figura do líder. (2003, p. 192).

Bourdieu também chama a atenção para o sentido de um representante estar à frente, quando na verdade deveria estar ao lado de um grupo, e por ele falar e o representar em outras instâncias sociais:

O porta voz, dotado de pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta preocupação existe, personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem. (1989, p. 158)

No decorrer da pesquisa, buscamos compreender estas representações que surgem em meio ao movimento ou são escolhidas pelo grupo, oriundas, por exemplo, dos sindicatos. Porém, compreendemos que muitas vezes esta liderança não representa necessariamente os desejos do cotidiano daquele grupo pelo qual ela fala. Desta forma, preferimos compreender que a voz das lideranças não assume o todo do movimento, e assim buscamos nos próprios sujeitos assentados no Pontal do Faia a compreensão de sua luta, sua vida e os seus símbolos construídos nesse processo.

A partir das contribuições de Capelato e Dutra (2000), lançaremos alguns pontos que consideramos fundamentais no referido trabalho, para a compreensão das diferentes formas em que podemos trabalhar o conceito das representações, na tentativa de elucidar os diversos campos que este conceito pode abranger.

As autoras buscam realizar uma breve análise sobre o conceito de representação na historiografia brasileira, principalmente sobre o campo da história política, chamando a atenção para a inovação de alguns trabalhos, com os novos objetos e novas fontes.

Segundo Capelato e Dutra o conceito de representação está intimamente relacionado às linguagens, símbolos e imaginários, presentes e construídos por toda a vida dos sujeitos centrais no universo da pesquisa:

O conceito de representação em seu sentido instrumental não pode ser dissociado das teorias semiolinguísticas (...). O conceito de representação aparece não só ligado a função semiótica, mas diretamente vinculado aos temas da percepção, da imaginação, da simbolização. (2000,p. 228)

Neste aspecto, as marcas de uma vida em busca da terra são compreendidas na expressão do simbólico, no traduzir em palavras, símbolos e representações, construídos durante a trajetória de vida ou mesmo em seu presente social. Para isto, segundo as autoras, o imaginário social entra em cena e integra este campo de representações, em que “ tem sua existência afirmada pelo símbolo e sua expressão garantida pela evocação de uma imagem, seja ela acionada por palavras, por figuras de linguagens ou por objetos” (p. 229). Assim:

O símbolo é um signo implicado numa relação de representação e a representação é a imagem mental medida, tornada possível, pelo uso dos signos. A relação simbólica, entre o signo e o que dá a conhecer é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar como recurso do imaginário (CAPELATO E DUTRA, 2000, p. 228).

Partindo desta observação, podemos compreender as variadas formas como estes símbolos estão emaranhados na vida dos assentados. A mudança dos nomes de “lote 01”, “lote 14” para “Sítio Santa Inês”, “Chácara Pedacinho do Céu”, por exemplo, nos remete a compreender a representação da terra para alguns destes assentados, associadas, por exemplo, a antigas lembranças, valores e pessoas que estão conservadas em suas memórias e trazem para o seu presente sentimentos bons, como a paz, alegria e esperança.

Neste trabalho, o estudo das representações abre possibilidades de se pensar o campo do político com o olhar para as novas formas e significações na construção e análise dos fatos, em que “a realidade e as significações imaginárias aparecem como dimensões inseparáveis do fazer e do ser social” (2000, p. 232). Para Lefort (1991):

A representação do poder, a figuração do seu lugar não só engendram o espaço social, mas lhes instituem sua forma e sua cena. Isso significa reconhecer no poder um estatuto simbólico para além das condições e moralidades do seu exercício, bem como de suas funções (apud CAPELATO E DUTRA, p. 234)

Muitos destes autores aqui discutidos reafirmam como Chartier que as “representações estão colocadas num campo de concorrência e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (apud CAPELATO, 2000, p.236). Desta forma, Capelato e Dutra compreendem que a partir da análise realizada por Chartier, “a cultura se coloca em diálogo com a política” (2000, p. 236), questão esta que abre novas possibilidades de trabalhar a pesquisa e realizar um interessante diálogo entre os costumes, tradições e o agir político destes sujeitos. Fatores que se encontram emaranhados na busca de se compreender as representações da terra para os sujeitos hoje assentados e as contribuições e perspectivas que os aspectos culturais e políticos, representados, por exemplo, na figura do sindicato, tem na luta e na conquista da terra.

Pensar esta pesquisa com as contribuições do campo das representações é estar a par das inquietações, sonhos e alegrias que emanam na vida após a conquista do lote. É também buscar compreender as inúmeras dificuldades que brotam nesse cotidiano, nas relações entre estes homens e mulheres e o sindicato, como também entre os próprios sujeitos. É necessário pensar sobre a ambigüidade e a imagem do poder ali existente, sobre a fala que, por vezes, busca representar ou chamar para si o movimento, legítima ou não. Tudo isto nos remete a compreender a vida e a luta na formação do assentamento, Pontal do Faia, ressaltando que não podemos utilizar somente das representações dos agentes mediadores para o estudo, pois somente sua utilização não explica todas as práticas e ações do grupo, dos sujeitos ou das lideranças envolvidas. As representações, por vezes, construídas na fala dos sujeitos, nem sempre são ou foram as mesmas realizadas na prática ou na ação do grupo, deixando transparecer, quando da análise a questão do imaginário, da memória e das identidades, apreendidos no decorrer de suas vidas.

Considerável parte das pesquisas que busca compreender estes movimentos sociais, como os trabalhos sobre a questão agrária, encontra nos estudos sobre identidade e memória os elementos para a análise e discussão de seus principais questionamentos. Compreendemos nesta investigação que ao buscarmos entender e apreender as representações construídas por estes sujeitos, os elementos emergentes da memória acabam por fazer parte destas representações. Acontecimentos de sua vida, de seu cotidiano ou mesmo de lembranças de fatos passados e que agora emergem por suas falas e sentimentos, são memórias que podem constituir-se como representações.

Pollak (1989) contribui significativamente para trabalharmos a pesquisa no que diz respeito à reflexão sobre a memória. Discute o papel da memória coletiva ou individual nos diferentes momentos e formas como ela é produzida. Monumentos, músicas, tradições e costumes são produzidos por diferentes sujeitos e grupos sociais, sendo que a trajetória de suas vidas, os trabalhos realizados, ou mesmo as lutas travadas, se tornam fontes produtoras da memória, “uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (p. 03).

Este pertencimento acaba por fazer parte do contar da vida, de suas conquistas, da luta pela qual passaram até chegar àquele momento, sendo que estes momentos acabam por ser “relembrados” nem sempre como os fatos ocorreram, mas sim a partir de como aqueles sujeitos o vivenciaram. Isto acaba por ser uma forma do sujeito buscar construir uma imagem de seu passado em sua vida presente ou, como salienta Pollak, “como instrumento de reconstrução da identidade”, no qual “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações como os outros” (1989, p.13). Segundo o autor, a “memória entra em disputa” e “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (p. 04).

Para Pollak, estas memórias subterrâneas que podem dar lugar ao silêncio podem também representar disputas, dominações e mesmo demonstrar qual situação social o sujeito vive ou viveu, evidenciando seus medos e receios:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separam, em nossos exemplos uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o estado desejavam passar e impor. (1989p. 08)

Para o autor, há sempre uma ligação entre o presente e como as memórias passadas são lembradas ou reinterpretadas. Por isto, considera a existência da relação entre o vivido, o aprendido durante a vida e o que é transmitido, enfocando a forma como pode ser estudada a memória, seja individual, coletiva ou nacional.

Utilizamos destas contribuições teóricas sobre a memória para pensar várias questões, como o papel das lideranças, dos sindicatos e agentes que integram esta luta, seus discursos instaurados na memória que está sendo contada e como podem alterar a imagem dos fatos. Assim:

Toda organização política, por exemplo, sindicato, partido, etc...- veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. (POLLAK, 1989, p. 10, grifo nosso).

Mesmo que Pollak compreenda esta idéia aplicada para um *todo*, o que achamos demasiado, ainda assim partimos do pressuposto de que a maioria das instituições ou agentes mediadores da luta buscam ser vistos como lideranças de movimentos, e esta veiculação acaba por ocorrer ao se tentar passar determinada imagem de força, liderança e progresso.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pontuamos que saber compreender os fatos, as memórias e representações, e ainda reconstituí-las a partir de histórias de vida, é saber contar com os sentimentos pessoais, com o “não dito” e com

fatores objetivos e subjetivos que fazem parte da história de vida dos sujeitos, questões que podem ser apreendidas, por exemplo, nos relatos orais. Por isto, buscamos apresentar nestas páginas alguns dos principais fundamentos que nos ajudaram a compreender questões que consideramos importantes para os estudos sobre a luta pela terra.

Procuramos, dentre a diversidade de objetos e campos de pesquisas da história, realizar uma reflexão sobre os conceitos que podem servir para a análise da luta pela terra no Município de Três Lagoas, buscando a partir de fundamentos como estes aqui apresentados, compreender os sujeitos do Assentamento Pontal do Faia, na diversidade de suas práticas e de representações.

NOTAS

¹ Acadêmico do 4º ano do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Bolsista de Iniciação Científica, CNPq.

² Ver: BURKE, Peter. **A escola dos Annales. 1929-1989**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

³ Uma interessante abordagem é discutida nas edições de Jacques Le Goff e Pierre Nora. **A Nova História. Novos problemas**. São Paulo: Editora F. Alves, 1998.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia na Faculdade de Ciências e tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP), Presidente Prudente.

BARROS, José D´Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: vozes, 2004.

BORGES, Maria Celma. De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema. **2004. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.**

_____. Elaboração de projetos: considerações para a iniciação a pesquisa. In: BORGES, Maria C. e ALVES, Walter A (Orgs). **Anais da Semana de História 2005: o ensino e a pesquisa na construção da História**. Campo Grande-MS. Editora UFMS, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CAPELATO, Maria Helena R. e DUTRA, Eliana Regina F. Representação Política: O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: **Representação: contribuição a um debate transdisciplinar**. CARDOSO, Ciro F. e MALEBRA, Jurandir. São Paulo: Papirus, 2000.

CASTRO, Hebe. História Social. In: **Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). 12º Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre(Orgs). **História: Novos Problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1998.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUVEAU, Agnes e TETÀRD, Phillipe. (Orgs). **Questões para a história do tempo presente**. BAURU: Edusc, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrário – o impossível diálogo**. In: Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Janeiro/ Abril. 2000. 268-278.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos históricos. Vol. 2, nº. 03. Rio de Janeiro, 1989. (p. 03 á 15).

VIEIRA, Maria do Pilar de A; PEIXOTO, Maria do Rosário C. KBOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. 4 º Edição. São Paulo, Editora Ática, 2005.

PARTE VIII

ENTRE O GÊNERO E A SAÚDE MENTAL: CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA

TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E DO ESTUDO DE GÊNERO¹

Mariana Quadros Gimenez²

Este texto será uma análise de como se concebeu os estudos de gênero percorrendo, de forma breve, a história das mulheres. Prosseguiremos nossa reflexão caminhando pela história da sexualidade em algumas sociedades, momento em que destacaremos os séculos XVIII/XIX, e como o poder atuou para a manutenção da sexualidade humana. Finalizaremos, de forma a legitimar, a aspiração deste trabalho, como estudo de gênero, definido como parte integrante das relações sociais que estabelece o poder masculino e a submissão feminina (SCOTT, 1990) bem como pelo processo de socialização dos traços de masculinidade e feminilidade nos homens e mulheres baseados nas diferenças biológicas dos sexos (BENERIA E ROLDÁN, 1987; RÍOS, 1993). Pretende-se esclarecer que a abordagem feita sobre o estudo voltado para mulheres se constitui como um alicerce para a compreensão da categoria gênero sem mais pretensões.

Segundo Joan Scott (1992), a emergência do campo de estudo, voltado para os sujeitos do sexo feminino, acompanhou as políticas feministas carregadas de ideologias, sendo que grande parte das abordagens considerava as “mulheres” como uma categoria social fixa, pois falavam da mulher e não analisavam as mulheres, ou seja, consideravam que todos indivíduos eram biologicamente do sexo feminino, que se moviam dentro de contextos e papéis diferentes, cuja experiência mudava, porém a essência como mulher não se alterava, desconsiderando-se desta forma a pluralidade da categoria.

Joan Scott faz um breve histórico dos caminhos percorridos pela história das mulheres até o inovador estudo de gênero:

Finalmente (assim prossegue a trajetória), o desvio para gênero, na década de 80 foi um rompimento definitivo com a política e propiciou este campo conseguir o seu próprio espaço, pois o termo gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato. A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. (1992, p. 64-65)

Conforme a autora, a categoria gênero surge na década 1980, inicialmente é aplicada para analisar as diferenças entre os sexos, se estendendo para discussões das diferenças dentro da diferença. Assim, a emergência da diversidade dentro de um grupo em que este já era concebido como distinto em relação à dominação masculina trouxe à tona olhares críticos para os estudiosos das mulheres. O surgimento da categoria gênero rompe definitivamente com a política e desafia os estudos voltados para a hegemonia de mulheres heterossexuais de classe média branca, fazendo com que haja uma fragmentação da idéia universal da categoria “mulheres”. Os estudiosos começam a levar em consideração, em seus trabalhos, raça, etnia, classe, sexualidade e orientação sexual, como fator significativo para suas reflexões. A diferença cada vez mais visível e veemente entre as mulheres trouxe para a superfície diferenças sérias no interior do movimento das mulheres sobre questões que variavam desde a Palestina até a Pornografia (SCOTT, 1992). Percebeu-se, conforme esta autora, que as diferenças eram tan

tas entre os sujeitos do sexo feminino que no próprio movimento feminista havia incompatibilidades de opiniões, colocando em xeque a possibilidade de uma política unificada e percebendo que os interesses das mulheres não eram auto-evidentes como se imaginava e sim uma questão de discussão.

O estudo de gênero ampliou o foco da história das mulheres podendo ser concebido, agora não mais nas relações de desigualdade entre homem-mulher - isso porque esta hierarquia já é presumida - mas também nas relações entre homem-homem e relações mulher-mulher. Ou seja, agora podemos analisar de que forma o gênero, sendo uma construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2004), é percebido no âmbito social, indagando que processos são estes e como as diferenças de raça, etnia, classe ou sexualidade influenciam, ao lado do gênero, nas experiências sociais históricas dos indivíduos.

Considerando o gênero como construção, muitas estudiosas do assunto afirmam que a sexualidade biológica de um indivíduo é transformada de acordo com a atividade humana, ou seja, de acordo com transformações sociais ou necessidades desencadeadas por algum motivo particular..Heleieth Saffioti (2004) destaca em seu trabalho que a elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, porém não devemos gerar uma dualidade de significados entre sexo e gênero, sendo o primeiro situado na biologia/natureza e o segundo na sociedade/cultura. A postura assumida pela autora nos leva a considerar que sexo e gênero são uma unidade, destacando que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social, portanto não pode haver uma reflexão da sexualidade sendo uma situada na anatomia e a outra situada em um determinado meio social. Podemos perceber a recusa da autora pela classificação biológica, a repulsa pela certeza de que a anatomia é o destino.

Judith Butler (2003) ao discutir algumas questões sobre gênero, em sua obra “Problemas de Gênero”, faz algumas observações a partir de Simone Beauvoir. Após a reflexão de Butler podemos perceber que Beauvoir não sustenta tal determinismo, já destacado acima. Ao escrever que “a gente não nasce mulher, mas se torna mulher” (BUTLER, 2003 p.162) a autora, a princípio, vem sugerir que a categoria das mulheres é um universo variável, cujas características são absorvidas den

tro de uma dinâmica social e um campo cultural. Ou seja, Beauvoir vem colaborar sugerindo que os indivíduos não nascem com um gênero, todavia este é sempre adquirido/interpretado ou construído no meio social. A autora nos diz que os indivíduos nascem com um sexo, pois não há ser humano que não seja sexuado e que o sexo é imutavelmente um fato que não poderia ser mudado, contudo sabemos que com o avanço da medicina, hoje, sim o sexo, no que diz respeito à anatomia, pode ser mudado.

Ao longo do tempo os sujeitos foram cercados por um conjunto de poderes que produziram efeitos de realidades para certas práticas, fazendo com que a coletividade considerasse a diferença sexual situada na heterossexualidade, criando uma aparência de divisão natural do sexo. Em outras palavras, essa divisão age no interior do discurso nos transmitindo, “ou você se comporta como hetero ou irá sofrer as conseqüências”. Podemos refletir que a razão da dualidade em relação ao sexo possa se dar em vista das necessidades econômicas, para isto o poder cria dispositivos de naturalização do sexo como sendo masculino ou feminino visando impedir, desta forma, qualquer outro tipo de sexualidade.

Foucault em “História da Sexualidade” (2006), vem colaborar nos apontando que o poder esteve presente no desenrolar da sexualidade desde o século XVIII/XIX. Todavia o autor nos chama a atenção para o fato de que as relações de poder não eram verticais, ou seja, não era um sistema de dominação exercido por um elemento ou um grupo sobre a outro – classe dominante subjugando os dominados – mas as relações de poder estavam (e estão) em toda parte, quer seja nas relações familiares quer seja nas relações Estado e o povo. Desta forma o poder cria canais e formas discretas de discursos que consegue chegar as mais íntimas condutas dos agentes históricos. Sobre o discurso, Foucault observa:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escore, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarita ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras. (2006, p.111-112)

Observamos que o discurso é um instrumento do poder e que este pode também se tornar obstáculo criando pontos de resistência. Assim, podemos refletir que o homossexualismo é um discurso de resistência à naturalização da divisão do sexo, onde são determinados que existam apenas dois tipos de sexualidade: masculino e feminino. Porém, se o poder está em todas as esferas sociais, o próprio universo homossexual está cercado de poder. Portanto há outros centros de poder/discurso que constroem e estruturam diversos núcleos sociais. As relações de poder não são encontradas apenas em grupos dominantes onde estes dão as cartas, mas é uma realidade que é evidente nos grupos minoritários, aqui evidenciados como o grupo social das travestis.

Foucault nos destaca que a dinâmica do poder, no âmbito da sexualidade, se utilizou principalmente do discurso para vigiar às mínimas manifestações do sexo. A confissão foi a matriz geral da produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. A princípio permaneceu ligada a Igreja Católica presa à prática da penitência. O autor nos dá um exemplo de como era abordado um indivíduo no ato de se confessar:

Examinai, portanto, diligentemente, todas as faculdades de vossa alma, a memória, o entendimento, a vontade. Examinai, também, com exatidão todos vossos sentidos,...Examinai, ainda, todos os vossos pensamentos, todas vossas palavras e todas as vossas ações. Examinai, mesmo, até os vossos sonhos para saber se, acordados, não lhes teríeis dado o vosso consentimento ...Enfim, não creiais que nessa matéria tão melindrosa e tão perigosa, exista qualquer coisa de pequeno e de leve. (2006, p.25-26)

Podemos observar uma instigação, por parte da instituição religiosa, para que seus fiéis falassem de todos os seus desejos, pensamentos ou imaginações voluptuosas, porém sempre com muita decência e pudor. Esta explosão de discursos sobre o sexo, no âmbito religioso, tinha efeitos em relação aos indivíduos, de domínio e de retorno a Deus.

Os sistemas de confissão foram se aperfeiçoando ao lado da sociedade ocidental. O poder/discurso, por volta do século XVIII, foi apoiado por outros mecanismos, fazendo nascer uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo. Ao lado do surgimento da

população destacam-se problemas como o econômico e político: população/riqueza, população/mão-de-obra e população em equilíbrio entre seu crescimento próprio. As autoridades percebem que vão ter que lidar não mais com um número pequeno de pessoas, mas sim com uma população, com seus fenômenos específicos: natalidade, esperança de vida, fecundidade, saúde pública, etc... Neste momento há uma dispersão de sexualidades, o poder/discurso encontra-se, não apenas nas instituições religiosas, mas destaca-se também na organização familiar e de controle médico, pedagógico e judiciário. Estes sempre abordando o sexo através do sistema confissão e por meio dela chegam às sexualidades periféricas, pais e filhos, educador e aluno, médico e doente, psiquiatra e os perversos. Tomemos os “perversos” para a próxima análise, em que Foucault nos acrescenta:

[...] Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciárias das perversões menores, anexou-se à irregularidade sexual à doença mental; da infância a velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamento médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram a baila todo o vocabulário enfático da abominação[...] (2006, p.43)

No século XIX, como podemos notar no trecho acima, houve uma dispersão de sexualidades e um destaque às múltiplas perversões. A “natureza”, em que muitas vezes se apoiavam, mostrava-se como uma espécie de direito, portanto todas as relações de sexualidade que se encontravam “contra a natureza” eram encaradas como uma abominação. Tenta-se extrair dos indivíduos os devaneios, as obsessões ou as pequenas manias. Conforme o autor, surge toda uma “gentilha diferente”, estes correm apertados por fendas sociais perseguidos pelas leis, sendo encaminhados para prisões ou clínicas. Independente das características de seus atos, todos são encarrados como fora do comum, ou seja, todas as formas de prazer anexos passavam a se dar pelas perturbações do instinto. E em todos os lugares onde houvesse possibilidades destes desvios se manifestarem foram instalados dispositivos de vigilância para forçar confissões e impor discursos corretivos.

“Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo”(FOUCAULT, 2006 p. 51), do que podemos refletir que os mecanismos existentes funcionavam como dupla incitação de prazer e poder. Ou seja, prazer em exercer um poder que questiona e fiscaliza e prazer em escapar a este poder; fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo (FOUCAULT, 2006 p.54). No entanto se as sexualidades clandestinas persistirem em atuar para que todos vejam, o autor nos lembra:

Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. O rendez-vous e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica [...] as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. (2006, p. 10)

Como podemos observar desde o início desta discussão, a confissão foi o instrumento mais utilizado pelo poder para se produzir a verdade. O desvio se dava com a negação da sexualidade legítima produzida no período, os comportamentos ilegítimos eram corrigidos, estes se persistissem em atuar “a luz do dia” eram encaminhados a lugares de tolerância/autorizados. Ao menos nestes recintos serviriam para algo, ou seja, para o lucro.

Voltemo-nos ao homossexualismo, que é o colaborador central desta pesquisa. Entre os vários “perversos” do período, o autor destaca os indivíduos de orientação homossexual; o ato de conceber relações com indivíduos do mesmo sexo era conhecido como sdomia. Até a Idade Média, este comportamento era punido de forma jurídica, de acordo com as leis da época. No século XIX, o sujeito homossexual torna-se uma personagem, nada do que ele (a) faça escapa a sua sexualidade, ou seja, o indivíduo é um caráter, uma forma de vida, uma anatomia indiscreta ou até mesmo uma fisiologia misteriosa. Se antes quem praticava tais comportamentos era punido juridicamente por isso, nos séculos seguintes o sujeito se torna uma espécie que possui um hermafroditismo de alma. (FOUCAULT, 2006).

No entanto Foucault, em sua obra, analisa a sexualidade no âmbito da sociedade burguesa que se desenvolve nos séculos XVIII/ XIX. Todavia, sabemos que na mesma proporção em que se desenvolveu a burguesia – a classe detentora do capital - desenvolve-se o proletariado - a classe dos operários. E ao lado da emergência destes dois universos havia outras classes como, por exemplo, o camponês. Desta forma não negamos outras dinâmicas de sexualidade em outros grupos sociais.

Conforme David e Rodrigues (1999), para algumas sociedades antigas - tomemos o exemplo de Esparta e Atenas - a primeira encarava o homossexualismo entre os homens positivamente, afirmando que a relação afetiva entre os homens estava ligada à bravura militar, pois os guerreiros apaixonados lutariam com mais entusiasmo para defender seus companheiros; a segunda via na relação homossexual, entre um adulto e um adolescente, um ritual de passagem intelectual ou de aprendizagem. De acordo com os autores, a existência do homossexualismo nas sociedades gregas era encarado com estatuto de privilégio, algumas vezes mais valorizado que o contato com mulheres, claro que de acordo com cada período e em certos âmbitos sociais. Todavia, existiam restrições para poder preservar a masculinidade do indivíduo, um cidadão adulto não poderia ser passivo com relação a outros homens e nem praticar atitudes efeminadas.

Neste caso podemos destacar a proibição de indivíduos passivos nas relações, porém para existir um ativo precisa-se de um passivo. Ou seja, o que estava em jogo era a preservação da masculinidade, da dominação em todos os aspectos, desde o ato sexual até as suas relações cotidianas. Mas os homens para afirmar sua masculinidade precisavam subjugar outros indivíduos, quer fosse um homem ou uma mulher.

Os papéis sexuais que se desenvolveram na Grécia se assemelham às atitudes desempenhadas pelos sujeitos na Roma Antiga. Após o surgimento da Igreja Católica as relações de afetividade entre os homens, principalmente os efeminados, foram rejeitadas. David e Rodrigues nos oferecem uma síntese de como se desenrolou a sexualidade masculina após este período:

A rígida definição do masculino ganhou contornos mais nítidos no mundo mercantil e competitivo do século XVIII. Nesse período, quando tudo o que muitos jovens tinham a oferecer era a força física, a imagem de 'macho' do homem heterossexual acabou definindo a cultura do homem 'normal'; o inverso foi o novo estereótipo de homem 'anormal'. Garotos sensíveis e frágeis eram considerados homens pela metade, pois faltava a eles a virilidade e a firmeza dos machos dominadores. A partir daí, as transgressões ao modelo viril, homem ativo/mulher passiva [...]. (1999, p.122)

Após esta rápida análise da sexualidade masculina por algumas sociedades podemos observar a presença de relações entre homens, em que cada cultura se justificava de acordo com os elementos culturais/sociais existentes na época, conforme a entrada e saída de tais elementos o homossexualismo era encarado de forma diferente. A única coisa que encontramos em comum é que as condutas sexuais eram classificadas pela não passividade do sujeito. “Homens passivos ou efeminados eram considerados submissos e fracos, pois transgrediam as características do verdadeiro macho” (DAVID e RODRIGUES, 1999, p.122)

Aqui podemos evidenciar uma determinação biológica, porém percebemos que a interpretação do masculino é influenciada de acordo com a atividade humana. Ou seja, o gênero foi (é) construído de acordo com as dinâmicas culturais e sociais em uma dada sociedade. Refletimos também que a elaboração destas sexualidades dominantes, onde há papéis definidos do que é ser masculino e feminino, foi forjada por um universo de poder, cujo instrumento principal era o discurso.

Após esta análise consideremos que o problema principal que se reflete ao homossexualismo, em especial nas travestis, é a quebra de regras impostas ao indivíduo do sexo masculino, quando este “desonra” todo um grupo e uma sociedade que se desenvolveu sob bases de uma sexualidade dual e da dominação masculina. Portanto, o indivíduo estará tendo uma conduta avessa dos padrões estabelecidos, em outras palavras seu comportamento será classificado como desviante. Gilberto Velho vem colaborar nesta discussão, ao apontar que:

O desviante, dentro da minha perspectiva, é um indivíduo que não esta fora de sua cultura mas que faz uma leitura divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer

parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre um desviante. Existem áreas do comportamento em que agirá como qualquer cidadão normal. Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes. (1981, p.27-28,)

As travestis profissionais do sexo divergem no que diz respeito a sua construção de gênero e por isso são excluídas, principalmente do meio de trabalho formal. Isso não quer dizer que estes sujeitos vivam a parte ou em outro mundo da sociedade, já que estão presentes nas dinâmicas sociais, porém em alguns momentos são privadas de estarem exercendo alguns de seus direitos.

Conforme Butler (2003), sendo o gênero uma construção, ou seja, a captação de elementos inscritos nas superfícies dos corpos e absorvidos pelos indivíduos, não podemos considerar os gêneros como verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos por uma verdade de um discurso sobre uma identidade neutra e estável. Desta forma, a travesti nos revela uma construção em que se dá a elaboração do gênero, subvertendo o modelo expressivo de gênero, a heterossexualidade, quer no desejo sexual ou em sua representação física. E como todos nós sabemos, uma pessoa – independente do seu gênero - não se resume apenas em seu desejo sexual ou em sua aparência, existe uma individualidade e subjetividades que compõe os sujeitos.

O desejo sexual não pode ser pensado como modalidade fixa e acabada, isso porque não segue uma ordem natural e sim passa por metamorfoses culturais e sociais no decorrer da História. Pensando desta forma não podemos considerar a heterossexualidade como único padrão sexual a ser seguido, o homossexualismo vem justamente questionar tais regras e almeja uma “democracia” nas práticas sexuais.

Nos remetendo ao colaborador deste trabalho, as travestis profissionais do sexo no município de Três Lagoas, estes vem sendo analisados sob a perspectiva de como a orientação sexual dos indivíduos interfere em suas relações sociais, considerando de extrema importância, para este trabalho, a análise de como a representação física destes sujeitos – sendo estes biologicamente do sexo masculino e que buscam modelarem seus corpos a procura de um feminino - afeta o meio social vivido por eles. Em princípio, a pesquisa tem como hipótese que a própria escolha de seu ofício (profissionais do sexo) seja uma

consequência da representação de seus corpos perante a sociedade. Portanto confrontando com o modelo hegemônico de cidadão, que historicamente foi transmitido aos sujeitos sociais, onde quem não assimilar tais normas será classificado como desviante – diante da sociedade – e padecer por meio de sanções que os afastarão do convívio e dos direitos comuns a todos os seres humanos.

Para esta reflexão faz-se necessário uma retomada da sexualidade, como esta se desenvolveu e quais dinâmicas sofreram em algumas culturas, há alguns séculos atrás como já foi proposto até o momento. Para esta discussão usamos como alicerce Michel Foucault, que faz uma análise de como foram tratadas as sexualidades na sociedade burguesa do século XVIII/XIX; e Edmar Henrique D. David e Jane de Fátima s. Rodrigues, no artigo que escreveram em conjunto, ao nos descrever como o homossexualismo se desenvolveu desde a Antiguidade até os dias atuais. No que diz respeito à discussão teórica utilizamos como referência bibliográfica; Joan Scott. Seu artigo nos oferece uma discussão de como se concebeu a história das mulheres e quais problemáticas que envolveram este campo de estudo seguindo com abordagens sobre os estudos de gênero. Heleieth I. B. Saffioti e Judith Butler nos faz refletir sobre o determinismo das condutas sexuais fincadas na anatomia biológica e como a construção de gênero quebra tal determinismo. Foucault ao lado desta discussão nos mostra como o poder e o discurso agem para estabelecer sexualidades ditas como “normais”. Finalizamos esta reflexão com a análise do conceito de comportamento desviante, disponibilizado por Gilberto Velho, em que este nos aponta como e porque as minorias são consideradas desviantes .

As ciências humanas trazem à tona um novo olhar para a sexualidade humana. As novas abordagens sobre o homossexualismo permitem refletirmos que os padrões sexuais sofrem mudanças de acordo com as sociedades/culturas, assumindo diversos significados no decorrer da história. Portanto, vemos que a homossexualidade não pode ser entendida pela perspectiva do desvio, já que assumi tal rótulo diante da heterossexualidade fincada na sociedade como norma a ser seguida. As sexualidades humanas devem ser analisadas como algo dinâmico que possui conflitos e contradições que se modificam durante a história, de acordo com as sociedades e suas culturas.

NOTAS

¹ Trabalho realizado como parte da pesquisa de iniciação científica voluntária (CnPq), sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Celma Borges.

² Acadêmica do 4º ano do curso de História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENERIA, L, ROLDÁN, M **The crossroad of class and gender**. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1987.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVID, Edmar Henrique D. RODRIGUES, Jane de Fátima S. Homossexualidade: o labirinto de uma categoria. In: SOUSA, Vera Lúcia Puga de (Coordenadora) **Caderno feminino**. Vol 7. Uberlândia: 1999, p. 105-146.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade vol I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2006.

RÍOS, Rebeca. Gênero, salud y desarrollo: um enfoque em construcción. In: GÓMEZ, Elza G. **Gênero, mujer y salud em lãs Américas**. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud, 1993. (OPS-Publicación Científica n.541, p. 3-18, 1993).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. 1990; 16:5-2.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, Gilberto (Org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 11-28.

A REFORMA PSIQUIÁTRICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DA LUTA ANTIMANICOMIAL

Vânia Aparecida de Jesus Queiroz¹

*Rotularam-me de R20, e pergunta-
ram se quando olho a multidão vejo
um semelhante. Olho a multidão e
vejo que todos têm flores na cabeça,
só que meus semelhantes tem uma
flor a mais, e diferente...
A flor do Delírio.²*

A Reforma psiquiátrica teve um início bastante conturbado, como toda mudança o é na História. Surge com extrema necessidade de mudar o tratamento psiquiátrico que Carrano³ chama de “Holocausto da Psiquiatria Brasileira”, (p.172). Segundo Paulo Amarante (BASAGLIA. 2005) pensar em Reforma Psiquiátrica é lembrar d’O Alienista de Machado de Assis, escrito por volta de 1881-1882. Amarante considera que esta obra foi a precursora do Movimento contra o sistema psiquiátrico em nosso País.

Machado de Assis conta como foi o processo de abertura da casa de loucos na cidade Itaguaí do Estado do Rio de Janeiro, por um médico recém chegado da Europa, Simão Bacamarte. É interessante notar nesta obra como Machado de Assis apreende o processo de constituição da psiquiatria, “a idéia de meter os loucos na mesma casa, vivendo em comum, pareceu em si mesma um sintoma de demência, e não faltou quem o insinuasse a própria mulher do médico.” (ASSIS. 1997, p. 2), a idéia de se internar todos os *loucos* em um único espaço, pois só aí seria possível pesquisar e identificar todos os tipos de loucura, “o principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal” (ASSIS. 1997, p. 3) diz Simão Bacamarte, protagonista da história.

Com esse exemplo Amarante (BASAGLIA. 2005), mostra que se fosse considerado as histórias de micro lutas, a obra o alienista foi um grande incentivo para o MNLA (Movimento Nacional da Luta Antimanicomial). Assim a internação em hospícios e asilos manicomiais e consequentemente a exclusão do convívio social das pessoas com transtornos mentais, passou a ser fortemente questionado no país a partir da década de 70. Entre um período de quase meio século (da escrita d'O Alienista e a vinda da Terapia Ocupacional com Nise da Silveira⁴, por volta de 1945) as tentativas de um novo modelo psiquiátrico no Brasil não tiveram grande repercussão devido a grande “verdade” existente de que os manicômios era a única forma de tratamento para os transtornos mentais.

Assim, por volta de 1960 começou o movimento internacional chamado de Antipsiquiatria ou psiquiatria alternativa ou democrática. Na Itália este movimento foi organizado por Franco Basaglia (2005), psiquiatra italiano que fundou o Movimento da Psiquiatria Democrática e liderou as mais importantes experiências de superação do modelo asilar-manicomial em Gorizia e Trieste. Ele foi o primeiro a colocar em prática a extinção dos manicômios, criando uma nova rede de serviços e estratégias para lidar com as pessoas em sofrimento mental e cuidar delas.

O caráter revolucionário dessa nova forma de cuidado, segundo Basaglia (2005) estava expresso não apenas pelos novos serviços que

substituíam os manicômios, mas pelos mais variados dispositivos de caráter social e cultural, que incluíam cooperativas de trabalho, ateliês de arte, centros de cultura e lazer, oficinas de geração de renda, residências assistidas, entre outros.

O Brasil no ano de 1978 foi favorecido pelas idéias antimanicomiais de Basaglia, na passagem deste pelo país. Suas experiências serviram de incentivo para a adoção da lei 180 em nosso país, lei que já havia sido aprovada na Itália em 13 de maio de 1978, que determinava a extinção dos manicômios e a substituição do modelo psiquiátrico por outras modalidades de cuidado e assistência. A Lei Basaglia, como ficou conhecida, é, ainda hoje, a única no gênero em todo o mundo (BASAGLIA. 2005).

Para Basaglia os hospitais psiquiátricos não curam ninguém, “são depósitos de pessoas rejeitadas” (*apud* SERRANO. 1985, p. 80). Basaglia ressalta que:

A partir do momento que transpõe os muros do internamento, o doente entra numa nova dimensão de vazio emocional (resultado da doença que Burton denomina *institutional neurosis* e que eu chamaria, simplesmente, de institucionalização); ou seja, vê-se introduzido num lugar que, criado originalmente para torná-lo inofensivo e ao mesmo tempo tratá-lo, na prática surge como um espaço paradoxalmente construído para o aniquilamento completo de sua individualidade, como lugar de sua total objetificação. Se a doença mental, em sua própria origem, é a perda da individualidade e da liberdade, no manicômio o doente não encontra outra coisa senão o espaço onde se verá definitivamente perdido, transformado em objeto pela doença e pelo ritmo do internamento (BASAGLIA, 2005, p. 24).

Basaglia atentava-se para a mudança psicológica e social do paciente ao adentrar os muros do Manicômio, conforme ressalta:

O novato, no momento que ingressa no complexo sistema de internação, deve deixar atrás de si os vínculos que não pode mais manter, os projetos que já não poderá realizar, enfim, a vida que não pode viver, pois o próprio hospital o impede de continuar a buscar o seu lugar, de projetar-se no futuro, inibindo a “conquista” da própria subjetividade. Trancado no espaço estreito da sua individualidade perdida e oprimida pelos limites impostos pela doença, o doente mental é impedido pelo poder institucionalizante do asilo a objetificar-se nas próprias regras que determinam, num processo de dimi

nuição e de restrição de si mesmo que – originalmente superposto à doença – nem sempre é reversível (BASAGLIA, 2005, p. 25).

Serrano ressalta que, para Basaglia, a psiquiatria democrática daria uma assistência intensiva à pessoa em sofrimento, ficando com ela o tempo todo, dizendo que é preciso um envolvimento com o paciente, saindo com ele, acompanhando-o na construção de uma vida digna (1985, p. 81). Foi dessa preocupação que nasceu a consciência da necessidade de novas alternativas, surgindo assim a Psiquiatria Preventiva e do Movimento das Comunidades Terapêuticas que tem como principal proposta integrar seus semelhantes no seio psicológico e social. (SANTOS. 1994, p. 46)

A luta antimanicomial é um movimento de caráter popular com mais de meio século de existência em vários países. Antes conhecido pelo nome de Movimento da antipsiquiatria. De acordo com Bueno com a Ditadura Militar os movimentos populares desapareceram, sendo retomado somente em 1986, com uma pequena reunião de profissionais da saúde mental, revoltados com o que assistiam dentro dos hospitais psiquiátricos (2001, p. 184).

Assim Paulo Amarante (BASAGLIA. 2005), assinala que o movimento deixou claro a sociedade que não bastava humanizar os hospícios, melhorar o ambiente manicomial ou ampliar o número de profissionais dessas instituições, mas sim a proposta era de trazer o “louco” de volta ao convívio social. “O movimento se caracterizou por um conjunto de iniciativas políticas, sociais, culturais, administrativas e jurídicas” (BASAGLIA. 2005, p. 25).

Desta forma, o primeiro projeto de Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil foi realizado pelo Movimento da Luta antimanicomial, com apresentação na Câmara Federal pelo deputado federal do PT (Partido dos Trabalhadores) de Minas Gerais Paulo Delgado, em 1989, (3657/89), cuja justificativa fazia menção explícita à referida lei italiana 180.

Bueno (2001) relata que tudo levava a crer que o projeto seria aprovado num piscar de olhos, mas não foi, menciona que este foi embargado no senado por interferências dos filiados a FBH (Federação Brasileira dos Hospitais), sob pressão econômica dos donos de hospícios.

Seguiram-se doze anos de debate e ações do Movimento antimanicomial para a aprovação do Projeto de Lei de Reforma Psiquiátrica no Brasil. A lei nº 10.216 que foi aprovada no dia 10 de abril de 2001, que estabelece os direitos dos pacientes e regula as internações psiquiátricas (BUENO. 2001). Priorizando os “trabalhos substitutivos” que são:

- Internação apenas em casos de crise do paciente e em hospitais gerais.

Desta forma existem apenas dois casos em toda a psiquiatria nos quais o paciente precisa ser internado que é quando ele está colocando em risco sua vida ou a de terceiros. Acompanhado por uma equipe multiprofissional e com a possibilidade de visitas abertas de familiares e amigos diariamente. O paciente ainda terá o direito de recusar ser tratado por determinado profissional, desde que esteja fora de crise, desta forma ficará internado somente o período que a crise durar.

- Hospitais dia e Noite, Naps (Núcleo de Atenção Psicossocial), Caps (Centro de Atenção Psicossocial).

Nos hospitais dia noite, e o Caps os paciente são levados durante o dia e saem no fim da tarde. Lá dentro eles são acompanhados também por uma equipe multidisciplinar. Os familiares são convidados a participar do tratamento e da socialização dos pacientes e atividades festivas, palestras sobre saúde mental.

- Centros de convivência e cooperativas

Elas funcionam em parques, praças, centros culturais e centros da cidadania, onde pode ser comercializados produtos fabricados pelos próprios pacientes como terapias ocupacionais.

- Atendimento psiquiátrico e psicológico em postos de saúde

Muitos problemas dos pacientes podem ser resolvidos nos próprios postos de saúde localizados perto da região em que vivem. Uma ou duas consultas evitariam, em caso simples uma internação que é tão dispendiosa para a família.

- Lares abrigados, casas terapêuticas.

Pelo fato de se ter muitos pacientes que são abandonados por seus familiares, os lares abrigados e casas terapêuticas são uma necessidade.

O MOVIMENTO DA LUTA ANTIMANICOMIAL

*Enquanto você se esforça pra ser um sujeito normal
E fazer tudo igual. Eu do meu lado, aprendendo a ser louco
Um maluco total na loucura real
Controlando a minha maluquez
Misturada com minha lucidez, vou ficar
Ficar com certeza, Maluco Beleza
E esse caminho que eu mesmo escolhi
É tão fácil seguir
Por não ter onde ir
Controlando a minha maluquez
Misturada com minha lucidez
Vou ficar
Ficar com certeza, Maluco Beleza
(Raul Seixas)*

Como já foi mencionado o MNLA (Movimento da Luta antimanicomial) tem apenas duas décadas de sua forte organização. Ele conta com profissionais de várias áreas das ciências humanas. Anualmente é realizado o Encontro da Luta Antimanicomial que no ano de 2005 foi na cidade de São Paulo na USP. Onde esteve presente não só os profissionais da área de saúde mental, bem como os usuários⁵ e pessoas ligadas ao movimento. Neste encontro foram discutidas as diretrizes que a Reforma psiquiátrica tomaria, bem como suas práticas no cotidiano.

Os grupos foram divididos por temas, eram formados e dirigidos pelos próprios pacientes da área mental, dando assim autonomia para aqueles que antes eram visto apenas como “pobres coitados”, “doidinhos que não sabem de nada”. As decisões são tomadas com o consentimento dos usuários do Sistema de Saúde Mental. O caráter do Movimento se mostra acolhedor, pois o que os participantes/militantes querem é apenas respeito às diferenças, pois para eles nós não somos iguais, mas sim únicos em nossa constituição física, biológica, emocional e psicológica. “Não somos fabricados em série” diz Adriano Cury participante do movimento⁶.

Um dos principais assuntos discutidos no decorrer do encontro se dava em torno da “Indústria da Loucura”, assim chamada de forma pejorativa aos donos de grandes Indústrias farmacêuticas que ficam a todo momento criando doenças. Interessante notar que os participantes do Movimento são pessoas que lutam pelos seus ideais, sabem de seus direitos e deveres, sabem que são passivos de terem uma crise a qualquer momento, mas sabem também que existem tantas formas de conter um surto, estão conscientes de sua condição, como disse Bueno “ser um ser humano é isso! Ter de aprender a conviver com seus vários ‘eus’” (2005). Eduardo Vasconcelos fala sobre o “estrangeiro” que existe em nós, segundo ele

todos nós humanos somos marcados de alguma forma pela presença viva e às vezes disruptiva deste estrangeiro dentro de nós, como quando experimentamos pesadelos, angústias, ansiedade, depressão, euforia, ou alguns dos diversos sintomas corporais de origem psicológica. (VANCONCELOS 2005, p. 16)

Como observa Bueno,

uma sociedade manicomial não é apenas aquela que ainda aceita ter em suas cidades as Instituições com muros, paredes de concreto, uma sociedade manicomial é aquela que aceita o preconceito, o racismo, a discriminação em suas mentes. Uma sociedade manicomial não aceita viver e conviver com as diferenças que é natural do ser humano, ela ainda quer gerar pessoas em série como se fossem todos robôs, na sociedade manicomial os muros não estão apenas fora, estão dentro da mente e se mostra pelo comportamento (BUENO, 2005).

O discurso da loucura que antes fora silenciado, considerado sem sentido, hoje está presente na constante luta antimanicomial, como ressalta Foucault:

ela é objeto de discursos, ela mesma sustenta discursos sobre si mesma; é denunciada, ela se defende, reivindica para si mesma estar mais próxima da felicidade e da verdade que a razão, de estar mais próxima da razão que a própria razão (FOUCAULT, 2002, p. 15).

Roterdã fazendo referência à loucura a coloca como a autenticidade e originalidade do ser humano. Dando lugar à loucura deixa que ela mesma se defina:

Em mim não pode haver fingimento ou dissimulação, e o meu rosto jamais reflete sentimento que eu não esteja no coração.

Enfim, por toda parte sou tão parecida a mim mesma que ninguém poderia ocultar-me, nem os que querem passar por sábios e por tais desejam ser tidos (ROTTERDÃ, 2002, p. 8).

Vasconcelos (2005) ressalta que os grupos de usuários e familiares participam das instâncias e conselhos de saúde, saúde mental e outras políticas sociais, podendo desenvolver projetos de pesquisa, planejamento e avaliação de serviços. (p.241) Desta forma, valoriza-se o ponto de vista, os testemunhos e a voz dos que viveram ou vivem concretamente, no plano pessoal os problemas mentais.

O Movimento tem incentivado o desenvolvimento de iniciativas individuais e coletivas, cotidianas ou mais permanentes de caráter social, cultural e artística para mudar as atitudes discriminatórias em relação ao louco nas relações cotidianas, na comunidade local, na mídia e na sociedade mais ampla comenta Vasconcelos (2005. p. 241). A Internet também tem tido um papel importante neste campo, principalmente pela facilidade de denúncias e de circulação de idéias.

O Movimento tem vários, múltiplos objetivos e ideais, mas dentre os mais importantes lembra Vasconcelos que não basta apenas humanizar os asilos e hospitais psiquiátricos, tornando-os lugares mais terapêuticos e sem abusos, mas sim, tem de ser tocado nas exigências da sociedade vigente onde dão origem aos mandatos de silenciar e segregar a diferença colocada pelo sofrimento psíquico (2005. p.188).

Desta forma não basta mudar o espaço físico e os serviços, se não transformarmos as idéias, as teorias, ordenamentos científicos, profissionais e jurídicos que sustentam a velha ordem psiquiátrica, exige uma transformação na cultura.

Sendo assim, Vasconcelos ressalta que a luta contra segregação no campo da saúde mental não pode ser feita de forma isolada, pois ela está associada à várias outras formas de dominação e exclusão econômica, social, étnica e de gênero, como de degradação ambiental, assim o movimento se coloca junto com vários outros movimentos sociais que lutam pela conquista da cidadania e por uma sociedade mais justa, solidária, participativa e sustentável. (2005. p. 189)

NOTAS

¹ Graduada em História – UFMS

² Assinala Bueno que esta poesia foi composta pelo usuário do Caps que deitou em cima da mesa onde este estava fazendo uma palestra. Para Carrano todos os movimentos têm um símbolo que os identifica, a Flor De Lírio, é uma singela homenagem ao Carlão do CAPS de Campinas (como ficou conhecido), por não ter suportado a convivência com mundo, se suicidando. (p. 165)

³ Entrevista realizada em 12/10/2005 com Austregésilo Carrano Bueno, escritor, ator, dramaturgo e um dos membros mais antigos do Movimento da Luta antimanicomial. Membro do Conselho Nacional de Reforma Psiquiátrica do Conselho Nacional de Saúde, como representante nacional dos Usuários. Autor do livro “Canto dos Malditos” que deu origem ao filme “O bicho de sete cabeças” que colaborou imensamente na divulgação do movimento e da luta antimanicomial, tanto a nível nacional como internacional.

⁴ Serrano relata que Nise da Silveira nasceu em Maceió, Alagoas. Formou-se em Medicina em 1926. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu, por concurso, a função de médica-psiquiatra do Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia, em 1933. No Centro Psiquiátrico Nacional, mais tarde rebatizado de Centro Psiquiátrico Pedro II, se recusou a aplicar as agressivas terapias psiquiátricas que estavam em uso. Criou o Serviço de Terapêutica Ocupacional, em 1946. Seguiu as teses do psicanalista Carl Gustav Jung, do qual se tornou grande divulgadora. (1995, p.76)

⁵ Entrevista realizada no dia 11/10/2005 no Encontro da Luta Antimanicomial em São Paulo.

⁶ De acordo com Vasconcelos, expressões como *paciente* e *doença mental* acentuam a passividade e a segregação, e podem ser substituídos por *usuário* e *sofrimento psíquico, transtorno mental* (VASCONCELOS, P.240). Entretanto, as pessoas neste movimento não se chamam umas as outras de usuários, mas de companheiros, participantes e amigos.

⁷ Entrevista realizada em 11/10/2005 no Encontro da Luta Antimanicomial na Cidade de São Paulo. Adriano é paciente do Instituto Basaglia em São Paulo e militante do movimento.

REFERÊNCIAS

I - FONTES ORAIS

ENTREVISTA. Austregésilo Carrano Bueno. São Paulo. Instituto de Psicologia da USP, 12/10/2005.

ENTREVISTA. Adriano Cury. São Paulo. Instituto de Psicologia da USP, 11/10/2005.

II - FONTES SONORAS

SEIXAS, Raul; ROBERTO, Claudio. Maluco Beleza. **Editora Warner Chappell Brasil**. Raul Seixas. São Paulo: SP, 1978.

III - BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado. **O alienista**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. / Franco Basaglia; organização Paulo Amarante; tradução Joana Angélica d'Ávila Melo - Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUENO, Austregésilo Carrano. **O canto dos Malditos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

ROTTERDA, Erasmo. **Elogio da Loucura**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

SANTOS, Nelson Garcia. **Do Hospício a Comunidade: Políticas Públicas de Saúde Mental**. Ilha de Santa Catarina: Coleção Teses, 1994.

SERRANO, Alan Índio. **O que é Psiquiatria Alternativa**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão[et alii]. **Reinventando a vida**: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental. Rio de Janeiro: EncantArte, 2005.

HISTÓRIA E PERCURSO DA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL: QUESTÕES PSICOSSOCIAIS

Marcelo Dalla Vecchia¹

De modo a estabelecer um caminho para constituir a história e percurso da atenção à saúde mental, tarefa para a qual se propõe o presente trabalho, considera-se imprescindível iniciar pela demarcação do papel fundamental desempenhado pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). A este movimento deve-se creditar as peculiaridades da política de atenção à saúde mental no Brasil, tanto pelos seus méritos, quanto pelas contradições que podem ser identificadas em perspectiva, dentre elas: (1) a formação, em seu interior, de quadros gestores das políticas de atenção à saúde mental; (2) o acolhimento das demandas dos familiares dos portadores de transtornos mentais assistidos por tais políticas enquanto bandeiras de luta; (3) sua influência na política sanitária brasileira em seu conjunto etc. (MAIA & FERNANDES, 2002; LÜCHMANN & RODRIGUES, 2007).

É importante indicar, também, que a chamada “reforma psiquiátrica” reivindicada pelo movimento não é propriamente a reforma psiquiátrica. Há, no interior das *psiquiatrias reformadas* (ROTELLI, LEONARDIS & MAURI, 2001), uma diversidade de projetos de reforma psiquiátrica, divergentes em uma série de aspectos e convergentes em um conjunto de outros. Pretende-se, a seguir, enunciar alguns destes projetos e destacar algumas destas diferenças. Longe de esgotar todas as propostas de *psiquiatrias reformadas*, o quadro que se seguirá indica algumas daquelas cuja influência está presente nas pautas do MNLA e, de forma mais direta ou indireta, explícita ou implícita, influenciam as políticas contemporâneas de saúde mental no Brasil.

Finalmente, desde uma perspectiva marxista, pretende-se que este percurso autorize a reconstituição de uma totalidade histórica, na riqueza de suas contradições e mediações constitutivas. As transformações ocorridas no seio da reforma psiquiátrica brasileira, assim, não ocorreram (e não ocorrerão) à parte de um determinado processo histórico e social, o que remete ao fato de que a atenção à saúde mental é fortemente dependente de recursos psicossociais de cuidado. Desde já, vale assinalar que tais recursos vêm sendo historicamente sabotados em função de uma política de saúde pautada, hegemonicamente, por uma medicina privatista e organicista.

A expressão *psiquiatrias reformadas* não cabe somente à forma que internacionalmente adquiriram os processos de reforma psiquiátrica na Itália, Inglaterra, França e Estados Unidos, para citar alguns de seus notórios locais de origem. As propostas operativas e conceituais de tais projetos, adotados pela reforma psiquiátrica brasileira em distintos níveis e graus de aplicação, não se deu em um contexto isento de um conjunto de contradições. Desta forma, parece que cabe também à versão brasileira de reforma psiquiátrica o reconhecimento de uma diversidade de projetos em seu interior.

Há *reformas psiquiátricas* que foram idealizadas como sendo somente uma *humanização* do asilamento – se é que é possível *asilar* de maneira humanizada. São as reformas restritas ao aspecto físico (no máximo, organizativo) do hospital psiquiátrico, tentando que, com isso, ele se afaste da qualidade de manicômio clássico: pintura nova,

quadros na parede, colchões novos, quartos individuais. Mas, ainda, mantêm a chamada *camisa-de-força química*, a reafirmação da necessidade da tutela sobre o *louco*, a equipe técnica que atua pontualmente, a restrição do contato com amigos e familiares: os fundamentos de base, estruturais, da cultura manicomial.

Talvez esta maneira de se fazer reforma psiquiátrica (que, não por acaso, nos é muito próxima) é a que mais descaradamente nos mostra o caráter de uma “reforma” no sentido lato da palavra: tentar modificar tudo o que está ao alcance, para nada transformar. Sabe-se que a necessidade de investimento de recursos de toda ordem (políticos, culturais, econômicos), que se precisa dispor para transformar as coisas, para formá-las algo que supere qualitativamente o que são (por isso, *trans-formação*), pode ser alto.

Sabemos também que só trocamos os azulejos da cozinha porque estavam quebrados e o encanamento do banheiro porque estava vazando: do jeito que estava, não dava pra ficar. Nesse ponto, sim, mesmo uma reforma restrita ao espaço asilar cumpre um papel importante: assinalar que *algo* precisa ser modificado. Por outro lado, no caso da reforma psiquiátrica, historicamente, esta qualidade de mudança só contribuiu no adiamento de projetos de questionamento da cultura manicomial em seu conjunto, no cerne da transformação que se faz necessária: Franco Basaglia, um dos mais eminentes fundadores da psiquiatria democrática italiana, dizia que “a liberdade é terapêutica” (BASAGLIA, 1991).

Do ponto de vista histórico, o encarceramento no asilo vinha cumprir uma função bastante definida: *afastar e limpar*, do espaço público, toda natureza de perturbação promovida por delinquentes, mendigos, ladrões, loucos de toda espécie, perturbadores da ordem. Não havia, no asilo da Idade Clássica e da Idade Média, na Europa, uma distinção entre o asilamento que ocorria para que o sujeito se submetesse àquilo que modernamente foi instituído como o *tratamento psiquiátrico* e os asilados *sociais* (FOUCAULT, 2004).

Há outros dois movimentos de reforma psiquiátrica que passam a influenciar de forma definitiva o entendimento sobre a saúde mental. Um deles, a *anti-psiquiatria* que, como o nome já diz, atribui à clínica,

que institui uma nosografia a partir do *continuum* entre normal/anormal da ordem psiquiátrica moderna, a responsabilidade pela manutenção da mentalidade manicomial e o adiamento da mudança estrutural necessária. Outros anti-psiquiatras passam a apontar que são as famílias as culpadas neste processo.

O problema é que também não se indica uma direção para superar tudo isso que passa a se contrapor: trocar os azulejos e o encanamento, uma nova lógica, qualquer proposta de reforma psiquiátrica, nada disso mudaria a condição de sofrimento psíquico das pessoas, já que ela seria parte da própria existência humana nesta sociedade. A anti-psiquiatria contribui, por sua vez, em desnudar a violência e os limites epistemológicos da psiquiatria clássica. Os ingleses David Cooper e Ronald Laing e o americano Thomas Szasz costumam ser lembrados como representantes fundamentais desta linha de pensamento (COOPER, 1967; LAING, 1983; SZASZ, 1984).

Situando historicamente, a anti-psiquiatria é uma espécie de reação à forte introdução, na década de 1950, dos psicofármacos na assistência psiquiátrica. O grande salto histórico que foi dado, do asilo da Idade Clássica e Idade Média aos “reformismos” da década de 1950, não é despropositado. Com exceção da iniciativa de desacorrentar os asilados de Philippe Pinel na segunda metade do século XIX e do tratamento psicanalítico de Sigmund Freud, no início do século XX, pouca mudança se observa no tratamento psiquiátrico asilar. Os anti-psiquiatras, bebendo da fonte do existencial-humanismo, passam a questionar o aparato médico psiquiátrico a partir da idéia de que a experiência da crise, da angústia, da solidão – *dilemas existenciais*, por excelência – não podem ser embotados pelo uso da medicação. A originalidade da crítica consiste em atingir justamente os alicerces da psiquiatria, questionando a forma de exercício de seu poder sobre a loucura, representada, naquele momento histórico, pela novidade da introdução da medicação psicotrópica no tratamento psiquiátrico.

O outro movimento de reforma dá as bases mais importantes para o que se mantém como uma das principais referências do MNLA, em seus fundamentos conceituais e ideológicos: a já mencionada *psiquiatria democrática italiana*. Dentre suas premissas, indica-se a ne

cessidade de priorizar que as estratégias de cuidado à pessoa em sofrimento psíquico se dêem prioritariamente no território. Desta forma, focaliza-se no ordenamento de políticas públicas e políticas sociais que viabilizem o cuidado comunitário da pessoa em sofrimento psíquico, uma vez que o hospital psiquiátrico, local de repressão e de perpetuação do sofrimento, perde sua razão de ser. Da ênfase ao território, segue a necessidade de se instituir novas estruturas, desospitalizadas: os centros de convivência, os centros de atenção psicossocial, os núcleos de atenção psicossocial, etc. (AMARANTE, 2003a).

De modo a assistir aqueles que permanecem há longo tempo internados e que são vítimas da iatrogenia das estruturas asilares, são instituídas moradias substitutivas como as residências terapêuticas, com equipe de saúde para apoio e assistência. Na tentativa de inserção social e como iniciativas de aglutinação foram estabelecidas cooperativas de trabalho protegido. Espaços de produção artística e cultural foram idealizados juntamente com os usuários destes serviços em oficinas de arte. Pessoas que enfrentam episódios agudos de sofrimento psiquiátrico, como quadros delirantes, maníacos ou paranóides, bem como intoxicação por uso de substâncias, poderiam ser atendidas em enfermarias psiquiátricas instaladas em hospitais gerais.

Para a psiquiatria democrática italiana, vale ressaltar, cada uma destas medidas – ou outras, conforme a necessidade concreta de atenção psicossocial – não pode ser efetivada em momentos e locais diferentes, na forma de programas ou ações isoladas. Sinaliza-se, assim, a importância de uma intervenção planejada, de uma política de conjunto, não restrita somente a um ou outro aspecto da vida social e comunitária.

Infelizmente, há poucos equipamentos desta natureza próximos de nossa realidade e, mesmo que se diga que existam muito mais do que a, por exemplo, vinte anos atrás, ainda são muito menos do que o necessário. O dado de que permanecem em funcionamento em torno de cinquenta hospitais psiquiátricos, recebendo pessoas em sofrimento psíquico para internação no estado de São Paulo, por exemplo, é alarmante. Além disso, projetos de reforma psiquiátrica, adotados como políticas sociais de conjunto que tenham se mantido no decorrer do

tempo, são uma minoria. A regra, efetivamente, são as *experiências bem-sucedidas* limitadas a um ou outro aspecto. Assim conduzidas, mesmo que inspiradas por um movimento de radical transformação do cuidado à pessoa em sofrimento psíquico, como a psiquiatria democrática italiana, tais “transformações” apresentam o mesmo viés das *psiquiatrias reformadas*.

Não se detalhou, porém, um dos projetos de reforma psiquiátrica que aconteceu no meio desta trajetória, quase concomitantemente à anti-psiquiatria: o projeto da *psiquiatria preventiva*, que ainda se encontra fortemente presente em diversos aspectos na política brasileira de atenção à saúde mental.

Conforme Amarante (2003a, p. 37),

A partir de uma certa redução dos conceitos entre doença mental e distúrbio emocional (a “crise”), instaura-se a crença de que todas as doenças mentais podem ser prevenidas desde que detectadas precocemente, e que, então, se a doença mental significa distúrbio, desvio, marginalidade, pode-se prevenir e erradicar os males da sociedade. [...] Considerando que os doentes somente procuravam o serviço de saúde quando estavam doentes, é preciso sair às ruas, entrar nas casas e penetrar nos guetos, para conhecer os hábitos, identificar os vícios, e mapear aqueles que, por suas vidas desreguladas, por suas ancestralidades, por suas constitucionaisidades, venham a ser “suspeitos”.

Na perspectiva da psiquiatria preventiva, o planejamento ordenado com vistas a prevenir a ocorrência da *doença mental* (que seria inevitável e que qualquer um de nós poderia *naturalmente* desenvolver) teria como consequência a necessidade de desospitalização da assistência psiquiátrica e, portanto, mostraria em si a obsolescência do hospital psiquiátrico. A idéia de psiquiatria preventiva de Caplan (1980) foi adotada como parte do conjunto das medidas de assistência aos pobres da década de 1960 por John F. Kennedy, presidente dos Estados Unidos da América. A desospitalização permitiria, simultaneamente, (1) um esquadramento do social, de modo a possibilitar a identificação da população de risco, e (2) a redução dos custos da internação psiquiátrica.

A idéia é que as *condutas patológicas* possam ser evitadas por uma *intervenção preventiva*. Introduz-se o conceito de *desvio*: um comportamento que foge, queira ou não o indivíduo, de uma norma

estabelecida socialmente. A crise psiquiátrica é produzida, no entendimento da psiquiatria preventiva, por um acúmulo de infortúnios que incidem sob o indivíduo. Como não se poderia evitar as predisposições individuais para o desencadeamento da crise psiquiátrica, a idéia é que se atue nos fatores que podem produzi-la.

Evidentemente, uma política de saúde mais geral, que adota princípios preventivistas, é outro determinante desta direção: exercícios físicos regulares para *prevenir* a hipertensão, comida com pouco açúcar para *prevenir* os diabetes, ter alguma crença para *prevenir* a depressão, e assim por diante. O ideário preventivista na saúde pública justifica a necessidade de se estabelecer ações de *prevenção* da obesidade, de *conscientização* sobre os danos relacionados ao uso do tabaco, de *alerta* a respeito das DST e um longo *etcétera*.

No caso do cuidado da pessoa em sofrimento psíquico, este processo acarretou maior ambulatorização e a reafirmação das práticas hospitalares, de modo que a limitação do sofrimento psíquico ao seu caráter de *doença* o converte em um problema de saúde pública. Justamente por isso, este processo nada mais é do que uma outra reforma e, neste sentido, também não evidencia e age sobre o conjunto de condições de vida que produzem o sofrimento psíquico. Atualmente tem sido posto em questão se não estaria ocorrendo uma *inampliação* dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Assim, ao invés de consistirem em locais para a reabilitação psico-social e ampliação da autonomia possível de pessoas em sofrimento psíquico, os CAPS podem estar se convertendo, em muitos municípios, em “tapa-buracos” para a ausência de ambulatorios psiquiátricos (AMARANTE, 2003b).

É com base na reflexão sobre as práticas de cuidado às pessoas em condição de sofrimento psíquico que se entende ser possível cogitar quaisquer avanços no sentido da superação da mentalidade manicomial, tão presente ainda no cotidiano da atenção à saúde mental e reafirmada quando as práticas se assentam numa noção preventivista. Realizou-se, por ocasião do desenvolvimento de pesquisa de mestrado, uma pesquisa-ação participante junto a uma equipe de saúde da família. Em sua etapa inicial, buscou-se identificar, por meio de estratégias qualitativas, práticas e significações da atenção à saúde mental produzidas por uma equipe de Saúde da Família (DALLA VECCHIA, 2006).

A Política Nacional de Atenção Básica, que tem a Saúde da Família como componente principal, pensada seja como *estratégia* de atenção primária à saúde, seja como *programa*, fundamenta-se sobremaneira por princípios do preventivismo. Existem muitos autores que desenvolvem essa noção e explicam sua origem, mas não se pretende destacar esta questão neste momento. Parece mais importante fazer um relato sobre como se desenvolveu a pesquisa, na medida em que, por intermédio da análise do processo grupal, foi possível questionar, juntamente à equipe, as práticas em saúde mental realizadas no trabalho cotidiano.

Em outras palavras, como produto da reflexão sobre práticas referendadas por pressupostos preventivistas, foi possível problematizar a gestão dos serviços e o processo de trabalho da equipe no que se relaciona com a produção de cuidado à saúde mental. Contudo, a formação e a consciência preventivistas, a partir da qual os trabalhadores balizam a atenção à saúde mental no seu cotidiano, não podem ser remetidas tão somente à questão do *despreparo*, senão vistas como reflexo de diversificadas instâncias sociais formadoras e informadoras de determinadas concepções do processo saúde-doença. Por não se tratar de movimento unívoco, ao se compreender a possibilidade de transformação de si e das condições histórico-sociais por meio da atividade coletiva, entende-se que concepções como “só profissionais especializados podem cuidar da saúde mental”, “nenhuma família tem condições de cuidar de alguém nesse estado” ou “o tratamento com a medicação é mais que suficiente”, podem ser repensadas, refletidas e reendereçadas.

Porém, as práticas que sustentam tais concepções passam por mediações operadas por outras instâncias, por exemplo, determinada política de saúde, o modo de produção capitalista como base econômica da nossa sociedade e fatores históricos e sociais associados à constituição da força de trabalho em saúde. Ou seja, possibilitar uma reflexão sobre a prática deve fazer parte de qualquer processo de trabalho concreto. Como se indicou anteriormente, no coletivo, tais concepções podem ser repensadas. Porém, sua superação exige mudanças de fundo, transformações certamente mais estruturais.

Neste campo, o MNLA (no interior do qual os trabalhadores em saúde constituem sujeitos históricos fundamentais) expressa sua vida

lidade e a importância de seu acúmulo histórico: (1) na qualidade de movimento social, lembra que saúde (inclusive aquela expressa pelo sofrimento psíquico) e condições de vida são esferas da vida inter-relacionadas desde sua origem; (2) através do movimento de usuários e familiares, informa que à família não cabe somente entregar a pessoa em sofrimento psíquico à tutela do hospital e aguardar pacientemente que seu familiar volte *curado* para casa, senão ser também sujeito do tratamento; (3) indica que a *loucura* é elemento de provocação à permanente busca de estabilidade social e permite questionar a realidade instituída; 4) denuncia que o hospital psiquiátrico se mantém também para a realização do lucro de seus proprietários e da indústria farmacêutica, etc. Inquietações que, dos anos 1980 até hoje, mantêm a condição de denunciar uma realidade ainda atual.

Para a realização de uma oficina de formação em saúde mental (entendendo oficina como *espaço de transformação*), partiu-se do princípio que vivência e reflexão sobre as práticas são condições indispensáveis para a mudança. Ressalvados os limites de um projeto desenvolvido junto a uma equipe singular, entende-se que poderia ser produzida a disposição para elencar alternativas e, então, se enfrentar o desafio de viabilizar transformações. Partiu-se da hipótese de que problematizar práticas e concepções vigentes é um instrumento importante, ainda que não suficiente. Pensando em determinado contexto em que se conjectura estratégias para o *aumento do poder de trocas* (como se tem pensado na reabilitação psicossocial), é necessário questionar a qualidade de trocas possibilitadas em tal contexto: é mais um contexto reformado e/ou reformador? Em que medida tais trocas possibilitam que se avance na superação de desigualdades e na produção de liberdade? Como elas afetam as transformações estruturais necessárias e suas disjuntivas históricas?

Desde o início, observou-se que a equipe de saúde vivenciou com muita ansiedade e expectativas exacerbadas a organização da oficina em saúde mental. Solicita conhecimento técnico sobre os transtornos mentais, sobre psicopatologia. Refere-se bastante frequentemente ao que chamam de depressão (sempre *exógena*), ao uso abusivo de álcool e de drogas ilícitas e lícitas (como os benzodiazepínicos), à vio

lência intrafamiliar (sexual, física, negligência) decorrente de *problemas mentais*. Aponta que a relação do portador de transtornos mentais com a família se situa em dois extremos: ou a família ignora o problema e trata como *frescura*, *vagabundagem* ou os *doentes mentais se aproveitam* da condição para obter atenção especial da família. Percebe uma sobrecarga da família porque ela *não sabe como lidar*, tem *falta de paciência* e fica agressiva com a pessoa, apontando que às vezes, a família adoece junto. Muitos profissionais da equipe também pautam sua própria saúde mental: sentem que levam os problemas pra casa e têm necessidade de falar sobre seus dilemas. Ao mesmo tempo, os agentes comunitários sentem-se sobrecarregados em ouvir e conversar, sensibilizando-se com as necessidades das pessoas, sentindo, porém, que não contam com a formação necessária para acolher as demandas de cuidado ao sofrimento psíquico das pessoas visitadas em suas próprias casas.

Este processo conduziu à reflexão, junto à equipe, de estratégias que envolvam uma efetiva abordagem da família, a partir de avaliação e intervenção planejadas, tentando compreender como esse grupo social adoece e vive seu adoecer. Na medida em que se discutiu sobre a forte dependência das condições mais gerais de vida em relação aos cuidados em saúde mental (o que não é diferente em outros setores), observou-se que esta ansiedade se reduziu, e foi possível a compreensão do sentido pessoal e dos significados das práticas que vinham sendo adotadas. Aponta-se que: (1) a conversa é utilizada como instrumento no cuidado (saber ouvir, dar uma atenção especial, atender com calma e paciência) e não é só algo *cansativo* e secundário às orientações quanto ao uso da medicação e coleta de informações; (2) é importante colocar-se no lugar da pessoa (“empatia”) para que seja possível compreender como ocorre o processo saúde-doença particular; 3) a terapia medicamentosa isolada pode ser insuficiente ou até atrapalhar as estratégia de cuidado à pessoa em sofrimento psíquico e, com isso, realizam um esforço para organizar atividades em grupo, indicando a insuficiência das consultas rápidas só para buscar remédio em ambulatórios.

A equipe de Saúde da Família passa a questionar sua própria formação, ao afirmar sobre a centralidade da relação com a comunidade e, neste sentido, para se adquirir confiança é necessário tratar o

portador de transtorno mental “como qualquer outra pessoa”. Verificam que as doenças possuem invariavelmente algum determinante psicossocial. Um dos membros da equipe se manifesta a este respeito da seguinte maneira: “até quando tem bichinho, é porque a pessoa se tornou vulnerável pro bichinho crescer, entendeu? Eu acredito piamente nisso. Boto minha mão, meu corpo e minha alma no fogo. Eu ia falar só a mão, mas achei que era pouco...” Passam a identificar a necessidade de elaboração de projetos terapêuticos cujo foco seja a família (“Não fazemos saúde da família? Quando é que vamos adotar uma abordagem familiar?”), entendendo que às vezes não é possível *curar* a pessoa e sim assumir as limitações, procurando-se aliviar o sofrimento. Discute-se a importância de atuar primeiramente com as situações de maior risco e, ao mesmo tempo, trabalhar pela ampliação das possibilidades de atenção à saúde mental por meio de ações intermediárias.

Neste processo, foi possível refletir a respeito da necessidade de provimento de formação permanente para os trabalhadores da saúde e intervenções correlatas, como as supervisões técnicas. No contexto da rápida expansão da Saúde da Família nos municípios, observa-se três estratégias principais utilizadas na atenção à saúde mental: (1) a montagem de equipes de saúde mental que assessoram equipes de Saúde da Família (matriciamento-referência), 2) o apoio de equipes dos CAPS àquelas atuantes no Saúde da Família, pontualmente ou em programas conjuntos, ou 3) a disponibilização de profissionais de outros serviços especializados (ambulatórios de saúde mental, unidades especializadas, etc.), que se tornam referência para aqueles atuantes nas equipes de Saúde da Família.

As estratégias de formação de trabalhadores vinculados a equipes da atenção básica são destacadas por diversos autores e são expressamente recomendadas em documentos recentes da Organização Mundial da Saúde enquanto políticas indispensáveis para a superação do modelo manicomial de tratamento psiquiátrico. Independente do modelo, para que não se tenha que *reinventar a roda*, é necessário avaliar e reenderçar (se necessário for) as práticas e a formação em saúde mental no sentido do que o Movimento da Luta Antimanicomial consignou, já há vinte anos: “Por uma sociedade sem manicômios!”

NOTA

¹Mestre em Saúde Coletiva (Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp) e Professor da área de Psicologia Social da UFMS/Campus de Paranaíba – mdvecchia@yahoo.com.br.

BIBLIOGRAFIA

AMARANTE, P. (Coord.) **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003a.

AMARANTE, P. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: SCLiar, M. (Org.) **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: NAU, 2003b. p. 45-65.

BASAGLIA, F. **A instituição negada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

CAPLAN, G. **Princípios de Psiquiatria Preventiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COOPER, D. **Psiquiatria e antipsiquiatria**. São Paulo: Perspectiva, 1967.

DALLA VECCHIA, M. **A saúde mental no Programa de Saúde da Família: estudo sobre práticas e significações de uma equipe**. 2006. 106p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAING, R. D. **A política da família**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2007, p.399-407.

MAIA, R. C. M.; FERNANDES, A. B. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2002, p. 157-171.

ROTELLI, F.; LEONARDIS, O.; MAURI, D. **Desinstitucionalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SZASZ, T. **A fabricação da loucura**. Um estudo comparado entre a Inquisição e o Movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

PARTE IX

DA RELIGIOSIDADE ÀS FRONTEIRAS DO CRIME E DA JUSTIÇA

RITOS, ENTIDADES, PRATICANTES A UMBANDA SOCIAL¹

Aline Alves Bertuci²

Umbanda, resgate da cultura negra para construir uma verdadeira história a partir do negro. O catolicismo foi imposto ao negro, com a Umbanda o negro tenta resgatar sua cultura, resgatar as raízes negras no Brasil. Porque todas as pessoas devem ser aceitas em outras religiões. Aceitar a individualidade das pessoas. (Ata de “Agentes de Pastoral de Negros”).

DA MACUMBA À UMBANDA

A Umbanda, por muitas vezes fora compreendida como coleção de resquícios e perda de tradições de outros cultos, ora era vista como catolicismo popular e degenerado, ora como forma involuída de kardecismo (baixo espiritismo), ora como Candomblé degradado (pela falta de capacidade em ser fiel a uma fantasiada “pureza” africana). Desta maneira a sua especificidade é ignorada.

Alguns estudiosos como é o caso de Clovis Moura (1992), afirmam que a Umbanda surge a partir do declínio da Macumba, ou seja, com a desagregação desta a Umbanda absorveu grande parte do contingente negro que dela se afastara. Para Roger Bastide (1971), o espírito de Umbanda não somente retém os elementos essenciais da Macumba ou do Candomblé, mas ainda conserva da religião africana, os sistemas de correspondências místicas entre as cores, os dias, as forças da natureza, as plantas e os animais. A Umbanda se torna a forma africana da magia branca.

Bastide também enfatiza que, o sucesso da Umbanda, no início de seu desenvolvimento, só vem a comprovar que ela correspondia à nova mentalidade do negro mais evoluído, em ascensão social, que compreendia que a Macumba o rebaixava aos olhares dos brancos, mas que entretanto não queria abandonar completamente a tradição africana. Umbanda é, segundo Bastide, uma valorização da Macumba através do espiritismo. Dessa forma, a Umbanda dividiu-se em subseitas, sendo algumas mais próximas da Macumba pelo espaço deixado aos instrumentos de musica africana e à dança, outras mais próximas do espiritismo, outras, enfim, tendendo para a magia ou astrologia.

De acordo com Ordep Serra (2001), ao situar-se no seu universo religioso, os umbandistas fazem ainda outro recorte, que parece ainda mais problemático: a oposição Umbanda X Quimbanda, linha branca (linha do bem) *versus* linha negra (linha do mal). A distinção entre centros de linha branca e linha negra, ou seja, a hipótese de que há, de um lado tendas dedicadas a prática do bem, e, de outro, terreiros onde só se pratica o mal, corresponde ainda ao desejo de estabelecer um exato paralelo entre o nosso e o outro mundo, que os “filhos de fé”, assim chamados pelo autor, concebe divididos em regiões opostas, habitadas, respectivamente, pelas almas iluminadas, e pelos espíritos rudes. Complementa:

Este é um ponto decisivo para a compreensão do modelo religioso umbandista. A oposição Umbanda X Quimbanda pode ser considerada uma sua estrutura mítica fundamental. Ela informa o seu grande mito cosmológico, constituído por inúmeras variantes: esquemas da hierarquia dos espíritos, distribuídos pelas diversas regiões do astral inferior e do superior, e ordenados, tanto num plano como no outro, sem sete linhas,

subdivididas, cada qual em sete falanges. Os pontos riscados constituem enunciados gráficos do mesmo grande mito. (Serra, 1988:225)

Cada terreiro tem sua própria maneira de ver, agir e reagir, e, de certa forma, é um produto único, pois é atingido diferencialmente por um conjunto de influências religiosas. Ao participar de um trabalho no Centro de Umbanda de São Cosme e São Damião, regido pela Mãe Amélia, pode ser constatada a forte influência Católica. Os trabalhos sempre se iniciam com orações conhecidas dentre o universo religioso católico: Pai Nosso, Credo e Ave Maria. No local, existem muitas imagens de Santos católicos, além de conter uma imagem de Padre Cícero. Neste centro, a sua linha de trabalho consiste em um cruzamento entre Umbanda e Quimbanda.

Essa diferenciação entre uma linha e outra, muitas vezes dá-se no campo das entidades. Dona Amélia, ao ser questionada quanto a essa diferenciação, se manifesta afirmando que o seu centro não pertence ao lado negro, já que não trabalha com sacrifícios de animais, além de não permitir a realização de trabalhos a fim de prejudicar outras pessoas. Em todas as visitas que foram realizadas, sendo estas registradas ou não, pode-se constatar uma certa aversão quanto aos cultos de Macumba e/ou de Candomblé, o que já não ocorreu ao se referir a cultos cristãos. A esse respeito, em entrevista com o seu Sebastião³, este relata:

Pra você vê, eu desenvolvi em templo de Candomblé, conheço tudo de Candomblé, só que eu não segui, porque ela tem coisas bem, bem mais difíceis pra quem num gosta muitas vez de fazê o que fazem no Candomblé, eu desenvolvi no Candomblé, aprendi tudo no Candomblé, logo que eu saí do Candomblé, a primeira coisa que eu fiz foi ir pra um terrero de Umbanda e virá na Umbanda, e saí do Candomblé. Pra começa eu não gosto de matá nada. No Candomblé a matança é muito alta, é muito grande. É matança de galinha, é matança de bode, é matança de (...) muitas coisas. E existe, e precisa daquele lado do trabalho deles. (informação oral)

De acordo com Mario Sá (2004), esta maior interação com o cristianismo, deve-se à busca do status por parte dos negros libertos e ex-escravos, já que estes corriam o risco de serem inseridos em um mesmo status social. Então, caberia a estes, configurar o seu discurso de acordo com o oficial, buscando apagar o passado negro na constru

ção da nação brasileira. Mesmo com essa separação discursiva, não era de interesse destes, abrir mão do mercado de bens simbólicos proporcionado pela Macumba:

Se por um lado, seria possível a esses (umbandistas) formar um discurso que os apartava da identificação com as praticas negras, por outro, não seria o de abrir mão do mercado de bens simbólicos, proporcionados pela pratica da Macumba, caminho de crença, soluções de problemas e de melhoria na inserção social, praticas já há muito arraigadas na cultura brasileira. (Mário Sá, 2004:55)

Em outras palavras, seria possível que essa apropriação do universo cultural brasileiro, fosse realizado através de um discurso que exercesse o conceito pejorativo de Macumba; mas não seria possível excluir a importância que a Macumba possuía no imaginário cultural brasileiro. A Macumba era literalmente uma instituição que atuava em um ramo de negócios que, tendo por ferramenta o poder espiritual, se propunha a alterar o status vigente.

A história da Macumba é a história, em suas raízes, de um Brasil negro e excluído, é também a história de um Brasil que vai se tornando mestiço. É esse um mundo de exclusões, mas também de ressignificações, apropriações e combinações.

Não se pode negar a carnavalização realizada nos terreiros. Camargo (1961) chama a atenção sobre essa questão, colocando-a como forma de “compensação da vida cotidiana” (1961:124-5). No entanto, a prática da Umbanda ou Macumba, extrapola esse momento de inversão. Mais que isso ela é, na produção citada, espaço de sobrevivência e, para tal, é importantíssimo que se acompanhe as transformações da nossa dinâmica cultural. Nessa análise, os antigos feiticeiros negros deveriam resistir à morte branca e fazer do mundo da magia e feitiçaria, o seu espaço de resistência e reconhecimento, sem abrir mão das transformações que ocorriam em nosso universo cultural.

A Macumba, ainda é expressão de uso comum em nosso repertório cultural. Os trabalhos de campo, realizados nos últimos cinquenta anos, revelam isso. De Roger Bastide (1985), passando por Camargo (1961), chegando até Negrão (1996) as provas são contundentes. Aqueles que, como Ortiz, viram

A morte branca do feiticeiro negro (1991), em parte se enganaram. Digo em parte por dois motivos. O primeiro, porque certamente existe um numero de terreiros que, através da dinâmica cultural, passou pelo “embranquecimento”. Mas, certamente, não são eles majoritários. E, em segundo, porque essa dinâmica permite trocas entre matrizes diferenciadas, não representando isso, uma perda de identidade, dos grupos envolvidos nessas aquisições. (Mário Sá, 2004:61)

OS RITOS E SUAS SIGNIFICAÇÕES

“A experiência religiosa em si é impenetrável, por ser única, pessoal, um modo de o indivíduo se transcender alcançando o Deus, o Divino. Este sentir é inenarrável”. (Costa, 1984:95) De acordo com Costa (1984), ao examinar a variedade dos procedimentos semióticos na Umbanda, prestando atenção ao seu cunho de performance, verificou-se que a sua linguagem dirige-se à totalidade do ser humano, atingindo-o pré-representacionalmente e significando-o a partir do seu próprio corpo e em todos os sentidos.

Muito rente à esfera pulsional, verificou-se que a linguagem umbandista produz sentido sensorial-significativamente e por isso são necessárias para descrever polissemias e metáforas da profundidade, no caso dos Exus, não apenas, mas literalmente “viscerais”.

Esse território que a Umbanda chamou de Quimbanda, para demarcar fronteiras que a ela interessava defender para manter sua imagem de religião do bem, passou a ser o domínio de Exu⁴, agora sim definitivamente transfigurado no diabo, aquele que tudo pode inclusive fazer o mal. Com essa divisão “cristã” de tarefas, tudo aquilo que os Caboclos⁵ Preto-Velhos⁶ e outros guias do chamado panteão da direita se recusam a fazer, por razões morais, Exu faz sem pestanejar. Assim, enquanto o demonizado Exu faz contraponto com os “santificados” Orixás⁷ e espíritos guias, a Quimbanda funciona como uma espécie de negação ética da Umbanda, ambas resultantes de um mesmo processo histórico de cristianização da religião africana. Como quem esconde o diabo, a Umbanda escondeu Exu na Quimbanda, pelo menos durante seu primeiro meio século de existência, para assim, longe da curiosidade pública, poder com ele livremente operar.

Para Costa (1984), o complexo semiótico umbandista pode ser tratado como uma coleção de enunciações, cálculos, reflexões, memórias e críticas, que perpetuam e re-produzem tradições e identidades (populares), boa parte delas recalcadas, reprimidas. Esta abordagem em hipótese alguma deprecia o seu valor e sentido de sacralidade. Apenas não é compatível com pré-concepções do sagrado.

De acordo com Neves (1991), os primeiros europeus que tiveram contato na África com o culto do Orixá Exu dos Iorubás, atribuíram a essa divindade uma dupla identidade: a do deus fálico greco-romano Príapo e a do diabo dos judeus e cristãos. A primeira por causa dos altares, representações materiais e símbolos fálicos do Orixá-Vodum; a segunda em razão de suas atribuições específicas no panteão dos Orixás e Voduns e suas qualificações morais narradas pela mitologia, que o mostra como um orixá que contraria as regras mais gerais de condutas aceitas socialmente, conquanto não sejam conhecidos mitos de Exu que o identifiquem com o diabo.

Atribuições e caráter que os recém-chegados cristãos não podiam conceber, enxergar sem o viés etnocêntrico e muito menos aceitar. Em outras palavras, Exu tem um caráter suscetível, violento, irascível, astucioso, grosseiro, vaidoso, “indecente”, de modo que os primeiros missionários, espantados com tal conjunto, assimilaram-no ao Diabo e fizeram dele o símbolo de tudo o que é maldade, perversidade, abjeção e ódio, em oposição à bondade, pureza, elevação e amor de Deus.

As divindades da Umbanda compreendem sete linhas, divididas em legiões e falanges. Linha é o conjunto de rituais praticados pela Umbanda. Falange ou legião é o conjunto de seres espirituais que trabalham numa mesma linha. As linhas populares da Umbanda são: Linha de Oxalá, de Iemanjá, de Oxossi, do Oriente, de Xangô ou Changô, de Ogun e Africana.

Neves (1991) afirma que, as entidades de Umbanda caracterizam-se pela tendência ao bem e à pureza. Os Preto-Velhos, por exemplo, praticam a caridade e consolam os aflitos. Em vida, eram escravos que adquiriram grande sabedoria, dedicando, portanto, suas mandingas (feitiços) à extinção do sofrimento alheio. Porém existem Preto-Velhos quimbandeiros, que praticam, na maioria das vezes, a magia

negra. A Umbanda está sempre em oposição ao chamado baixo espiritismo da Macumba e da Quimbanda. Entretanto, ela aceita a teoria do *continuum* kardecista, pela qual os espíritos, para evoluir, devem praticar a caridade e cumprir as obrigações através dos médiuns.

Exu deve então receber os sacrifícios votivos que devem ser propiciados sempre que algum orixá recebe oferenda, pois o sacrifício é o único mecanismo através do qual os humanos se dirigem aos orixás, e o sacrifício significa a reafirmação dos laços de lealdade, solidariedade e retribuição entre os habitantes do *Aiê* e os habitantes do *Orum*. Sempre que um orixá é interpelado, Exu também o é, pois a interpelação de todos se faz através dele. É preciso que ele receba oferenda, sem a qual a comunicação não se realiza. Por isso é costume dizer que Exu não trabalha sem pagamento, o que acabou por imputar-lhe, quando o ideal cristão do trabalho desinteressado da caridade se interpôs entre os santos católicos e os orixás, a imagem de mercenário, interesseiro e venal.

Partindo disso, é que se pode obter uma maior compreensão quanto ao cruzamento, muitas vezes da Umbanda com outra religião, na realidade três-lagoense, em sua maioria com a Quimbanda.

OS CENTROS TRÊS-LAGOENSES E SUAS DIFERENÇAS

No âmbito ritualístico, cada centro preserva a sua singularidade, manifestando de diferentes formas, o modo a realizar seus trabalhos. Seu Sebastião refere-se ao seu trabalho tanto no centro umbandista, como na federação, como uma forma de demonstrar sua gratidão quanto à sua graça obtida. Vindo de uma família pernambucana de tradição católica, quando criança, este afirma ter sofrido de uma doença paranormal, sofrendo ataques de possessão:

Quando eu tinha uns seis ou sete anos, eu tinha um problema que acontecia comigo, que eu caía, só que não sofria dor, não sofria nada, eu caía rolando no chão dando risada, criticando meio mundo. Tudo o que acontecia de frente eu criticava. (informação oral)

Fora desenganado, segundo o informante, por três juntas médicas em Salvador-BA, tendo recebido a cura através de um médico que também praticava a medicina mediúnica:

Sô espírita porque tive necessidade de sê. E devo muita gratidão ao espiritismo, é uma religião que eu gosto, devo muita obrigação a ela, porque se eu hoje tenho vida, eu tenho saúde, eu agradeço ao espiritismo. (informação oral)

A questão da caridade é um ponto comum entre os centros em Três Lagoas. Todos os dirigentes indagados defenderam a Umbanda como uma religião voltada ao trabalho caridoso, seja no desfazer de um trabalho, ou na realização de uma graça. Dona Amélia⁸ relata:

(...) a gente não tem lucro nenhum, lucrativo nenhum, assim, não tem lucro nenhum de lá de dentro, né? os médium não paga nada! Ta até precisando de arrumá o terrero, mais eu mesma, se Deus quisé, co pagamentinho, né? vô... arrumá. (informante oral)

Partindo desse princípio, pode ser constatado que, em todos os centros visitados, os seus dirigentes alegaram que o centro de Umbanda é voltado à caridade, não podendo assim, receber donativos de seus freqüentadores. De acordo com seu Sebastião, por esse motivo seu centro é cruzado com a Quimbanda. Conforme o informante, para efetuar a manutenção em seu centro, inclusive no que se refere ao aparato legal, como é o caso da licença retirada na prefeitura. Desta forma, pratica-se em dia diferente ao da Umbanda, o ritual da Quimbanda. Seu Sebastião afirma que, as próprias entidades da Umbanda não aceitam o recebimento pelos trabalhos realizados, ou desfeitos. Diferentemente da Quimbanda que ao efetuar seus trabalhos não se importa e muitas vezes exige donativos em troca do cumprimento do mesmo.

No Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, Dona Silvia⁹ também assegura a idéia de caridade, porém, o que pode ser constatado, é que a realidade de seu centro se difere muito dos demais. Este, não é cruzado, assim pratica-se Umbanda pura, de acordo com a informante. Além de ser o centro mais antigo da cidade, sendo sua fundação datada em 1960, fundado pelo pai da informante, nota-se a sua diferenciação principalmente quanto a estrutura física, sendo esta de qualidade superior em vista dos demais centros. A dirigente justifica este fato devido ao grande apoio de seus freqüentadores, que são desde pessoas comuns, até grandes nomes da cidade, como é o caso de alguns políticos. Para a construção do prédio, no período, a prefeitura doou grande parte do material:

Desde os primeiros prefeitos todos são amigos da casa. Todos eles. Os mais antigos, João Figueiras, depois veio Michel Thomé, depois veio o seu Lopes, então essas pessoas são todos amigos da gente (...) quase todas as pessoas da prefeitura; Miguel Tabox, foi um grande amigo da gente, hoje a Simone (atual prefeita) é uma pessoa, que como se diz, quase que fui professora dela, né? (risos). Então é um centro assim, simples, porque a doutrina dele é ser simples. (informação oral)

Essa simplicidade a qual Dona Silvia se refere, condiz a estrutura de seu centro, que apesar de seu estado ser conservado, e bem estruturado, em relação aos demais, não deixa de conter uma grande simplicidade. Justifica este fato, alegando que, caso tivesse um aspecto mais sofisticado, acabaria por inibir a participação de pessoas menos favorecidas economicamente nos trabalhos.

No que diz respeito aos cultos, a diferenciação é mais latente. Tanto no centro de Dona Silvia, como no de Seu Sebastião, as mulheres ficam separadas dos homens. Esse fato é justificado, de acordo com Seu Sebastião, pela questão da matéria, e as coisas relacionadas a ela, não se desligam durante os trabalhos:

Separação é o seguinte, é que o mensageiro masculino não são o feminino, entendeu? E aí é o seguinte, no momento de trabalho, se dá a separação porque há muitas coisas lá fora, fazendo parte da matéria, que não pode tá junto. Esse é o respeito do trabalho. Não por isso, ou por aquilo, é unicamente o respeito do trabalho.

Uma outra singularidade que pode ser notada se refere à participação das crianças. Em ambos os centros de seu Sebastião e de Dona Amélia, devido o cruzamento com a Quimbanda, há a incorporação de entidades consideradas de “linha negra”, como é o caso dos Exus e das Pombas Giras (exus femininos).

Exu é o homem da rua. As Pombas Giras (exus femininos) se apresentam como meretrizes, ou seja, mulheres da rua. Exus e Pombas Giras freqüentam, principalmente, as encruzilhadas, onde podem “abrir e fechar caminhos”; aí se reúnem também as almas penadas. (Serra, 2001:229)

Por essas entidades ter uma ligação com o “mal”, na Tenda de Iemanjá, não é permitida a participação das crianças. Enquanto que, no centro de São Cosme e Damião, não há essa separação. As crianças podem acompanhar todo o trabalho de Umbanda como de

Quimbanda. De acordo com Bastide (1971), enquanto na Umbanda a possessão por Exu é rara, o espiritismo de Candomblé, continuando a Macumba, faz da possessão dos médiuns pelos Exus um elemento necessário do ritual. Mas como nessa Macumba, Exu, identificado como o Diabo, era o senhor da magia, Umbanda também herda essa concepção demoníaca. Enquanto os Orixás são os chefes das falanges dos bons espíritos que descem nos corpos dos mortais, os Exus com os Omoluns¹⁰ são os chefes dos maus espíritos que trazem aos homens a desgraça e a doença. Isso não é tudo: estes se compreendem cercados não somente por espíritos, mas ainda por fluidos; esses fluidos podem ser bons ou nefastos. Essa realidade somente não é encontrada no centro regido por dona Silvia, onde não há a incorporação de tais entidades, assim como: o Tranca Rua, o seu Sete Encruzilhadas, as famosas Pombas-Gira entre outros.

A mãe sempre é com as criança, quando tem criança, quando é trabalho de criança, as mãe sempre tão com criança. misturado com adulto, pode um adulto daquele recebê um sofrêdô no momento e atrapalhá muitas vez o desenvolvimento, o desenrolamento do seio de trabalho, entendeu? O seio de trabalho é o seguinte muitas vez, o médium recebe um sofrêdô e machuca uma criança, não é por querê, mais a machucadora fica. (informação oral)

Segundo Serra (2001), a umbanda não precisa de origens míticas ou inventá-las literariamente. Desta forma é mais dócil ao sopro do espírito e à respiração dos corpos, e, talvez por isso, apresente maiores dificuldades a sua compreensão a partir de esquemas rígidos. Mantém laços de inclusão entre o sagrado e o mundano, às vezes na forma de transparência (mais do que transcendência ou imanência). Promove como que uma sacralização do social e humano brasileiro e uma re-invenção constante, que ofendem a nostalgia de metafísica e a paixão pelo estático. Não apresenta dogmas nem codificações. As suas doutrinas são suficientemente sérias para não se levarem muito a sério.

Apesar de conservar do candomblé o panteão de deuses lorubás, o rito dançado, o transe de incorporação dos orixás e antepassados, e certa prática sacrificial remanescente, a Umbanda reproduziu pouco

das concepções africanas preservadas no Candomblé. A Umbanda adotou, não sem contradições e incompletudes, certa noção moral de controle da atividade religiosa voltada para a prática da virtude cristã da caridade, concepção estranha ao Candomblé.

O culto umbandista foi organizado em torno dessa prática, como se dá no kardecismo, com a constituição de um panteão brasileiro subordinado aos Orixás⁸ formado de espíritos que ajudam os humanos a resolverem seus problemas, que são os Caboclos⁹, Preto-Velhos¹⁰ e outras categorias de mortais desencarnados.

Na Umbanda, a própria idéia de religião implica essa noção de trabalho mágico, pois sem a atuação direta dos espíritos na vida dos devotos, a religião não se completa. Mas todas essas entidades só trabalham para o bem. Qualquer demanda, qualquer solução de dificuldades, qualquer procura de realização de anseios e fantasias é tudo filtrado pelo código do bem. Se a ação benéfica resultante da interferência das entidades espirituais for capaz de produzir prejuízos a terceiros, ela não pode ser posta em movimento. O bem só pode levar ao bem e nada justifica a produção do mal.

NOTAS

¹ Trabalho realizado como parte da pesquisa elaborada sob orientação da Prof^a Luciana Ap. de Souza Mendes.

² Acadêmica do 4º ano do curso de História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL

³Presidente da Cruzada Federativa Espírita do Estado de Mato Grosso do Sul. Dirigente do Centro de Umbanda Tenda de Iemanjá. Entrevista realizada no dia 06/05/2007.

⁴ Entidade das religiões afro-brasileiras, considerada o “demônio” pelas religiões cristãs.

⁵ nome dado as divindades indígenas adoradas nas religiões afro.

⁶ manifestação de espíritos que incorporam nos médiuns da Umbanda. Apresentam semelhança mítica com os escravos brasileiros

⁷ Nome genérico das divindades ioruba, intermediárias entre Olorum (o deus supremo dos ioruba) e os homens.

⁸ Dirigente da Federação Cruzada de Umbanda São Cosme e São Damião. Entrevista realizada no dia 06/05/2007

⁹ Dirigente do Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida. Entrevista realizada no dia 06/05/2007

¹⁰ Divindade da varíola e das doenças em geral

BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil. 2º vol.** Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo, 1971

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil. 1º vol.** Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo, 1971

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. **Kardecismo e Umbanda: Uma interpretação sociológica.** Ed. Pioneira. São Paulo, 1961.

COSTA, Neusa Meirelles. O misticismo na experiência religiosa do Candomblé. In: **Religiosidade e Misticismo no Brasil.** Edições Paulinas. São Paulo, 1984. p: 95 à 120.

MOURA, Clovis. **História do Negro Brasileiro.** Global Editora, São Paulo, 1992

MOURA, Clovis. **Brasil: as raízes do protesto negro.** São Paulo. global Editora, 1983

NEVES, Márcia Cristina. **Do Vodú a Macumba.** Tríade, 1991

SÁ jr., Mario Teixeira de. **A Invenção da alva nação umbandista.** (Dissertação de Mestrado). Dourados, 2004.

SERRA, Ordep. **No caminho da Aruanda: A Umbanda Candanga revisitada.** Afro-Àsia, centro de estudos Afro Orientais – FFCH, 2001. Copene. :215 à 256.

FONTES

Mãe Amélia. Mãe de santo da *Federação cruzada de Umbanda São Cosme e São Damião*.

Mãe Silvia. Mãe de santo do *Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida*.

Sebastião Mariano Alves. Presidente da *Cruzada Federativa Espírita do Estado de Mato Grosso do Sul*.

Ata do XI Encontro do Interior do Estado de São Paulo. *Agentes de Pastoral Negros*. 14 à 15 de outubro de 1989. Andradina.

OS PROCESSOS SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO E AS FRONTEIRAS DO CRIME¹

Ricardo Lopes Batista²

INTRODUÇÃO

Em meio a tantas teorias e metodologias aplicadas quanto ao estudo do espaço urbano e da questão da violência, adotamos uma metodologia diferente, onde associamos a violência urbana aos processos espaciais desencadeados no momento da ocupação urbana e, que se estende ao longo do tempo, que causam na sociedade dinâmicas variáveis que separam ainda mais as classes sociais e selecionam o espaço de forma brutal. Esta forma de estudar o espaço nos fornece dados importantes quanto aos fatores de concentração da criminalidade em determinados locais e nos possibilitam repensar formas de combater este problema que agride toda a sociedade.

Através dos estudos feitos, buscaremos tratar da violência, mas não de modo geral, abrangente, pois esta tem uma gama de diversidade. Segundo Schilling e Koerner, (2000, p. 13) “[...] a violência manifesta-se de diversas formas, envolvendo pessoas – agressores e vítimas – de idade, sexo, classe social, raça, religião, e nacionalidades também diversas”. Ao qual seria impossível com os dados que temos demonstrar toda sua variedade.

Este trabalho limita-se em abordar dentre os tipos de violência, a criminalidade, de modo a promover uma discussão sobre as bibliografias correspondentes ao assunto com a realidade social em que vivemos. Buscamos analisar o espaço e o poder, tendo em vista que todo o espaço é influenciado por um tipo de poder, e este poder “supõe, portanto, uma organização particular do espaço” (CLAVAL, 1978, p. 23) e a partir daí poder espacializar esta criminalidade, mapeá-la, ao qual este mapeamento possa vir a contribuir para eventuais soluções deste problema.

Através deste trabalho buscaremos na análise da organização do espaço urbano identificar os fatores que contribuem para o cometimento de crimes e a preferências destes em determinados locais do espaço, traçando suas fronteiras. Assim poderemos fazer uma interpretação crítico-qualitativa, identificando os locais mais violentos, buscando esta identificação não apenas pela quantidade de vezes que os crimes se repetem, mas por sua natureza violenta e seu raio de impacto.

Nesta perspectiva é importante termos um estreitamento dos conhecimentos referentes ao espaço geográfico, abordando principalmente o espaço urbano e os agentes espaciais. Pois a criminalidade, que nos propomos analisar, tem como palco de atuação a cidade, ou seja, o espaço urbano, construído e idealizado pelo trabalho social. Assim, como o espaço em questão foi construído pelas relações humanas de luta e conquistas, os problemas que nele ocorrem, também foram criados pelo ser social e acreditamos que à medida que o homem pode criar problemas próprios ele também pode criar soluções inteligentes.

A PROLIFERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A violência tem diversas formas de atuação e utilizam várias ferramentas para se fixar perante a sociedade, como por exemplo, através do medo, pois onde há medo, há ameaça e onde tem ameaça temos a violência, e nas palavras de Moraes (1985, p. 17 – 18) é difícil abordar o tema da violência:

[...] Pois que sua realidade percorre desde as violências vermelhas - sangrentas - até as violências brancas - como o empregado de linha de montagem que, nas grandes indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado.

É necessário entender que a violência, por ser tão abrangente e eficaz em sua atuação, é a principal arma utilizada pelo processo capitalista de domínio e controle da sociedade, isto porque todo espaço tem predominância política como poderemos tomar como exemplo, ainda no pensamento de Moraes (1985), em um núcleo familiar toda a família tem aqueles que produzem renda material e aqueles que se encontram em situação artificial, como os estudantes, e tem também os considerados improdutivos, como os muito idosos e as crianças. Esta relação nos dá uma divisão política, pois aqueles que contribuem materialmente para o sustento da casa se ditam os líderes.

Com base neste exemplo ao observar os grandes centros urbanos podemos ver esta divisão política, como as favelas e bairros pobres de periferias, regiões habitadas pelas chamadas classes médias e outras habitadas pelos ricos ou muito ricos, os quais detêm o poder e o controle político destes centros. Esta divisão política não se deu desde os primórdios dos agrupamentos humanos, mas sim desde quando surge a terrível fórmula: "Homem = Produção = Dinheiro" (Ibid., 1985, p. 22), onde monstruosidades, inversão de valores e diversos outros fatores que geram e alimentam a violência de modo a dilacerar e despedaçar as condições humanas.

Com isto fica fácil visualizar a penetração da violência no meio social, que se dá de modo técnico e instrumental, utilizador e incentivado por uma elite capitalista onde sua intenção é a manipulação social visando o lucro e o enriquecimento próprio, segregando o espaço e excluindo as massas.

A QUESTÃO DA CRIMINALIDADE

É necessário primeiro entender o que é crime, que é definido no Brasil pelo Decreto-Lei nº 3.914 de dezembro de 1941, ao qual se trata da Lei de Introdução ao Código Penal, onde no artigo 1º diz: "considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de

detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa” (BRASIL, 2004). Sendo assim, podemos dizer que crime é toda ação humana contrária a lei vigente no país que resulte no aprisionamento ou na detenção com, sem ou junto com uma multa imputada ao agente da conduta.

A criminalidade é o tipo de violência veiculada pelos meios de comunicação, e que na maioria das vezes mostram crimes cometidos pelas camadas mais pobres da sociedade e contra as elites dominantes, nos dando a impressão que os “pobres são os bandidos e os ricos são os mocinhos”. Vemos também que os braços do Estado – polícia e instituições judiciais – estão presentes na sociedade de forma insuficiente, discriminadora e truculenta.

O estudo da criminalidade é de extrema importância para a sociedade, pois se trata de um fenômeno de gênero comum, onde toda a sociedade apresenta-se como o maior ator desta ação, participando tanto como agente passivo - sofrendo a ação, quanto como agente ativo – executando-na. Vejamos uma passagem de Boonen (2000, p. 33):

O crime pode ser um ato isolado, mas, ao infringir a lei esse ato torna-se público e, assim, objeto de uma ação penal pública. Através deste ato, toda uma sociedade foi ofendida com suas regras e normas e, dessa forma, tal ato deve ser punido. Essa “sociedade ofendida” passa a exigir dos órgãos da Justiça normas e formas punitivas para reprimir o agressor.

No tocante aos geógrafos, a criminalidade tem sua importância pela identificação das condicionantes sociais que a desencadeiam, bem como a espacialização das crescentes taxas criminais na sociedade. Neste contexto é necessário entender os processos sociais que são vários, porém, nosso alvo de pesquisa será o processo de urbanização e seus agentes sociais, em especial a segregação espacial que tem grande influência para a exclusão de milhares de pessoas contribuindo para o aumento de crimes em todo o país.

UMA BREVE DISCUSSÃO ESPACIAL

Antes de analisarmos o espaço urbano que é o foco de nossa pesquisa faremos uma breve introdução sobre o aparecimento das cidades onde as primeiras cidades deram-se através do domínio da

agricultura e da criação de animais que fixou o homem a terra e gerou uma mudança sexual, apontando a importância do papel da mulher que ficasse responsável pelo trabalho doméstico. A princípio o que existiam eram apenas aglomerados urbanos e aldeias fixadas nas margens dos rios.

Segundo Spósito (1988) aglomerados urbanos não são cidades, pois para se tornarem cidades são necessárias algumas condicionantes, como a divisão do trabalho, onde naquela época, o homem ficou encarregado da caça e da defesa do território e a mulher ficara então encarregada dos serviços domésticos, como a plantação, cuidar dos filhos, alimentação e criação de animais. Outra condicionante foi à sociedade de classes, ou a divisão social – o homem destaca-se através da força, os melhores caçadores (e os homens mais fortes), se dedicavam exclusivamente a proteção da aldeia, tornando-a pacata e atribuindo aos caçadores o poder na aldeia. Assim criam relações entre os aldeões e os caçadores-chefes, ou o “político-rei” (Ibid., p. 17).

Com o advento dos processos de divisão territorial e social do trabalho criando as classes sociais e suas relações entre si os aglomerados urbanos tornam-se cidades e, segundo Spósito (1988, p. 22), “embora as cidades terem sua explicação urbana no social e no político as primeiras cidades tiveram sua localização determinada pelas condições naturais”, como a primeira cidade, na região da antiga Mesopotâmia, que limita-se entre o rio Tigres e Eufrates.

Agora, voltaremos nossa atenção para discussão do espaço urbano que se criou a partir da natureza e foi transformado pelo homem no curso de gerações. Neste contexto observamos que o espaço se transforma por meio do trabalho do homem e, é evidente que este trabalho tem valor, agrega valor de modo a transformar e selecionar o espaço.

Carlos (1992, p. 51), aponta que o espaço em meio sua modificação apresentará um sentido de propriedade privada da terra, “o espaço urbano aparece como movimento historicamente determinado num processo social. O modo de produção do espaço contém um modo de apropriação, que hoje está associada à propriedade privada da terra”.

Pensando no espaço como propriedade privada da terra veremos claramente uma seleção deste espaço, onde quem tem melhores condições financeiras terá o melhor espaço, em contra partida aqueles que não tem poder aquisitivo ficará as margens desse espaço.

Soja (1993, p. 101), também pensou a questão do espaço e da organização espacial, e disse: “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e das experiências sociais”. Assim, o espaço no sentido de espaço social é determinado por sua transformação a partir do trabalho do homem, de suas modificações.

Segundo Santos (1992), o espaço não é apenas uma condição da evolução social, ou ainda uma configuração da paisagem. Mas é sem dúvida, um fator da evolução social. O espaço deve ser considerado como uma instância da sociedade, assim como uma instância econômica e uma instância cultural-ideológica, isso quer dizer que a essência do espaço é social. Não pode ser apenas formado pelas coisas, por objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. “O espaço é tudo isso mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (Ibid., p. 01).

Para Corrêa (1993, p. 9), “o espaço urbano é também mutável, devido à dinâmica social, que por sua vez dispõe de uma mutabilidade complexa”. Com toda sua dinâmica o espaço urbano, condicionado pelo espaço das cidades, torna-se também cenário dos conflitos sociais, que afinal de contas visam o direito a cidade, à cidadania plena e igual para todos.

Cabe lembrar que toda esta dinâmica espacial reflete as práticas espaciais que segundo Corrêa (1995) são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte preservando-o em suas formas e interações espaciais. Desta forma as práticas espaciais resultam de um lado da consciência que o homem tem da diferenciação espacial, de outro lado resultam dos diversos projetos, também derivados, de cada tipo da sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou empresa.

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios objetivos que objetivam a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Através desta forma de pensar o espaço concordamos com Corrêa (1997) quando ele diz que o espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, é também o lugar onde os diferentes grupos sociais vivem e se reproduzem. Envolvendo de um lado o cotidiano e o futuro e de outro crenças, valores, mitos, utopias e conflitos gerados no bojo da sociedade.

Outros momentos são considerados como compreensão do espaço urbano, tal qual a natureza simbólica do espaço urbano como palco de lutas sociais que ocorrem nos cenários das cidades.

AS FRONTEIRAS DO CRIME

Tendo em vista toda nossa argumentação teórica, entendemos que o espaço foi primordialmente dado e através da ocupação do homem, este espaço assumiu a forma de território, como aponta Raffestin (1993) o espaço e o território não são equivalentes, é necessário entender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (Ibid., p. 143).

Nesta compreensão, entendemos que no espaço existem vários territórios, que são criados por seus respectivos atores sintagmáticos, assim compreendemos que a criminalidade também possui seus territórios, sendo tanto quanto forem seus atores. Com isso podemos ter o território do furto, do tráfico de drogas, do homicídio, etc.

Cada território por meio de seus agentes vai sugerir seus próprios sistemas sêmicos, que podem ser caracterizados como códigos de posturas – ações e condutas adotadas pelos agentes territorializantes para se identificar e delimitar seu espaço dentro de seu território. Neste contexto Silva (2002) no estudo dos territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro atribui aos códigos de postura das profissionais do sexo as vestimentas extravagantes, suas posturas, seu jeito de andar.

Roncayolo (1986) citado por Silva (2002, p. 22) diz que “a existência do território depende de uma superfície (espaço), de uma forma de atuação (poder) e de um limite (fronteira)”. Os territórios se formam no espaço onde existem relações de poder. Estas relações são limitadas espacialmente, tanto no sentido da dominação, quanto da resistência do dominado. Assim, todo território implica a existência de fronteira, mesmo que esta não seja demarcada e exista apenas como uma referencia rarefeita ou imaginária.

O limite é essencial para a existência do território, assim com é o espaço e o poder. “O território pode ser definido, como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder” (SILVA, 2002, p. 23).

A criminalidade é também dotada de relações de poder, que criam em todo o espaço urbano verdadeiros territórios do crime, cujas suas territorialidades são representadas pelo medo, deixando marcas territoriais na sociedade e dando ao espaço urbano uma outra forma de controle, indagada por muitos como um segundo poder ou poder paralelo.

É nas análises espaciais que identificamos os locais de atuação desta territorialidade do crime, onde através do estudo dos processos urbano encontramos espaços suscetíveis as ações criminais, onde sua segregação espacial já deixou este espaço vulnerável às dominações da criminalidade. A esta afirmação podemos citar como exemplo as favelas brasileiras, cuja segregação espacial, por meio da exclusão condenou milhares de cidadãos a conviverem diretamente com os principais agentes do crime, dos quais se apropriaram destas localidades formando seus territórios, sendo uma forte oposição as territorialidades estatais.

CONCLUSÃO

A análise da violência urbana vista e correlacionada com os estudos sobre o espaço urbano é uma nova forma de entendermos os fatores que estruturam a violência na sociedade, onde podemos não apenas visualizar os locais de ocorrência dos crimes, mais também entendermos porque certos tipos de crimes concentram-se nestes locais.

Através da discriminação dos agentes sociais e dos processos urbanos que estruturaram uma determinada área, poderemos entender sua estrutura, forma, função e seu processo. Associando estes dados a natureza dos mais variados crimes que acontecem nesta região, podemos identificar as condicionantes sociais que desencadeiam a criminalidade urbana. Porém deixemos bem claro aqui que as condicionantes que nos referimos tratam-se apenas dos aspectos espaciais, onde ainda não são o bastante para explicar a violência urbana de modo geral.

Assim, temos a consciência que a análise da estrutura urbana e dos processos espaciais é sem dúvida uma maneira de lutarmos contra este câncer que agride toda a população, contaminando e dilacerando todos os órgãos vitais da sociedade. Repensar o espaço, reduzir os efeitos negativos da urbanização criando assim uma sociedade de classes mais justa, pode sim reduzir este problema.

A questão da violência urbana é uma problemática social que afeta todas as classes sociais e por sua vez deveria ser levada a sério por todos, independente das condições financeiras que alguns tem a mais para enfrentar este problema. Quanto ao poder público fica aqui um apelo, para que trate esta questão como uma questão social, decorrente das políticas públicas que se engendraram na sociedade.

NOTAS

¹ Este artigo resulta da monografia apresentada na graduação em geografia pela UFMS Campus de Três Lagoas, sobre a espacialização da criminalidade na cidade de Três Lagoas.

² Graduado em Geografia pela CPTL/UFMS, mestrando em Geografia pela CPAQ/UFMS. Orientador, Sergio Ricardo de Oliveira Martins (professor adjunto da UFMS/CPAQ).

BIBLIOGRAFIA

BOONEN, Petronella M. **Violência na (da) Cidade**. In: Pode ser diferente: **Caderno sobre violência e discriminação**. Brasília, 2000.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil, Código Penal, Código de Processo Penal**. Org. Luiz Flávio Gomes – 6º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil, Código Penal, Código de Processo Penal**. Org. Luiz Flávio Gomes – 6º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

CARLOS, A. F. A. **A cidade** – São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial** – 3º ed.. – São Paulo; Ática, 1990.

_____. **O espaço urbano** – 2º ed. – São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Espaço: um conceito chave da geografia**. In: CASTRO, GOMES, CORRÊA (org.). **Geografia: Conceitos e Temas** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-48.

_____. **Trajetórias Geográficas** – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

MORAES, Régis de. **O que é violência Urbana**. São Paulo: Abril Cultural: Brasilense, 1985.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método** – 3º ed – São Paulo: Nobel, 1992.

SCHILLING, Flávia & KOERNER, Andrei. **As Violências**. In: Pode ser diferente: **Caderno sobre violência e discriminação**. Brasília, 2000.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução [da 2ª ed. Inglesa], Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização** – São Paulo: Contexto, 1988.

SOCIEDADE, LÍNGUA E DIREITO: FRAGMENTOS DE TEORIA¹

Daniel de Mello Massimino²

LÍNGUA E SOCIEDADE

Sanciona o brocardo latino: *ubi societas ibi jus; ubi jus, ibi societas*³ (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2003, p. 19). Convalidando tal pensamento, a classificação das ciências elaborada por Augusto Comte (apud DINIZ, 1997, p. 23) coloca a ciência jurídica como ciência concreta, oriunda da Sociologia, também chamada de física social, sendo essa a mais complexa de todas as ciências chamadas “abstratas”. De onde vem, entretanto, efetivamente, essa correlação tão intrínseca entre esses dois fenômenos humanos? Em que época de nosso desenvolvimento histórico deu-se a junção dessas idéias?

Para que sejam sanados esses questionamentos e colocada com precisão a questão em voga, devem-se buscar na Sociologia alguns conceitos basilares para tal operação. Segundo Ehrlich (1986, p. 27), o ponto de partida de qualquer análise que busque desvendar os meandros das ciências sociais é, evidentemente, o próprio conceito de sociedade, que corresponde ao conjunto das organizações ou associações humanas inter-relacionadas, podendo ser de tipos tão diversificados quanto o Estado Nacional, o povo, a comunidade, entre outras inúmeras.

Entre os diversos tipos de agrupamentos humanos que visam a constituir uma sociedade, por assim dizer, devem ser estudados com destaque inicial e ser encarados como associação originária, aqueles advindos dos laços genéticos, quais sejam, a parentela (estirpe, gens, clã), a família e a própria comunidade doméstica. Essa associabilidade dos homens torna-se a arma pela sua sobrevivência. Por advento dessa associação humana, e por sua finalidade, eliminam-se gradativamente, num processo darwiniano, os membros com maior instinto egoístico e solapador, fortalecendo a existência daqueles com capacidade de se associarem.

Oriundos das junções entre agrupamentos originários advieram a tribo e o povo, formas secundárias de organização social. A tribo e o povo assumiam diversas funções antes não contempladas pelas agremiações originárias. O caráter econômico surgia, e também os caracteres religiosos, militares e jurídicos, ainda que esse último de forma embrionária. Da evolução da tribo e do povo, e de sua especiali-

zação cada vez maior, surge a figura do Estado, que mais adiante será estudada. Mas qual seria o papel do direito nessa evolução da sociedade humana? Onde podem ser encontrados os traços marcantes da ciência jurídica, nesse pequeno apanhado histórico?

Do que se conhece hoje como Direito, não havia qualquer vestígio no seio dos agrupamentos pré-históricos. O caos dava a tônica das relações intersubjetivas, sendo o único direito conhecido aquele exercido no interior das parentelas, reinando sobre a terra a lei do mais forte. Aquele que conseguisse extinguir seu opositor teria feito sua lei, e seria saciada sua sede de justiça. O Estado, como organização da força a serviço do direito (DUGUIT, apud MALUF, 1999, p. 317), ainda não existia. Os homens chegavam à sua lei por meio da força, numa ação conhecida como autotutela. Se não fosse pela força, poderiam ceder mutuamente em seus interesses, efetivando a autocomposição.

Por muitos séculos perduraram as idéias de subsunção dos interesses de uns pela força de outros. Ocorreu, no entanto, que, por intermédio do desenvolvimento histórico do pensamento sobre as composições de conflitos, a sociedade foi buscando meios de aprimorar o sistema, tornando-o mais representativo e “justo”, voltado à busca da verdade provável. Nesse desenvolvimento, a imparcialidade como caráter das decisões concernentes às relações sociais entre os sujeitos foi a busca primaz, consubstanciando-se na instituição da figura do árbitro mediador de conflitos, lapidando o hoje consagrado tríduo Autor x Réu x Juiz.

Os árbitros primitivos baseavam-se precipuamente nos costumes e em sua convicção pessoal para emitir seus juízos de valor, posto não haver, naquele momento histórico, a figura do legislador plenamente insculpida no ordenamento social. Com a afirmação do Estado diante do indivíduo e a supremacia da vontade deste sobre a vontade dita social, começam a surgir regras de conduta a serem seguidas pelos cidadãos. Essas mesmas regras cominam, à sua não observância, penalidades. A imposição do Estado sobre o homem foi explicitamente consagrada pelo Direito Romano, especialmente de seus primórdios até o século II a. C, sendo desse período a Lei das XII Tábuas. Hodiernamente, tem o Estado um papel bem definido:

Como instituição sócio-jurídica, organizada para servir à comunidade nacional, tem o Estado a finalidade de **promover a concretização dos ideais nacionais de paz, de segurança e de prosperidade**. Sendo a própria nação politicamente organizada, representa o Estado o órgão normativo e disciplinador dos elementos sociais. (MALUF, 2003, p. 317, grifo nosso)

A promoção da paz e da segurança não é nada mais do que a efetivação da idéia do controle social. E uma das formas mais importantes e eficientes de se controlar a sociedade é cerceá-la pelas normas do Direito. Segundo Cintra, Grinover & Dinamarco (2003, p. 19) “a tarefa da ordem jurídica é exatamente a de harmonizar as relações sociais intersubjetivas, a fim de ensejar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgaste”. Isso significa visualizar o preso como também pertencente à sociedade, tendo direito de acesso a todas as garantias inscritas na Constituição Federal. Além do próprio desenvolvimento em paralelo dos conceitos de Sociedade e Direito, podemos corroborar a intrínseca relação entre o *jus* e o *societas* por meio do estudo da definição do fato social.

Em todas as sociedades, grupos determinados de fenômenos distinguem-se dos demais por características próprias, quais sejam, segundo Durkheim (2003, p. 33), “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõe”. A essas maneiras peculiares de agir dá-se o nome de fato social. Um fato social é reconhecido pelo poder de coerção externa que exerce sobre o indivíduo, e a presença desse poder se percebe pela existência de sanção determinada ou resistência oposta por tal fato a qualquer iniciativa individual que tenda a violá-lo.

O domínio da Sociologia é o domínio desses fatos. Esses, por sua vez, podem provir das mais variadas fontes, como a religiosidade, os costumes e a moral dos lugares, as profissões. Para o desenvolvimento do presente estudo, todavia, a língua e o direito configuram-se como os fatos sociais de maior relevância, sendo seu inter-relacionamento a tônica da análise aqui pretendida. Analisando-se, então, o Direito sob sua ótica sócio-fática, da leitura supra depreende-se que duas são as características básicas de um fato social: a exterioridade e a coercitividade.

A exterioridade prescreve modos de pensar e agir independentes das vontades individuais, provenientes do pensamento coletivo sobre determinado fato. O direito, a língua e a religião subsistem independentemente da vontade individual dos seres humanos, sendo seus regramentos insculpidos diariamente nas mentes individuais, impondo ordenamentos que, se não seguidos, ocasionam a perpetração de uma sanção punitiva ou repressiva.

Fácil é raciocinar sobre os fatos sociais quando analisamos sanções coercitivas impostas, e.g., pelo Direito Penal. Se algum sujeito mata outrem, é sabido que sofrerá uma punição. A análise dos fatos sociais segundo os costumes torna-se, no entanto, mais trabalhosa, embora não seja impossível de ser realizada. Se num determinado local um costume impõe a todos que andem de sapatos, aquele que anda descalço será objeto de escárnio e repúdio da sociedade. Esse é um fato social, pois o consciente coletivo determina uma regra externa ao indivíduo e comina uma repreensão àquele que não a cumpre.

Os regramentos impostos pelos fatos sociais denominam-se normas. A exteriorização do Direito como conjunto das condições existenciais da sociedade e a efetivação do Direito como ordenador das relações sociais dão-se pela norma. A norma, aqui posta como sinônimo de lei, é a junção dos signos lingüísticos que traz ao mundo a razão humana (MONTESQUIEU, 1962, p. 34).

Sendo a norma a exteriorização do pensamento coletivo, essa deve ser tão adequada ao povo do qual emana, e para o qual foi feita, que não devem as normas de uma nação, a não ser por obra do acaso, convir a outras. (Ibidem, p. 34)

Por outro lado, ao mesmo tempo em que as leis são adequadas ao povo que as escreve, servindo à exteriorização do processo volitivo coletivo, conceituado por Montesquieu como razão humana, indubitavelmente essas leis se chocam, em algum momento, contra as vontades de entes difusos do meio social.

Nas lições do ilustre professor Miguel Reale (2002, p. 562) toda regra de direito representa um momento de equilíbrio, atingido como composição das tensões que, em dada situação histórica e social, se

verificam entre um complexo de fatos e de valores. Durkheim (2003, p. 108) convalida a mutabilidade do consciente coletivo, ao dizer que “No mesmo meio, cada indivíduo, conforme seu temperamento, adapta-se à sua maneira, a que prefere a qualquer outra”. Ou seja: os indivíduos, mesmo sendo levados, pela idéia da exterioridade do fato social, a agir conforme o entendimento da maioria, podem adaptar-se às situações de modo a melhor atender a seus interesses.

Assim, quando vários membros da sociedade alteram sua concepção do consciente coletivo numa mesma direção, oposta a esse, tem-se a transfiguração desse consciente, voltada à adequação das relações inter-subjetivas. Se, como nas palavras de Ihering (2003, p.32), tudo o que existe deve ceder ao novo, pois tudo o que nasce um dia perecerá, assim o é com os fatos sociais, com o consciente coletivo e com o próprio Direito.

O desenvolvimento em paralelo do binômio Direito e Sociedade, durante a evolução do homem, mostra a impossibilidade de se conceber um afastado do outro. O Direito é a própria expressão da sociedade. Essa se reflete limpidamente nas normas do ordenamento jurídico-positivo, por serem estas nada mais do que a exteriorização da consciência coletiva e, a qualquer mudança nos rumos do pensamento social, transformam-se também as leis, num movimento coordenado e harmônico (IHERING, 2003). Pode-se inferir, por meio das afirmações de Ehrlich (1986), que o ser humano sofre uma compulsão natural de se agrupar em sociedade, razão pela qual é denominado *ens sociale* (DAMIÃO; HENRIQUES, 2000, p. 17).

A busca de nossa espécie pela sobrevivência, na forma da associabilidade, está indiscutivelmente ligada à busca pela comunicação de seus sentimentos, vontades, gostos e ações, como forma de aprimoramento do relacionamento social e construção de perspectivas sobre o mundo em que vive. A língua, no entendimento de Monteiro (2000, p. 16), não é simplesmente um meio de transmissão de informações entre os indivíduos. É também um relevante meio para o estabelecimento de relacionamentos inter-pessoais.

No início, os sons guturais e os fonemas desconexos, além da comunicação não-verbal, serviam ao entendimento imediato de fatos simples e corriqueiros, mas não atendiam à necessidade crescente de

expressão do pensamento consciente dos primeiros seres humanos. O pensamento não tinha como se exteriorizar e criar novas realidades fáticas naquela sociedade.

Num desenvolvimento natural, na junção dos fonemas e sons guturais esparsos, surgiu entre os povos a linguagem oral, caracterizada pela espontaneidade, sendo viva e concreta. Por meio da linguagem oral puderam ser transmitidos os primeiros conhecimentos, também chamados míticos e folclóricos. A transmissão dos conhecimentos através das gerações é a principal marca deixada em nossa sociedade pela linguagem oral.

A língua falada, para Damião & Henriques (2000, p. 23), completa-se pela utilização de diversos recursos extralingüísticos e contextuais, tais como os gestos, a postura e as expressões faciais, recursos esses que esclarecem ou complementam o sentido da comunicação.

A linguagem escrita, desdobramento, ou talvez, conseqüência da linguagem oral, ao contrário desta, exige permanente esforço de elaboração, justamente por seu contato direto com o leitor, que se serve apenas do texto para inferir suas conclusões. A presença do interlocutor torna a língua falada mais alusiva, enquanto a língua escrita é mais precisa (ou deveria sê-lo). Como foi mencionado, o fato social é aquele que, exterior ao indivíduo, atua sobre ele como fator coercitivo. Também se mencionou que a língua e o direito são fatos sociais, e explicou-se o porquê de o direito ser visto como tal.

Mas quais são as razões de a língua ser entendida como um fato social, e que conseqüência advém dessa inteligência? O fato social, conforme analisado, tem por características primazes a exterioridade ao indivíduo e a coercitividade sobre este. A linguagem reúne ambos os requisitos, consolidados pela sociologia durkheimiana.

Na lição de Alvarez (2002, p. 203), a exterioridade da língua poderia ser analisada com base no fato de que, quando um indivíduo fala num determinado idioma, ele experimenta esse idioma como algo externo a ele, uma realidade exterior, com regras que devem ser aprendidas e seguidas. O caráter coercitivo, ainda segundo Alvarez, transfigura-se na imposição da objetividade da linguagem sobre o indivíduo, observada, por

exemplo, quando uma criança educada num ambiente de classe média é persuadida a seguir os padrões de um idioma, sofrendo represálias ao transgredir as normas propugnadas pela chamada linguagem culta.

Saussure (apud MONTEIRO, 2000, p. 14) já definia, no início do século XX, a linguagem como sendo um *fait sociale*. O reconhecimento da língua como fato social corrobora a relação intrínseca existente entre língua e sociedade expressa na lição de Monteiro (2000, p. 13), em sua obra analítica do legado de Labov: “língua e sociedade são duas realidades que se inter-relacionam de tal modo, que é impossível conceber-se a existência de uma sem a outra”. Ainda na bela lição do lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev (apud PIETROFORTE; LOPES, 2003, p. 117):

[...] O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas.

Da definição da linguagem como fato social, advém que ela também gera normas sociais, de modo que há, entre os indivíduos, a existência de uma norma lingüística e a das normas jurídicas. Crassa é, nesse momento, a correlação entre o direito e a língua, que será objeto de estudo mais aprofundado no capítulo posterior. O mínimo que se pode dizer dessa relação é que ambos estão incrustados no consciente coletivo como normas sociais, o que, per si, já configura um ponto importantíssimo de estudos.

Além da relação sistemática citada, a norma legal se vale por completo da norma da linguagem escrita, pois é por meio dos signos agrupados que temos a exposição do pensamento social sobre os temas que merecem a atenção do mundo jurídico. E a norma jurídica, ao ser impressa nos Códigos e Leis, sem adentrar no mérito do caráter filosófico desse assunto, é a concretização da norma lingüística aplicada ao direito.

Sem a utilização da linguagem escrita seria impossível pensar o direito como ele é nos dias de hoje. Pode-se, sem hesitar, dizer que a língua, em sua modalidade escrita, é uma das grandes razões de existência do direito e do modo como esse está intrinsecamente ligado à

Sociedade, pode-se afirmar que a linguagem verbal é a essência do ordenamento social que hoje se concebe.

O DIREITO E A CIÊNCIA DA LINGUAGEM: A ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO

A linguagem, conforme visto, é um fato social e determinante das relações intersubjetivas, assim como o é o direito. Além disso, reúne elementos que a tornam objeto de estudo de uma ciência, sendo esses, conforme Diniz (2006, p. 17) um “complexo de conhecimentos certos, ordenados e conexos entre si”. Segundo Weedwood (2005, p. 9), dá-se o nome de lingüística ao estudo científico da linguagem.

As línguas ou linguagens são constituídas por sistemas simbólicos, cujo emprego é regido por regramentos adequados. Esses símbolos da linguagem são, entre outros, as letras e as palavras, bem como os sinais gráficos e acentos. A disciplina que se ocupa desses sinais e símbolos denomina-se semiótica, e o uso desses sinais, semiose, como destaca Diniz (2006, p. 165). Portanto, além de ser uma ciência em si, a lingüística está inserta numa ciência ainda mais abrangente, qual seja, a semiótica.

As análises de semiose tradicionalmente desenvolvem-se com base num tríduo, representado pelo sinal em si, pelo objeto denotado e por determinadas pessoas. Os sinais desenvolvem sempre três tipos de relação, que podem ser entre si, entre o sinal e seu objeto, e entre o sinal e as pessoas. Esses três tipos de relação nos mostram as três dimensões da semiótica, sendo elas a sintática, a semântica e a pragmática.

Em sua dimensão pragmática, a semiótica busca a relação do signo com os personagens envolvidos em sua utilização. Os estudos pragmáticos analisam a linguagem com base nos conceitos de sociedade e comunicação, muitas vezes descartados pela lingüística saussureana ao subtrair aqueles que falam. A pragmática trata do uso da linguagem pelos integrantes do meio social e, por isso mesmo, os temas que podem ser analisados sob a ótica da pragmática são amplos e variados. A análise pragmática concentra-se no uso, evidenciando quem emprega, para quem o faz e para quê. Em outras palavras, os efeitos

interacionais que o uso da linguagem produz entre os membros de uma comunidade lingüística são o foco do estudo da pragmática. Nesse enfoque, a argumentação e a retórica assumem papéis de destaque, visando à recepção e à compreensão do que é emitido. Ademais, também a ideologia, na visão de Diniz (2006, p. 168), “pode ser tida como uma dimensão pragmática da linguagem, por encontrar-se presente no discurso natural e por constituir um sistema de evocações contextuais surgidas no uso pragmático do discurso científico”. A pragmática toma por base a intersubjetividade comunicativa, tendo por direção a análise do princípio interativo, ao ocupar-se do ato de falar enquanto uma relação entre emissor e receptor mediada por signos lingüísticos, organizados em textos.

Esses dados conduzem a um outro, igualmente relevante: os textos ou discursos podem ser classificados em gêneros, que levam em consideração, em especial, o papel do auditório (ouvinte) e sua reação após a leitura do texto. O auditório pode adotar duas posições: apreciar o discurso, gostando ou desgostando, ou deliberar sobre o que o discurso propõe. Esse auditório pode também deliberar sobre um fato presente ou pretérito, ou sobre um fato futuro. Analisando essas três formas de postar-se o auditório diante dum discurso, chega-se aos três gêneros discursivos já discutidos por Aristóteles: laudatório, judiciário e político.

Sempre que o ouvinte, após lido/ouvido o discurso, manifesta se gostou ou não do texto, concordando ou discordando, mas sem a necessária exteriorização de seu juízo de valor, está-se diante do gênero discursivo laudatório. Esse gênero pode exercer alguma influência sobre o pensamento do ouvinte, mas este não necessita emitir um voto a favor ou contra o que leu ou ouviu, circunscrevendo seus valores ao recôndito de sua consciência. Pode o gênero laudatório louvar, enaltecer, exaltar, ou vituperar, escarnecer, censurar ou injuriar. Trata o gênero do tempo presente, sendo o objeto de seu discurso o belo ou o feio. Tringali (1988, p. 53) observa a predominância, no discurso laudatório, do objetivo retórico de agradar, incluindo, nesse gênero, a publicidade.

Quando se pronuncia um discurso com o objetivo de um julgamento formal, está-se diante dum texto do gênero judiciário, caracterizado pela acusação e defesa, tendo como valores o justo e o injusto. O

auditório condena ou absolve. Volta-se esse gênero ao fato passado, pois não pode ser alguém condenado por algo que ainda não ocorreu, ou que está ocorrendo no momento em que se exterioriza o texto. Apesar de o nome levar a crer que somente textos jurídicos encaixam-se nesse perfil, grandes textos literários, como *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, e *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, também podem ser enquadrados como tal.

Já no gênero político, o foco do orador é o aconselhamento ou desaconselhamento sobre um fato ou ação, sempre a serem praticados no futuro. O discurso político é deliberativo, podendo ser exemplificado pelas decisões tomadas nas câmaras de representantes do povo. Esse discurso tem como valores o útil contraposto ao nocivo, diligenciando pelo bem comum.

Em essência, todos os textos poderiam ser classificados no gênero político, porque todo discurso leva em consideração o bem comum, de uma forma ou de outra. Os valores dos discursos laudatório e judiciário consubstanciam-se também em valores políticos. O que realmente diferencia o discurso político é sua projeção futurística.

CONCLUSÃO

O direito e a língua estão indelevelmente ligados no seu aspecto social. Aquele não pode prescindir desta, podendo-se dizer que o direito somente existe porque existe a linguagem. Essas relações não se limitam, no entanto, ao plano sociológico. O direito prescinde de vários aspectos da linguagem para poder operar-se de forma clara e precisa. As dimensões da semiótica são essenciais à ciência jurídica, pois permitem que o jurista encadeie seus pensamentos de forma a exprimir, com a maior veracidade possível, aquilo que o homem em sociedade almeja para a busca da paz social.

NOTAS

² Trabalho desenvolvido a partir de estudos sobre a linguagem jurídica no âmbito do curso de Bacharelado em Direito do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2006.

² Acadêmico do curso de Pós Graduação em Letras – Mestrado, do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

³ Onde está a sociedade, está o Direito; onde está o Direito, está a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Marcos César. Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. *In*: BAGNO, Marcos (Org). **Linguística da Norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 201-216.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria geral do processo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção a obra prima de cada autor, 63).

EHRLICH, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Tradução de René Ernani Gertz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. (Cadernos da UnB).

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção Obra Prima de cada autor, 47).

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 25. ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 1999.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. (Clássicos Garnier).

PIETROFORTE, Antonio V. S.; LOPES, Ivã Carlos. Semântica Lexical in FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-136.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica: a retórica como crítica literária**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Tradução de Marcos Bagno. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS - UNIDADE I
CURSO DE HISTÓRIA

APOIO

VII ENCONTRO ESTADUAL DE
ESTUDANTES DE HISTÓRIA
DE MATO GROSSO DO SUL

A História retoma sua História

PRAE/UFMS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA
E ASSUNTOS ESTUDANTIS

ISBN 978-85-7316-112-0



9 788576 113112 0